

[VOL. 3] [Nº 2] [2023]

REORIENTE

estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo

ARTIGOS

Del G-7 a los BRICS

Gabriel Merino

Os limites estruturais do Capital de Meszáros e os limites da guerra à China

Samuel Spellman

El triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán cuestiona el poder de la Tríada

Martin Martinelli

Imperialismo soft: asistencia de Estados Unidos y Lawfare na América Latina

Silvina María Romano, Tamara Lajtman e Anibal Garcia Fernandez

Estados Unidos y el proceso de militarización de América Latina

Loreta Telleria

Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba

Maria do Carmo Leite

Recuperar la TMD em Chile

Sebastian Link Chaparro

E MAIS

*Abdiel Rodriguez Reyes,
Eurico Lima Figueiredo,
Caio Buggiato...*

共产党宣言

EDITORIAL	4
IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA E GUERRA: DOSSIÊ	
Del G-7 a los BRICS Gabriel Merino	7
Os limites estruturais do Capital de Meszáros e os limites da guerra à China Samuel Spellman	41
El triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán cuestiona el poder de la Tríada Martin Martinelli	68
Imperialismo "soft": asistencia de Estados Unidos y Lawfare na América Latina Silvina Maria Romano, Tamara Lajtman e Anibal Garcia Fernandez	94
Estados Unidos y el proceso de militarización de América Latina Loreta Telleria	119
Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba Maria do Carmo Leite	144
ARTIGOS LIVRES	
Recuperar la TMD em Chile Sebastian Link Chaparro	169
HOMENAGENS	
Um Gigante Pluriversal: homenagem a Enrique Dussel Abdiel Rodriguez Reyes	199
A Paixão da Terra, a paixão do mundo: o pensamento político de Carlos Walter Porto Gonçalves Eguimar Felício Chaveiro	204
A teoria do imperialismo de Leo Panitch Caio Buggiato	211
René Armand Dreyfuss Hirsch: um tributo Eurico Lima Figueiredo	215
René Armand Dreyfuss Fernando Vieira	224
RESENHAS	
Claudio Katz e o sistema imperial Ricardo Gomes	228

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Gustavo Menon (Universidade Católica de Brasília), Jales Dantas da Costa (UnB), Lourdes Flores Bordais (PEPI/ UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF), Willyan Alvarez Viegas (PEPI/UFRJ) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ), Fernanda Rafaela Pinheiro Moraes (UNIFESP), Pedro Bordinhão (LEHC/UFRJ), Pedro Martinez (LEHC/UFRJ), Raíssa Oliveira (diagramação), Raquel Coelho (LEHC/UFRJ), Rodrigo Corrêa (projeto gráfico), Talissa Barcelos (revisora) e Thassiel Melo (capa)

Conselho Editorial

Adhemar Mínero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alicia Giron (UNAM) • Ana Garcia Saggioro (UFRRJ) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Gustavo Menon (UCB) • Ivana Jinkings (Boitempo) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáspier Líbero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcă (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Mária Millán (UNAM) • Maria Carames Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Pablo Vommaro (CLACSO) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ravit Palat (Bynghamton University) • Ricardo Antunes (UNICAMP) • Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, Colledge Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidi (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio



Editorial

O dossiê que publicamos nesta edição da *Reoriente* é dedicado à análise da relação entre imperialismo, geopolítica e guerra. No fim de 2023, oito grandes guerras estavam em curso no mundo, além da que se estabeleceu na Ucrânia: Palestina, Burkina Faso, Somália, Sudão, Iêmen, Mianmar, Nigéria e Síria, somadas a dezenas de conflitos armados por causa da disputa por territórios ou pelo controle do poder estatal. Apesar da violência gerada por todos esses conflitos e guerras, a grande maioria deles não aparece no noticiário. Para Fiori (2023), a Guerra na Ucrânia é

[...] possivelmente a mais intensa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa guerra ocorre em diferentes frentes, tanto no terreno (*ground*) quanto no ar, no espaço cibernético e em todas as esferas. Ela envolve tecnologia de ponta. Seria uma guerra assimétrica se fosse apenas entre o Exército russo e as forças ucranianas, porém não é esse o caso. É uma guerra entre o sofisticado equipamento militar russo e o sofisticado equipamento militar norte-americano.

O sistema-mundo capitalista moderno, centrado nas potências atlânticas, se caracterizava por ter a guerra como um fenômeno inerente e permanente em relação à dinâmica da competição estatal, a acumulação “sem fim” de capital, a expansão colonial, a luta pelo controle dos recursos naturais ou as disputas entre países centrais e periféricos, relação chave na dinâmica da dependência. Em particular durante as grandes transições do poder mundial.

O conceito de imperialismo é importante no estudo dessas questões e tem suscitado debates que se renovam no momento de ascensão de novos poderes desde a periferia e as análises sobre a globalização neoliberal: as crises de hegemonia dos Estados Unidos e da ordem unipolar; o surgimento de um mundo multipolar ou uma nova bipolaridade; o deslocamento do poder para a Ásia-Pacífico e Índico; a agudização das contradições entre os velhos poderes dominantes, agrupados no G-7, frente aos poderes emergentes expressos por arranjos como os BRICS+ entre outros espaços.

O início da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, quando a Rússia bombardeou o território ucraniano, acabou por modificar o conflito bélico iniciado em 2014 com a anexação da península da Criméia por Moscou, e pôs em relevo a centralidade da Eurásia na luta pelo poder mundial. Expressou uma nova etapa em um conflito profundo, que teve início em meados dos anos 1990, com a expansão da Organização do Atlântico Norte para o Oeste, conduzida pelos Estados Unidos e suscitando reflexões fundamentais no entorno desse antagonismo estrutural e de suas implicações na geopolítica mundial. E, como reação à guerra na Ucrânia, a Suécia abandonou sua

neutralidade e ingressou na OTAN em 2024. Ou seja, os EUA continuam sua estratégia de cercar a Rússia.

As guerras no Afeganistão (2001-2021) e no Iraque (2003-2011) produziram grandes debates e elaborações teóricas acerca do imperialismo, da guerra e da geopolítica. O mesmo ocorreu em 2014, quando ganhou força o debate sobre uma possível Nova Guerra Fria, Terceira Guerra Mundial e/ou Guerra Mundial Híbrida para analisar o desenvolvimento de conflitos pontuais em relação à disputa do poder mundial. Sem dúvida, está em curso uma nova escalada bélica, e a agudização das tensões entre polos de poder exige a retomada e ampliação do conceito.

No artigo intitulado “Del G7 a los BRICS+: la transición del sistema mundial y el escenario geopolítico”, Gabriel Merino analisa o surgimento dos BRICS e o seu desenvolvimento como um dos fatores chave para se compreender as profundas transformações no mapa do poder mundial, em especial nas dimensões política e geopolítica no contexto da transição hegemônica em curso na ordem global. Partindo da abordagem de Mészáros, Samuel Spellman, em “Os limites estruturais do capital de Mészáros e os limites da guerra à China” apresenta “[...] uma reinterpretação parcial da tese dos anos 1980 de Mészáros sobre a *Crise Estrutural do Capital*”. Nesse período de caos sistêmico que caracteriza a ordem global, Martín Alejandro Martinelli, em seu artigo “El triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán cuestiona el poder de la Tríada”, aborda o estreitamento dos laços geopolíticos entre essas três nações e o seu “[...] impacto no confronto com a hegemonia dos EUA, na reconfiguração geopolítica e mundial da última década.”

Os três artigos seguintes abordam, sob diferentes aspectos, as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Silvina Maria Romano, Tamara Lajtman e Anibal García Fernández, em “Imperialismo ‘soft’: asistencia de Estados Unidos y lawfare en América Latina”, buscam “[...] identificar as instituições, dinâmicas e processos que explicam a presença das agências governamentais dos EUA e do seu setor privado em casos específicos de *lawfare*, com foco na assistência à reforma judicial que começou na década de 1980” e que resulta em um processo “[...] que aponta para uma padronização do aparelho judicial que é complementar à padronização das forças armadas, de acordo com os interesses e necessidades da segurança nacional dos EUA, o núcleo da expansão imperial”. A militarização da América Latina é o tema do artigo de Loreta Telleria, intitulado “Estados Unidos y el proceso de militarización de América Latina”. O ponto central é investigar a construção do militarismo na região e como os EUA desempenham um papel chave nas políticas de segurança implementadas por diferentes governos na América Latina. Fecha o dossiê o artigo “Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba”, de Maria do Carmo Luiz

Caldas Leite, que aborda como os EUA, desde a independência de Cuba em 1898, sempre buscaram exercer o domínio sobre o país. E isso se intensificou nas primeiras décadas do século XX a fim de tornar a Ilha uma extensão do seu domínio e, de certo modo, seu “quintal”.

Na sessão de artigos livres, Sebastian Link Chaparro recupera a teoria marxista da dependência e a articula com as análises do sistema-mundo para interpretar os ciclos de lutas sociais e políticas no Chile. Na seção de homenagens, Abdiel Rodríguez Reyes analisa a vida e obra de Enrique Dussel, apontando a importância e originalidade de suas contribuições. Caio Bugiato discorre sobre as contribuições de Leo Panitch para a teoria do imperialismo contemporâneo. Eurico de Lima Figueiredo e Fernando Vieira recuperam a importância da obra de René Armand Dreyfuss, indicando sua atualidade para compreender as transformações tecnológicas e organizacionais do capitalismo contemporâneo e os impasses políticos do Estado brasileiro, e Eguimar Felício Chaveiro analisa o pensamento de Carlos Walter Porto Gonçalves e o seu compromisso com a defesa da soberania da América Latina e Caribe, dos direitos povos originários e dos ecossistemas e da vida.

Ricardo Gomes fecha este número com a resenha sobre o livro de Claudio Katz, *La Crisis del Sistema Imperial*, publicado por Jacobin.

Roberto Goulart Menezes (IREL/UnB), Gabriel Merino (UNLP), Carlos Eduardo Martins (UFRJ) e Joana das Flores (UNIFESP)

Referência

FIORI, José Luis. Entrevista concedida à Gilson Camargo. *Outras Palavras*, 16 jun. 2023.

Del G7 a los BRICS+: la transición del sistema mundial y el escenario geopolítico

Gabriel E. Merino*

Resumen: La constitución de los BRICS es uno de los hechos centrales para analizar la transformación en el mapa del poder mundial y, en particular, las dimensiones política, geopolítica y geoeconómica de la transición histórico-espacial del sistema mundial. La propuesta de ampliación en la cumbre de Sudáfrica en septiembre de 2023 expresa el avance de los poderes emergentes y la profundización de una situación de multipolaridad relativa, en un escenario de quiebre de la hegemonía estadounidense y declive relativo del G7. El trabajo se centra en indagar sobre el significado de los BRICS en relación a la transición histórico-espacial del sistema mundial y al escenario geopolítico actual – en plena etapa de “Caos Sistémico” –, para a partir de allí examinar las implicancias de la constitución del BRICS+, concretada en enero de 2024. En este marco, se analiza la disputa política en Argentina en torno a su posible incorporación, lo cual está en relación a conformar o no un polo de poder emergente en América del Sur.

Palabras clave: BRICS+. G7. Semiperiferia. Geopolítica. Hegemonía. Multipolaridad relativa.

Abstract: The constitution of the BRICS is one of the central events for analyzing the transformation in the map of world power and, in particular, the political, geopolitical and geo-economic dimensions of the historical-spatial transition of the world system. The proposal for enlargement at the South Africa summit in September 2023 expresses the advance of the emerging powers and the deepening of a situation of relative multipolarity, in a scenario of the breakdown of US hegemony and the relative decline of the G7. The paper focuses on the meaning of the BRICS in relation to the historical-spatial transition of the world system and the current geopolitical scenario – in the midst of a stage of “Systemic Chaos” – in order to examine the implications of the constitution of the BRICS+, which took place in January 2024. In this context, we analyze the political dispute in Argentina over its possible incorporation, which is related to whether or not it will form an emerging pole of power in South America.

Keywords: BRICS+. G7; Semi-Periphery. Geopolitics. Hegemony. Relative multipolarity.

Resumo: A constituição dos BRICS é um dos eventos centrais para a análise da transformação no mapa do poder mundial e, em particular, das dimensões política, geopolítica e geoeconômica da transição histórico-espacial do sistema mundial. A proposta de ampliação na cúpula da África do Sul, em setembro de 2023, expressa o avanço das potências emergentes e o aprofundamento de uma situação de relativa multipolaridade, em um cenário de quebra da hegemonia dos EUA e declínio relativo do G7. O artigo enfoca o significado dos BRICS em relação à transição histórico-espacial do sistema mundial e ao cenário geopolítico atual - em meio a uma fase de “Caos Sistémico” -, a fim de examinar as implicações da constituição do BRICS+, ocorrida em janeiro de 2024. Dentro dessa estrutura, analisamos a disputa política na Argentina sobre sua possível incorporação, que está relacionada à formação ou não de um polo emergente de poder na América do Sul.

* Profesor del Departamento de Geografía, Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Argentina. Investigador del Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Co-coordinador del grupo de trabajo de CLACSO “China y el mapa del poder mundial”. Director del proyecto de Investigación y Desarrollo: “Transición histórica-espacial del sistema mundial y América Latina”, radicado en CIG-IdIHCS-UNLP. Instituto de Relaciones Internacionales (IRI).

Introducción

La aparición de los BRICS y su desarrollo constituye uno de los hechos centrales para analizar la profunda transformación en el mapa del poder mundial y, en particular, las dimensiones política y geopolítica de la transición histórico-espacial contemporánea del sistema mundial. De hecho, no resulta casual su aparición en la escena internacional en 2009, luego de la gran crisis de 2008, cuando se produce una bisagra en el capitalismo global y, con ello, un nuevo momento geopolítico, a partir del cual se consolida la situación de la crisis de la hegemonía estadounidense (o angloestadounidense como prefiero denominar), cuyas primeras manifestaciones las comenzamos a observar a partir del año 2001.

Con la pandemia que se desató en 2020, se aceleraron las tendencias fundamentales de la actual transición del sistema mundial, entre otras el declive relativo del Occidente geopolítico y el ascenso de China y de Asia en general (MERINO, 2022a). Ese año se produjo un quiebre significativo en la economía global, con fuerte carga simbólica: los países agrupados en los BRICS superaron a los países del G7 en el porcentaje que representan sus respectivas economías medidas en PIB (producto interno bruto) a paridad de poder adquisitivo (PPA). Esta tendencia secular, que avanza desde los años 80 bajo el liderazgo central de la locomotora China, continuó su curso luego de 2020 y probablemente vaya a continuar. Hasta el momento, los intentos de Estados Unidos y el Occidente geopolítico para revertir estas tendencias – que se manifiestan en guerra global contra el terrorismo, la guerra comercial, la guerra tecnológica y la guerra económica a través de sanciones, o impulso de conflictos internos a los Estados considerados rivales etc. – no solo no han logrado sus objetivos, sino que parecieran haber impulsado aún más la crisis de hegemonía y transformación del sistema mundial¹. Es parte del Cambio de Época actual.

En el año 2001, el gerente de Goldman Sachs, Jim O’Neil, encargado de la expansión global de la corporación financiera desde la City de Londres, fue quien acuñó el acrónimo BRIC (ladrillo en inglés) para referirse a grandes mercados emergentes con altas tasas de crecimiento, que superaban al G7 en su aporte a la expansión de la economía mundial. En ese marco, el globalismo neoliberal angloestadounidense, representado por Bill Clinton y Tony Blair, buscó construir un nuevo espacio de gobernabilidad del capitalismo transnacionalizado, impulsando el G20, como una especie de expansión del G7, adaptado a una nueva realidad mundial, para intentar contener a los emergentes y rediseñar las instituciones multilaterales del orden

¹ Arrighi (2007) analiza esto en relación con la guerra global contra el terrorismo y cómo ello terminó beneficiando de forma indirecta a China, quien resultó ser el gran “ganador”.

unipolar en la etapa de globalización neoliberal – una nueva “estatalidad” globalista (MERINO, 2018b). Esta estrategia es dejada de lado bajo el gobierno de George W. Bush, caracterizado por el unilateralismo unipolar, y la retoma la administración de Barack Obama en 2009.

O’Neil (2001) también remarca como una de las razones para prestar atención a los emergentes el hecho de que el PIB nominal de China ya superaba al de Italia en el año 2001, país miembro del G7. Veinte años después, el PIB nominal de China es 9 veces más grande que el italiano y se eleva a diez veces más grande si ajustamos el PIB a paridad de poder adquisitivo (PPA), mientras que la India cuadruplica a la economía italiana, Rusia casi que la duplica y Brasil la supera en un 30%. Esta es sólo una de las dimensiones en la que se expresa el profundo proceso sociohistórico de transformación del sistema mundial que tiene a los BRICS en el centro. Estos poderes medios o potencias mediana (algunos ya son mucho más que eso) son fuerzas emergentes que, en su mayoría (salvo Rusia²), provienen del Sur Global, poseen una dimensión continental (salvo Sudáfrica) y representan a buena parte de las grandes culturas con base en grandes civilizaciones históricas que fueron subordinadas por las potencias atlánticas del Occidente geopolítico³. Desde su conformación, los BRICS han desplegado una cada vez más importante presencia en los ámbitos multilaterales de discusión global, en línea con los profundos cambios en el mapa del poder mundial, siendo esta otra dimensión fundamental para analizar el poder relativo (GIACCAGLIA, 2017). Lo que discuten los BRICS desde su emergencia es el orden mundial construido por las fuerzas y poderes dominantes del Occidente geopolítico.

Los BRICS conforman un grupo de países reunido en torno a intereses comunes, más allá de sus claras diferencias históricas, culturales y económicas. Constituyen una nueva fuerza en el sistema económico mundial, como también un espacio activo para la construcción de un nuevo orden económico y político internacional (XU, 2020). En la agenda del grupo resaltan, desde el inicio, temas y debates sobre las reglas de juego cristalizadas en el ordenamiento mundial bajo la hegemonía estadounidense. Buscan la reforma de la Organización de Naciones Unidas y del Consejo de Seguridad, un nuevo enfoque del comercio mundial, la búsqueda de una moneda alternativa al dólar como moneda de referencia en el comercio internacional o reglas

² Rusia, como país principal de la URSS, era el núcleo de la segunda superpotencia mundial entre 1945-1989 y parte del mundo “desarrollado” por sus indicadores fundamentales. La implosión de la URSS y consecuente declive y periferialización ubicaron a dicho país, en la década de los años 90, en otra posición, pero igualmente resulta difícil catalogar a Rusia como proveniente del Sur Global. En todo caso, sí forma parte de una “mayoría mundial” emergente.

³ Antes de su ampliación, los BRICS representaban a 42% de la población mundial y 30% de la superficie terrestre (unos 40 millones de kilómetros cuadrados), mientras que el G7, el núcleo de los Estados centrales del Norte Global, expresaba al 9.7% de la población y 16.1% de la superficie terrestre.

más transparentes, y cambios en las instituciones financieras internacionales –como un nuevo sistema de votación en el Banco Mundial o una reforma de Fondo Monetario Internacional – con el objetivo de otorgar mayor voz a los países emergentes. En el documento de la primera Cumbre de líderes en Ekaterimburgo, Rusia, aparece además la necesidad de tener un sistema de divisas menos dependiente del dólar, que sea “estable, predecible y más diversificado” (BRICS, 2009).

El problema central de este trabajo es indagar sobre la “naturaleza” y el significado de los BRICS en relación a la dimensión geopolítica de la transición histórico-espacial del sistema mundial, para analizar a partir de allí la ampliación acontecida en septiembre de 2022, en plena etapa de “Caos Sistémico”. La tesis central es que los BRICS expresan un ascenso e insubordinación⁴ de la semiperiferia, protagonizada por potencias medias de escala continental en articulación global, lo cual genera una profunda transformación en el propio sistema mundial – que abre una nueva transición histórico-espacial – y, además, la ampliación del espacio en los BRICS+ da cuenta de la extensión de este proceso a otros territorios del Sur Global, con importantes implicancias geopolíticas.

De trasfondo hay tres críticas que se articulan en el presente trabajo. En primer lugar, a la antinomia democracia vs autocracia con la que el Occidente geopolítico, y en particular la perspectiva liberal, busca encuadrar la tensión con los poderes emergentes, cuando en realidad la propia emergencia de los BRICS y su ampliación es, justamente, una búsqueda de democratización del orden mundial. En segundo lugar, a la visión realista que se centra en el análisis interestatal y aporta interesantes elementos en la observación de la competencia entre Estados, en el análisis del escenario geopolítico y en la observación sobre el ascenso de nuevos poderes, pero que, al tener como unidad de análisis los Estados, no observa las fuerzas sociales en pugna – que atraviesan al sistema mundial y a sus unidades políticas – y cae en una mirada Estado-céntrica formalista que “igual” a los Estados en su competencia y resulta pobre para analizar qué cambios a nivel del sistema mundial se están operando en relación a la dinámica centro-periferia, en la organización de la economía mundial y en la división internacional del trabajo. En tercer lugar, a la visión que encuadra la contradicción entre el G7 y los BRICS como parte de una “Nueva Guerra Fría”, que

⁴ Este concepto tiene relación con la idea de “insubordinación fundante” que desarrolla Gullo (2015), aunque este último tiene un contenido especialmente ideológico o del plano del pensamiento – insubordinación frente a las ideas dominantes del hegemon que impiden el desarrollo, en línea con el planteo de Chang de retirar la escalera – que se complementa con la idea de *impulso estatal*. El sentido aquí utilizado es más del plano político y geopolítico, desarrollando la idea desde una perspectiva del sistema mundial que se articula con las perspectivas del estructuralismo latinoamericano y las teorías de la dependencia, y desde ahí toma elementos de la escuela de la autonomía en la que se inscribe.

errónea o intencionadamente interpreta la transición actual en los marcos de la vieja Guerra Fría, en la cual domina una visión maniquea en la que hay dos polos de poder en pugna centrados en Estados Unidos y China y se desarrollan dos bloques de alianzas estatales, donde los BRICS constituyen uno de esos dos bloques. En muchos casos, estas visiones que criticamos se articulan. Por ejemplo, el texto de Acemoglu (2023) parte desde la primera visión (relacionada a la corriente liberal) pero también expresa elementos de la tercera visión para criticar la ampliación de los BRICS.

Para abordar la tesis central del artículo se desarrollan los siguientes ejes: el lugar de las semiperiferias y de las potencias medias en la división internacional del trabajo y en el sistema interestatal en la etapa de la globalización neoliberal; la crisis económica global de 2008 y el surgimiento de los BRICS como poderes emergentes; el análisis sobre poderes continentales, nuevo multilateralismo y dimensiones de poder en disputa; la ampliación de los BRICS como expresión del nuevo momento geopolítico mundial y avance del multilateralismo ligado al multipolarismo emergente. Con relación a este último punto, se señala como cuestión geopolítica clave que la ampliación de seis países significa la incorporación de cuatro Estados de “Medio Oriente” o de la región centro de Afro-Eurasia, de los cuales tres países son actores centrales de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Además, serían parte de los BRICS+ tres países africanos, ampliando el desarrollo del espacio de convergencia de las fuerzas emergentes en dicho continente. La incorporación de Argentina – ahora rechazada por el nuevo gobierno de Javier Milei, pero que va a permanecer como tendencia posible en los próximos años – implica fortalecer la conformación en América del Sur de un polo de poder desde el cual participar con voz propia o mayor autonomía en un escenario multipolar. De ahí también la resistencia a que ello suceda en el “patio trasero” del polo dominante en declive.

G7, BRICS y división internacional del trabajo del capitalismo globalista neoliberal

Para entender el ascenso de los BRIC(S) como grandes “mercados emergentes”, es necesario analizar la reconfiguración de la división internacional del trabajo o de la economía mundial a partir de la globalización neoliberal que se desarrolla desde 1971-1982. Dicha reconfiguración del capitalismo mundial implica el despliegue de una nueva territorialidad⁵ propia del proyecto “globalista” angloestadounidense: el

⁵ Se entiende por territorialidad al conjunto de elementos materiales y simbólicos que se producen en el territorio en relación a un determinado proyecto político estratégico, dando lugar a configuraciones territoriales, entendidas como formas particulares de apropiación, delimitación e identidad de un espacio

concepto de “red” pasa a ser central para identificar las nuevas formas de organización económico-social (CASTELLS, 1997), la “globalización” aparece como categoría principal para describir la nueva etapa histórico-espacial del sistema mundial (TAYLOR y FLINT, 2002) y se reconfigura la dinámica centro-periferia (ARCEO y URTURI, 2010). La “globalización” o mundialización no es un fenómeno nuevo (ARRIGHI y SILVER, 1999), ni siquiera un hecho atribuible a la expansión occidental (GUNDER FRANK, 1998), pero entendemos que la globalización de fines de siglo XX y principios del siglo XXI constituye una etapa específica del sistema mundial capitalista bajo el dominio del Occidente geopolítico.

En tanto el capital es una relación social de producción, lo que comienza a desarrollarse a partir de los años 60-70 es una nueva forma de organizar la producción social en el capitalismo, la cual se consolida hacia 1980 con el despliegue del proyecto político neoliberal y el llamado “boom” financiero de la “city” de Londres y de Nueva York – apoyado en transformaciones jurídicas y tecnológicas. Su auge se da con la derrota de la URSS en la Guerra Fría. La crisis de México en 1994 y la oleada iniciada en 1997 en el sudeste asiático, que se despliega en el conjunto de países emergentes – Rusia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001) –, cierra un ciclo de desarrollo y consolidación de las redes financieras globales y del capital transnacional. Aunque también, en ese mismo momento, comienzan a emerger en el propio seno de despliegue globalista las fuerzas antagónicas que reaccionan a los procesos de “acumulación por desposesión” (HARVEY, 2004) y a la pérdida de poder nacional frente a lo global, que impone el comando del capital financiero transnacional junto al FMI y el Banco Mundial y el poder político y militar del Occidente geopolítico, conducido por las fuerzas globalistas angloestadounidenses.

El desarrollo de la forma “transnacional” del gran capital del Norte Global – que necesariamente es financiero en tanto la propiedad de las principales empresas productivas pertenece a fondos financieros de inversión global que se encuentran en el corazón de la red – implica que la unidad económica es global. Ya no se organiza en términos radiales casa matriz-filial, sino bajo la forma de red, que establece y coordina cadenas globales de valor (CGV), las cuales constituyen integraciones funcionales de actividades dispersas en los distintos países a través de redes dominadas por las empresas transnacionales (FERNÁNDEZ y TREVIGNANI, 2015), verdaderas “fábricas sincronizadas” (BLYDE, 2014). A su vez, se estructura como red financiera que combina todo tipo de actividades productivas y especulativas en unidades relativamente autónomas, especializadas y flexibles. Esto tiene relación con un nuevo “modo de acumulación” denominado por algunos autores como “posfordismo”, basado en

en un momento histórico determinado.

el paradigma tecnológico que se describe en la siguiente fórmula: taylorismo+mecanización+robotización (LIPIETZ, 1994). Ello da lugar a otro tipo de organización y racionalización del proceso de trabajo, en el cual se desarrollan tres estrategias claves: flexibilización e informalización de las relaciones de producción y la tercerización o externalización de los procesos productivos no esenciales para las grandes empresas.

La infraestructura de las redes posibilita la organización estratégica de la multilocalización y el intercambio de flujos materiales e inmateriales entre los diferentes actores de las cadenas. Los procesos de “deslocalización”, “externalización” y desarrollo de la CGV-red se deben a distintos factores, entre los que se destacan: la búsqueda de menores costos de la mano de obra, legislaciones sobre ambiente y mercado de trabajo más permisivas, mayor o menor resistencia sindical, reducción de los costos del comercio, reducción de los costos de transporte, crecimiento de las empresas de logística, menores costos de información y comunicaciones, ocupación de mercados, establecimiento de acuerdos ventajosos sobre contratos, “protección” de derechos de propiedad intelectual, control de recursos naturales, entre otros. Este proceso de deslocalización tiene como contracara la centralización del capital en las transnacionales y en las redes financieras globales, que son sus controlantes accionarias⁶.

El 80% del comercio mundial está vinculado a las cadenas mundiales de valor dominadas por grandes transnacionales, y más del 60% del valor agregado era producido, hasta hace unos años, en los países centrales que dominan dichas cadenas y los eslabones centrales propios del núcleo orgánico: tecnología avanzada, altas finanzas y divisas mundiales, comercio mundial y comando estratégico y servicios de alta complejidad (conocimiento estratégico). Esos son los factores clave que monopolizan las transnacionales y los grandes fondos financieros de inversión global en el comando de la economía mundial, reforzado por el poder de los Estados centrales del G7 para controlar los recursos naturales, asegurar la (geo)cultura dominante del sistema, abrir los territorios para los grandes medios y plataformas de información y comunicación y, por supuesto, garantizar ante todo la supremacía político-militar que garantiza la acumulación de riqueza bajo el patrón propio del capitalismo histórico. Los actores económico-sociales que no tienen escala global y no pueden ser parte del núcleo central de un proceso económico global, se insertan de manera formal o informal como proveedores subordinados a una cadena de valor global comandada por las grandes transnacionales y sus fondos controlantes.

Amin (1998) observa que a partir del establecimiento de cinco monopolios – tec-

6 En un estudio de Vitali, Glattfelder y Battiston (2011) se identificó que 147 grandes entidades financieras globales y/o grandes fondos financieros de inversión globales se apropian del 40% de los ingresos mundiales a través del control directo e indirecto de las acciones de las 43.070 empresas transnacionales más importantes que constituyen el núcleo de la economía mundial.

nológico, financiero-monetario, control de los recursos naturales, armas de destrucción masiva y medios masivos de comunicación –, los Estados centrales definen el marco en el que opera la ley de valor mundializada. De acuerdo con el autor, este condicionamiento anula el impacto de la industrialización en las periferias, devalúa su trabajo productivo y sobrevalora el supuesto valor agregado derivado de las actividades de los monopolios. A partir de allí, se desarrolla una nueva jerarquía en la dinámica desigual y combinada del capitalismo mundial, que profundiza la desigualdad en la distribución de los ingresos a escala mundial y que subordina las industrias y actividades productivas de los territorios periféricos y semiperiféricos, reduciéndolos a la categoría de espacios de subcontratación.

La dinámica de transnacionalización redefinió la relación centro-periferia, en la cual determinados territorios pasaron a ser parte de la red central del Norte Global – al tiempo que territorios centrales que eran grandes centros industriales devienen en semiperiféricos (como el llamado cinturón industrial de Estados Unidos – EE.UU. devenido en el “cinturón del óxido”) aunque contenidos dentro de países centrales. Por otro lado, se extiende, con la incorporación de China, India y otras economías asiáticas, una semiperiferia productora de *commodities* industriales e insumos-materias primas esenciales para la economía mundial, que cuenta con “ingresos medios”, generalmente entre el 30% y el 10% del PIB per cápita nominal del promedio de los territorios centrales – y está protagonizada por países con una importante escala demográfica, económica y territorial. Por último, hay una gran mayoría mundial que conforma una periferia proveedora de materias primas dominada por empresas transnacionales bajo modalidades de enclave (extractivismo puro), casi sin desarrollo en eslabones intermedios, con una extensa economía de subsistencia de baja productividad y bajísimo desarrollo humano. Esta clasificación supone un conjunto de situaciones intermedias. Además, no se puede perder de vista que la economía mundial se trata de un todo orgánico atravesado por relaciones de cooperación (para producir valor) y enfrentamiento (en la disputa por su distribución del valor), lo cual genera una dinámica permanente y, necesariamente, mediada por la política. A su vez, cada territorio en tanto formación económico-social expresa una combinación específica de estas jerarquías de centro-semiperiferia-periferia. Un cambio cualitativo de la globalización es que el “centro” se distribuye en red global, aunque desaparejo y manteniendo el predominio del núcleo orgánico en los tradicionales países centrales. Dicho proceso profundiza el declive periférico al interior de los territorios centrales, y, a la vez, emergen pequeños centros de la red global en territorios periféricos, generando múltiples tensiones, territorialidades en pugna y espacialidades múltiples. Mientras que China se convierte bajo este esquema en el taller manufacturero del

mundo, que a la vez se combina con una gran autonomía y capacidad política.

La reconfiguración transnacional de la socioeconomía mundial no sólo modifica la relación clásica centro-periferia, sino que también pone en crisis la forma Estado-nación en su configuración anterior, multinacional⁷. El avance de lo “global”, en sus múltiples dimensiones además de la económica, en tanto forma dominante de la producción y reproducción del sistema mundial, va de la mano de una transformación del sistema político institucional anclado en el Estado-nación – tanto de país central como de país dependiente – ya que no su desaparición sino su “desnacionalización” constituye un elemento clave en esta fase del capitalismo mundial. La desnacionalización del Estado (que justamente resistirán los poderes emergentes) es clave para garantizar el dominio por parte de las redes financieras globales, sus transnacionales y los Estados centrales del sistema de tres flujos fundamentales: mercancías, dinero e información. Este nuevo tipo de territorialidad global da lugar a la emergencia de una nueva estatalidad. Es decir, se desarrolla de forma creciente una nueva forma de Estado a la vez que se construye una institucionalidad global mediante la delegación de cada vez mayores poderes a las instituciones transnacionales creadas por “Occidente” y el Norte Global, dotadas de una burocracia mundial, que subordina a los Estados-nación y produce procesos de desnacionalización (MERINO, 2018b). Ello se ve acompañado por un desplazamiento de las funciones nacionales públicas de gobierno hacia actores privados de escala global.

En la dimensión política, este proceso comienza a desarrollarse a partir de la creación del G7, en 1975, como parte de un reordenamiento de la hegemonía estadounidense o angloestadounidense luego de la crisis de 1967-1973. Se estableció un nuevo rol de Europa occidental (particularmente del núcleo Alemania-Francia-Italia) y de Japón en Asia Pacífico, los dos “protectorados” militares de Estados Unidos, pero a la vez centros económicos fortalecidos en los años “dorados” de crecimiento en la posguerra. El G7, como nuevo espacio de gobernabilidad del capitalismo mundial, es un producto del desarrollo de la Comisión Trilateral, fundada por David Rockefeller en 1973, acompañado por su asesor estrella, Zbigniew Brzezinski (más tarde Asesor de Seguridad Nacional del presidente Jimmy Carter 1977-1981). La comisión reunió a los representantes de las principales corporaciones de Japón, América del Norte (Estados Unidos y Canadá) y Europa Occidental. En otras palabras, la Comisión Trilateral y el G7 son parte de un mismo proceso que consiste en que los Estados Unidos

⁷ En este sentido, Marini (2008 [1996]: 248) analiza que la globalización se caracteriza por “[...] la superación progresiva de las fronteras nacionales en el marco del mercado mundial, en lo que se refiere a las estructuras de producción, circulación y consumo de bienes y servicios, así como por alterar la geografía política y las relaciones internacionales, la organización social, las escalas de valores y las configuraciones ideológicas propias de cada país”.

y sus grupos de poder dominantes amplían la mesa de conducción del capitalismo mundial, desde la cual se impulsó y comandó la globalización neoliberal a partir de 1980, y el orden unipolar luego de la caída de la URSS. La trilateral es la nueva “san-tísima trinidad” del mundo idolátrico y su reordenamiento político: es uno mismo en tres partes distintas.

En 1982 los países del G7 representaban el 50% de la economía mundial medida a paridad de poder adquisitivo (PPA), o el 70% en términos nominales. En contraste, los países que conforman los BRICS – Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica – en 1982 representaban en conjunto sólo el 10% de la economía mundial a PPA o poder de compra real, y mucho menos del 10% si la medición es en términos nominales. Es decir, la diferencia de magnitud era drástica, porque, además, las redes financieras globales y las transnacionales del Norte Global controlaban el resto de los mercados, y los Estados centrales monopolizaban las dimensiones clave de poder que se mencionaron anteriormente: finanzas globales, comercio mundial, tecnología de punta y el conocimiento para el comando estratégico-organizacional; reforzado por el poder de sus Estados centrales. La ya desaparecida URSS o la propia China aparecían como gigantes en otras dimensiones – en términos militares, territoriales o demográficos. Por su poder, tenían un lugar en la mesa de las grandes potencias, pero no representaban un desafío sistémico.

Pero es justamente este ordenamiento lo que cuestionan y ponen en crisis los BRICS; quizás por eso mismo, el propio inventor del acrónimo, Jim O’Neil, se opuso a la creación del grupo y aún continúa insistiendo sobre la necesidad de fortalecer el G20 como espacio de gobernabilidad global (O’NEIL, 2023), es decir, como instancia central para sostener el orden globalista unipolar en crisis y subordinar/contener a los emergentes. En este sentido, los BRICS constituyen ante todo un foro de cooperación económica y social, pero también un espacio político que está diciendo, especialmente después de la gran crisis económica de 2008/2009, que las reglas de juego no las pueden poner solamente el 1% del 10% de la población mundial, representada en los grupos dominantes de los países del G7 y en los centros financieros del Norte Global.

Hacia fines de los años 1990 y principios de los 2000, en la periferia y, sobre todo, en la semiperiferia mundial (incluso también en algunos de los viejos territorios centrales en declive), comienzan a emerger fuerzas político-sociales con proyectos que debaten y se enfrentan al proyecto neoliberal, el Consenso de Washington, el orden unipolar y la globalización comandada por el Norte Global. Estas fuerzas político-sociales buscan impulsar proyectos nacionales/regionales de desarrollo de las fuerzas productivas y de capacidades socio-estatales estratégicas. Dicha tensión se expresa como una relación de cooperación y enfrentamiento, plagada de matices y comple-

tidades, y aparece en términos geopolíticos como un enfrentamiento entre el unipolarismo y el multipolarismo. De esta forma, si los BRICS eran mercados emergentes – territorios de expansión de las fuerzas globalistas y sus transnacionales y solución espacial de la sobreacumulación de capital del Norte Global – a partir de 2001, y con claridad desde 2009, los BRICS pasan a ser poderes emergentes, aunque a su interior coexistan fuerzas contradictorias.

En esta línea, hacia fines de los años 1990, se observan dos escenarios (JAGUARIBE, 1998): el primero es el avance de Estados Unidos hacia un imperio mundial – o lo que Arrighi (2007) define como los intentos de construir, por primera vez en la historia, un imperio global. El segundo escenario es que se establezca una especie de “directorío” o “concierto” mundial plural, es decir, lo que denominamos un sistema multicéntrico y multipolar en su dinámica política. Se trata de dos tendencias mundiales contrapuestas y superpuestas, en lucha, que expresan dos universalismos.

La crisis económica global de 2008 y el surgimiento de los BRICS como poderes emergentes

La crisis de 2008 constituye una bisagra del proceso de transición histórico-espacial, que se expresa en muchas dimensiones. Porque a partir de allí se consolida la crisis de hegemonía angloestadounidense, cuyas primeras expresiones se producen entre 1999-2001, e ingresamos en una economía mundial dual, caracterizada por el estancamiento del Norte Global (al que sólo escapa en parte los Estados Unidos) y una aceleración del proceso de financiarización como respuesta a la crisis, que tiene como centro, justamente, a Estados Unidos. Esto contrasta con la fuerte expansión material de China y gran parte de Asia del Este y del Sur, dando lugar a una acelerada y profunda transformación sistémica de la economía mundial – una transición geoeconómica (MERINO, 2022a). En este sentido, en 2023 el crecimiento de China representaría el 35% de la expansión de la economía mundial, y el de India el 15%, profundizando esa tendencia, en tanto Europa con un 7,1%, y el conjunto del continente americano, 13,7%. Desde la crisis de 2008, se pone de manifiesto una crisis estructural de la globalización financiera neoliberal y del Consenso de Washington⁸, y la emergencia

⁸ Un informe del propio FMI de febrero de 2023 habla de «slowbalization» para referirse a dicha cuestión (AIYAR y ILYINA, 2023). Por otro lado, ello se articula con un problema de realización del capital – que puede verse también como una crisis de sobreproducción – debido a las políticas neoliberales que redujeron sistemáticamente los ingresos relativos de los asalariados para aumentar la renta a favor de los grupos financieros y clases propietarias, con menor propensión a la inversión productiva, y que, por lo tanto, no se transforma en demanda efectiva, creando burbujas que explotan regularmente. El endeudamiento de las clases trabajadoras para aceptar la realización del capital, combatiendo la escasez

de otra “globalización”, con características chinas (JABBOUR, DANTAS y VADELL, 2021).

Para resolver esta crisis, las fuerzas globalistas del Occidente geopolítico buscan trazar una política de contención y avanzar hacia una nueva territorialidad político-estratégica, que subordine y subsuma a los poderes emergentes. De esta forma, la solución espacial de la crisis sería que los países emergentes privaticen y/o extranjericen sus grandes conglomerados empresariales nacionales, abran sus cuentas de capital y su sector financiero, quiten regulaciones sobre los flujos de capitales, mercancías e información para que operen sin restricciones los grandes jugadores del Norte Global, y traspasen el control de sus recursos naturales a las transnacionales angloestadounidenses y de aliados. En definitiva, que abandonen los proyectos nacionales de desarrollo. De esta manera, el capital financiero transnacional del Norte Global podría apropiarse de dichos activos y mercados emergentes, resolviendo la crisis de sobreacumulación y evitando una aún más profunda corrección en sus propios territorios centrales⁹. Lo cual va de la mano con que deben aceptar las reglas de juego que establece el Occidente geopolítico, mientras que los Estados y fuerzas principales del Occidente geopolítico pueden no cumplirlas. Todo esto debilitaría estructuralmente a los actores emergentes como jugadores geoestratégicos.

Sin embargo, China rechazó esa estrategia planteada entre 2008 y 2010 y, en contraste, en base a su fortaleza relativa y a su autonomía estratégica relativa, como también al nuevo escenario de poder mundial, pudo reconfigurar su proyecto nacional de desarrollo y reimpulsarlo. No resulta casual que, a pesar de las presiones y recurrentes pronósticos catastróficos (CHANG, 2001), de 2008 a 2022 haya casi cuadruplicado su PIB nominal de acuerdo con el Banco Mundial (mientras Japón y la zona Euro prácticamente no tuvieron crecimiento). La acumulación económica y la fuerza política van de la mano, manifestándose en estos casos en la capacidad de resistir o quebrar los mecanismos de dependencia y subordinación económica y política de los

estructural de demanda efectiva, alimenta, por otro lado, dichas burbujas.

⁹ “El excedente de capital se materializa en inventarios de productos no vendidos que solo pueden ser eliminados a pérdida, en capacidad productiva ociosa y en liquidez que carece de salidas para la inversión rentable. La incorporación de un nuevo espacio en el sistema de acumulación ‘arregla’ (es decir, proporciona una solución) la consiguiente crisis de sobreacumulación al absorber estos excedentes, primero a través del ‘aplazamiento temporal’ y luego a través de un aumento espacial del sistema de acumulación” (ARRIGHI, 2007, p. 218). Dicha resolución se vincula y se articula con la lógica imperialista, con los procesos de *acumulación por desposesión* (HARVEY, 2004). Un ejemplo claro para nuestra región de dichos procesos fue el que se observó en América Latina a partir de los golpes de Estado y dictaduras de los años 1970 y 1980, en articulación con la imposición de las políticas neoliberales sintetizadas en el Consenso de Washington, que fueron parte de la retomada de la hegemonía estadounidense sobre su «patio trasero». Esto significó un punto de quiebre que dio inicio a un proceso de periferización regional (MERINO y HARO SOY, 2023).

territorios periféricos y semiperiféricos. Esto es central para entender por qué China, a partir de la crisis, además pudo avanzar en el replanteo de su modelo de desarrollo, implementó un enorme paquete de medidas monetarias y fiscales expansivas con especial hincapié en la infraestructura (YUE, 2009), prestó más atención en el mercado interno y en los ingresos de los trabajadores (que se triplicarán nominalmente entre 2008 y 2012), y profundizó sus planes para impulsar el desarrollo tecnológico (que le permita romper con la denominada “trampa de los ingresos medios”) y enfrentar los problemas ambientales. Al mismo tiempo, en los últimos años, Beijing disminuyó un 40% la deuda estadounidense en sus reservas nacionales, mostrando otra dinámica en materia financiera.

En la división mundial del trabajo descrita, dentro del orden globalista unipolar, para los grupos y fuerzas dominantes de EE.UU. y el Norte Global, no era un inconveniente el crecimiento de China como gran semiperiferia industrial de bajos costos relativos subsumida al capital transnacional, sino todo lo contrario: en ese esquema, China sobresale como el territorio donde, por ejemplo, se producen a bajo costo y a alta calidad los teléfonos y las computadoras diseñados y comercializados a nivel global por Apple, empresa que se asegura súper ganancias por su monopolio tecnológico y el control central de la CGV, alimentando al capital financiero que la apalanca y controla. En este sentido, tampoco era un problema si Rusia se convertía en un gran exportador mundial de gas, petróleo y otras materias primas bajo el comando de las transnacionales occidentales asociadas a los “oligarcas” locales, al tiempo que le daban un lugar en la mesa del G8 si a su vez aceptaba convertirse en un actor regional y abandonaba definitivamente su lugar de gran jugador geoestratégico eurasiático, a partir del debilitamiento estructural de su influencia en las exrepúblicas soviéticas (con el avance de la Organización del Tratado del Atlántico Norte – OTAN) y de la desarticulación de sus capacidades estratégicas de primer nivel. Pero todo esto se resquebraja cuando, por ejemplo, China comenzó a desarrollar sus propias empresas, marcas y diseños de teléfonos (Huawei, Xiaomi, OPPO), abastecidos en parte con sus propios desarrollos tecnológicos; o cuando Rusia, a partir del control estatal del gas y el petróleo, fortaleció su economía, recuperó y modernizó su complejo de defensa (el segundo a nivel mundial) y volvió a el escenario geopolítico como potencia reemergente¹⁰.

La crisis de 2007-2008 es un punto de bifurcación en tanto, por un lado, debilita a Estados Unidos y al Norte Global, consolidando el proceso histórico-espacial de

10 O cuando Brasil avanza bajo los gobiernos del PT con políticas autonomistas, impulsando la UNASUR en el «patio trasero» de Estados Unidos, o medidas de carácter neodesarrollistas, como, por ejemplo, con la monopolización de la explotación del petróleo *offshore* del «presal» por parte de Petrobras, y la utilización de la renta hidrocarbúrica para impulsar la tecnología y el sector industrial (MERINO, 2018a).

crisis de hegemonía, y, por el otro lado, produce una fortaleza relativa de los poderes emergentes. Un símbolo de ello fue el texto de Zakaria (2008) “The rise of the rest” [El auge del resto], donde se reconoce el cambio en el mapa del poder mundial, aunque con la esperanza de que Estados Unidos todavía posea la capacidad de “liderar” la transición hacia un nuevo orden mundial. El problema es que, justamente, la crisis de hegemonía se expresa, entre otras cosas, como una crisis de “liderazgo”, ya que el hegemón no puede resolver la demanda por “democratizar” el ordenamiento mundial, a la que ve como una amenaza para su supremacía.

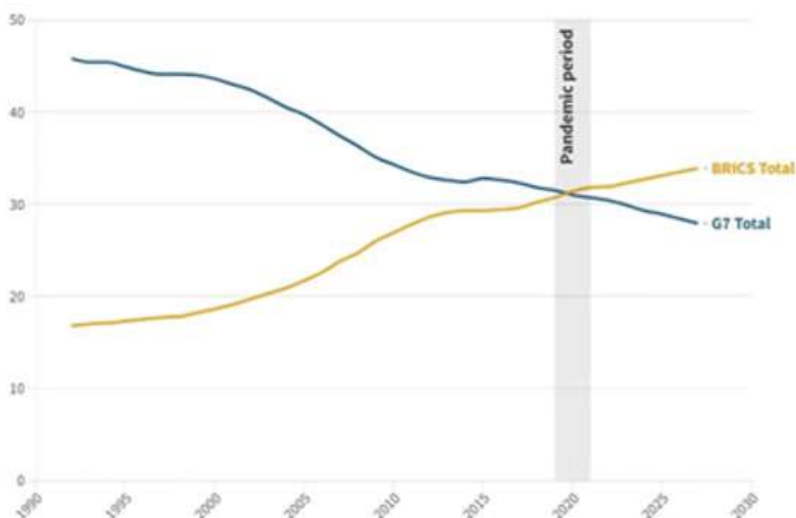
A partir de este punto de bifurcación, la cuestión central para el polo de poder angloestadounidense es contener y subordinar a las fuerzas y poderes emergentes, como medio para resolver la crisis de hegemonía y los problemas económicos estructurales que ya se señalaron, ambas caras de un mismo fenómeno. En este marco debe leerse la política exterior estadounidense denominada “Pivot to Asia”, lanzada en 2011, en la cual se busca reforzar la presencia militar en la región de Asia Pacífico y profundizar la relación con países aliados o protectorados, avanzar hacia una OTAN del Indo-Pacífico, establecer el Tratado Trans-Pacífico, lanzar una “Nueva Ruta de la Seda” con centro en Afganistán, etc. Junto a ello, se desarrollan intervenciones clave para dominar el tablero euroasiático en Libia, Siria y Ucrania. Los poderes y fuerzas emergentes intentan, por su parte, enfrentar dichas políticas y estrategias de contención/subordinación, así como escapar de alguna manera de la dinámica financierización y acumulación por desposesión, tratando de poner en crisis elementos clave de la relación de dependencia centro-periferia. Un ejemplo de ello son los intentos y avances por parte de los BRICS de crear otra arquitectura financiera mundial, comerciar sin utilizar dólares, enfrentar las políticas de propiedad intelectual del Norte Global, establecer otros organismos y acuerdos multilaterales o fortalecer el comercio entre los socios.

En la VI cumbre de los BRICS, en Fortaleza (Brasil), celebrada en julio de 2014 a los pocos meses del comienzo de la guerra en el Este de Ucrania y del inicio de las primeras expresiones de la guerra mundial híbrida (MERINO, 2023), se crearon dos instituciones financieras: un nuevo fondo de reservas de emergencia con un capital inicial de 50.000 millones de dólares y nuevo banco de desarrollo con 100.000 millones de dólares, con sede en Shanghái. Con estas dos estructuras financieras, los BRICS intentan avanzar hacia la construcción de una arquitectura financiera global que sea alternativa a la del Banco Mundial y el FMI. Lo cual está directamente relacionado con el hecho de que Washington se niega a ajustarse a la nueva situación mundial, impidiendo la aprobación de los planes de reforma de las instituciones multilaterales que buscan darles más presencia a los países emergentes en relación a una nueva rea-

lidad del poder mundial. La falta de ajuste genera una desconexión sistémica entre las estructuras económicas y las estructuras políticas del viejo orden mundial, las cuales quedan desbordadas y enfrentadas al multilateralismo emergente, que avanza especialmente a partir de 2014, cuando se abre una nueva fase de la crisis del orden mundial (MERINO, 2016).

En la cumbre de Sudáfrica de 2023, además de la ampliación de los BRICS, también se plantearon algunos pasos más para avanzar en una arquitectura monetaria-financiera mundial alternativa (no necesariamente contrapuesta) a la del dólar-reserva federal, Wall Street y Londres, que permita quebrar los mecanismos estructurales de transferencia de riqueza de la periferia al centro. Apuntan a ello el fortalecimiento y la ampliación del Nuevo Banco de Desarrollo de los BRICS y el otorgamiento de créditos en monedas de los países miembros, junto con los avances de los intercambios comerciales también en monedas propias. Además, se oficializó que se estudiaría la conformación de una moneda de referencia de los BRICS, aunque sea algo muy difícil de implementar en el corto plazo.

Figura 1. Porcentaje del PIB mundial



Fuente: The Print (2023).

Como se observa en el gráfico, el poder económico mundial se ha modificado notoriamente, reflejando importantes cambios en la división internacional del trabajo y

en la jerarquía económica mundial. El G7 ha disminuido su tamaño relativo y ha sido superado por los BRICS, desde el año 2020, en el porcentaje del PIB en la economía mundial a paridad de poder adquisitivo, 31% a 32% respectivamente en 2021. Y si bien la brecha todavía es importante en términos de PIB nominal a favor del G7 – 44% a 27% respectivamente – esta se va achicando de forma acelerada, a la vez que muestra una pérdida de más de una cuarta parte del porcentaje del PIB mundial por parte del viejo núcleo orgánico. La ampliación de los BRICS también impacta estos números, aumentando al 36% el PIB (PPA) del mundo representado por el espacio de convergencia de los poderes emergentes. Por otro lado, el Norte Global ya no representa a las mayores potencias industriales, lo que indica la pérdida de su liderazgo productivo: el PIB industrial de China, el gran taller manufacturero del mundo, es igual a la suma del producto bruto industrial de EE.UU., Alemania y Japón; a lo que se puede agregar que más de la mitad del producto industrial está en Asia; y China, desde 2019, se ha convertido en el principal país en solicitud de patentes tecnológicas, liderado por la empresa china de telecomunicaciones Huawei.

Una cuestión que sobresale, como ya se mencionó, es la dualidad de la economía mundial, que encierra una creciente tensión estratégica entre el reajuste (resistido) de Estados Unidos y las fuerzas dominantes del Norte Global a la nueva realidad mundial, o, por otro lado, la subordinación y subsunción de los poderes emergentes, convertidos nuevamente en mercados emergentes. Esto, a su vez, tiene relación con una contradicción entre un capitalismo neoliberal en crisis (incluso cuestionado desde las propias elites de los países centrales) y que profundiza su proceso de financiarización, frente a la dinámica de desarrollo productivo del modelo denominado “socialismo de mercado” en China y otros proyectos nacionales-continenciales “desarrollistas” de los poderes emergentes.

Poderes continentales emergentes y bloque histórico

Los BRICS constituyen el pasaje de un conjunto de países de mercados emergentes a poderes emergentes, es decir, de territorios de expansión de las redes financieras globales y las transnacionales del Norte Global, en tanto grandes semiperiferias productoras de *commodities* industriales y materias primas, a territorios en donde fuerzas sociales emergentes, organizadas en proyectos político-estratégicos, ponen en tensión el mundo unipolar, el Consenso de Washington y la globalización financiera neoliberal, y buscan construir capacidades socio-estatales para desarrollarse como centros ascendentes de un mundo multipolar. Es importante aclarar que esto no resulta lineal, sino que esto se traduce en una disputa político-estratégica que se juega

en cada territorio. Con los BRICS se plantea, de forma heterogénea, una discusión central sobre el ordenamiento mundial y sus “reglas” dictaminadas por Estados Unidos y el Occidente geopolítico, la división internacional del trabajo, las jerarquías interestatales y la geocultura dominante. En otras palabras, se trata de potencias medias emergentes (RAMOS, 2014) de influencia regional (y ahora mundial), que expresan/organizan fuerzas para presionar por la redistribución del poder y de la riqueza – altamente concentrados –, procurando una democratización del orden mundial – lo que implica, en última instancia y más allá de la voluntad de los actores, un cambio del propio sistema, una transformación de algunas de sus características dominantes.

Es decir, no sólo está en juego el ordenamiento político mundial sino elementos centrales del propio sistema mundial, su patrón de desenvolvimiento, las jerarquías establecidas a partir de la relación centro-periferia o su carácter occidentalocéntrico. En este sentido, las tendencias fundamentales de la actual transición apuntan a una inversión de la llamada “Gran Divergencia” que se produjo a partir de 1815-1820, cuando comenzó un gran declive de la participación de Asia en el PIB mundial, con relación a su subordinación político-estratégica de carácter colonial y semicolonial en beneficio de Europa Occidental y Estados Unidos. Entre 1820-1950, la participación de Asia en el PIB mundial cayó del 56,2% al 15,5%, mientras que la de Europa Occidental y Estados Unidos aumentó del 25,4% al 56,9% durante el mismo periodo (MARTINS, 2018). China e India, que representaban el 33% y el 16% de la producción mundial al inicio del siglo XIX, respectivamente, cayeron al 4,6% y 4,2% hacia fines de los años cuarenta del siglo XX (MADDISON PROJECT, 2023). A partir de allí se produce una bisagra histórica cuando, con la conquista de sus independencias, comienzan a sentar las bases políticas para revertir el proceso de declive.

Chase-Dunn (1990) observó con acierto que, por sus características, los territorios semiperiféricos eran excepcionalmente fértiles para los movimientos históricos de resistencia a los centros capitalistas dominantes y a las desigualdades del sistema, como también para los movimientos o acciones que transforman la economía y la sociedad capitalista mundial. Son los Estados de gran escala de la semiperiferia, con recursos suficientes para evitar los intentos por parte del centro para derribar procesos político-sociales “contrahegemónicos” y proyectos nacionales de desarrollo que desafían su posición subordinada, los eslabones débiles de la “cadena de mando” del sistema mundial¹¹.

11 Arrighi (1997) realizó estudios empíricos con relación al concepto de semiperiferia, definiéndola en relación a la persistencia de un grupo intermediario de Estados localizados entre el pequeño número de Estados ricos (el núcleo orgánico de la economía mundial) y la gran mayoría de Estados pobres. Para hacerlo utilizó el PIB per capita, enfocándose en la dimensión de la división internacional del trabajo, pero dejando a un lado la jerarquía en el sistema interestatal. Chase-Dunn (1990) propone partir de una

Huntington, en su famoso texto *Choque de civilizaciones*, analiza el ascenso de las potencias del Atlántico Norte en los siguientes términos: “Occidente conquistó el mundo, no por superioridad de sus ideas, valores o religión [...] sino por la superioridad de su violencia organizada. Los occidentales a menudo olvidan este hecho, los no occidentales, nunca” (HUNTINGTON, 1996, p. 58). En realidad, fue la combinación entre la “violencia organizada” propia de la expansión imperialista colonizadora, junto con el desarrollo capitalista e industrial articulado con el desarrollo militar – imperialismo + colonialismo + capitalismo + industrialismo – lo que abrió el camino para la hegemonía del Occidente geopolítico durante dos siglos – toda una excepción histórica si observamos más allá del relato eurocéntrico (GUNDER FRANK, 1998). Pero ahora es este dominio y este patrón lo que justamente están en crisis. La “violencia organizada” encuentra límites y resistencia, y los Estados Unidos y aliados no logran contener y subordinar por la fuerza a los poderes desafiantes. Resulta sintomático el libro del francés Chaliand (2018) donde se analiza “[...] por qué Occidente pierde las guerras”, a la luz de los resultados de los últimos conflictos, que contrasta con el proceso histórico que se inicia en el siglo XVI y hasta la Segunda Guerra Mundial.

A esto apunta el ministro indio de Asuntos Exteriores, Subrahmanyam Jaishankar, en una conversación con CFR (A CONVERSATION..., 2023):

Mi sensación es que hoy en día Estados Unidos también se está reajustando fundamentalmente al mundo. Lo está haciendo en parte por las consecuencias a largo plazo de Irak y Afganistán. Y esa es una parte. Pero creo que es sólo una parte. También ha cambiado en la última década el dominio de Estados Unidos en el mundo y su poder relativo frente a los demás. Y es lógico, porque como en realidad el mundo se ha vuelto, en cierto modo, más democrático,

consideración teórico-analítica de la jerarquía centro-periferia, definida como la concentración regional de producción capital-intensiva versus la producción periférica trabajo-intensiva, a partir de lo cual define dos tipos de áreas semiperiféricas: aquellas en las que hay un balance entre el tipo de producción de centro y de periferia dentro de un mismo Estado, y aquellas en donde hay una preponderancia de los niveles intermedios de las producciones capital-intensivas. Estas definiciones son propias de la órbita económica. Luego, Chase-Dunn, Kawano y Brewer (2000) proponen un análisis más basado en el poder relativo de un Estado, donde los países centrales tienen un mayor poder económico y político/militar (Estados Unidos, Europa y Japón), mientras que los países periféricos son pobres y tienen Estados débiles (la mayoría de los países de Asia, África y América Latina), y en el medio hay un grupo de países (la semiperiferia) con niveles intermedios de poder, ya sea por su gran tamaño o por sus niveles intermedios de desarrollo, como Brasil, Argentina, India o México. Por otro lado, el concepto de potencia media tiene que ver con la órbita política y geopolítica, y refiere al lugar de un Estado en la jerarquía del sistema interestatal. En este sentido, una forma de cruzar ambas dimensiones para analizar ciertos países específicos y construir una categoría al respecto es a través del análisis que realizamos de seis dimensiones socio-estatales estratégicas que mencionamos, cruzadas con la escala demográfica y territorial de un Estado.

si las oportunidades están disponibles de forma más universal, entonces es natural que surjan otros centros de producción y consumo y haya una redistribución del poder en el mundo. Y eso ha ocurrido.

La insubordinación tiene esta dimensión político-estratégica fundamental: hay grandes poderes continentales – Estados continentales industriales, de acuerdo con Methol Ferré (2013) – con capacidad para enfrentar procesos de subordinación y establecer niveles de autonomía relativa importante. Pero dicha capacidad está dada, en realidad, por la articulación mundial de poderes continentales, es decir, es dicha articulación que hacen posible la insubordinación a las fuerzas globalistas unipolares, cuya escala es mundial. Los BRICS y otras organizaciones multilaterales del mundo emergente son espacios estratégicos de cooperación, que, frente al orden mundial unipolar, oponen una articulación mundial de carácter multipolar y, por lo tanto, contradictoriamente, otro universalismo. En otras palabras, es dicha articulación de los poderes emergentes lo que permite, justamente, establecer una resistencia e insubordinación de escala global, que cada Estado por separado no podría realizar¹².

Estas asociaciones de carácter estratégico fueron dejadas en claro por los respectivos gobiernos de China y Rusia en una cumbre realizada en Moscú en marzo de 2023. El propio Xi Jinping (2023) afirmó en un artículo suyo publicado en Rusia antes de la cumbre, en medios rusos, que ambos países debían cooperar frente a los desafíos que enfrenta su propia seguridad, debido a “[...] los actos perjudiciales de hegemonía, dominación e intimidación”. Y, al término de la cumbre, cerró su visita con una frase de profundo contenido histórico: “Ahora hay cambios que no se habían producido en 100 años. Cuando estamos juntos, impulsamos estos cambios” (INFOBAE, 22 mar. 2023). En un artículo periodístico firmado por el propio Vladimir Putin y publicado en el principal periódico de China antes de la cumbre, también apunta contra el Occidente geopolítico:

Apegándose más tercamente que nunca a sus dogmas obsoletos y a su dominación que se desvanece, el «Occidente colectivo» está apostando por el destino de Estados y pueblos enteros. La política de EE.UU. de contener simultáneamente a Rusia y China, así como a todos aquellos que no se doblegan al dictado estadounidense, se está volviendo cada vez más feroz y agresiva. (PUTIN, 2023).

12 Rusia no podría sostener por sí misma el enfrentamiento contra la OTAN y Estados Unidos en Ucrania sin el papel destacado de China como gran colchón estratégico, de la India como gran comprador de petróleo ruso a pesar de las sanciones, de Irán y su producción de drones (aunque Moscú ya cuenta con capacidades propias), o de Arabia Saudita coordinando a través de la OPEP+ la producción mundial del petróleo para determinar su precio, lo cual es vital para Rusia en pleno conflicto.

Por su parte, en el marco de la cumbre, el ministro chino de Asuntos Exteriores, Qin Gang, hizo una declaración pública en la que apuntó sobre un elemento clave del presente trabajo: “La principal contradicción en el mundo actual no es la llamada ‘confrontación entre la democracia y el autoritarismo’ que un puñado de países han interpretado, sino la lucha entre el desarrollo y la contención del desarrollo” (CASTRO, 2023).

El multilateralismo multipolar emergente (MERINO y MORGENFELD, 2022) tiene como centro Eurasia¹³, en tanto gran tablero geopolítico en donde se despliegan las principales líneas de quiebre de la hegemonía anglo-estadounidense, y se expande por el mundo emergente, es decir, en aquellos territorios periféricos y semiperiféricos en los cuales fuerzas sociales impulsan procesos estatales y proyectos nacionales-populares para ganar grados de autonomía relativa, agregándose a la cadena de eslabones de quiebres. Dicho proceso no es lineal, sino, como dijimos, se desarrolla como puja, con flujos y reflujos, así como también con importantes tensiones entre las propias fuerzas emergentes, que por su naturaleza son heterogéneas. El multilateralismo multipolar es la cristalización institucional de un nuevo mapa de poder, donde se establece una nueva correlación de fuerzas que ya no pueden ser contenidas, organizadas y subordinadas bajo el viejo multilateralismo dominado por el Norte Global y construido bajo la hegemonía angloestadounidense. A su vez, el multilateralismo emergente presenta importantes asimetrías, especialmente por el peso de China y, en un segundo nivel, de Rusia e India. El liderazgo de China es indudable y de ahí que el nuevo escenario de multipolaridad relativa tenga rasgos bipolares.

Los BRICS no conforman un bloque económico, tampoco un bloque geopolítico, ni menos una alianza político-militar (aunque contenga elementos de ese tipo de asociaciones), sino más bien un “bloque histórico” en términos gramscianos, en el sentido de articular la agencia de un conjunto de fuerzas sociales, mediada por los gran Estados continentales emergentes junto a otros de menor escala, que impulsan de forma más o menos “consciente” y desde proyectos disímiles una transformación del sistema mundial – o de la estructura histórica, en los términos de Cox (2013). En este sentido, en los BRICS se recupera el espíritu de Bandung (ARRIGHI y ZHANG, 2010) – contenido a su vez en parte en el espíritu de Porto Alegre – pero bajo otras condiciones materiales que la de los años 1950, donde las fuerzas emergentes se constituyen en las más dinámicas en el desarrollo de las fuerzas productivas mundiales.

Este “bloque histórico” emergente, profundamente heterogéneo como rasgo es-

13 Una de las organizaciones que se destacan es la Iniciativa de la Franja y la Ruta (BRI), que, desde las perspectivas occidentales, como la del propio Henry Kissinger (2017), al pretender conectar China con Asia Central y eventualmente con Europa, desplazará de hecho el centro de gravedad mundial del Atlántico a la masa continental euroasiática.

tructural, tiene como elemento aglutinante la contraposición al control monopólico por parte del Norte Global (y especialmente el polo de poder angloestadounidense) de las actividades estratégicas sobre los que funciona y se estructura la economía mundial (AMIN, 1998), y se establecen las jerarquías en la división internacional del trabajo. Cada uno de estos “monopolios” en crisis constituye “frentes” en el que se desarrollan “guerras” específicas – guerra comercial, guerra tecnológica, guerra económica con sanciones y otros instrumentos, guerras por el control de recursos naturales, cyberguerra, guerra de información, guerras convencionales y no convencionales en escenarios puntuales en donde se ponen en juego las capacidades militares y de defensa, etc. – que forman parte de la guerra mundial híbrida y fragmentada.

La ampliación de los BRICS, expresión del nuevo momento geopolítico mundial

Casi como un mensaje velado en plena escalada contra China en el Pacífico, en la ciudad japonesa de Hiroshima, se llevó adelante en el mes de mayo de 2023 la cumbre del G7. En el territorio devastado por un ataque nuclear lanzado por Estados Unidos hacia el fin de la Segunda Guerra Mundial (el único ataque de ese tipo que conoció la humanidad) y que marcó el inicio de una nueva hegemonía de la potencia occidental, el G7 buscó establecer una agenda y una estrategia común para definir los destinos del mundo en plena transición. Pero el problema, que se hace cada vez más evidente, es que el mundo unipolar ya no existe, y la agenda del G7 ya no es la que hegemoniza la política mundial, aunque todavía no haya habido un ajuste en este sentido por parte del Occidente geopolítico.

Los puntos salientes de la cumbre están en estrecha relación con la disputa geopolítica y la guerra:

1. A partir de 2024, la OTAN abrirá una oficina en Tokio (aunque Francia discute esto), alejado de las aguas del Atlántico Norte, pero en el centro de la región central del siglo XXI, Asia Pacífico, en donde EE.UU. busca desde hace dos décadas construir y conducir una alianza similar a la OTAN contra China. Para ello ha impulsado iniciativas como el QUAD¹⁴ junto a la India, Australia y Japón, o el AUKUS¹⁵ junto a Australia, Reino Unido y Estados Unidos, para reforzar en términos militares la cooperación dentro del polo de poder angloestadounidense.

14 QUAD refiere al Diálogo de Seguridad Cuadrilateral, un foro estratégico informal que realiza cumbres, intercambios de información y ejercicios militares entre países miembros.

15 Alianza estratégica militar entre tres países de la “angloesfera” o del polo de poder angloestadounidense: Australia, Reino Unido y Estados Unidos. Se hace para reforzar el rol de Australia como base fundamental de dicho polo de poder para la región Indo-Pacífico.

2. El anuncio conjunto de más ayuda militar y apoyo en general a las fuerzas ucranianas pro-occidentales (que la OTAN ya financió con 100.000 millones de dólares desde el año pasado), incluyendo la posibilidad de abastecerlas con aviones F16 y entrenar pilotos ucranianos. Ello se decidió en el marco de la victoria de las fuerzas rusas en la ciudad de Bahamut – parte de una línea defensiva importante para Kiev en Donetsk y centro logístico con valor operacional –, luego de una carnicería de 10 meses, la batalla más importante en Europa desde la Segunda Guerra Mundial.
3. Más sanciones económicas a Rusia, que ya sumaban 14.022 al 22 de febrero de 2023, pero que sin embargo no lograron hacer colapsar su economía, contradiciendo los cálculos occidentales (MERINO, 2022b).
4. Intentar disminuir la “dependencia excesiva” de China sin que se desmorone la economía mundial. En este punto hay un debate importante entre los aliados del G7 que expresa contradicciones estructurales. Por un lado, por el lado del polo angloestadounidense (representado allí por Estados Unidos, Reino Unido y Canadá), muchos actores ponen en debate un desacople estratégico con China (*de-coupling*), con más o menos profundidad según el caso, bajo la mentalidad de nueva Guerra Fría, aunque ello choca con muchos intereses corporativos de sus empresas transnacionales. Por otro lado, el eje europeo continental encabezado por Francia y Alemania, a pesar de su debilidad y subordinación estratégica al polo angloestadounidense, se resiste a avanzar en el enfrentamiento con China y, en todo caso, promueve una disminución de lo que denominan como una dependencia excesiva con el gigante asiático, que se presenta como una estrategia centrada en la disminución de riesgos (*de-risking*). Japón, cuya economía está profundamente entrelazada con la de China, también se acerca a esta última posición. Tanto para Europa continental como para Tokio, el *de-coupling* sería desastroso para sus economías, profundizando su declive relativo (que se hace evidente desde 2008). En este sentido, no es mera retórica la contundente frase del presidente francés, Emmanuel Macron, en su visita a China: “La autonomía estratégica es el combate de Europa y sin ella el Continente arriesga salir de la Historia” (in CASTRO, 2023). Washington y Londres no están pudiendo imponer completamente a los aliados su estrategia contra China y, a su vez, tienen una importante contradicción entre la lógica estatal y la lógica del capital transnacional. Sobre estas contradicciones opera Beijing, procurando seducir a estos países y evitar ser confrontado por todo el Norte Global bajo la estrategia angloestadounidense¹⁶.

16 Resulta irónico ver cómo, desde el Norte Global, a medida que se produce un declive relativo de su

Además, el documento final del G7 (G7 HIROSHIMA SUMMIT, 2023) insiste en señalar asuntos internos de otros países que están estrechamente ligados a cuestiones geopolíticas sensibles, como denunciar a Beijing por la situación de los “derechos humanos” en el Xinjiang, Hong Kong y el Tibet (en donde se juegan cuestiones territoriales estratégicas) o con relación a Taiwán y el Mar de Sur y el Mar de Este de China. En este sentido, el periódico chino publicado en inglés *Global Times* tituló su nota editorial sobre la reunión del G7 como un taller o conversatorio anti-china (G7 HAS DESCENDED..., 2023), la cual concluye de forma lapidaria: “Aconsejamos a los líderes del G7 que dediquen más tiempo a sus asuntos internos y menos tiempo señalando con el dedo a los demás, lo que puede salvar la reputación en grave deterioro del G7”.

Cada vez hay una brecha más importante entre las correlaciones de fuerzas existentes y el lugar de enunciación en el que los integrantes del G7 se colocan. A partir de la pandemia y con el desarrollo del conflicto en Ucrania, esta distancia se ha agrandado, profundizándose la dinámica política multipolar y consolidándose el ingreso a la etapa de Caos Sistémico de la transición histórico-espacial contemporánea. En este marco es en el que debe analizarse el impulso que adquiere el espacio de los BRICS a partir de 2022, cuando 19 países pasaron a conformar la lista de los que quieren la membresía, bajo la mirada incrédula del Occidente geopolítico, que pensó que la guerra en Ucrania, las presiones y políticas para contener a China (que incluyen las crecientes tensiones en Taiwán) y la escalada general en la guerra mundial híbrida iban a debilitar y fragmentar el desafío de los emergentes.

Tres meses después de la Cumbre del G7 en Hiroshima, se realizó la cumbre de los BRICS de Johannesburgo, Sudáfrica, donde se concluyó con la propuesta de invitar a seis países a formar parte del bloque partir del 1° de enero de 2024: Arabia Saudita, Argentina, Egipto, Emiratos Árabes Unidos (EAU), Etiopía e Irán. Con la incorporación de los nuevos miembros, los BRICS reunirían cerca del 46% de la población mundial (suma 4% más con las seis incorporaciones) y casi el 36% del PIB global (PPA). Además, representarían el 40% de la producción total de gas y el 45% de la de petróleo, lo que tiene un gran impacto en el mercado mundial de hidrocarburos y en su comercialización mediante dólar – cuestión clave en el sistema monetario mundial post abandono del patrón oro en 1971, centrado en el petro-dólar. El BRICS+ reúne

poder y especialmente a partir del disruptivo ascenso de China, toman prestado o redescubren categorías propias del pensamiento del Sur Global como *dependencia*, *autonomía*, *trampa de la deuda* etc., que años atrás rechazaban rotundamente tanto a nivel político como en el debate académico y/o lo consideraban un anacronismo en tiempos de «globalización». También están redescubriendo el Estado “empresario” o “emprendedor” a medida que el capitalismo financiero neoliberal muestra profundas debilidades.

en un mismo espacio de cooperación económica al gran taller industrial del mundo y un nuevo centro económico emergente que es China, y a otra gran plataforma industrial en ascenso como es la India, con los grandes productores de materias primas y especialmente de energía, a la vez que cuenta con el segundo complejo militar del mundo y la primera potencia nuclear, que es Rusia.

La incorporación de cuatro países de Oriente Medio y tres de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) es clave por el papel central de dicha región como principal fuente de exportación mundial de hidrocarburos¹⁷. También porque se incorpora al BRICS+ de forma contundente la gran cultura islámica (tanto árabe como persa), lo que profundiza el camino de diálogo de civilizaciones. Y, además, por su lugar geopolítico en tanto centro de Afro-Eurasia. Colocada como “cinturón de quiebra” (*shatterbelt*) por parte de actores importantes de pensamiento estratégico angloestadounidense (COHEN, 1982), esta región geopolítica se presenta para el Occidente geopolítico como un territorio en disputa, donde domina la fragmentación y la falta de unidad política, y en el cual los grandes jugadores geoestratégicos tienen sus puntos de apoyo y compiten por la influencia, a la vez que entran en el juego de las propias potencias regionales. En este sentido, se estableció como una zona de gran convergencia y choque de fuerzas y, por lo tanto, como una gran zona de inestabilidad. Para los neoconservadores del Proyecto para el Nuevo Siglo Americano (conocido como PNAC por sus siglas en inglés), que dominaron en la administración de George W. Bush, esta región se estableció como un territorio prioritario a controlar para mantener la supremacía estadounidense en el siglo XXI (HARVEY, 2004). En estos marcos geopolíticos y geoestratégicos, deben analizarse las invasiones y guerras de Afganistán e Irak, lugares clave de la llamada Guerra Global Contra el Terror, así como también el conflicto en Siria y Libia o la guerra híbrida con Irán por parte de Estados Unidos y aliados. Sin embargo, la situación en esta región está cambiando a pasos acelerados. A los malos resultados obtenidos en Afganistán e Irak por parte de Estados Unidos y aliados, se le sumó el fracaso de la política de cambio de régimen en Siria, cuyo gobierno contó con el apoyo de Irán y de Rusia para sostenerse en la guerra. Por su parte, Moscú volvió a ser un protagonista central en la región, como parte de su regreso como gran jugador geoestratégico mundial.

Por otro lado, la presencia China es cada vez mayor, convirtiéndose en el principal actor económico del centro de Afro-Eurasia. El acuerdo entre Irán y China en 2021 es un hito clave en este sentido, en tanto debilita estructuralmente la guerra económica contra el país persa por parte del Occidente geopolítico y brinda las bases materiales

¹⁷ Las exportaciones de petróleo de Arabia Saudita, EAU e Irán representan alrededor del 23% de las ventas mundiales totales.

para su ingreso en las grandes asociaciones Eurasiáticas, consolidando el triángulo mortal para la primacía estadounidense en el mega continente hipotetizado por Brzezinski (1998): Beijing-Moscú-Teherán. También resulta clave el avance del corredor China-Asia Central-Asia Occidental de la Iniciativa de la Franja y la Ruta (IFR), que va desde Xinjiang hasta el mar Mediterráneo, pasando por Irán, Irak, Siria y Turquía, entre otros países. Así como también son para destacar los acuerdos de Beijing con Arabia Saudita y Emiratos Árabes Unidos (EAU), entre los que se incluyen el pago en yuanes de los hidrocarburos que importa China¹⁸.

El restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre Irán y Arabia Saudita bajo la mediación de China y la consecuente disminución de las tensiones entre estos dos actores protagonistas de un conflicto regional permanente, sacudió el tablero geopolítico mundial al modificar sustancialmente el escenario en esa región. También debe mencionarse dentro de las reconfiguraciones geopolíticas recientes en la región central de Afro-Eurasia el accionar conjunto de la OPEP (en donde se destaca el peso de Arabia Saudita), junto a Rusia (convergencia denominada como OPEP+) para sostener el precio mundial del petróleo, a pesar de las presiones de Estados Unidos y el Occidente geopolítico para bajar el precio en plena escalada de la guerra en Ucrania. El reino saudí claramente ha cambiado su juego.

Con la incorporación de Egipto a los BRICS Plus o BRICS+, se agregan una de las cinco potencias de Oriente Medio o de la región central de Afro-Eurasia, que administra una ruta comercial estratégica, el canal de Suez, y es la bisagra terrestre entre África y Asia Occidental. Habitado por 112 millones de personas, heredero de una civilización histórica y en pleno impulso modernizador a partir de la construcción de una nueva capital, Egipto es la tercera economía del continente en tamaño, luego de Nigeria y Sudáfrica, y es uno de los países más relevantes de África – un continente que va a tener un lugar cada vez más influyente en los asuntos mundiales en las próximas décadas y donde está en crisis la hegemonía occidental establecida a partir de la colonización. Se trata de un país exportador de hidrocarburos y, como Arabia Saudita, era un aliado importante de los Estados Unidos y el Occidente geopolítico en la región, pero que ahora está reequilibrando su posición, lo cual no quiere decir dejar de tener buenas relaciones con Washington. Además, también posee un significativo intercambio comercial con China y Rusia, y tiene importantes relaciones con Moscú a nivel militar, en proyectos de energía nuclear y en la industria del gas.

18 El 28 de marzo, la Bolsa de Petróleo y Gas Natural de Shanghái (SHPGX) hizo historia al anunciar el primer acuerdo de importación de 65.000 toneladas de gas natural licuado (GNL) de los Emiratos Árabes Unidos, liquidadas en el yuan chino.

En el caso de Etiopía, se trata del segundo país por población en África (120 millones) y la sexta economía del continente. Es un actor clave por su cultura e historia, marcadas por ser el segundo país del mundo en adoptar oficialmente el cristianismo, luego de Armenia, y por ser el territorio de importantes reinos y de un imperio que duró más de 700 años, desde 1270 a 1975. A su vez, junto a Liberia, fueron los únicos Estados africanos que mantuvieron su independencia durante el reparto de África por parte de los imperios coloniales europeos y sólo estuvo ocupada por Italia entre 1936-1941. Etiopía es un país influyente en el estratégico cuerno de África y se encuentra lindante a la región llamada “Medio Oriente”, o el centro de Afro-Eurasia. Aunque se trate de un país sin acceso directo al mar, por su influencia en Somalia e inserción histórica en la zona, en donde se encuentra Djibouti y Eritrea, se trata de un país importante con relación a las rutas del Mar Rojo y del Océano Índico, y particularmente con relación al estratégico estrecho de Mandeb. La inclusión del país africano coincide, además, con el establecimiento de acuerdo amplio entre los Emiratos Árabes Unidos y Etiopía.

Figura 2. Geopolítica del BRICS+



Fuente: Elaboración propia.

El posible ingreso de Argentina, que finalmente fue descartado por su nuevo gobierno, tenía varios aspectos para destacar, además de ser el único país invitado que no es del centro de Afro-Eurasia o lindante. Argentina es miembro del G20 (hubiera sido el séptimo BRICS que también es del G20), representa la tercera economía en América Latina y la segunda de América del Sur, después de Brasil, y se destaca como un importante productor mundial de alimentos. Además, posee un gran potencial en la producción de minerales (que ya está en pleno despliegue, y algunos de los cuales son centrales para la transición energética en curso, como el litio) y también en la elaboración de hidrocarburos (posee la tercera reserva de gas más grande del planeta). A su vez, es el principal productor sudamericano de software, tiene un buen nivel de formación de su fuerza de trabajo (“capital humano”) y posee importantes capacidades científico-tecnológicas para ser un país semiperiférico de tamaño medio. En materia geopolítica es de destacar su proyección sobre la Antártida y su carácter bicontinental, su gran litoral marítimo, de 4.500 km sobre el Atlántico Sur, y, por supuesto, su lugar clave en la cuenca del Plata, espacio nuclear de América del Sur desde el cual resulta posible el desarrollo de una confederación continental.

En este sentido, su ingreso a los BRICS junto a Brasil podría haber fortalecido la sinuosa y disputada construcción de un bloque regional – que colisiona con los intereses hemisféricos de los Estados Unidos (MERINO, 2017) – para consolidar el desarrollo de un polo emergente en América del Sur que converja con otros poderes emergentes en un escenario de creciente multipolaridad relativa. El desarrollo continental y el universal se articulan y forman parte de un mismo proceso contradictorio y plural de insubordinación de la semiperiferia, que adopta particulares características en el “patio trasero” de la vieja potencia hegemónica y del Occidente geopolítico durante cinco siglos. La contradicción entre el regionalismo autonomista y el regionalismo “abierto” o neoliberal, entre la integración de Nuestra América o la integración “hemisférica” bajo la doctrina Monroe, se articula con la contradicción principal del sistema mundial en transición entre las fuerzas unipolares y las fuerzas multipolares, es decir, entre el Occidente geopolítico y el Norte Global (conducido por las fuerzas globalistas angloestadounidenses) frente a los poderes emergentes y el Sur Global.

Figura 3. Cuenca del Plata



Fuente: Durán (2008)

Cuenca del Plata

Argentina y la región, necesariamente, forman parte de ese proceso socio histórico de cambio estructural, liderado por las fuerzas emergentes de Asia. De hecho, el comercio exterior argentino refleja año a año esta transformación. El intercambio comercial de Argentina con Estados Unidos y la Unión Europea en conjunto representa el 23% del total del país y llega a poco más del 25% si se toma también Canadá y México (USMCA), perdiendo peso año a año. En comparación, el intercambio comercial con Brasil, China e India, tres socios clave del BRICS, representa el 36% del total; y si consideramos el conjunto del Mercosur y la ASEAN (Asociación de Naciones de Asia sudoriental), en donde se encuentran otros importantes postulantes al BRICS, llega al 46,5%.

En otras palabras, el mundo emergente ya es parte central de la realidad económica de Argentina y de la región, lo cual se refleja en muchas otras dimensiones: en materia de inversiones, como, por ejemplo, en los 17 grandes proyectos de inversión de China acordados con Argentina, que se suman a las inversiones que ya están en ejecución. También, en el apoyo al país en su reclamo por la soberanía de las Islas Malvinas. O en la utilización de yuanes a partir de un *swap* entre bancos centrales

para hacer frente a una situación extrema de restricción externa por la sequía, falta de reservas de divisas y una fuerte presión del FMI para forzar una devaluación de la moneda y un programa de ajuste fiscal. En ese escenario, Beijing terminó convirtiéndose temporalmente en prestamista de última instancia y soporte fundamental del gobierno. Intentar frenar esa tendencia hacia la confluencia con el mundo emergente, con el objetivo de alinear al país a los intereses de los Estados Unidos y del Occidente geopolítico – como proponen con efectividad buena parte de las fuerzas políticas neoliberales y neoconservadoras – sólo puede traer como resultado el estancamiento y la periferialización del país. Es la política que, con matices y contradicciones, se impone en parte desde hace 10 años, en lugar de haber continuado y profundizado el reequilibrio hacia el mundo emergente que se produce a partir de 2014¹⁹, de la mano del fortalecimiento de la autonomía nacional y regional. Argentina y la región ingresaron a partir de esos años en un pantano del que no logran salir²⁰.

19 Durante la Cumbre de los BRICS de 2014, en Fortaleza, Brasil, ya comenzaba a hablarse de BRICSA, por la posible incorporación de Argentina. El país, bajo el gobierno de Cristina Fernández de Kirchner, estaba bajo la embestida de los Fondos Buitres, lo que obligó a una especie de default declarado por la propia justicia estadounidense y a pesar de la capacidad del gobierno argentino de hacer frente al pago de su deuda pública. Ello iba de la mano de fuertes presiones del Occidente geopolítico y del poder financiero en la región. La caída de los precios de las materias primas, la aparición de la Alianza del Pacífico, que fracturó UNASUR, y el desarrollo de importantes tensiones al interior de las propias fuerzas nacionales populares por el rumbo a seguir, marcaban un escenario de debilidad. En ese contexto, Argentina acordó una Asociación Estratégica Integral con China, junto a un *swap* en yuanes de 11.000 millones de dólares y varios proyectos de infraestructura, entre ellos dos centrales atómicas, una con la tecnología china Hualong y otra con la tecnología canadiense CANDU que domina Argentina (BLINDER y VILA SEAONE, 2023). Además, participó junto a los demás países de UNASUR de la cumbre mencionada, en la que se crearon dos organismos financieros internacionales. Si bien la idea de la incorporación de Argentina a los BRICS en ese entonces era menos real de lo que llegó a decirse, lo cierto es que resulta lógico si avanza el regionalismo con perspectiva autonomista.

20 El ingreso o no de Argentina en los BRICS fue una cuestión clave en el debate de política exterior de las elecciones presidenciales de octubre y noviembre en 2023. Tanto Javier Milei como Patricia Bullrich, dos de los tres principales candidatos presidenciales y quienes se unieron para triunfar en el balotaje, afirmaron en plena campaña que rechazaban la invitación a incorporarse al bloque y que apostaban a un alineamiento con Estados Unidos y el Occidente geopolítico (que incluye a Israel). Esto muestra con claridad cómo “La Política Exterior Argentina, como casi todas las de nuestra región, ha estado atravesada por una tensión entre dos paradigmas de inserción internacional: el globalista, que se subordina a los dictados de la Tríada de la hiperglobalización, o el autonomista, que busca generar márgenes de maniobra para poder construir una vinculación con el mundo que satisfaga las aspiraciones e intereses de la mayoría de nuestra población [...]. Por su parte, los sectores globalistas, o no se expresaron sobre esta posibilidad, o han señalado la necesidad de diferir una repuesta (Guelar, 2022); es comprensible, ya que el ingreso de nuestro país al grupo sería un corsé para sus pretensiones de subordinar nuestros intereses a los de los países de la Tríada” (SIMONOFF, 2022).

Reflexiones finales

Las reglas de juego del orden mundial en crisis fueron escritas por el polo de poder angloestadounidense y el Occidente geopolítico cuando se encontraban en la cúspide de su poder mundial. Pero hoy en día eso ya no es así. Los grandes espacios continentales y las grandes culturas otrora subordinadas por los imperios occidentales ahora quieren discutir y participar en la elaboración de un nuevo ordenamiento mundial; un proceso político y geopolítico que se asienta en una transformación profunda de la estructura del mapa del poder mundial. A partir de allí, incluso sin quererlo, impulsan un cambio sistémico.

Mientras en Washington y en el Occidente geopolítico calcularon que el covid-19 iba a hacer colapsar China, comparándolo con lo que fue el desastre de “Chernóbil” para la URSS, o analizaban que una guerra en Ucrania iba a “desequilibrar y sobre extender” a Rusia, con la posibilidad de que colapse el “régimen” ruso (MERINO, 2022b), la realidad señala otro rumbo. De hecho, un rumbo que parece ser el contrario al que imaginaron. Ambos acontecimientos son parte de un nuevo momento geopolítico mundial en el cual se aceleraron las tendencias de la transición histórico-espacial del sistema mundial, en donde tiende a horadarse el poder relativo de Estados Unidos y el Occidente geopolítico y se ponen en crisis las estructuras y dinámicas centro-periferia reconfiguradas en la etapa de la globalización neoliberal, que se cristalizaron en la dualidad Norte Global-Sur Global. El protagonismo de los BRICS y su ampliación es una expresión fundamental de ese proceso. Esto no significa que los poderes emergentes hayan superado en poder político y económico al G7, como algunos se apresuran en afirmar, pero sí que hay una tendencia clara y que ésta se ha acelerado.

La contradicción G7-BRICS no debe ser abordada desde una visión de antagonismo maniqueo o como parte lineal de una nueva bipolaridad. La presencia de Brasil e India en la cumbre del G7 en Hiroshima, las instancias de cooperación, pero también profunda tensión entre China y la India, o las fracturas del propio Norte Global, así lo demuestran. Es lo propio de la nueva dinámica política multipolar.

Los BRICS+ son un instrumento clave en el proceso de insubordinación en cuatro sentidos fundamentales: 1) ampliar la cooperación entre fuerzas emergentes para enfrentar, resistir o sobrellevar las políticas de contención y subordinación, en un escenario de guerra mundial híbrida; 2) cooperar en relación a quebrar los “monopolios” del Norte Global; 3) impulsar una nueva trama institucional, un multilateralismo multipolar; 3) converger en un nuevo ciclo de expansión material de las fuerzas productivas; 4) producir una reconfiguración del orden mundial que tienda a expresar el nuevo mapa del poder real.

La ampliación de los BRICS – el BRICS+ – tiene dos elementos a destacar con relación al escenario geopolítico. El primero, es el avance del espacio emergente en “Medio Oriente”, la región central de Afro-Eurasia – a partir de la incorporación de cuatro países de dicha región y otro país lindante. Además, se fortalece el espacio en el continente africano, sumando a Egipto y Etiopía. El segundo elemento es la disputa por incorporación de Argentina (que finalmente fue rechazada por el gobierno entrante) y su significado para América del Sur. La posibilidad de construir un polo de poder en el sur del continente americano, desde el cual participar con voz propia en un escenario relativamente multipolar y de creciente regionalización, implica a la vez converger con el mundo emergente ya que ello supone la construcción de otro ordenamiento mundial. Es probable que esta última cuestión siga en debate en los próximos años, ya que el rechazo a converger con el mundo emergente, a construir un espacio regional de mayor autonomía relativa y a desarrollar capacidades socio-estatales estratégicas, trae como consecuencia una profundización de los procesos de periferialización que impactan sobre la legitimidad política.

Así como identificamos tendencias fundamentales en la transición histórico-espacial del sistema mundial, producto del avance de un conjunto de fuerzas sociales, políticas e instituciones, también existen contra-tendencias sostenidas por las fuerzas del viejo *status quo*. Esto se expresa como lucha político-estratégica a nivel mundial, regional, nacional y local, ya que las fuerzas se desenvuelven de forma multiescalar, produciendo condensaciones específicas. Ello atraviesa cada territorio y a cada Estado, y se expresa de forma molecular, adquiriendo una relevancia central en las pujas políticas particulares. Es lo que se observó con total claridad en las elecciones de Argentina en 2023, aunque el terreno político electoral es solo una de las dimensiones en que se produce la disputa, ya que también hay procesos materiales en curso.

El espacio de los BRICS+ no se trata sólo un club de potencias y países emergentes que quieren revisar el viejo orden mundial bajo dominio del Occidente geopolítico y producir uno nuevo que los tenga en cuenta. Sino que constituye un espacio de convergencias de las fuerzas sociales y políticas emergentes, mediadas por los Estados que articulan a las grandes mayorías mundiales y que están transformando el propio sistema mundial. Su ampliación debe entenderse en ese registro sistémico.

Referencias

- ACEMOGLU, Daron. La ampliación equivocada del BRICS. *Project Syndicate*, 31 de agosto de 2023. Disponible en: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brics-expansion-wrong-for-emerging-economies-by-daron-acemoglu-2023-08/spanish> . Acceso en: 5 sep. 2023.
- A CONVERSATION with External Affairs Minister Subrahmanyam Jaishankar of India. Sep. 2023. Disponible en: <https://www.cfr.org/event/conversation-external-affairs-minister-subrahmanyam-jaishan>

kar-india. Acceso: 1 oct. 2023.

AMIN, Samir. *El capitalismo en la era de la globalización*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

ARCEO, Enrique; URTURI, María Andrea. *Centro, periferia y transformaciones en la economía mundial*. Documento de trabajo n° 30. CEFIDAR, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith en Beijing*. Orígenes y fundamentos del siglo XXI. Madrid: Akal, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

ARRIGHI, Giovanni; ZHANG, Lu. Beyond the Washington consensus: a new Bandung? 2010. Disponible en: https://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2012/08/Arrighi_and_Zhang-New-Bandung_3-16-09_version.pdf. Acceso en: 09 feb. 2024.

AIYAR, Shekhar; ILYINA, Anna. Charting globalization's turn to slowbalization after global financial crisis. Feb. 8, 2023. Disponible en: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/02/08/charting-globalizations-turn-to-slowbalization-after-global-financial-crisis>. Acceso: 06 feb. 2024.

BLINDER, Daniel; VILA SEOANE, Maximiliano. Presiones estadounidenses a la cooperación tecnológica con China: el caso del sector nuclear de Argentina. *Relaciones Internacionales*, n. 53, p. 91-110, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2023.53.005>

BLYDE, Juan (Coord.). *Fábricas sincronizadas: América Latina y el Caribe en la era de las cadenas globales de valor*. BID, 2014.

BRICS. *2nd BRIC Summit of heads of State and government*:

joint statement. Yekaterinburg, 16 jun. 2009. Disponible en: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html>. Acceso: 20 jun. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial. La supremacía estadounidense y sus imperativos estratégicos*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1997. Volumen I – La Sociedad Red.

CASTRO, Jorge. Lula impulsa una política mundial para terminar con la guerra en Ucrania. *Clarín*, 23 abr. 2023. Disponible en: https://www.clarin.com/economia/lula-impulsa-politica-mundial-terminar-guerra-ucrania_0_TUXvdrNrF.html. Acceso: 07 feb. 2024.

CHALIAND, Gérard. *¿Por qué Occidente pierde las guerras?* Buenos Aires: Ciccus, 2018.

CHANG, Gordon. *The coming collapse of China*. New York: Random House, 2001.

CHASE-DUNN, Christopher. Resistance to imperialism: semiperipheral actors. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 13, n. 1, p. 1-31, 1990. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/40241144>. Acceso: 09 feb. 2024.

CHASE-DUNN, Christopher; KAWANO, Yukio; BREWER, Benjamin. Trade globalization since 1795: waves of integration in the World-System. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 77-94, 2000. DOI: <https://doi.org/10.2307/2657290>

COHEN, Saul. A new map of global geopolitical equilibrium: a developmental approach. *Political Geography Quarterly*, v. 1, I. 3, p. 223-241, July 1982.

COX, Robert. Fuerzas sociales, Estados y órdenes mundiales: más allá de la teoría de relaciones internacionales. *Relaciones Internacionales*, n. 24, p. 99-116, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2013.24.006>

DURÁN, Diana. Cuenca del Plata: geopolítica de los recursos naturales. *Geoperspectivas. Geografía y Educación*, 7 de octubre de 2008. Disponible en: <https://geoperspectivas.blogspot.com/2008/10/cuenca-del-plata-geopolitica-de-los.html>. Acceso: 24 jun. 2022.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; TREVIGNANI, Manuel. Cadenas globales de valor y desarrollo: perspectivas críticas desde el Sur Global. *Dados*, v. 58, n. 2, abr./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201551>

G7 HAS DESCENDED into an 'anti-China workshop'. *Global Times*, 22 mayo 2023. Disponible en: <https://www.globaltimes.cn/page/202305/1291111.shtml>. Acceso: 07 feb. 2024.

G7 HIROSHIMA SUMMIT. *G7 Hiroshima Leaders' Communiqué*. Hiroshima, 20 mayo 2023. Disponible en: <https://www.g7hiroshima.go.jp/en/documents/>. Acceso: 13 jun. 2023.

GIACCAGLIA, Clarisa. Poderes tradicionales, emergentes y re-emergentes: relaciones ambiguas pero pragmáticas. *Foro Internacional*, v. 57, n. 2, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.24201/fi.v57i2.2364>

GULLO, Marcelo. *La insubordinación fundante*. Breve historia de la construcción del poder de las naciones. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2015.

GUNDER FRANK, Andre. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. University of California Press, 1998.

HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. *El Choque de Civilizaciones y la reconfiguración del Orden Mundial*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

INFOBAE. Banquete, brindis y una promesa final: así se despidieron Xi Jinping y Vladimir Putin tras su encuentro en Moscú. 22 mar. 2023. Disponible en: <https://www.infobae.com/america/mundo/2023/03/22/banquete-brindis-y-una-promesa-final-asi-se-despidieron-xi-jinping-y-vladimir-putin-tras-su-encuentro-en-moscu/> Acceso: 15 Jun. 2023.

JAGUARIBE, Helio. El Mercosur y las alternativas de ordenamiento mundial. *Capítulos del SELA*, n. 53, ene./jun. 1998.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. From new projectment economy to Chinese embedded globalization. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.

KISSINGER, Henry. Chaos and order in a changing world. *CAPX*, 2 August, 2017. Disponible en: <https://capx.co/chaos-and-order-in-a-changing-world/> . Acceso: 15 Jun. 2023.

LIPIETZ, Alain. El posfordismo y sus espacios. Las relaciones capital trabajo en el mundo. Buenos Aires: Piette-Conicet, 1994. Disponible en: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/wp-content/uploads/2013/06/s4lipietz.pdf>. Acceso: 15 sep. 2022.

MADDISON PROJECT. *Maddison historical statistics*. Groningen Growth and Development Centre Faculty of Economics and Business, 2023. Disponible en: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>. Acceso: 15 sep. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. En América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008 [1996].

MARTINS, Carlos Eduardo. O sistema-mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. *Cadernos Metrópole*, v. 20, n. 43, p. 673-696, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4303>

MERINO, Gabriel Esteban. Hybrid World War and the United States–China rivalry. *Frontiers in Political Science*, v. 4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpos.2022.1111422>

MERINO, Gabriel Esteban. Nuevo momento geopolítico mundial: la pandemia y la aceleración de las tendencias de la transición histórica-espacial contemporánea. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 4, p. 106-130, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p106-130>

MERINO, Gabriel Esteban. La guerra en Ucrania, un conflicto mundial. *Revista Estado y Políticas Públicas*, n. 19, 113-140, 2022b. Disponible en: https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1666979769_113-140.pdf. Acceso: 10 feb. 2024.

MERINO, Gabriel Esteban. Del apogeo “lulista” a la destitución de Dilma: el devenir nacional popular neodesarrollista en Brasil. Latinoamérica. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, n. 66, p. 223-259, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2018.66.56957>

MERINO, Gabriel Esteban. Los tratados comerciales y las luchas globales en la era Trump. *Realidad Económica*, n. 313, p. 9-40, 2018b. Disponible en: <https://ojs.iade.org.ar/index.php/re/article/view/1>. Acceso: 10 feb. 2024.

MERINO, Gabriel Esteban. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina: el surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. *Relaciones Internacionales*, v. 26, n. 52, p. 17-37, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24215/23142766e008>

MERINO, Gabriel Esteban. Tensiones mundiales, multipolaridad relativa y bloques de poder en una

nueva fase de la crisis del orden mundial. Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder, 7(2), 201-225, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5209/GEOP.519512016>

MERINO, Gabriel Esteban; HARO SLY, María José. Argentina en el sistema mundial desde el quiebre de los 70's a la actualidad: política exterior, proyectos en pugna y punto de bifurcación. *Relaciones Internacionales*, v. 32, n. 65, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24215/23142766e182>

MERINO, Gabriel Esteban y MORGENFELD, Leandro. América Latina y la crisis de la hegemonía estadounidense : las disputas en el BID y la Cumbre de las Américas. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo 17(31), 1-23, 2022.

METHOL FERRÉ, Alberto. *Los Estados continentales y el Mercosur*. Montevideo: HUM, 2013.

O'NEIL, Jim. Does an expanded BRCS mean anything? *Project Syndicate*, Aug. 25, 2023. Disponible en: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brics-expansion-potential-and-limitations-by-jim-oneill-2023-08>. Acceso: 1 sep. 2023.

O'NEIL, Jim. *Building better global economic BRICs*. 2001. Disponible en: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/building-better.html>. Acceso: 10 feb. 2024.

PUTIN, Vladimir. Vladimir Putin's article for People's Daily Newspaper, Russia and China: a future-bound partnership. *President of Russia*, 19 mar. 2023. Disponible en: <http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/70743>. Acceso: 07 feb. 2024.

RAMOS, Leonardo. Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial? Uma análise do BRICS no G20. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 49-65, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987314225005>

SIMONOFF, Alejandro. Una BRICSA para la inserción argentina en el mundo. *Opiniones IRI*, 2022. Disponible en: <https://www.iri.edu.ar/index.php/2022/09/14/una-bricsa-para-la-insercion-argentina-en-el-mundo/>.

TAYLOR, Peter; FLINT, Colin. *Geografía política*. Economía-mundo, Estado-nación y localidad. Madrid: Trama Editorial, 2002.

THE PRINT. Led by China, India, the 5 BRICS nations now contribute more to world GDP than industrialised G7. 4 April, 2023. Disponible en: <https://theprint.in/economy/led-by-china-india-the-5-brics-nations-now-contribute-more-to-world-gdp-than-industrialised-g7/1490881/> Acceso: 20 Jun. 2023.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James; BATTISON, Stefano. The network of global corporate control. *Plos One*, v. 6, n. 10, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0025995>

XI, JINPING. Full text of Xi's signed article on Russian media. *China Scio*, 20 mar. 2023. Disponible en: http://english.scio.gov.cn/m/topnews/2023-03/20/content_85178315.htm. Acceso: 07 feb. 2024.

XU, Xiunjun (Ed.). *The BRICS studies*. Theories and issues. New York: Routledge, 2020.

YUE, Yunxia. China's protective State measures in the crisis era: motivation and effect. In: EVENETT, Simon J. (Ed.). *The unrelenting pressure of protectionism: the 3rd GTA report*. A focus on the Asia-Pacific region. London: Centre for Economic Policy Research, 2009. p. 79-88.

ZAKARIA, Fareed. The rise of the rest. May 12, 2008. Disponible en: <https://fareedzakaria.com/columns/2008/05/12/the-rise-of-the-rest> . Acceso: 10 Jun. 2023.

Os Limites Estruturais ao Capital de Mészáros e os Limites da Guerra à China

Samuel Spellmann*

Resumo: Analistas críticos da Economia Política têm abordado as similaridades entre o confronto hegemônico EUA-China enquanto paralelos contemporâneos de rivalidades globais anteriores, as quais levaram ao conflito aberto. Percebendo os padrões distintos por meio dos quais a crise capitalista se apresenta, István Mészáros propôs uma elaboração teórica ligando a característica superprodutiva da crise às condições materiais apresentadas pela reprodução capitalista inserida numa biosfera limitada e com seres humanos existentes, concretos. O capitalismo, portanto, não poderia ser reformado para além dos seus limites físicos. Este artigo objetiva apresentar uma reinterpretação parcial da tese dos anos 1980 de Mészáros sobre a *Crise Estrutural do Capital*. Este artigo observa os desenvolvimentos próprios da guerra nuclear, abordando a contradição entre a necessidade de guerra enquanto um meio de dispor de capital excedente e a existência de armas atômicas como um outro limite estrutural. Isto é feito de modo a propor uma adição à lista de quatro limites exprimidos enquanto contradições à reprodução capitalista de Mészáros, que acarretaram a crise estrutural do capital que segue até hoje.

Palavras-chave: Mészáros. Crise estrutural do capital. Limites absolutos. Capital monopolista. Guerra nuclear; China.

Resumen: Los analistas críticos de la Economía Política han abordado las similitudes entre el enfrentamiento hegemónico entre Estados Unidos y China como paralelos contemporáneos de rivalidades globales anteriores, las cuales condujeron a conflictos abiertos. Al percibir los patrones distintivos a través de los cuales se presenta la crisis capitalista, István Mészáros propuso una elaboración teórica que vincula la característica superproductiva de la crisis con las condiciones materiales presentadas por la reproducción capitalista insertada en una biosfera limitada y con seres humanos existentes y concretos. Por lo tanto, el capitalismo no podría ser reformado más allá de sus límites físicos. Este artículo tiene como objetivo presentar una reinterpretación parcial de la tesis de los años 1980 de Mészáros sobre la Crisis Estructural del Capital. Este artículo observa los desarrollos propios de la guerra nuclear, abordando la contradicción entre la necesidad de guerra como un medio para disponer de capital excedente y la existencia de armas atómicas como otro límite estructural. Esto se hace para proponer una adición a la lista de cuatro límites expresados como contradicciones a la reproducción capitalista de Mészáros, que han llevado a la crisis estructural del capital que continúa hasta el día de hoy.

Palabras clave: Mészáros. Crisis estructural del capital. Límites absolutos. Capital monopolista. Guerra nuclear. China.

Abstract: Critical Political Economy analysts have addressed the similarities between the US-China hegemonic confrontation as contemporary parallels to previous global rivalries which led to open conflict. Noticing the distinctive patterns through which the capitalist crisis presented itself, István Mészáros proposed a theoretical elaboration linking the overproduction characteristic of the crisis to the material conditions presented by capitalist reproduction within a limited biosphere and with concrete, existing human beings. Capitalism, thus, could not be reformed away from its own physical limits. This paper's objective is to offer a partial re-interpretation of Mészáros' 1980s thesis on the *Structural Limits to Capital*. This paper looks at the developments of nuclear warfare, addressing the contradiction between the necessity of war as a means for the disposal of exceeding capital and the existence of nuclear weapons as a structural limit itself. This is done in a way to propose an addition to Mészáros' list of four limits stressed out as core contradictions to capital reproduction, which enacted in the 1970s the structural capitalist crisis that continues to this day.

Keywords: Mészáros. Structural limits to capital. Absolute limits. Monopoly capital. Nuclear war. China.

*Coordenador, Especialização em China Contemporânea, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (China, PUC-Minas). Vice Coordenador, Centro de Estudos Globais e China, PUC-Minas. Pesquisador, China Working Group, International Initiative for Promoting Political Economy, School of African and Oriental Studies, University of London (IIPPE, SOAS). Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, PUC-Minas.

“Os planejadores governamentais julgam ter encontrado a fórmula mágica para um período de facilidades quase interminável. [...] A Guerra Fria é o catalisador, a Guerra Fria é uma bomba automática. Acione-se um botão, e temos o clamor público em favor de maior dispêndio em armas. Acione-se outra, o clamor cessa. A confiança e a esperteza de Truman baseiam-se nessa “fórmula Truman”. Disseram ao Presidente que a *era Truman de bons tempos* pode prolongar-se muito além de 1952. As exigências da Guerra Fria, se exploradas integralmente, são quase ilimitadas.” – U.S. News and World Report (1950).
Capital Monopolista, Baran e Sweezy (1966, p. 213).

Introdução

O estado do relacionamento bilateral entre Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC) tem se transformado perigosamente nos últimos anos. No início da década de 2010, em toda parte ouviam-se os pedidos da administração Obama para que a China passasse a atuar como contribuidora paritária da recuperação da ordem econômica internacional (THE WHITE HOUSE, 2015). Ainda assim, em 2018, os EUA mudaram o seu entendimento em relação à Rússia e à China (UNITED STATES, 2018). Em par, ambas as potências eurasiáticas foram classificadas desde então como países desafiantes da ordem internacional (de controle estadunidense) baseada em regras, e o relacionamento EUA-China foi recategorizado como uma “competição estratégica” (UNITED STATES, 2021). Recentemente, o mundo testemunhou um aumento da militarização de certas áreas do Oceano Pacífico, particularmente nos mares do Sul e do Leste da China, uma ocorrência paralela à reconceituação de toda a área da Ásia-Pacífico como Indo-Pacífico (MORESHEAD, 2018). A série de reconfigurações semânticas promovida pelos Estados Unidos indica uma mudança naquilo que é compreendido como o Oceano Pacífico no principal *locus* de interesse dos EUA para frear o desenvolvimento da China. Também faz lembrar a distinção geopolítica criada nos anos 1940 e 1950 entre Europa Oriental e Ocidental, mimetizando o início da Guerra Fria na sequência imediata da Segunda Guerra Mundial.

A China rejeita explicitamente a retórica de Guerra Fria estadunidense. Ela assinala que os EUA não podem – porventura já não podem mais – ditar os termos nos quais o país asiático se dirige às outras nações do mundo (XI, 2022). Em linha com a posição de “empenhar-se na busca por realizações (*striving for achievement*)” guian-

do suas relações internacionais (YAN, 2014), a resposta da China tem se focado em enfatizar suas iniciativas de cooperação, as quais têm evoluído em uma multiplicidade de formas, abrangendo o engajamento bilateral focado em arranjos “ganha-ganha” (YANG, 2019; VADELL, LO BRUTTO e LEITE, 2020), modelos minilaterais de relacionamento interestatal (VADELL, 2022), até a criação de instituições multilaterais (WANG e SAMPSON, 2022) e a compreensão holística de relações humanas em nível estatal (DUNFORD, 2022), com uma ênfase particular durante a pandemia da covid-19 (LO e SHI, 2021), mas carregadas de certa retórica transcendental que remonta ao legado dos povos da antiguidade e ao futuro comum da civilização humana, sob o *banner* da construção de uma Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade (XI, 2019¹ [2017]; LIU, 2019). Ao declarar a independência do seu modelo de desenvolvimento dos aspectos nucleares da ordem neoliberal enquanto simultaneamente realçando certos aspectos de tal ordem – particularmente aqueles ligados à liberdade de comércio² –, a China tem transformado a estrutura comercial e de investimentos internacional em detrimento de certos setores econômicos dominados por companhias ocidentais consolidadas, mas também por companhias do Leste Asiático.

Para além disso, a liderança do Partido Comunista da China (PCCh), durante o decênio compreendido pelos 18º e 19º Congressos Partidários (2012-2022), publicou iniciativas de desenvolvimento detalhadas, respondendo questões domésticas prementes – como a abolição da extrema pobreza, as falhas em projetos de urbanização e bolhas no mercado imobiliário, a mudança geracional, a desertificação, as chuvas recordes e outros impactos das mudanças climáticas, e a transformação do crescimento econômico – ao passo que reconheceu os riscos e oportunidades que defrontarão a RPC nos próximos anos (XI, 2021b; XI, 2021c). Isso ocorre enquanto a China celebra o centenário do PCCh, atestado de sua sobrevivência histórica perante as diversas fases de cerco imperialista pelas quais o país passou. O partido não apenas lançou campanhas públicas para abordar tais questões como formulou novos desenvolvimentos teóricos. Conectadas ao pensamento de Xi Jinping, as ideias de “reformas estruturais do lado da oferta”, “dupla circulação” e a agora amplamente reconhecida “prosperidade comum”, foram todas desenvolvidas para enfrentar os “grandes riscos” impostos pela primeira metade daquilo que se compreende como o alcançar do segundo objetivo centenário: a criação de uma sociedade socialista moderna na China em 2050 (XI, 2019; HU *et al.*, 2021).

1 Para citações de *A Governança da China*, preferiu-se apontar, em conjunto ao ano de publicação, o ano de proferimento do discurso citado, assinalado entre colchetes.

2 Xi Jinping e Li Keqiang mencionaram esse ponto em diversos discursos. Ver Xi (2017; 2021a) e Li (2015).

Como apontado por Yin Juwu (2020), quase não existem similaridades entre o confronto hegemônico entre Estados Unidos e União Soviética durante o século XX e o atual estado do relacionamento bilateral sino-estadunidense. Entretanto, a narrativa confrontacional disparada pelos EUA durante a presidência de Donald Trump continua a ser levada adiante sob a Administração Biden, e as animosidades da política internacional têm sido refletidas na política doméstica americana. Ainda que algumas exceções tenham sido demarcadas, e que a criação de espaço para cooperação tenha sido conversada – particularmente no que concerne políticas ambientais internacionais –, o núcleo da narrativa sobre a necessidade de se tomar uma postura agressiva para com a China e a Rússia continua sob a atual presidência do Partido Democrata estadunidense (ZHAO, 2022). Ambas as “ameaças existenciais” parecem ser usadas como catalisadores para viabilizar uma reação bipartidária direcionada à legislação doméstica³.

Analistas críticos da Economia Política têm abordado as similaridades entre o confronto hegemônico EUA-China enquanto paralelos contemporâneos de rivalidades globais anteriores e que levaram ao conflito aberto. Formulações a respeito de uma potência em ascensão enfrentando um adversário estabelecido capturaram a imaginação, particularmente as trajetórias verticais da Alemanha e do Japão dentro da matriz de desenvolvimento capitalista. Outras comparações têm conectado a atual realidade na qual os Estados disputam o mercado mundial enquanto alinham-se em blocos de poder à competição imperial do final do século XIX. Finalmente, recuperando as contrições de Giovanni Arrighi à teoria do sistema-mundo, existem aqueles que ligam a formação de ciclos sistêmicos de acumulação no Leste Asiático à ascensão da China enquanto competidor paritário dos Estados Unidos, o *hegemon* em declínio da ordem liberal internacional (XING e BERNAL-MEZA, 2021; ZHANG, 2017).

Entretanto, esses entendimentos não respondem questionamentos a respeito do funcionamento interno da reprodução capitalista e suas correlações com a erosão da estrutura de hegemonia dos EUA, em particular no que concerne a ampla e sempre crescente estrutura de controle militar estadunidense sobre o mundo inteiro. Análises contemporâneas limitam o imperialismo ao defini-lo por meio do estrito conceito de política externa das grandes potências, convidando narrativas neo-hobsonianas sobre a possibilidade de se parar a competição imperial através de um novo foco no crescimento do mercado doméstico, ou mesmo por meio de políticas institucionalistas de *détente*. Sob considerações similares, as pressões internas do capitalismo

3 O orçamento norte-americano indica explicitamente a China como um país adversário (THE WHITE HOUSE, 2022).

poderiam ser superadas através da reorganização do imperialismo, trazendo de volta as considerações de Kautsky sobre o ultraimperialismo, ao mesmo tempo em que negam a possibilidade uma futura competição interimperial (KAUTSKY, 1970 [1914]). Paralelamente, poucos links são estabelecidos entre o relacionamento dos Estados durante uma depressão econômica em escala global, o funcionamento interno da economia mundial capitalista, a competição interempresarial entre multinacionais e a sua atuação na política externa de governos. Ao limitar o escopo das análises exclusivamente a interpretações politicistas do imperialismo, deixa de ser abordado o núcleo dos apontamentos de Lenin há mais de 100 anos a respeito da reprodução capitalista, particularmente no que diz respeito à correlação entre a exportação de capital e a agressão imperial.

Percebendo os padrões distintos por meio dos quais a crise capitalista se apresenta, István Mészáros (1995) propôs uma elaboração teórica ligando a característica superprodutiva da crise às condições materiais apresentadas pela reprodução capitalista inserida numa biosfera limitada e com seres humanos existentes, concretos. O capitalismo, portanto, não poderia ser reformado para além dos seus limites físicos. A elaboração de Mészáros apontou para uma alternativa umbilicalmente ligada às tendências gerais do capitalismo, representadas pela taxa de lucro, e distantes das circunstâncias conjunturais. Os resultados foram inseridos na teoria de Mészáros sobre os limites estruturais do capital, apontando para uma caracterização estrutural da natureza da crise capitalista.

Este artigo objetiva apresentar uma reinterpretação parcial da tese dos anos 1980 de Mészáros sobre a *Crise Estrutural do Capital*. Isso é feito de modo a propor uma adição à lista de quatro limites exprimidos enquanto contradições à reprodução capitalista de Mészáros, que acarretaram a crise estrutural do capital que segue até hoje. Este artigo observa os desenvolvimentos próprios da guerra nuclear, abordando a contradição entre a necessidade de guerra enquanto um meio de dispor de capital excedente e a existência de armas atômicas como um outro limite estrutural.

Nossa interpretação é de que a guerra total de alta mobilização que existiu anteriormente ao advento das armas atômicas transformou o grau de destruição capitalista – bem como o da sua ulterior oportunidade de reconstrução –, por sua vez criado através de guerras mundiais, de dois modos. Primeiramente, ela criou toda uma nova categoria para a destruição de capital, que é a possibilidade evidente de se criar um evento de extinção em massa na Terra. Outro aspecto seria o de que a condição de aniquilação criou uma impossibilidade prática, defrontando o engajamento militar direto entre Estados em competição. E, então, a oportunidade para reinvenção do sistema global de acumulação através da guerra foi em grande medida

dissuadida. Historicamente, ainda que os EUA tenham alcançado o seu principal objetivo estratégico com a destruição da União Soviética ao fazerem uso das contradições amplificadas dentro do sistema soviético nos anos 1980, bem como através da (re)introdução capitalista via terapia de choque ao que fora o espaço soviético, essa forma de destruição não pode ser comparada ao grau imposto durante a Segunda Guerra Mundial. O mesmo pode ser dito a respeito de diferentes formas de conflito, como os limites impostos ao desenvolvimento de economias capitalistas periféricas sob o neoliberalismo, guerras híbridas ou mesmo o engajamento militar direto na periferia. A destruição tanto de formas de vida e de capital acarretada numa guerra mundial e as possibilidades de transformação das estruturas de reprodução capitalista em uma escala mundial são, portanto, interpretadas aqui como incompatíveis com as necessidades do capital.

Como estão, as taxas de lucro estadunidenses não podem se elevar para as marcas históricas da cheia dos anos dourados do capitalismo de meados do século XX. Ainda que diretamente levadas adiante na administração Trump – porventura para o enfrentamento da pandemia da covid-19 – as medidas de mobilização parecem ter emperrado no estágio do aumento da produção de certos itens. Os orçamentos estadunidenses de 2021 e 2022 expandiram o gasto militar. A paralisia legislativa doméstica recebeu a culpa pelos interesses do crescente capital financeiro colherem os benefícios das medidas de *quantitative easing* desde 2020. Por mais de 50 anos, a financeirização ultrapassou a produção em relação à lucratividade. Essa mudança estrutural montou o cenário para as crises dos anos 1970, levando ao aparecimento da ideologia neoliberal. Ainda que a China, o Vietnã, os Estados anteriormente na órbita soviética e a própria URSS tenham sido integrados ao mundo capitalista, existe hoje uma evidente falta de novos espaços para expansão econômica, reforçando, assim, as limitações existentes para a acumulação de capital e reestimulando a esfera financeira. Uma nova interpretação dos *Limites Estruturais do Capital* de Mészáros, levando a proposta de um quinto limite, pode ajudar a explicar as ligações entre o nível necessário de destruição de capital e de vidas humanas e as necessidades reprodutivas do capital.

1. A teoria da crise estrutural do capital de István Mészáros e seus quatro limites absolutos

Em meados dos anos 1960, a economia dos Estados Unidos exibia sinais de desaceleração. Metas de crescimento, taxas de lucro e expectativas de reinvestimento estavam em declínio. Os dados econômicos começavam a apontar a dimensão da crise que se

instalava. Apesar do crescimento dos investimentos externos norte-americanos para o mundo de décadas anteriores, os retornos sobre investimentos foram comparativamente maiores do que o lucro obtido domesticamente. De um lado, as empresas domésticas cresciam, tornando-se mais e mais internacionais. Enquanto, em suas operações, diversificavam progressivamente seus mercados externos, essas empresas monopolizavam o lucro privado doméstico (BARAN e SWEEZY, 1966). No fim da década, a desaceleração econômica evoluiu para uma crise generalizada. Alta inflação, protestos domésticos, guerra externa e o início da quebra do sistema de paridade fixa do dólar apontavam para a extroversão dos problemas econômicos domésticos norte-americanos (MAGDOFF e SWEEZY, 1972; HUDSON, 2003 [1972]).

O caráter de campanha de vendas da produção do excedente sob o capitalismo monopolista também foi transposto para a fabricação de armas. A explicação dada por Baran e Sweezy (1966) sobre a recuperação da economia dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial conecta-se diretamente às compras e vendas estatais de material bélico. A manutenção da produção da indústria de armamentos, juntamente aos incentivos de consumo da administração civil e outros produtos como campanhas de vendas, foi necessária para postergar o retorno das recessões. Especificamente, a produção de armamentos de guerra requeria plantas industriais de larga escala, alinhadas às técnicas produtivas fordistas. Manter a ordem imperialista estava economicamente conectado à continuidade do funcionamento regular da indústria de armamentos, um pilar da economia norte-americana no pós-guerra (MAGDOFF e SWEEZY, 1972)⁴.

Ainda assim, de forma paralela à erosão do fordismo enquanto sistema de produção, os ganhos de produtividade afetaram, por fim, a empregabilidade, enquanto as metas de produção seguiam aumentando (BARAN e SWEEZY, 1966). Da mesma forma que no *Imperialismo* de Lenin (2011), a dominação ideológica e a reprodução do capital afetaram a compreensão da sociedade civil a respeito da situação econômica dos EUA (MÉSZÁROS, 1995). Em tema que posteriormente seria recuperado por István Mészáros (1995), o militarismo como conceito conexo à ideologia está presente em Baran e Sweezy (1966) como uma opção para a justificativa interna da campanha de vendas na forma da guerra externa constante – posteriormente virada para dentro na forma da guerra às drogas, da militarização da polícia, da constante venda de armas à população civil – e da formação da mentalidade da Guerra Fria.

A maneira pela qual *Capitalismo Monopolista* considerava a guerra não era inteiramente única. Haveli (1985) aponta que a literatura basilar da obra vinha se desen-

4 Haveli (1985) aponta inclusive para uma abordagem diferenciada da obra de Keynes nos trabalhos de Sweezy e Magdoff nos anos 1970.

volvendo desde os primeiros dias das políticas de keynesianismo de guerra, que antecederam a Guerra da Coreia⁵. Entretanto, a conexão posterior entre a internalização da “sociedade anônima gigante” (BARAN e SWEEZY, 1966) e a ordem financeira emergente já aparece em *Dynamics of US Capitalism*, de Magdoff e Sweezy (1972). Da mesma forma, pode-se perceber que, em paralelo ao desfazimento do sistema do dólar fixo, estavam também presentes no texto as distintas características dos aspectos raciais e coloniais analisados à época. Analisado como um todo, esse desenvolvimento teórico veio a influenciar amplamente o debate econômico marxista do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (SAWYER, 1988). Eventualmente, as conclusões de *Capitalismo Monopolista* sobre o funcionamento interno do capitalismo desempenharam um papel importante nas teorizações de Mészáros sobre o capital nos anos 1990 e 2000.

Os contornos da crise capitalista dos anos 1960 e 1970 foram amplamente descritos por Mészáros (1995) em *Para Além do Capital*. As crises são uma propriedade regular do próprio capital, representando um fenômeno através do qual suas frequentes barreiras são superadas, avançando “[...] com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 1995, p. 680). As crises até ali haviam se dado em diversas intensidades, formas e durações através de toda a existência do capitalismo. A caracterização de uma crise particular como uma *crise estrutural* acresceu um novo significado à teoria. A sensação de fim de uma era pairava sobre todo o argumento e está presente tanto em *Para Além do Capital* como em *A Crise Estrutural do Capital* (MÉSZÁROS, 1995, 2009). A crise estrutural do sistema do capital transcendeu as propriedades conjunturais das crises capitalistas regulares. Ela afetou “[...] todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 11).

A diferenciação no caráter das matrizes teóricas estabelecidas distingue a teoria da tendência de queda da taxa de lucro da teoria dos limites absolutos do capital. Para Mészáros (2009, 1995), o funcionamento interno do sistema do capital havia atingido seus limites. A condição de crise estrutural apresentava-se como mudança qualitativa perante os acúmulos seculares pelos quais passou o sistema capitalista, embargando o seu funcionamento posterior⁶. Embora não a negue, essa relação complexifica o desempenho funcional do capitalismo e sua relação íntima com uma das suas principais leis de operação.

5 Essas considerações podem ser dirimidas já na obra de Rosa Luxemburgo, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Ver o capítulo “Militarismo como Campo da Acumulação de Capital” em *A Acumulação de Capital* (LUXEMBURG, 1970 [1913]). Sweezy (1970 [1942]) também já havia abordado esse problema em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*.

6 Em outra ocasião, abordamos o processo de integração da China ao capitalismo mundial de forma a apontar um movimento mútuo de transformação. Este argumento foi o discurso prevalente até meados da década passada, cujo centro do argumento colocava a China como um agente passivo em sua adequação ao modo de produção capitalista. Ver Spellmann (2020).

Suas características nucleares eram quatro: a crise era universal – no sentido de que afetava todas as esferas da vida econômica, e.g., não sendo limitada aos mercados financeiros ou às cadeias de produção; seu escopo era global – indicando a sua não restrição a um certo grupo de países; sua escala temporal era permanente – ao invés de limitar-se aos ciclos de acumulação existentes; e “[...] seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante” (MÉSZÁROS, 1995, p. 681) – uma crise em câmera lenta, evoluindo a todo momento, sendo intercedida por estouros econômicos enquanto continua a existir sob vários mecanismos gigantescos de gerenciamento, temporalmente deslocando a crise para o futuro e para a periferia.

Consequentemente, algumas alternativas para a ordem do capital podem ser interpretadas como resultados desse processo enquanto o capital busca a “linha de menor resistência”⁷. A queda das taxas de lucro nesse período⁸ direcionou a produção para mudanças técnico-organizativas, seja a destruição de experiências de autogestão fabril ou através da implementação do toyotismo (POLESE, 2016). Além disso, novas alternativas para a aceleração da circulação de valor emergiram durante a ascensão das tecnologias da computação e a financeirização. Finalmente, Mézáros (1995) indica que o lado criativo do capital abandonava mais e mais da destruição criativa de Joseph Schumpeter (2003 [1994; 1943]), substituindo esse aspecto intelectual central da reprodução capitalista por uma “destruição produtiva”.

Um ponto central da obra de Mézáros colocado em *Para Além do Capital* é a sua proposição de quatro limites absolutos para o capital *per se*, usando duas caracterizações distintas para qualificar os limites absolutos. Primeiro, esses limites são uma pré-condição da existência do capital no mundo enquanto uma forma-valor. Isso implica dizer que esses limites não são restritos ao capitalismo. Em segundo lugar, a caracterização da reprodução dos limites do capital enquanto absolutos indica uma impossibilidade subjacente de transposição de tais limites ao passo que não se supera o próprio capital (MÉSZÁROS, 1995). Dessa maneira, a realidade prática de um mundo concreto, finito e, portanto, limitado vai de mãos dadas com as restrições intrínsecas do capital em lidar com a taxa de desemprego sempre em expansão, com a impossibilidade de uma igualdade substantiva entre gêneros e dentro de uma superestrutura em nível internacional de um capital transnacional existindo em um mundo com Estados nacionais. Superar esses quatro limites implica um intercâmbio direto com a própria estrutura que sustenta o capital, dependendo, assim, da superação do capital, do trabalho e do Estado (MÉSZÁROS, 1995).

7 A *linha de menor resistência* é um termo empregado por István Mézáros (1995) para descrever a correlação entre a acumulação de capital e o uso estratégico de recursos ao seu redor para a sua reprodução. A expressão tem origem na física, sendo derivada da circulação da eletricidade.

8 Para a tendência de queda da taxa de lucro no período, recomenda-se Maito (2014).

Identificar a finitude de um mundo concreto infere uma série de implicações materiais diretas para o processo de reprodução do capital. O capital enquanto uma relação social necessita que não só novas mercadorias sejam produzidas, mas também requer, em alguma medida, o seu consumo. A escala produtiva continua crescendo; a produção consome a natureza como forma de sustentar a reprodução do capital através da produção e do consumo mercadológico. Esse mecanismo não pode ser sustado sem que se interrompa o circuito de reprodução do capital, destruindo-o. Mas “consumir” não necessariamente significativa o uso final por humanos. No capitalismo, é costume definir consumo de forma restrita, colocando-o como a venda final do produto do trabalho. Sua existência material, entretanto, não se encerra desta forma. A destruição de mercadorias interage diretamente com a reprodução geral do capital em um sistema fechado.

Ainda assim, um dilema emergiu a partir das descobertas de Baran e Sweezy (1966) expostas em *Capitalismo Monopolista*. A reprodução do capital origina uma tendência de crescimento do excedente, criando o problema escalonar da sua absorção ulterior. Mészáros (1995) disserta sobre esse ponto, indicando que as respostas usadas anteriormente para adiar as crises cíclicas do capitalismo estavam se tornando progressivamente ineficazes. A maximização do excedente continua a afetar a reprodução geral do capital, juntamente com a tendência geral da queda da taxa de lucro. Sob essas circunstâncias, o sistema do capital condiciona-se a uma taxa de utilização decrescente.

Interpretadas em conjunto, essas contradições têm tendido historicamente a dirigir o capital monopolista para o militarismo, imperialismo, eventualmente alcançando as circunstâncias para a guerra interimperialista⁹. Entretanto, o desenvolvimento histórico das conjunturas internacionais tem condicionado o funcionamento interno do imperialismo. Geralmente, a academia discute o resultado da Segunda Guerra Mundial como uma fundação da *pax americana*, isto é, a hegemonia dos EUA sobre os demais países de capitalismo central, fundada no controle da economia internacional pelo dólar, no amplo arranjo de alianças interestatais de países capitalistas e na extensão global das forças militares dos Estados Unidos. Dentre outros fatores, isso teria sido implementado como uma tentativa de circunscrever as economias socialistas¹⁰ (AMIN, 2004; ARTNER, 2023). Ao mesmo tempo, por toda a existência da Guerra Fria, a rivalidade interimperialista não se desenvolveu até chegar ao ponto de conflitos anteriores. Como veremos na sessão seguinte, Mészáros aponta para a cognição humana como a principal causa da aparente reorganização das relações sociais

9 Esta acepção de Lenin (2011 [1917]) descrita em *O Imperialismo* é tratada tanto em Baran e Sweezy (1966) como em Mészáros (1995).

10 Isto está presente já no clássico *The Sources of Soviet Conduct*, o texto primordial da estratégia de contenção norte-americana, de Kennan (1947).

na ordem capitalista como forma de controlar e prevenir as tendências internas ao conflito direto entre países imperialistas, com um importante papel sendo desempenhado pela bomba atômica.

2. Capitalismo, cognição humana e a Terceira Guerra Mundial

O desenvolvimento histórico do real não é, de forma alguma, fechado em si mesmo. O que é compreendido pelos adversários ideológicos de Marx enquanto uma visão determinista – ou mesmo fatalista – em suas obras, é uma interpretação equivocada da sua análise a partir das teorizações de Hegel. No processo de formação das condições materiais necessárias à possível solução das contradições, existe sempre uma alternativa. A negação desse processo, em sentido hegeliano, está sempre presente. Assim, a peça central da noção de inevitabilidade em Marx – usualmente uma denotação empregada para descrever tanto o iminente ou o eventual advento do Socialismo – não está fechada. Ela somente indica que as condições materiais estão gerando tendências na direção de certo tipo de desenvolvimento social. A reflexão de Mészáros (1995) acerca da asserção de Marx sobre a história indica que todas as determinações vêm a atuar no tortuoso caminho do desenvolvimento histórico, que é entrecortado por

[...] desconcertantes especificidades transicionais por meio [das] quais se pode retardar, colocar em risco ou mesmo reverter por um período mais curto ou mais longo a formação das condições materiais e não materiais de uma possível solução sob a pressão sempre-crescente da articulação *global* do capital por meio da qual “*alle Widersprüche zum Prozess kommen*” (todas as contradições entram em jogo). (MÉSZÁROS, 1995, p. 446)¹¹.

Em sequência, Mészáros (1995) foca sua atenção nos mecanismos pelos quais a “astúcia da história” conseguiu revigorar o capitalismo, um modo de produção que continuava a existir apesar de ter expressado seus últimos traços de vitalidade por volta de meados do século XIX (MÉSZÁROS, 1995). A isso Mészáros oferece uma resposta de ponta dupla. Primeiro, ele aponta para o desenvolvimento de contradições internas entre as forças socialistas, cujos impactos negativos superaram as iniciativas positivas em movimentos políticos. Em segundo lugar, o autor aponta para a própria habilidade do capital de mudar o seu próprio modo de operação – ainda que não possa superar os seus limites absolutos (MÉSZÁROS, 1995).

¹¹ Em Mészáros (2011, p. 544). Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa.

Uma conclusão direta a partir desses pressupostos é que o desenvolvimento histórico do capital pode ser recondicionado através de suas operações regulares, dentre as quais a crise é uma característica. Se a ordem social não pode perecer antes de que todas as forças produtivas tenham se desenvolvido, ou seja, sem que “todas as suas contradições tenham entrado em jogo”, pode-se inferir que a ocorrência regular de crises no capitalismo não somente cria as condições apropriadas para a resolução de contradições internas, mas permite a introdução de novas modalidades de funcionamento capitalista de modo a prevenir que o colapso anterior ocorra novamente de maneira similar. Uma vez introduzidas, essas mudanças tornam-se conscientemente adotadas, redefinindo as propriedades subsequentes do capitalismo. Isso, entretanto, afeta a viabilidade do sistema de formas previamente inimagináveis (MÉSZÁROS, 1995).

Essa consideração cria uma conexão direta entre os “ajustes ‘híbridos’” (MÉSZÁROS, 1995) e a racionalidade humana. Ao passo que é continuamente transformado através de suas crises, o capitalismo, enquanto relação social, conseguiu reconfigurar-se de forma a apreender uma nova racionalidade em face dos eventos históricos. Em resposta, a racionalidade humana consegue tanto adiar a inevitável queda do capitalismo por meio de ajustes sistêmicos como simultaneamente criar uma visão alternativa ao capitalismo na forma do socialismo. Observando a questão por outro ângulo, pode-se perceber que, de forma a subsumir o modo de produção capitalista, a racionalidade humana atua num papel definitivo, superando o capital, o trabalho e o Estado. Isso cria um ambiente em que tanto o hibridismo capitalista como as perspectivas socialistas reagem progressivamente uma a outra dentro das fronteiras dos limites absolutos do capital. Enquanto o capitalismo se espalha para todo o mundo para desenvolver seus plenos potenciais, superar a tríade de categorias exigiria uma revolução que também competisse pelo globo.

Entretanto, o desenvolvimento histórico do capitalismo através dos séculos XIX e XX desafiou as definições clássicas de Marx e Engels para a revolução socialista. O papel central dos movimentos socialistas de países do núcleo capitalista perdeu sua fundação após a expansão progressiva das revoluções comunistas na periferia. A isso, Mézáros (1995) responde que Marx e Engels nunca colocaram decisivamente os países do capitalismo central como os centros gravitacionais da revolução mundial. Para a dupla alemã, a atividade revolucionária no núcleo do capitalismo era de fato a localização central funcionando como as ligações mais frágeis da corrente capitalista durante as primeiras décadas de sua atividade intelectual¹² (MÉSZÁROS 1995). Porém, essa condição mudou ao longo do tempo. Em meados dos anos 1840, Marx e Engels frequentemente comentavam sobre as dificuldades que a Alemanha

12 Uma discussão interessante a esse respeito pode ser lida em Gregor (2014, p. 45).

enfrentava em seu desenvolvimento capitalista, o que contrastaria com a centralidade do movimento dos trabalhadores por eles atribuída em anos posteriores (MARX e ENGELS, 2007 [1845-1846]). Outros exemplos podem ser traçados a partir das próprias interrogações de Marx sobre a possibilidade de sobrevivência de uma revolução socialista triunfante na Europa Ocidental enquanto o capitalismo continuava a se desenvolver na Califórnia e na Austrália (MARX e ENGELS, 1983 [1856]), ou em suas elaborações em cartas para Vera Zasulich, examinando as condições para a revolução socialista na Rússia (MARX e ENGELS, 1984 [1881])¹³.

O fio guia da “linha de menor resistência” revolucionária foi modificado pelas revoluções na Rússia, posteriormente acompanhada pela China e outras revoluções orientais. Divergindo daquilo que se esperava de início – uma iniciativa europeia ocidental –, esses processos foram diretamente relacionados aos resultados de duas guerras imperialistas de escala mundial. Uma consequência material a ser apontada foi a ampla influência de movimentos de inspiração nacionalista de libertação das estruturas coloniais e neocoloniais europeias, americanas e japonesas sobre os processos revolucionários na periferia do capitalismo. A expansão dos movimentos socialistas a cada vitória revolucionária conduziu uma série de estrategistas a considerar a guerra mundial como item chave para a vitória socialista em escala global. Isso é reproduzido nos *Problemas Econômicos da União Soviética, de Iossif Stalin (2022 [1953])* e nas *Citações*, de Mao Zedong (1966). A conclusão era a de que cada guerra global levaria a maiores avanços na agenda socialista. Portanto, a Terceira Guerra Mundial, ainda que não desejada, permitiria a vitória final dos movimentos socialistas, especialmente no contexto das lutas coloniais por libertação.

Com relação isso, Mészáros (1995) assinalou certa limitação aparente do pensamento de Stalin (2022 [1953]) a respeito da iminente reorganização dos países imperialistas para a inexorável retomada das disputas internas do capital monopolista. Naquele momento, o argumento de Stalin (2022 [1953]) permanecia parcialmente válido dentro da tradição da teoria internacional de Lenin. Ao longo dos anos 1950, diversas pressões próprias do funcionamento interno das potências coloniais de outrora, como França e Reino Unido, conduziram esses países a tentativas de recuperação das possessões perdidas antes e durante a Segunda Guerra Mundial. O exemplo mais chamativo é a tentativa britânica de recaptura do Canal de Suez, o que envolveu a invasão direta do Egito em 1956.

Ainda assim, a posse colonial direta nunca foi realmente peça única do imperialismo. Em uma releitura de Amin (2010 [1988]), se compreendido como uma formação estatal híbrida, correlata a sistemas feudais de controle datados dos primeiros

13 Os rascunhos dessa correspondência são ainda mais reveladores. Ver Marx (1884).

estágios do capitalismo, o instituto da posse direta de colônias do final do século XIX foi por vezes contrastado com as quase-independências de diversos domínios ingleses, além do Egito e da Jordânia. Pode-se traçar um exemplo também a partir do controle norte-americano sobre o Pacífico. Entender a dinâmica do potencial de transformação da forma adotada pelo imperialismo, desde a extensão do status legal de territórios para as possessões coloniais diretas da Espanha na sequência da Guerra Hispano-Americana de 1898 – dentre as quais, as Filipinas, que somente alcançaram a independência jurídica em 1946 – até a colonização do Hawaii e de vários outros arquipélagos na região. Certo mimetismo pode ser identificado também no estímulo do império japonês a movimentos de independência no Sudeste Asiático. O mesmo tipo de tática também foi empregado tanto pelo Reino Unido como pela Alemanha Imperial durante a Primeira Guerra Mundial, e pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial no Leste Europeu. Mas, precisamente como consequência de pressões econômicas, a posição diplomática internacional dos EUA nos primeiros dias da Guerra Fria era a de apoiar movimentos independentistas, enfraquecendo, desse modo, a estrutura imperial dos seus aliados europeus ocidentais e facilitando a sua posterior dominação do mundo capitalista (MAGDOFF e FOSTER, 2003)¹⁴.

Mészáros (1995) responde indicando que os requerimentos para a adaptação foram sempre presentes no substrato da superestrutura. O mecanismo dialético no qual as condições materiais provêm uma reestruturação do funcionamento interno do capital permite a emergência de uma nova racionalidade para o capital. Esse resultado qualitativo é a resposta direta necessária para a preservação da reprodução ampliada dentro dos limites existentes enquanto se mantinha o confronto sistêmico em escala global. Enquanto classe dirigente do capitalismo,

[...] a classe dominante como um *todo* se adaptou com sucesso, em termos internacionais, à perda de vastas áreas do planeta [...] e internamente fortaleceu sua posição por meio da invenção e da administração com sucesso da ‘economia mista’, do Estado de bem-estar social’ e da política de ‘consenso’. (MÉSZÁROS, 1995, p. 452-453).

Fundamentalmente, Mészáros aponta que

[...] por fim, mas definitivamente não menos importante, a instituição (novamente, pela classe dominante como um todo) de uma ‘nova ordem internacional’ que teve sucesso em eliminar – no que supostamente deveria ser a ‘era do imperialismo e de inevitáveis guerras mundiais’ – colisões violentas entre os principais poderes capitalistas, agora já por mais de

14 Tradução retirada de Mészáros (2011, p. 550-551).

cinquenta anos. Dados os limites existentes em relação às possíveis consequências de uma autodestruição recíproca, parece que tal eliminação continuará indefinidamente. (MÉSZÁROS, 1995, p. 453)¹⁵.

Entretanto, como Mészáros (1995) também nota, há continuidade nesses desenvolvimentos, uma vez que tanto o capital como o trabalho não podem ser instantaneamente e diretamente abolidos. A dinâmica intrínseca desse processo somente permite uma atualização das condições existentes enquanto simultaneamente reforça as suas tendências gerais. A ativação dos limites absolutos do capital permite que essas contradições internas venham à superfície. Isso significa que, apesar da evolução prática da cognição das classes dominantes no período, elas ainda existem sob a anarquia geral da produção requerida pelo capitalismo. Seguiu em seus escritos, portanto, a possibilidade latente de retração tanto na cognição que nos afastou originalmente da guerra atômica quanto da pretensa harmonia organizativa alcançada pelas potências capitalistas.

Várias restrições seguem aplicáveis a este estado transitório da Era de Ouro do capitalismo, algumas das quais foram apresentadas em Baran e Sweezy (1966). Especificamente, ainda que o comércio entre países capitalistas e socialistas fosse permitido dentro dos limites das relações internacionais naquele estágio, enquanto as forças políticas que controlam os países do socialismo real barraram as condições ótimas de exploração das trocas desiguais requeridas pelo capital monopolista, o capital não pôde alcançar os lucros desiguais necessários a partir do mundo colonial periférico e semiperiférico (BARAN e SWEEZY, 1966). Portanto, manter a ordem capitalista nessa época simultaneamente permitiu a organização hierárquica do poder americano enquanto requeria o engajamento militar americano direto para sustar processos revolucionários na periferia.

A ativação dos limites absolutos do capital afetou tanto países capitalistas como os socialistas (MÉSZÁROS, 1995). Enquanto a crise estrutural tomou forma ao longo dos anos 1970 e 1980, uma crise econômica severa também se espalhou pelas economias socialistas, levando à sua integração final na ordem mundial capitalista nos anos 1980 e 1990. Mas, ainda dentro dos parâmetros da reestruturação neoliberal do capitalismo – que foi, como apontado, erigida sobre a atualização da cognição das classes burguesas e sua vitória na disputa sistêmica da Guerra Fria –, o capitalismo ainda é afetado pela natureza estrutural de sua crise. Uma consequência direta para essa conclusão é a de que a eficácia aparente dos ajustes internos do capitalismo também é peremptória. A história nunca tem fim.

15 Tradução retirada de Mészáros (2011, p. 551).

Entretanto, por toda a duração da Guerra Fria, a reprodução capitalista da guerra enquanto uma ferramenta necessária ao imperialismo também foi restrita, ainda que a consideremos como necessária à regular manutenção do funcionamento econômico interno dos EUA. A guerra era dirigida contra as cabeças de ponte do socialismo na periferia do capitalismo, mas ela não podia se espalhar para além disso. A guerra existe como um produto que sustenta as necessidades de reprodução internas requeridas pelo capital, mas a realidade das relações internacionais existentes após a descoberta das armas atômicas enunciava que ela não poderia mais agir como catalisadora da mobilização das forças de produção como outrora. Como descrito por Baran e Sweezy (1966), as margens de produção crescentes são elas mesmas precisamente uma armadilha para a própria ordem capitalista. O capitalismo não pode inteiramente usar suas mercadorias, mas precisa continuar a sua subida na escala de gastos, o que simultaneamente estimula a produtividade, produzindo ainda mais mercadorias. Escalando-a para o seu pleno potencial, a produção militar que manteve a economia dos Estados Unidos emersa durante a “Era de Ouro” do capitalismo deveria necessariamente dirigir o país a um confronto direto, de modo similar ao ocorrido em outras guerras mundiais. Mas essa guerra não pode acontecer – não sem o fim explícito da civilização humana, e, portanto, da ordem mundial capitalista. A guerra nuclear é, assim, evitada pelo capital como uma consequência da cognição de sua classe dominante. De maneira contrastante, aparte de suas consequências geopolíticas, existe um aspecto geoeconômico oculto na reprodução geral do capital. A produção para a guerra não pode cessar, mas o seu mecanismo não pode ser usado, do contrário o próprio capital deixaria de existir. Deste modo, a guerra nuclear é evitada, e *o fim da história* não acontece (DESAI, 2022c), mas a ordem do capital é restrita, muito similarmente aos demais limites absolutos do capital.

Ao alterar o padrão existente de desenvolvimento do capitalismo e seu relacionamento com a guerra, as armas nucleares criaram uma anomalia para a reprodução capitalista. Essa nova “força de destruição” engloba um limite absoluto do capital distinto, separado das quatro outras restrições sociometabólicas existentes. O ato de reconhecer essa separação particular infere que as conclusões de *Para Além do Capital* podem ser alteradas em face de uma contradição intrínseca ao “quinto limite”. A guerra nuclear pode ser reinterpretada novamente, não como um final impossível para o sistema mundial capitalista, mas como uma possibilidade diretamente relacionada ao aprofundamento da crise estrutural do capital e à mercê das transitórias conclusões burguesas sobre o estado da ameaça socialista em nível internacional.

3. Separando o quinto limite absoluto do capital dos outros quatro

Em sua despedida pessoal a Paul Sweezy, Mészáros (2004) comentou que o papel da guerra na destruição do capital enquanto uma característica da disputa entre capitais monopolistas rivais assombrava-o assim como a Sweezy desde os anos 1960. A guerra, ele considerava, tem sido a principal faceta da expansão do capital, desempenhando um papel central na manutenção do capital monopolista. Desde antes da Primeira Guerra Mundial, a resposta do capital monopolista à estagnação veio na forma de um maior envolvimento da demanda estatal, com a atualização dos processos produtivos através do fordismo, e no desenvolvimento das capacidades de mobilização totais requeridas pela guerra.

A partir da descoberta das potencialidades das armas nucleares nos anos 1930 e 1940, estrategistas militares passaram a lidar com a questão do uso limitado da fissão nuclear. Desde o início da era da destruição mutuamente assegurada, a guerra nuclear fundamentalmente mudou a compreensão que se tinha da vida na terra (BARAN e SWEEZY, 1966). Como mencionado anteriormente, nações periféricas e socialistas tinham de considerar o potencial impacto da guerra nuclear em seus próprios sistemas de defesa. O desenvolvimento de armas nucleares também afetou o núcleo das estratégias para a expansão socialista. A capacidade para destruição mundial demonstrada já nas crises do início da década de 1960 apontava a União Soviética para um novo engajamento com os países europeus controlados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), vendo na militância política de seus movimentos de trabalhadores a possibilidade de mudança da balança de poder global. O relacionamento mutuamente colaborativo entre a URSS e a China também foi manchado pela decisão chinesa de não só adquirir armas nucleares, mas também como resposta às opiniões de Mao, favoráveis ao uso de “um cenário de Terceira Guerra Mundial” disparado por uma agressão capitalista como um catalisador para a Revolução Mundial, apesar do imenso potencial de custo humano que essa situação proporcionaria (MAO, 1967 [1957]). Finalmente, sob Brezhnev, a URSS também buscou uma agenda internacional focada na bipolaridade de superpotências com os EUA sob Nixon (MACKINTOSH, 1973). Ainda assim, essas mudanças na racionalidade humana tinham de coexistir com o desejo de guerra do capitalismo, dada a necessidade material de isolamento das alternativas sociometabólicas ao seu funcionamento. Entretanto, poderia a guerra nuclear ser considerada como um limite ao capital propriamente dito?

De maneira dialética, os quatro limites absolutos de Mészáros (1995) estão mutuamente conectados. Eles também são definidos por suas contradições centrais representadas *per si* dentro do capital. Uma vez que, no capitalismo, a reprodução do

capital afeta todos os elementos da experiência humana na Terra, o dilema da finitude planetária define como contradição estrutural a continuidade de um sistema econômico e sociometabólico que necessita da sua expansão permanente para viver.

E, portanto, de forma alarmante, o capitalismo continua a demonstrar os sintomas de seus limites absolutos. O desemprego crônico tem se elevado desde os anos 1970, ao ponto de que a normalidade do controle social através de recessões e deflações atinge novos níveis de exploração. A repressão dos trabalhadores continua a ser o principal objetivo do capitalismo enquanto tenta adiar a sua própria decadência, e a liberação das mulheres¹⁶ segue sendo uma metáfora (MÉSZÁROS, 1995). Entretanto, esses dois limites absolutos do capital não se relacionam diretamente à questão presente.

Mészáros (1995) menciona especificamente que as necessidades de expansão transnacional do capital frente à multiplicidade de Estados, potencializam a eclosão de conflitos. A reprodução do capital não pode se organizar de maneira autônoma de modo a evitar o controle dos Estados nos quais ela se insere. Não é necessário dizer aqui que o capital tem utilizado esses Estados para competir, ao mesmo tempo em que tenta continuar a existir como o único sistema econômico, e enquanto busca superar a própria competição através da centralização de capital. Ainda assim, como mencionado anteriormente, defrontada com o flagelo da guerra, a racionalidade humana tenta evitá-la, mesmo que provisoriamente. Mesmo que a paz entre os países do núcleo capitalista tenha existido por mais de sete décadas, desde a Segunda Guerra Mundial, as tendências capitalistas não só permitiram a continuidade das guerras coloniais na periferia, mas também necessitam da sua ocorrência. A guerra, então, caçou os nascituros do sistema internacional, avançando na direção das alternativas socioeconômicas do capitalismo, perseguindo a esquerda pela “linha de menor resistência”. Finalmente, como mencionado anteriormente, uma vez que o expansionismo dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial não realizou de forma explícita uma anexação generalizada dos territórios recém-independentes, os avanços da teoria do imperialismo foram questionados por todo o período remanescente do século XX e no início do século XXI.

Ainda que a guerra surja como um subproduto da tentativa capitalista de expandir, concentrar e centralizar capital, essa correlação não responde à questão principal a respeito da produção sob o capital monopolista – isto é, a constante expansão do excedente, a sua progressiva subutilização e o papel da guerra na sua destruição. O poder hegemônico não tem o monopólio da guerra (ARTNER, 2023). Apesar do

16 Tradução de Mészáros (2011, p. 267) a partir do original *Women's Liberation* (MÉSZÁROS, 1995, p. 187).

controle exercido pelos EUA sobre os países do núcleo capitalista – um dos diversos resultados da Segunda Guerra Mundial (AMIN, 2004) –, o capital ainda opera de forma a manter suas necessidades de reprodução funcionando em todos os Estados, inclusive os da periferia global, ainda que se faça uma ressalva quanto ao emergente processo chinês¹⁷. A ascensão das economias periféricas, a formação de múltiplos centros de acumulação globais e a emergente multipolaridade forçam os limites da guerra em um cenário nuclear.

O desenvolvimento industrial da periferia do capitalismo também afeta simultaneamente o meio ambiente. O limite sociometabólico do capital é levado à sua culminância ano após ano de formas variadas, desde a emissão de gases de efeito estufa até a poluição de aquíferos, causando o aumento da temperatura média da terra e impactos irreversíveis à biosfera. É fácil demonstrar que as necessidades reprodutivas do capital estão em confronto direto com a continuidade da vida na terra, que é afetada tanto pela expansão do excedente como pela taxa decrescente de utilização do capital no capitalismo. Entretanto, desde a invenção das armas atômicas, o capitalismo não pode usar o seu mecanismo mais importante de destruição do excedente em seu pleno potencial.

Constatar isso implica concluir que a guerra, enquanto ferramenta para a reprodução do capital, não pode ser mais usada como antes, demandando-se uma transformação da cognição humana como meio para evitar o início de uma guerra nuclear. Isolando-se esse fenômeno, a contradição destacada pode ser definida como, de um lado, uma tendência em se usar a guerra como meio para a concentração, mobilização e descarte do excedente, e, em sua face oposta, uma possibilidade de se dar fim ao reino do capital através da destruição da vida humana organizada na terra.

Considerações finais

A proposição feita por Mészáros de quatro limites ao capital levou a uma caracterização particular da crise estrutural sob o capitalismo. As tendências intrínsecas do sistema sociometabólico podem ser descritas como uma queima lenta em direção à exaustão dos recursos da terra, um cenário no qual se limitam os potenciais humanos de desenvolvimento na direção de um melhor relacionamento com o meio ambiente. Tais condições guiaram o capitalismo para ideias como os *Limites ao Crescimento*¹⁸,

17 Aqui redireciona-se o leitor para a discussão sobre a acumulação primitiva socialista da China em Sam-Kee Cheng (2020).

18 Para a crítica ao famoso *Report – Limits to Growth* do Clube de Roma, ver Mészáros (1995, p. 170-186).

pedra angular do neoliberalismo. O resultado se traduz numa tentativa de congelamento de diversos processos de desenvolvimento na periferia do capitalismo, dentre os quais poderia surgir uma alternativa sociometabólica ao sistema capitalista.

Entretanto, a crise estrutural do capital continuou a se desenvolver nas décadas seguintes. Desde os anos 1970, houve uma série de mudanças geopolíticas de dimensão significativa, enquanto os EUA tentaram expandir o seu mando para todo o globo. A tendência histórica de reação existiu paralela a uma China aparentemente passiva, no que hoje parece ser um longo e cauteloso caminho para o rejuvenescimento (XI, 2020 [2017]). Várias infecções importantes transformaram a projeção de poder da China no plano internacional. Ao usar os influxos de capital por mais de quatro décadas ao seu favor, a China criou o seu próprio e gigantesco mercado doméstico, sustentado por uma estratégia única de desenvolvimento (HU *et al.*, 2021).

A China também tem demonstrado que pode reestruturar o seu próprio mercado doméstico para o alcance de objetivos estatais de médio e longo prazo, o que fortalece a tese que centraliza a importância do aparato estatal multiforme e do crescimento da demanda interna como propulsores da acumulação socialista chinesa (CHENG, 2020; JABBOUR e GABRIELE, 2021). O impacto desse desenvolvimento é cada vez mais sentido diretamente pela economia mundial capitalista. A emergência de novas contradições é esperada (XI, 2022). De um lado, a abertura de novos mercados consumidores pelo crescimento da renda média e o aprofundamento do processo de reforma e abertura condicionam o desenvolvimento do mercado mundial progressivamente à imagem da economia chinesa. A condição de anomalia dentre essas mudanças torna-se explícita, alinhando-se com o planejamento estratégico do Estado, mirando 2035 e 2049. Em oposição, o crescimento econômico alimenta a construção de gigantescos conglomerados não-públicos, e a elevação da competição monopolista no mercado mundial tenciona a hegemonia do Estado norte-americano.

As condições econômicas dos Estados Unidos desde meados da década de 2000 têm afetado a sua habilidade de controlar a sua projeção de poder no mundo (AMIN, 2018; FOSTER, 2019; DESAI, 2022a). Como colocado anteriormente, a ascensão da China tem sido tratada como um fator determinante na sua consequente estratégia de “segurança nacional”. O confronto sistêmico com um sistema socialista emergente tem sido categorizado como o objetivo principal do aparato do Estado norte-americano. Nos EUA, a principal divergência entre ambos os partidos situa-se a respeito de qual estratégia tomar: o enfrentamento direto à China, barrando a corrente do seu desenvolvimento econômico em uma série de escaramuças limitadas, cujo campo de disputa seria o sistema mundial capitalista – aquilo que tem sido chamado de guerra comercial China-EUA ou de disputa tecnológica –, ou pelo implemento de uma vi-

são estratégica de longo prazo para as próximas décadas, na qual primeiro se deveria eliminar a Rússia, o adversário mais fraco, criando a possibilidade de se confrontar posteriormente uma China isolada.

Após décadas do despertar da crise estrutural do capital, o capitalismo tem provado continuamente que não pode mobilizar forças no mesmo grau experimentado anteriormente. A resposta dos EUA – e, de certa maneira, também dos europeus – às crises econômica e sanitária da covid-19 demonstrou níveis de inação que deveriam ser contrastados não apenas com políticas chinesas, mas também com a sua própria atuação em pandemias anteriores (LO e SHI, 2021; DESAI, 2022a). A mobilização torna-se o elemento chave para uma resposta planejada dos EUA às circunstâncias geopolíticas emergentes. Como a ex-Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton apontou em relação à China, os EUA “[...] nunca vão competir e vencer contra eles, a menos que você tome de volta os meios de produção” (HAGUE e CLINTON, 2021). Controlar os meios de produção e redirecionar os circuitos do capital para o objetivo da autopreservação tanto do sistema como da ordem hegemônica existente e do lugar dos EUA como o principal Estado central capitalista, requer que se atravesse os limites normativos e econômicos dos tempos de paz.

O atual estado das relações é tal que, sem os elementos da mobilização pronta para a guerra, o Estado norte-americano não pode regularmente operar uma resposta a uma potência socialista, neste caso representada pela China (DESAI, 2022a). A barreira contendo os EUA em sua escalada para uma guerra de proporções globais é a necessidade de se evitar consequências nucleares. Em 2022, apenas a China e a Índia, entre as potências atômicas, mantinham sua adesão à política do no-first-use, ainda que setores do corpo diplomático chinês – notadamente o ex-diplomata Sha Zukang – tenham sugerido revisar essa posição em resposta à postura agressiva dos Estados Unidos no Oceano Pacífico, até que um pacto de controle de armas nucleares tenha sido alcançado entre China e EUA. Em 2022, a resposta russa de aumentar os níveis de alerta de suas forças nucleares após ser expulsa do sistema de pagamento SWIFT nas primeiras semanas da Guerra Russo-Ucraniana, evidencia o quão tênue é a linha de separação entre o conflito localizado e uma guerra nuclear, particularmente quando o império norte-americano é parte envolvida quase que diretamente no conflito. O resultado favorável desejado pelos planejadores dos EUA é um cenário em que se isola Rússia e China da Europa, com a captura dos mercados energéticos europeus, com aumentos das contas em todo a Europa Ocidental – particularmente na Alemanha – e a transferência de suas pressões inflacionárias internas para outro lugar, com eventuais danos à economia russa até o ponto de colapso.

Entretanto, ainda que o capital possa ser mobilizado de modo a suprir essa estratégia e reanimar a economia dos EUA até que se chegue aos níveis necessários

para resposta, o ato de evitar a guerra de forma direta opera sob um limite absoluto do capital, cerceando a mobilização, obstando o engajamento e, por fim, barrando a destruição do excedente necessária às operações regulares do capitalismo desde o despertar do imperialismo. No cenário atual, o caminho para a ascensão da China à posição central da ordem mundial capitalista passa pelo desenvolvimento das suas próprias capacidades militares, uma pedra angular da erosão da hegemonia norte-americana. Como colocado pelo antigo editor da revista *Fortune* William S. Schlamm e capturado por Baran e Sweezy (1966, p. 187) em *Capitalismo Monopolista*, “O comunismo prospera na paz, quer a paz, triunfa na paz”. Cercear esse processo pode requerer a ampliação do uso das capacidades produtivas dos EUA e do núcleo capitalista, exacerbando a pressão de um limite absoluto do capital, novamente afundando o mundo em uma era de grande risco.

O campo socialista tem se deparado com obstáculos significativos em suas diversas trajetórias de desenvolvimento. Entraves que podem ser analisados em diversas obras do campo marxista. Amin (2005), por exemplo, fala do problema de se controlar a renda da terra numa situação de êxodo rural significativo e de queda da produtividade do trabalho. O obstáculo colocado pela realidade da teoria da crise estrutural do capital é de outra natureza. Não se trata somente de um cadeado à capacidade humana de rearranjo das forças produtivas sob um projeto revolucionário de transformação da realidade material. Cadeados podem ser quebrados. Ainda que exigindo níveis superiores de planejamento da estrutura produtiva e rearranjo dos fatores de produção, pode-se vislumbrar a superação desses pontos dadas as condições necessárias. O real significado de *estrutura* impõe não uma impossibilidade física de se atravessar um limite, mas demonstra, sim, a irreversibilidade da condição material alcançada, cuja proeminência será cada vez mais vantajada conforme a condição de mudança qualitativa se expressa.

Assim, o caráter ecológico da obra de Marx e de seus seguidores se impõe numa nova expressão, levando a novos desafios para se pensar a estratégia socialista em escala mundial em nosso tempo histórico. A China tem demonstrado um entendimento próprio sobre esse tema, com a liderança do PCCh continuamente avançando suas considerações quanto à questão ambiental e apresentando medidas concretas para responder aos desafios da crise ecológica mundial. Essas considerações não são tomadas de maneira distinta da sua estratégia geral de desenvolvimento. É de conhecimento público que o planejamento central chinês impõe medidas de reflorestamento, revitalização de rios, combate à desertificação, e entraves ao crescimento econômico, pautando metas que levem em conta a preservação do meio ambiente (XI, 2020 [2018-2019]). Uma visão holística quanto ao desenvolvimento das forças

produtivas, que intercale a transformação material da China ao seu processo histórico corrente, determina também a construção de uma civilização ecológica, atrelada a uma visão prevalente de harmonia e integração com o meio ambiente (PAN, 2018; COSTA-LIMA, 2021).

Colocado nesses termos, o processo de desenvolvimento que emerge na China é restrito não só por limitações ao patamar de crescimento econômico experimentado pela economia mundial nas últimas décadas. Os limites absolutos do capital pressionam o processo produtivo de modo a direcionar a construção do socialismo chinês para as condições prementes da economia política global. Isso implica não só meras adequações provisórias quanto às estratégias de crescimento, reguladas por um planejamento avançado e continuamente remodelado. A consideração subjacente que deve ser posta diz respeito à forma a ser adotada por uma reação estatal ao cerco¹⁹ que inicia ao processo de desenvolvimento do país. A realidade prática tem apontado para um cerceamento progressivo da autonomia chinesa no mercado mundial, visando, abertamente, a sustar a evolução de um sistema socialista capaz de rivalizar com a hegemonia norte-americana do sistema mundial capitalista.

Só se cerceia aquilo que já se apresenta como ameaça, ainda que à nível estratégico²⁰. Se alguns autores apontam para os sinais de que a forma de desenvolvimento da China é central para o debate sobre a natureza do seu sistema, cabe discutir sobre a forma histórica adotada pelo capital em nosso tempo. Ao apontar como possível a emergência de uma contradição conectada à certa necessidade de ampliação da guerra como método de mobilização estatal capitalista visando ao enfrentamento de um sistema sociometabólico opositor, cabe também a apresentação dos termos pelos quais surge este antípoda.

De um lado, o que se tem observado é que o novo ímpeto de crescimento dos EUA, teoricamente amparado por certo neokeynesiano de guerra²¹, rapidamente encontra seus próprios limites. O ciclo de negócios dos ativos criados nos anos imediatamente seguintes ao início da pandemia do SARS-CoV-2 chegou ao fim, dando margem a uma nova rodada de políticas de ajuste fiscal nos EUA (DESAI, 2022b). Se esta é a realidade político-econômica do então Estado nuclear do capitalismo global, é em perspectiva do seu capital monopolista que se pode tratar sobre a condição geral do capital nesta época de transição.

19 Engels e Gramsci trataram da ideia de cerco a experiências socialistas em diversas ocasiões. Ver: Egan (2016; 2020).

20 Há aqui um potencial evidente de diálogo crítico com a Escola de Copenhague dos estudos de segurança internacional. De forma bastante preliminar, algo nesse sentido foi introduzido em Spellmann (2022b).

21 Ou, como alguns pretendem chamar: *Bidenomics*.

Referências

- AMIN, Samir. *Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value*. New York: Monthly Review Press, 2018.
- AMIN, Samir. *Eurocentrism*. New York: Monthly Review Press, 2010. Originalmente publicado em 1988.
- AMIN, Samir. China, market socialism, and U.S. hegemony. *Review*, v. 28, n. 3, p. 259-279, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241635>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- AMIN, Samir. Geopolitics of contemporary imperialism. In: BORÓN, Atilio (Ed.). *New worldwide hegemony: alternatives for change and social movements*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 71-107.
- ARTNER, Annamária. A new world is born: Russia's anti-imperialist fight in Ukraine. *International Critical Thought*, v. 13, n. 1, p. 37-55, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/21598282.2023.2186015>
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Monopoly capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1966
- CHENG, Sam-Kee. Primitive socialist accumulation in China: an alternative view on the anomalies of Chinese "capitalism". *Review of Radical Political Economics*, v. 52, n. 4, p. 693-715, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0486613419888298>
- COSTA-LIMA, Marcos. Um sopro de esperança: Xi Jinping e a civilização ecológica. *Jornalismo e Cidadania*, v. 43, p. 13-14, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/jornalismoecidadaniaago21-compactado>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- DESAI, Radhika. *Capitalism, coronavirus and war*. London: Routledge, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.4324/97818003200000>
- DESAI, Radhika. Guns without butter. *Sidecar*, 05 mai. 2022b. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/guns-without-butter>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- DESAI, Radhika. The long shadow of Hiroshima: capitalism and nuclear weapons. *International Critical Thought*, v. 12, n. 3, p. 349-369, 2022c. DOI: <https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2051582>
- DUNFORD, Michael. The Chinese path to common prosperity. *International Critical Thought*, v. 12, n. 1, p. 35-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2025561>
- FOSTER, John Bellamy. Late imperialism. *Monthly Review*, v. 71, n. 03, 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/07/01/late-imperialism/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- GREGOR, James. *Marxism and the making of China*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- HAGUE, William (Lord of Richmond); CLINTON, Hillary. The future of liberal democracies: in conversation with William Hague and Hillary Clinton. *The Chatham House, May 4, 2021*. Disponível em: <https://chathamhouse.soutron.net/Portal/DownloadImageFile.ashx?fieldValueId=5840>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- HAVELI, Joseph. The contemporary significance of Baran and Sweezy's notion of monopolistic capitalism. In: JARSULIC, Marc (Ed.) *Money and macro policy*. Dordrecht: Springer, 1985. p. 109-133 (Recent Economic Thought Series, v. 5). DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-015-7715-1_6
- HU, Angang et al. *2050 China: becoming a great modern socialist country*. New York: Springer, 2021.
- HUDSON, Michael. *Super imperialism: the origin and fundamentals of U.S. world dominance*. London: Pluto Press, 2003. Originalmente publicado em 1972.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KAUTSKY, Karl. *Ultra-imperialism*. *New Left Review*, n. 59, 1970, p. 41 - 46. Disponível em: http://www.platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/kautskykarl_ultraimperialism1914_NLR05804.pdf
- KENNAN, George Frost. The sources of Soviet conduct. *Foreign Affairs*, v. 25, n. 4, p. 566-582, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- LENIN, Vladimir Ilych Ulianov. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Rio de Janeiro: Navegando Publicações, 2011. Originalmente publicado em 1917.
- LI KEQIANG delivers special speech at the World Economic Forum Annual Meeting. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 22 jan. 2015. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/>

mfa_eng/topics_665678/2015zt/lkqzlcxsjjltnhbdrsjxgzfw/201501/t20150126_705604.html. Acesso em: 05 jul. 2023.

LIU, Shiren. The philosophic interpretation of a community of shared future for mankind from the perspective of the Marxist philosophy. *Scientific Research*, v. 6, n. 7, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4236/oalib.1105541>

LO, Dic; SHI, Yuning. China versus the US in the pandemic crisis: governance and politics confronting systemic challenges. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 42, n. 1-2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1839393>

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Originalmente publicado em 1913.

MACKINTOSH, Malcolm. Moscow's view of the balance of power. *The World Today*, v. 29, n. 9, p. 108-118, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40394690>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAGDOFF, Harry; FOSTER, John Bellamy. *Imperialism without colonies*. New York: Monthly Review Press, 2003.

MAGDOFF, Harry. SWEEZY, Paul M. *Dynamics of US Capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1972.

MAITO, Esteban Ezequiel. The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since xix century. *MPRA*, n. 55894, 2014. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/55894/>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MAO, Zedong. *On the correct handling of contradictions among the people*. Calcutta: National Book Agency Private Limited, 1967. Originalmente publicado em 1957.

MAO, Zedong. *War and peace*. 1966. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/red-book/index.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MARX, Jenny; ENGELS, Friedrich. *Marx and Engels collected works*. London: Lawrence and Wishart, 1983. v. 40: Letters 1856–59.

MARX, Karl. *Marx-Zasulich correspondence*. 1984 [1881]. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/zasulich/index.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The German ideology*. 2007 [1845]. Available at: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/ch03d.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. 1ª. Ed. Rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *The Structural Crisis of Capital*. New York: Monthly Review Press, 2009.

MÉSZÁROS, István. Lembrança de Paul Sweezy. *Margem Esquerda*, v. 3, 2004.

MÉSZÁROS, István. Prefácio à Edição Brasileira. In: MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 11.

MÉSZÁROS, István. *Beyond capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1995.

MORESHEAD, Colin. What's in a name. *China-US Focus*, June 13, 2018. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/peace-security/whats-in-a-name-changes-in-the-indo-pacific>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PAN, Xiang-Chao. Research on Xi Jinping's thought of ecological civilization and environment sustainable development. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science 2018*, v. 153, n. 6, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1088/1755-1315/153/6/062067>

POLESE, Pablo. Que tipo de crise? István Mészáros e a Crise Estrutural do Capital. *Revista Em Pauta*, v. 14, n. 37, p. 40-60, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/REP.2016.25393>

SAWYER, Malcolm. C. Theories of Monopoly Capitalism. *Journal of Economic Surveys*, v. 2, n. 1, p. 47-76, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.1988.tb00036.x>

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism & democracy*. London: Routledge, 2003. Originalmente publicado em 1943.

SPELLMANN, Samuel. *O capital Chinês e o imperialismo no século XXI: o papel do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura na Internacionalização do Capital Chinês no Sudeste Asiático (2013-2019)*. 2020. *Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020*.

STALIN, Iossif. *Economic problems of Socialism in the USSR*. Toronto: The November 8th Publishing House, 2022.

SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. London: Dobson Books, 1970.

THE WHITE HOUSE. *Budget of the US Government, Fiscal Year 2022*. Office of Management and Budget, 2022. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/05/budget_fy22.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

THE WHITE HOUSE. *Remarks by President Obama and President Xi of the People's Republic of China in Joint Press Conference*. The White House, Sep. 25, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/09/25/remarks-president-obama-and-president-xi-peoples-republic-china-joint>. Acesso em: 20 mar. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. *Military and security developments involving the People's Republic of China 2021: annual report to Congress*. Office of the Secretary of Defense, 2021. Disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America*. 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VADELL, Javier. China's bilateral and minilateral relationship with Latin America and the Caribbean: the case of China-CELAC Forum. *Area Development and Policy*, v. 7, n. 2, p. 187-203, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/23792949.2021.1974907>

VADELL, Javier; LO BRUTTO, Guiseppe; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000201>

WANG, Jue; SAMPSON, Michael. China's multi-front institutional strategies in international development finance. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 15, n. 4, p. 374-394, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/cjip/poac019>

XI, Jinping. The correct understanding of major theoretical and practical problems of China's development. *Qiushi*, 15 maio 2022. Disponível em: http://www.qstheory.cn/dukan/qs/2022-05/15/c_1128649331.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

XI, Jinping. Full text of Xi Jinping's speech on the CCP's 100th anniversary. *Nikkei Asia*, 01 jul. 2021a. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Full-text-of-Xi-Jinping-s-speech-on-the-CCP-s-100th-anniversary>. Acesso em: 05 jul. 2023.

XI, Jinping. Full text of Xi Jinping's statement at COP26 climate summit. *Nikkei Asia*, 02 nov. 2021b. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Environment/Climate-Change/COP26/Full-text-of-Xi-Jinping-s-statement-at-COP26-climate-summit>. Acesso em 05 jul. 2023.

XI, Jinping. *The governance of China*. Beijing: Foreign Languages Press, 2020. v. 3.

XI, Jinping. *A governança da China*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019. v. 2.

Xi Jinping. A Governança da China, Rio de Janeiro: Contraponto, 2017. v. 1.

XING, Li. BERNAL-MEZA, Raúl. China-US rivalry: a new Cold War or capitalism's intra-core competition? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100110>

YAN, Xuetong. From keeping a low profile to striving for achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 7, n. 2, p. 153-184, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1093/cjip/pou027>

YANG, Danzhi. Win-win cooperation. In: FANG, Cai; NOLAN, Peter. *Routledge Handbook of the Belt and Road*. London: Routledge, 2019. p. 257-61.

YIN, Jiwu. The Cold War analogy's misrepresentation of the essence of US-China strategic competition. *China International Strategy Review*, v. 2, p. 257-269, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s42533-020-00058-4>

ZHANG, Xin. Chinese capitalism and the Maritime Silk Road: a world-systems perspective. *Geopolitics*, v. 22, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1289371>

ZHAO, Suisheng. The US-China rivalry in the emerging bipolar world: hostility, alignment, and power

El triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán cuestiona el poder de la Tríada

Martin Alejandro Martinelli*

Resumen: La propuesta del artículo es analizar la irrupción de los polos emergentes China, Irán y Rusia, que tienden a asociarse en un triángulo geoestratégico. Este se ha ido gestando en la etapa posterior a la Guerra Fría y acentuado recientemente, en diferentes aristas. Se manifiestan ejes de presión en esas áreas neurálgicas de Eurasia: Asia-Pacífico (“Mediterráneo asiático”), Asia Occidental y Europa Oriental (“Mediterráneo euroárabe”). Abordaremos la noción de imperialismo centrados en las lógicas territorial y económica, y el ajuste espacial, considerando las escalas de centro, semiperiferia y periferia. Desde ese enfoque analizaremos la geoestrategia del eje tripartito y su impacto en la confrontación con la hegemonía estadounidense, en la reconfiguración geopolítica mundial de la última década.

Palabras clave: Geopolítica; Polos emergentes; Imperialismo; Triángulo geoestratégico; Lógica territorial y económica.

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a irrupção dos polos emergentes China, Irã e Rússia, que tendem a se associar em um triângulo geoestratégico. Isso vem se configurando na fase pós-Guerra Fria e tem se acentuado recentemente em diferentes aspectos. Eixos de pressão se manifestam nessas áreas neurálgicas da Eurásia: Ásia-Pacífico (“Mediterrâneo asiático”), Ásia Ocidental e Europa Oriental (“Mediterrâneo euro-árabe”). Abordaremos a noção de imperialismo com foco nas lógicas territorial e econômica, e o ajuste espacial, considerando as escalas de centro, semiperiferia e periferia. A partir desta abordagem analisaremos a geoestratégia do eixo tripartido e o seu impacto no confronto com a hegemonia dos EUA, na reconfiguração geopolítica e mundial da última década.

Palavras-chave: Geopolítica. Polos emergentes. Imperialismo. Triângulo geoestratégico. Lógica territorial e econômica.

Abstract: The purpose of the article is to analyze the irruption of the emerging poles China, Iran and Russia, which tend to be associated in a geostrategic triangle. This has been taking shape in the post-Cold War stage and has been accentuated recently in different aspects. Axes of pressure are manifested in these neuralgic areas of Eurasia: Asia-Pacific (“Asian Mediterranean”), Western Asia, and Eastern Europe (“Euro-Arab Mediterranean”). We will address the notion of imperialism focused on the territorial and economic logics, and the spatial adjustment, considering the scales of center, semi-periphery, and periphery. From this approach we will analyze the geostrategy of the tripartite axis and its impact in the confrontation with the US hegemony, in the geopolitical and world reconfiguration of the last decade.

Key words: Geopolitics. Emerging poles. Imperialism. Geostrategic triangle. Territorial and economic logic.

* Doutor em Ciências Sociais, Historiador. Universidade Nacional de Luján (Argentina). Co-Coordenador do Grupo Especial Revista Al-Zeytun / CLACSO «Palestina y América Latina» (2019-2022) pelo Instituto de Estudos de América Latina e Caribe (Universidade de Buenos Aires), Diretor Observatório Geohistórico (UNLu). Autor do livro “Palestina (e Israel). Entre intifadas, revoluções e resistências”.

Introducción

El objetivo de este artículo es poner en perspectiva las considerables metamorfosis del triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán (en formación), el cual cuestiona el poder de la Tríada, es decir, Estados Unidos, Europa y Japón. Eso está contextualizado por una crisis sistémica, de mayor confrontación geopolítica, de cuestionamiento de la unipolaridad, donde Eurasia resurge. Y en el que adquieren un mayor protagonismo los Océanos Índico, Pacífico y Asia en general, mientras la Tríada se encuentra en un declive relativo en varios aspectos. La disputa y las tensiones varían según las áreas estratégicas y la cercanía a las potencias en cuestión.

En cierto sentido, esa situación los impulsa a aliarse para enfrentar con mayor solidez las sanciones económicas, los bloqueos y las amenazas militares, además de las geoestrategias propias de cada una de las tres. Dos aspectos corroboran estos cambios: la intensificación de movimientos económicos tendientes a deslindar el dólar en las transacciones, aunque esto pueda ser incipiente y a mediano plazo; y la mediación china (y rusa) para la pacificación entre las dos potencias del Golfo Pérsico: Irán y Arabia Saudí.

Existen determinados factores y mecanismos los cuales denotan un desplazamiento en las placas tectónicas y el resquebrajamiento de algunas estructuras que datan de 194, si bien en ese largo plazo hubo cambios inherentes. Transcurre desde un mundo bipolar y un llamado tercer mundo o Bandung, hacia uno unipolar, y, en los últimos diez años, el surgimiento de otro más multipolar. Se puede observar igualmente un hilo conductor subyacente a través de organizaciones de alcance mundial o al menos de una mayoría de este. Nos referimos a el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM), Bretton Woods (1944), la Organización del Tratado del Atlántico Norte – OTAN (1949), es decir, la estructura mundial que quedó de la posguerra.

Una interpretación del siglo XX es cómo, durante la continuidad de las empresas coloniales, se van gestando los movimientos de liberación nacional africanos y asiáticos en el contexto de la gran guerra europea 1914-1945. Mientras tanto, se va erosionando el poder sobre esas colonias que ocupan buena parte del mundo, y esas organizaciones – más incipientes o desarrolladas – se conforman para lograr la gran emancipación de Asia y África en la segunda mitad del siglo XX (ARRIGHI, 2009; MARTINELLI, 2023a). Esto se produjo bajo la incidencia de los bloques hegemónicos, cada uno con su sistema, el socialista y el capitalista, y el resto del mundo y los no alineados agrupados, por ejemplo, en la Conferencia de Bandung (1955).

Esas grandes transformaciones continúan, en algún sentido, por la gran cantidad de rebeliones, revoluciones, y la organización de nuevos países durante la Guerra

Fría. Una parte de ellos apoyados por la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, otra bajo la órbita en las zonas costeras, sobre todo de los imperialismos o poderes fácticos de las potencias euroamericanas, principalmente Estados Unidos, y dos diferentes formas de descolonización principales: Gran Bretaña y Francia (más virulenta).

Enzo Traverso (2009) explica como diversos acontecimientos trastocan la idea de una interpretación eurocéntrica de la historia contemporánea (y, agregamos, anterior), observados desde la óptica de otras latitudes, como, en África, el Congreso de Berlín (1884) o los años de la descolonización (1960); y, desde Asia, otros eventos del siglo XX, como la independencia de la India (1947), la Revolución China (1949)¹, la guerra de Corea (1950-1953), la guerra de Vietnam (1960-1975). Aplicado esto a América Latina, la preponderancia por su incidencia recae sobre la Revolución Mexicana (1910-1917) o sobre la Revolución Cubana (1959), revoluciones que modifican las estructuras de esas poblaciones y marcan su devenir, así como también repercuten en otras sociedades. Esto influyó en la manera de escribir, de hecho, en la periodización de la historia.

Estas particularidades culturales, y por ende también de cosmovisiones, se diferencian de los planteos desacertados de un choque de civilizaciones – bloques culturales indio, ruso, chino o musulmán, por ejemplo (HUNTINGTON, 1993) –, o en la visión monopolar atlantista del llamado “fin de la historia”. Distan de lo que, durante buena parte del siglo XX, si observamos a través de la visión de bipolaridad comunismo-capitalismo, aconteció en estas zonas del mundo donde ocurrieron grandes procesos de descolonización. Eso contradice la idea de que eran países atrasados, aunque nuevos, pero en realidad asumían tradiciones y una historia propia, euroasiática en un punto, sin los límites de las formaciones o Estado-nación de los últimos dos siglos.

Tres revoluciones, en diferentes direcciones, Rusia (1917), China (1949) e Irán (1979), moldean el derrotero de la historia de estos países, de las más imponentes del siglo XX. Poblaciones que heredan la narrativa del imperio zarista y el centro de la Unión Soviética, del imperio persa y reino del medio. Opositores en diferentes momentos a las influencias de Estados Unidos, aunque también con momentos de cercanía. Si bien esto no las convierte automáticamente en contrahegemónicas, puesto que hay que diferenciar su anticapitalismo durante el siglo XX, en los casos chino y ruso. La última década, partiendo desde el 2011 hasta la actualidad, denota una barrera a las lógicas hegemónica del sistema imperial regido por Estados Unidos,

¹ Así como la Revolución Rusa de 1917 marca el devenir del siglo reciente marcado por las guerras, la Revolución China de 1949 generará posteriormente las condiciones del siglo XXI (ANDERSON, 2010).

el Pentágono y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

En las últimas tres décadas, la potencia norteamericana viene ejerciendo un papel más intervencionista en las políticas de los países, liderando invasiones en la región denominada “Medio Oriente ampliado”, desde Afganistán a Libia. Mientras que China ejerce otro tipo de mediación, en el aspecto de mayor dependencia geoeconómica, desde la instauración de la Nueva Ruta de la Seda en 2013 (ZHANG, 2018) a una intermediación en el conflicto saudí-iraní para su resolución.

Nuestra metodología consistirá en analizar la relación entre las nociones de imperialismo (e imperio) en concordancia con las formas de guerra en el periodo posterior a la Guerra Fría. En la primera parte, propondremos la estructura teórica consistente en varias nociones, como el ajuste espacial, y la interacción entre las lógicas territorial geopolítica y la lógica económica capitalista para estudiar la alianza China, Rusia e Irán que se está conformando. Luego esquematizaremos cuestiones relativas al planteo de los tres Mediterráneos como zonas de descarga de tensiones a nivel mundial, y la idea de los tres anillos referente a la geoestrategia territorial china. Eso sintetiza parte de las lógicas en disputa.

Desde esa perspectiva teórica, esa conceptualización nos permitirá enfocar la relación tripartita teniendo en cuenta la confrontación en distintos niveles entre Estados Unidos y China, los dos rivales sistémicos actuales, cada uno con sus diferentes modelos y proyectos de asociación. Además, evaluaremos cuál es su rol en el sistema mundial, desde la perspectiva de centro, semiperiferia y periferia, y cómo se condice eso con la lógica territorial y económica.

El imperialismo del capital

Un abordaje se sustenta en la noción de los ciclos sistémicos de acumulación. La historia anterior a estos siglos de desarrollo del capitalismo (industrial desde 1760 y mercantil hace cinco centurias) muestra diferentes ascensos en Europa de los ciclos sistémicos de acumulación que se van trasladando de uno a otro, desde Génova a Holanda, a Reino Unido, a Estados Unidos ahora se estaría trasladando a China (ARRIGHI, 1999, 2009). La centralidad a nivel mundial de Europa o Estados Unidos, el llamado “Occidente”, varía según las posturas entre dos a cinco períodos, eso pondría en un segundo lugar lo referente a la importancia de China y la India, previo a los asedios sufridos por Francia e Inglaterra principalmente y en menor medida por Portugal².

² Asia oriental es una región preponderante para la economía mundial durante más de dos mil años,

En los debates acerca de los diferentes tipos de imperio, las posiciones entre los planteos de Elen Meiskins Wood (2003) y Giovanni Arrighi (1999, 2009) se diferencian en un aspecto de las interpretaciones del capitalismo desde el siglo XV. Los distintos tipos de imperios se plantean según la definición del capitalismo. Este sistema se basa en la competencia por las ganancias de la explotación de los trabajadores más que en los circuitos de intercambios. Por lo tanto, fueron precapitalistas tanto las ciudades italianas y Holanda como variedades de imperios comerciales, o Roma y España con modalidades territoriales (KATZ, 2021). Para Wood (2003), la modalidad de imperio puro del capital está regida por la lógica del beneficio, mientras que la ocupación del nuevo espacio es complementaria o prescindible (en el sentido de esas potencias, añadiríamos que el desarrollo espacial cumple un rol, aunque no en esos sentidos).

Los diferentes estratos donde están situados los países según la jerarquía económica revelan la competencia entre países centrales, semiperiféricos y periféricos (WALLERSTEIN, 1999). Eso no deriva automáticamente en su comportamiento en el aspecto geopolítico, ni en su injerencia en los asuntos de otros países, por la vía militar (fundamento del imperialismo) o geoeconómica. La definición durante la carrera imperialista en la etapa clásica (1880-1914), de división de espacios coloniales, se grafica en una lógica de ganar espacios para competir por los beneficios. Luego, se caracterizó por una lógica menos territorial y más económica. Lo que difiere de su antecedente inmediato, el capitalismo comercial –faltante en el análisis de Arrighi (1999)–, correspondiente a los sistemas de acumulación de Génova y Holanda, con una lógica más territorial y menos económica.

La lógica geopolítica territorial se adapta con el planteo de Harvey (2023) del ajuste espacial del capital y con cómo se conjuga con las diferentes deslocalizaciones industriales desde mediados del siglo XX. Un punto clave para el geógrafo marxista es: “Cuando la búsqueda de ajustes espaciales para el capital excedente que ha sido acumulado se fusiona con las rivalidades geopolíticas” (HARVEY, 2023). Y eso deriva en un gran nivel de confrontación militar. Algo enmarcado en una crisis global de sobreproducción itinerante, determinada por la competencia, por los diferentes actores geopolíticos, y por el carácter sustancial de la economía.

En ese paradigma, según Giovanni Arrighi (2009, p. 11), se han ido encadenando

hasta el siglo XVI, XVII o incluso el XVIII (ARRIGHI, 2009). Esta región de China y la India han sido potencias geoeconómicas (MADDISON, 2004) hasta la irrupción industrial europea y el debilitamiento a partir (entre otras causas) de las invasiones por las guerras del opio iniciadas en 1839, propiciadas por Inglaterra, y la segunda guerra del opio donde se implicó Francia desde 1856, y otra invasión por parte del Imperio del Japón en 1931 causante de más de diez millones de muertes, en el caso chino. Mientras que India – más los actuales Pakistán, Birmania y Bangladesh – sufrieron la colonización británica durante casi un siglo, desde 1858 hasta 1947 (MARTINELLI, 2023a).

sucesivos “milagros” económicos en distintos países de Asia oriental, comenzando por Japón durante las décadas de 1950 y 1960, de donde pasó a Corea del Sur, Taiwán, Hong Kong, Singapur, Malasia y Tailandia durante las dos décadas siguientes, para culminar en la de 1990 y principios del siglo actual con el posicionamiento de China como el centro más dinámico de expansión económica y comercial del mundo.

Debemos diferenciar las etapas del imperialismo para dimensionarlo como concepto y la variación temporal de su significado. Los cambios en los procesos de acumulación fueron alterando la jerarquía geopolítica y transformando las formas de dominación mundial. La etapa clásica (1880-1914) se determina por la colonización de espacios durante la máxima expansión colonial. La segunda etapa inicia con los enfrentamientos interimperialistas directos y podría llegar hasta la década de 1970, con la crisis del petróleo y otra serie de acontecimientos e innovaciones sistémicas. La etapa de nuevo imperialismo comenzaría luego del desmembramiento de la URSS y las invasiones directas sobre Asia Occidental (MARTINELLI, 2022a).

Los tres tipos de estructuras refieren al imperialismo colectivo (AMIN, 2004) y al sistema imperial actual (KATZ, en prensa), al que podemos sumar una cuarta. La primera actúa con una manera de organización, con diferentes niveles de alianza y de jerarquía. Al poder decisor estadounidense se articulan las potencias alterimperialistas – son socios con un potencial de competidores económicos –, cuya lógica tiene cierta independencia, pero se subordinan al primero, se suman Inglaterra y Francia, los mayores imperios coloniales hasta la I Guerra Mundial, o Alemania y Japón (con Italia), los grandes derrotados de la II Guerra Mundial, y en otro nivel países apéndices coimperiales como Israel, Australia o Canadá, y de manera distinta Corea del Sur y los demás integrantes de la OTAN.

La segunda estructura se refiere al concepto “Imperio en gestación” que es parte de los debates actuales sobre imperialismo. Esos imperios en gestación no son hegemónicos, y debería evaluarse su posible aplicación a China y Rusia (aunque varios de sus indicadores económicos difieran) (SMITH, 2019³). Más allá de la postura en el debate si se trata o no de imperios en gestación, se trata de una diferente disposición al sistema imperial de dominio liderado por Estados Unidos. Sus despliegues se diferencian por sus pasados recientes respecto de la URSS, a la cual no es posible de clasificar como imperialismo. Y China, no obstante, cumplió un ascenso inusitado que la precipita a disputar espacios geoeconómicos, al asumir una restauración capitalista incompleta, quedaría fuera de la categoría imperialista⁴.

3 Stansfield Smith (2019) expone sobre la posición de Rusia en el mundo a través del papel que juega en los monopolios capitalistas en el sistema imperialista mundial, la naturaleza de su comercio de exportación, su exportación de capital, el papel mundial de su capital financiero y su poder militar.

4 Como suponen varios de los temas planteados en este artículo, esto genera variados debates en los

El tercer escalafón lo ocupan países emergentes, algunos de los cuales pueden caracterizarse como subimperialistas. Como en los casos anteriores, no se establece una correspondencia automática entre su desarrollo económico y su accionar geopolítico (las lógicas económica y geopolítica). Se caracterizan en realidad por ampliar su esfera de influencia hegemónica regional a partir de la disuasión o la injerencia de sus ejércitos en conflictos cercanos a su territorio. La región de Medio Oriente es donde podemos encontrar los casos más aplicables a esta idea.

Arabia Saudí cada vez se asocia económicamente más a China, pero ha sido el sostén del petrodólar; Turquía, cuya posición geoestratégica le profiere un papel más ambivalente de lo que su adscripción a la OTAN indica; e Irán, que posee ambiciones regionales, pero es el que más abiertamente se opone a las lógicas de dominio estadounidenses (como lo ejemplifican las sanciones y la salida unilateral de la potencia norteamericana del acuerdo nuclear en 2018).

Y la cuarta condición se trata de los países que resisten a las disputas de las diferentes potencias en sus territorios, pero soportan el interés por conseguir sus recursos. La tensión se produce en el Sahel, en África en general, o mediante la coacción en América Latina, y en Medio Oriente, Norte de África y Asia Central. Otra situación a ser considerada en ese sentido son las regiones de mayor tensión actual.

Geometría del imperialismo

La “lógica territorial del poder” se basa en el control sobre un territorio y la capacidad de movilizar sus recursos humanos y naturales. Mientras que la “lógica capitalista del poder” se instaura según el control sobre el capital económico en la base de la búsqueda de poder. Aunque las lógicas territorial y capitalista del poder no sean reductibles una a otra, y a veces la lógica territorial se posicione en primer lugar, la particularidad del imperialismo de tipo capitalista es la prevalencia de la lógica capitalista del poder (ARRIGHI, 2005).

En ese entramado investigado por Giovanni Arrighi y también por Charles Tilly (1996), ellos intentan esclarecer las dinámicas de poder a nivel global y su impacto en la configuración de las relaciones internacionales. Comparten la idea de que el poder y la dominación son aspectos centrales. Indagan sobre cómo se establece y mantiene la hegemonía en el sistema mundial. No obstante, difieren sobre la hegemonía, Arrighi se enfoca en la noción de ciclos hegemónicos y la sucesión de poder entre diferentes Estados a lo largo de la historia. Mientras que Tilly se centra en las relaciones de

que autores como Rousset, Ho Fung Ho, o Au Loong You manifiestan que China es una potencia imperialista. Sin embargo, no serán parte del eje de nuestros planteos.

poder a nivel regional y local, profundizando en las dinámicas internas de los Estados y las interacciones entre ellos. El gran pensador italiano del siglo XX analiza la hegemonía desde una perspectiva global y a largo plazo, mientras que el pensador estadounidense Tilly se enfoca en estructuras de poder más inmediatas y específicas.

Las estructuras del sistema mundial, más los debates de las lógicas territorial y económica, son útiles para analizar los cambios actuales en el escenario mundial. El gran tablero geopolítico muestra un aumento de la rivalidad hegemónica por el incremento de los mecanismos de coerción desde el accionar del imperialismo dominante. La etapa caracterizada por la unipolaridad (1991-2008) en el poder decisorio mundial muestra controversias por el ascenso de los polos emergentes económicos y geopolíticos en Eurasia.

La dimensión geopolítica militar es una cuestión clave para entender el imperialismo. Esto se sustenta en una base económica que, en el caso de Estados Unidos, utiliza una serie de estrategias de dominación. Combina la violencia con el consentimiento (ANDERSON, 2013; MARTINELLI, 2022b) y hace valer un poder implícito (*soft power*) que se asienta en el poder explícito (*hard power*), diferente de las teorías que reemplazan el imperialismo por la hegemonía como concepto ordenador de la geopolítica contemporánea en el tablero mundial. La preponderancia de las grandes potencias se dirime por medio de amenazas militares, seguidas por las competencias en dimensiones como la económica y la tecnológica.

De aquí se desprenden dos aspectos a considerar en este análisis más perfilado hacia el aspecto geopolítico, pero que precisa de la lógica geoeconómica para poder interpretarse. Es decir, las lógicas geopolíticas territorial y la económica capitalista, y cómo ambas inciden en diferentes sentidos en las decisiones de la geoestrategia exterior de China, Rusia e Irán (y también de su contendiente Estados Unidos, aunque en segundo plano aquí); y la ubicación cambiante en la estructura económica de centro, semiperiferia y periferia.

Las diferentes estructuras imperiales no se equiparan con el mismo desarrollo económico de cada una, dado que el empleo de la fuerza, o las intervenciones militares fuera de su territorio no se condicen con la supremacía económica correspondiente. India o China enfrentan tensiones por cuestiones limítrofes, sin embargo, todavía no disputan en lo militar alejados de su territorio. A futuro, debería observarse en que derivan las ampliaciones económicas más allá de sus zonas de influencia circundantes.

Este ordenamiento liminar nos ofrece la posibilidad de ajustar al sistema mundo la lógica económica o geopolítica y territorial respecto de los ciclos sistémicos de acumulación, el ajuste espacial y el reordenamiento de la estructura del sistema imperial a partir de los poderes emergentes que lo disputan. Por ello,

tendremos en cuenta la disparidad entre el peso económico y geopolítico en los países centrales e intermedios.

El “giro hacia el este”

Una serie de procesos interrelacionados resultan ejes cardinales para la comprensión de la situación actual. La OTAN encauzó su constante expansión hacia el este europeo a partir de la implosión soviética. Esto modifica el casi medio siglo anterior de una situación de un virtual empate hegemónico (con las enormes diferencias de modelo y de potencialidad económica), donde las dos superpotencias coordinaban espacios geográficos diferentes, uno conectado a través del Atlántico y el Mediterráneo, y el otro por el ya extinto Pacto de Varsovia (1956-1991), desde la URSS hasta Alemania Democrática.

Las zonas circundantes a China, Rusia e Irán impactan de manera sustancial en sus regiones y, por ende, en Eurasia y en el sistema mundial. Parte de las metamorfosis del capitalismo se produjeron en los momentos previos a la desintegración soviética. Ocurrieron a partir de la crisis del petróleo, la inconvertibilidad del dólar, la instauración del petrodólar, y la guerra Israel-Egipto de 1973. Al mismo tiempo, se producen la mencionada deslocalización industrial hacia los Tigres Asiáticos (GEJO *et al.*, 2023) y la industrialización del sudeste asiático, o las reformas de la apertura por Deng Xiaoping en China (1978), luego del acercamiento a Estados Unidos. Influyen también, en 1979, el tratado de paz entre Egipto e Israel en Camp David mediado por Estados Unidos, la intervención soviética en Afganistán y la Revolución Islámica Iraní.

Entre las etapas generales, un paso decisivo es la caída soviética, caracterizada por el retroceso espacial del socialismo y un avance intempestivo del capitalismo en Europa del Este y la región postsoviética. La OTAN se va ampliando hacia el este con el imperialismo colectivo con Irán como futuro país a destruir o fragmentar. Esto es perceptible por la incidencia en la guerra de Iraq-Irán (1980-1988), inmediata a la revolución, así como las sucesivas guerras en la región rodeando a ese país.

Esa situación en Europa se modificó con la aparición de nuevos países y con un experimento de fragmentación para la ahora ex-Yugoslavia. La OTAN invadió ese país en 1999, con su consecuente desmembramiento – y que continuaba el método de invasión iniciada con Iraq en 1991. Esto corrobora que esa intromisión por la fuerza en Europa profirió un carácter renovado de imposición liderada por los Estados Unidos. Demuestra una peculiaridad, conquistar todos los espacios de poder dejados poco tiempo antes por la disuelta URSS.

El llamado telón de acero se dinamitó, agregando a la OTAN, entre 1999 y 2004, a los países ex-miembros del Pacto de Varsovia, e incluso países que componían la URSS, como Lituania, Letonia y Estonia, los bálticos⁵. A eso se le agregó la instalación de un escudo antimisiles en forma de semicírculo que atraviesa desde Polonia, Rumania a Turquía, en demostración del objetivo de frenar toda posibilidad de recuperación de una fuerza liderada por Rusia. Esto desde Europa, mientras por otro lado se acerca en Iraq y en Afganistán, pocos años antes frontera directa con la Unión Soviética. Las bases militares estadounidenses se circunscriben en un arco anterior que cruza Gran Bretaña, Alemania, Italia, (Kosovo o Balcanes), por lo tanto, es complementario y termina de cercar y hacer retroceder la influencia moscovita⁶.

Desde Rusia, en plena recomposición, y China, en 2001, se consolida una Organización de Cooperación de Shanghái (OCS). El gigante asiático se erige como el punto clave, luego de una asociación comercial con la potencia norteamericana, pero que ya se transformó en un contendiente competidor de la hegemonía mundial. En su caso, los cimientos del socialismo le permiten un sistema de producción y organización social híbrido, el autodenominado “socialismo con características chinas” bajo el mando del Partido Comunista Chino. La integración de esta potencia en la globalización (o el dominio mundial de Estados Unidos) contenía la intención de convertir a China en tributario de Occidente (POCH, 2022).

El “resurgimiento” de Eurasia se produce luego de un momento unipolar a nivel global, con la injerencia estadounidense en el “Medio Oriente ampliado”, como en Afganistán, justamente considerado el “Vietnam” de la Unión Soviética. El cambio más sustancial del periodo de las últimas dos décadas es el ascenso económico chino y, por ende, geopolítico. Esto redundará en un impacto para las regiones del Pacífico y del Índico, y de Eurasia.

El triángulo geoestratégico China, Irán y Rusia

El triángulo geoestratégico de estas tres potencias euroasiáticas ya había sido previsto a finales del siglo XX por Zbigniew Brzezinski (1997, p. 63), quien afirmó:

5 Ingresan a la OTAN en: 2002, Lituania, Letonia, Estonia, hasta 1991 integrantes de la URSS; en 2004, Rumania, Bulgaria, Eslovaquia y Eslovenia; en 2009, Albania y Croacia; en 2017, Montenegro; en 2020, Macedonia del Norte; 2023, Finlandia y en 2024, Suecia hasta llegar a los 32 países.

6 Estas consideraciones nos revelan una primera instancia de varios de los cambios que trae aparejada la conversión de la URSS en 15 nuevos países. Unas modificaciones se perciben en las alianzas precedentes, por la parte estadounidense, Pakistán, Corea del Sur, Europa Occidental, Arabia Saudita, Israel, Japón y China, o la soviética, con Afganistán, Europa Oriental, Siria, Cuba, Vietnam, por mencionar algunos.

El escenario potencialmente más peligroso sería el de una gran coalición entre China, Rusia y quizás Irán, una coalición “antihegemónica” unida no por una ideología sino por agravios complementarios. Recordaría, por su escala y por su alcance, a la amenaza que planteó, en determinado momento, el bloque sino-soviético, aunque esta vez China sería probablemente el líder y Rusia el seguidor. Evitar esta contingencia, por más remota que pueda ser, requerirá un despliegue simultáneo de habilidad estratégica estadounidense en los perímetros occidental, oriental y sur de Eurasia.

La Alianza entre China, Rusia e Irán se gestionó entre los bloqueos y sanciones impuestos desde el sistema imperial. De manera directa o indirecta, en cuestiones territoriales como es el caso del Mar de la China, o en la instalación de gobiernos afines, como es el caso de Ucrania (NAZEMROAYA, 2015). La dinámica de una cooperación más estrecha entre los tres Estados pivotes del corazón euroasiático (ENGDAHL, 2017) profundiza su acercamiento.

Uno de los desafíos en la posguerra fría es el poder creciente de los Estados emergentes, en este caso nos enfocamos sobre Irán, Rusia y China. Ellos ven la estructura global a través del prisma de la experiencia histórica. Estos Estados y sus gobiernos consideran el declive relativo de la hegemonía económica occidental como una oportunidad. Su argumento, es que las interacciones entre los tres transfigurarán el escenario mundial en las próximas décadas (ESFANDIARI y TABATABAI, 2018).

El triángulo está signado porque Rusia recuperó protagonismo en el tablero geopolítico mundial. En el espacio postsoviético se desenvuelve otra parte de la contienda hegemónica y por los recursos. La oposición de esta alianza se manifiesta en los tres ejes de presión en áreas neurálgicas de Eurasia. La rivalidad sistémica China-Estados Unidos, por encima de estos asuntos, se amplía a todo el orbe. Este triángulo surge bajo estos condicionamientos.

En abril de 2015, durante la IV Conferencia de Moscú Sobre Seguridad Internacional, Irán comunicó su disposición para cooperar junto a los gobiernos de China y Rusia como respuesta a la estrategia de misiles dispuesta por la OTAN en la frontera con Rusia, que afecta a Teherán y Beijing. En reuniones bilaterales y trilaterales, acordaron la cooperación para un nuevo orden multipolar, a través de un largo proceso de integración política, estratégica, diplomática y militar. Además, adecuaron un plan de acción estratégico en el campo militar con relación a Europa y Estados Unidos (JOFRÉ, 2016).

La relación de Irán con las otras dos potencias es compleja y cambiante. Pero ocho años de una guerra devastadora con Iraq, seguidos de décadas de sanciones y aislamiento político, indujeron a Teherán a los brazos de Beijing y Moscú. En el siglo XXI, China y Rusia se establecieron como socios políticos, económicos y

militares clave para Irán (ESFANDIARI y TABATABAI, 2018, p. 181) en parte por esos motivos. La tendencia a la asociación entre los países de Eurasia se ejemplifica en este caso tripartito, pero queda por verse la multiplicidad de posibilidades al unirse o no otros como India o Pakistán, Turquía o Arabia Saudí.

El acrecentamiento de la expansión estadounidense en las inmediaciones de estos tres países, en distintos momentos históricos para cada uno, se corresponde con sus visiones de la relevancia internacional que van adquiriendo. Washington ve el triángulo Moscú-Beijing-Teherán como un eje de adversarios y competidores sistémicos en un extenso espacio desde el noreste de Asia hasta Asia Central y Asia-Pacífico, lo que genera implicaciones geopolíticas y geoestratégicas significativas para sus intereses. Por lo tanto, buscará reafirmar su influencia y ejercer presión sobre temas clave que afectan a los tres países (PAPAGEORGIU, ESLAMI y DUARTE, 2023).

Tres grandes mares mediterráneos

Existen tres grandes mares “mediterráneos” en el mundo: el euroárabe, el americano (Golfo de México y Florida) y el asiático (Mar de China Meridional y Oriental). Un actor interno en esos mares puede alzarse con la hegemonía regional convirtiéndose en el más poderoso de la región, obstruyendo esas aguas a los actores externos, aumentando así su autoridad. En las costas orientales del mencionado euroárabe, tras la resistencia del régimen sirio a la política estadounidense de fraccionamiento, se contrastan las potencias telúricas de Rusia, Irán y China. Su objetivo es unificar la región bajo su influencia y destituir la preeminencia estadounidense para caracterizarse como potencias hegemónicas regionales (GHISSETTI, 2020b).

Las dos tendencias de “fraccionamiento” e “integración” trastocan el correspondiente europeo y asiático en “espacios de descarga” de las tensiones internacionales. El principal interés de Estados Unidos, de fraccionamiento, será obstaculizar los diversos proyectos de integración entre el Mediterráneo europeo y el asiático, mientras que el interés de China, Rusia e Irán, de integración, es predominar en sus regiones y expulsar a Estados Unidos (GHISSETTI, 2020b).

La visión unipolar del nuevo siglo estadounidense colisionó con el crecimiento económico y con la asociación estratégica de países como Rusia, Irán y China, aunque el primero continúa primando en la inversión militar. Dicha supremacía fracasó en sus incursiones militares como en Iraq y Afganistán y, además de la destrucción de países –que no fueran potencias o subpotencias– no ha conseguido los objetivos propuestos. Entonces, con una dinámica distinta, estamos frente a un desgaste de la credibilidad en la retórica de enemigos de la humanidad (los últimos “los terroristas”,

ahora la propaganda se dirige a rusos y chinos) y llegando al cuarto del siglo, este XXI se avizora con una tendencia como un siglo asiático o más bien euroasiático.

En la actualidad, Estados Unidos considera los principales enemigos o competidores de los americanos: Rusia y China, las dos grandes “potencias revisionistas” que quieren cambiar la jerarquía de potencia mundial, según los estadounidenses; Corea del Norte e Irán, que amenazan el equilibrio geopolítico del noreste de Asia y Medio Oriente, respectivamente; y el “terrorismo yihadista” y cualquier tipo de organización criminal internacional que propague la violencia a través del tráfico de armas y drogas (FIORI, 2018).

Rusia, China e Irán no son potencias del statu quo, y los tres pretenden aumentar su influencia y estatura internacional. Sin embargo, la acusación de ser potencias revisionistas o de amenazar el orden liberal-democrático del mundo sobrelleva contradicciones, una es si el orden internacional es o ha sido alguna vez de tipo liberal-democrático. En él, Estados Unidos pretende imponer “un orden basado en reglas”. La colaboración de los tres euroasiáticos es en parte resultado de una reacción al hostigamiento de la potencia norteamericana (GHISSETTI, 2020a).

Las tensiones en el espacio postsoviético se erigen como un reajuste de las placas tectónicas luego de la abrupta implosión de la Unión Soviética, derivada en un cambio de un socialismo a un capitalismo de manera rápida en los países que la componían. El viraje, y en simultáneo al acoso directo de Estados Unidos y potencias afines, como sobre varios países del Medio Oriente ampliado, se contraponen a la eclosión de China. Esta acompañada por su vuelco de capitales de inversión y mercancías sobre el resto del mundo. A eso se le suman los nuevos organismos multilaterales que vendrían a socavar el poder hegemónico de aquellos entes internacionales fomentados por Estados Unidos desde el final de la II Guerra Mundial.

Estados Unidos lideró las invasiones y destrucción de países pero no le permitieron terminar de imponer su “orden basado en reglas”. Potencias en recomposición, como China y Rusia, más otros que se suman a esa alianza – aún con ambivalencias o sin cortar lazos con el eje anglosajón – de manera directa, ofrecen resistencia y modelos alternativos a los que se establecieron hace casi ocho décadas. Veremos como decanta hacia el resto del mundo.

Los diferentes canales de coerción y un sistema de alianzas variable y mutable construyeron enemigos sucesivos. El liderazgo estadounidense en uno de sus pilares básicos se está erosionando. La aparición de un polo económico divergente que creció asociado a este se está distanciando aún más, y los niveles de asociación de la OCS y el BRICS+ (Brasil, Rusia, India, China, Sudáfrica y otros posibles) demuestran un tipo de competencia diferente a la de la URSS y los competidores capitalistas asociados a

la primera potencia.

La guerra híbrida⁷ y las tensiones geopolíticas dirimidas en terceros países hasta el momento con la guerra en Ucrania se han modificado por la intervención estadounidense. Desde la caída de la URSS, según Karaganov (2018), debido a su euforia, el Occidente cometió dos errores estratégicos superpuestos. Primero, en la década de 1990, rechazó las aspiraciones de las élites rusas de convertirse en parte de Occidente e integrarse en él, aunque como un sujeto relativamente independiente y soberano. En segundo lugar, Occidente rompió su promesa y amplió la OTAN, lo que hizo que el primer error fuera aún peor.

Eso deriva en la situación actual de convergencia, con Irán mirando al este, Rusia con una estrategia euroasiática frenada hacia Europa, y China con un despliegue de carácter mundial. A estos cambios se integran en distintos niveles otros influyentes actores regionales, como India, Arabia Saudí, Pakistán y Turquía. Rusia es un competidor geopolítico, al involucrarse en territorios que son regionales de manera directa, de ahí se desprende una lógica territorial. Pero en otras regiones su incidencia se diluye por no tener una capacidad económica, dado que reprimizó su matriz industrial heredada de la URSS, junto con el cambio de la rápida transformación al sistema capitalista. Luego de ser el enemigo señalado desde Occidente, pasó por un momento de acercamiento en su etapa más débil en lo económico. Y actualmente se produce un nuevo distanciamiento.

En esta guerra, EE.UU. se resiste a perder su liderazgo, con su enorme poder militar, económico y político, dispuesto a usar el método de las tres OTAN. La europea es apuntada contra Rusia; la del Pacífico dirigida contra China, con Australia y Reino Unido; la de Medio Oriente, en alianza con Israel y otros países, dirigida contra Irán (LÓPEZ Y RIVAS, 2023).

China y EE.UU. disputan la hegemonía con diferentes planes geoestratégicos y alianzas, una volcada hacia el Atlántico y la OTAN en expansión. Mientras que el gigante asiático ensaya un mayor despliegue continental y territorial, pero, en los últimos años, a través de la NRS (Nueva Ruta de la Seda), se han incorporado países de todo el mundo hasta llegar a más de 150 en la actualidad. La multipolaridad ya

7 Los focos de conflictos independientes se manifiestan en oscilaciones de intensidad y pueden resumirse en: 1) guerras prolongadas de baja intensidad en países como Afganistán, Irak, Libia, Somalia, Siria, Yemen, y ahora también Ucrania, donde se destruyen estructuras estatales y el tejido social; 2) guerras económicas con prohibiciones o sanciones globales; 3) alianzas flexibles, sin frentes rígidos, ni militares, ni económicos ni políticos. Estados Unidos y Rusia pueden luchar entre sí en Ucrania y, al mismo tiempo, coordinar sus actividades militares en Siria; 4) los medios de comunicación como arma ideológica, a la par que los militares, políticos y económicos, y con una batalla ideológica por la verdad; 5) la guerra biológica, las armas químicas y las armas nucleares tácticas conforman esta tercera guerra en curso (LÓPEZ Y RIVAS, 2023).

está en marcha, representada por lo sucedido hasta ahora, pero se acentúa y sienta las bases para los próximos decenios.

Eurasia tiene un potencial marcado en caso de unirse, en el sentido de infraestructura pensada para los intercambios, entre ellos las vías marítimas, terrestres, oleoductos y gasoductos, por eso les resultaría beneficioso evitar las zonas de tensión o conflictos bélicos. Asume una tendencia a mantenerse como escenario de multipolaridad, ahora socavada por la guerra en Ucrania. Desde 2022, Eurasia declinó en buena medida su integración entre China y Rusia con Europa, o la Unión Europea, sobre todo a partir de los últimos documentos emitidos por la OTAN, como en Madrid en 2022 donde los declara enemigos.

Lógica económica y lógica territorial

A partir de 2008, los neoconservadores impulsaron un enfoque en la rivalidad sistémica con China con intento de impedir su expansión. En la práctica, consistió en imponer guerras híbridas para mitigar al contendiente, una serie de medidas represivas unilaterales y sanciones económicas con medidas financieras, propagandísticas, junto con “revoluciones de colores”, cyberguerra, *lawfare* y otras tácticas (VENEZIALE, 2022). En esencia, Estados Unidos dirige sus flotas a miles de kilómetros de su territorio.

La doctrina Wolfowitz (1992) consiste en la expansión del poder militar estadounidense en la antigua esfera de influencia de la Unión Soviética y a lo largo de todo su perímetro, con el objetivo de impedir el resurgimiento de Rusia como una gran potencia. Le sucede la doctrina Rumsfeld-Cebrowsky (1999), cuyo objetivo era adaptar las fuerzas armadas de Estados Unidos a las exigencias del capitalismo financiero, e intentar destruir las estructuras de los Estados en los países del “Gran Medio Oriente”. Demolió las estructuras estatales y sociales en Afganistán, Irak, Libia, Siria y Yemen (MEYSSAN, 2021). Los fracasos en Iraq y Afganistán, el empantanamiento en esas aventuras militares directas induce a pasar a la doctrina del “Pivot to Asia” de 2011, cuya intención es cercar a China y Rusia, y luego, detener el despliegue de la Belt and Road Initiative (BRI), la Nueva Ruta de la Seda.

La reacción china es cuando, en 2013, el presidente Xi Jinping anunció la iniciativa “One Belt, One Road” (OBOR), que pronto ganó el status de máxima prioridad para el nuevo gobierno y se ha convertido en el “proyecto paraguas” de la economía por parte de China, bajo el cual las demás políticas internacionales están articuladas (ZHANG, 2017). La esencia de este cambio en la geoestrategia, según Yixiao Zheng (2021), radica en una forma de entender los propósitos chinos

sobre Eurasia en general basado en la idea de continentalismo, una perspectiva de la orientación china de la geografía continental. Esta se despliega en sus seis corredores económicos (planificados o en desarrollo): el Nuevo Puente Continental Eurasiático; y China con Asia, con Asia Occidental, con la Península Indochina, con Pakistán y con Bangladesh-India-Myanmar.

El surgimiento de las Nuevas Rutas de la Seda (NRS) en el discurso oficial iraní coincide con el surgimiento de “el este”. Los líderes iraníes han optado por la estrategia de “girar hacia el este”, que abarca la participación política, económica y de infraestructura de Irán. En el, las NRS, así como en otras iniciativas como el Corredor Internacional de Transporte Norte-Sur (INSTC) que conectará Rusia con Irán, y desde allí a la India; y la Unión Económica Euroasiática (UEEA) entre Rusia, Bielorrusia, Kazajistán, Kirguistán y Armenia. El progreso económico y científico está asociado a actores como China, India, Rusia y Turquía, con quienes Irán tiene relaciones pragmáticas (FOROUGH, 2021).

Detrás de esta belicosidad actual subyace la Ruta de la Seda, y este plan, como explica la publicación india *Drishti The Vision*, lo resumimos aquí y anexamos mapas⁸. Los firmantes son: India, Estados Unidos, Arabia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, la Unión Europea, Italia, Francia y Alemania. Los puertos a conectar son: en India, Mundra (Gujarat), Kandla (Gujarat) y Jawaharlal Nehru Port Trust (Navi Mumbai); en Medio Oriente, Fujairah, Jebel Ali y Abu Dhabi en los Emiratos Árabes Unidos, y Dammam y Ras Al Khair en Arabia Saudita. La línea ferroviaria conectará el puerto de Fujairah (EAU) con el puerto de Haifa (Israel) a través de Arabia Saudita (Ghuwaifat y Haradh) y Jordania. En Israel se contará con el puerto de Haifa, mientras que en Europa serán los del Pireo, en Grecia, Messina en Italia y Marsella en Francia. El objetivo es constituir una red de transporte integral, con ferrovías, ruta terrestres y marítimas, que conecte India, Oriente Medio y Europa para competir con China, volcando a India como contrapeso geopolítico y geoeconómico (MARTINELLI, 2022a, 2023a, 2023b, 2023c). Irán estuvo cercado por dos conflictos, dos invasiones de mediana duración, como la de Iraq y Afganistán, luego de estar en Guerra con Iraq (1980-1988). La aproximación estadounidense hacia sus fronteras continuó tras la debacle soviética. Ese espacio fue ocupado de inmediato por la primera invasión a Iraq y por el inevitable retroceso espacial e ideológico de la URSS en la zona. Por eso Estados Unidos abordó esos frentes del sur y oeste de la URSS, su más reciente rival antagónico, e implicó a la asociación de los anteriores enemigos europeos en contra de ese gigante territorial.

China, al usar su poderío económico, rediseña la geografía a lo largo de las Rutas marítimas de la Seda propuestas. Se verifica allí como la “lógica territorial” puede

⁸ *India-Middle East-Europe Corridor* (2023).

expresarse a través de opciones y estrategias de múltiples niveles y escalas, más que una expropiación territorial (ZHANG, 2017). La lógica territorial es desplegada en un amplio espectro desde la óptica China. El tema es la diferente forma de competencia que ejerce respecto de la hegemonía estadounidense en los mismos espacios.

Para Xin Zhang (2017, p. 319) el problema de sobreacumulación destacado por Harvey (2023) transcurre cuando los capitales excedentes no encuentran una salida, ya sea rompiendo las restricciones laborales, las restricciones de recursos o las restricciones tecnológicas. El capital busca así una “solución espacial”, el impulso del capitalismo para resolver sus tendencias de crisis internas mediante la expansión y la reestructuración geográfica. Este autor lo propone para la cuestión atravesada por su país, pero es discutible si en este caso se produce ese tipo de “solución” o en qué formas se trata de una “lógica territorial” más que una “lógica económica”.

Según los académicos chinos, “el consenso de Beijing” de China desenvuelve un comportamiento circunspeto, una lógica geopolítica del poder agudo (sharp power)⁹, diferente tipo de injerencia al de las fuerzas solo diplomáticas (soft power), o al estadounidense, de respuestas bélicas duras (hard power) e interferencia política. Es una potencia hegemónica, central e influyente, de expansión y exportación de capitales, inversiones masivas en los demás continentes y en áreas de su influencia regional. Sin embargo, el carácter imperial se determina por las acciones de fuerza militar y dominación que verificamos más que por dichas características económicas.

La hegemonía estadounidense y sus peligros

El informe publicado por el Ministerio de Asuntos Exteriores de la República Popular China titulado *US hegemony and its perils* (CHINA, 2023) es una declaración de intenciones. Destaca la forma de ejercer diferentes estrategias de dominación al incrementar su injerencia alrededor del mundo mediante el uso de diversas formas de hegemonía: política, arrojando su peso alrededor; la militar y el uso desenfrenado de la fuerza, económica, saqueo y explotación; tecnológica, monopolio y supresión; y cultural, difusión de narrativas falsas. Este documento resume la acción imperial desde la posguerra. Su crítica es: “Las prácticas hegemónicas, dominantes y de intimidación de usar la fuerza para intimidar a los débiles, tomar de otros por la fuerza y el subterfugio y jugar juegos de suma cero están causando un daño grave” (CHINA, 2023). Y su propuesta de lo que cambiarían:

⁹ China, luego de ser una potencia mundial y asiática, atravesó un periodo de invasiones e intentos de colonización primero británico y luego japonés. Y si bien posee armamento nuclear y es parte del Consejo de Seguridad de la ONU, no ha seguido la política de intervención en el extranjero de los demás.

Los países grandes deben comportarse de manera acorde con su estatus y tomar la iniciativa en la búsqueda de un nuevo modelo de relaciones de Estado a Estado caracterizado por el diálogo y la asociación, no por la confrontación o la alianza. [...] China se opone a todas las formas de hegemonismo y política de poder, y rechaza la injerencia en los asuntos internos de otros países (CHINA, 2023).

Podría interpretarse como lo que China no estaría dispuesta a hacer desde su lugar de superpotencia actual. Es decir que, planteados los antecedentes históricos de las últimas décadas, nos ilustran un gráfico de situación cambiante, por el ascenso chino percibido como un desafío por la administración estadounidense.

Al considerar la presencia, influencia y poderío naval estadounidense, los últimos acontecimientos demuestran un cierto declive –en su crisis de largo plazo– de su poder multidimensional, sobre todo en Eurasia. Mientras tanto, Estados Unidos utilizó su presión militar para aumentar la subordinación económica de Alemania y Japón. Su situación actual económica relativa se ha debilitado, pero su poder militar se sigue expandiendo. Por eso, traslada las disputas al terreno militar, los medios militares “directos” e “indirectos” usados en su objetivo de intentar neutralizar el desarrollo de China (ROSS, 2022), es decir, la guerra híbrida en curso. Una finalidad es distanciar a Alemania y la Unión Europea en sus lazos económicos con China, con lo que aumenta a su vez la carrera armamentística y la belicosidad.

La potencia americana se muestra como potencia agresora al gestionar círculos de contención que busca incrementar al organizar el AUKUS junto con Australia, Reino Unido y el QUAD, el cuadrilátero, liderando a Japón, Corea del Sur e India, para incentivar a sus aliados de la región para presionar la injerencia china hacia el Índico en lo que se denomina el Collar de Perlas. Otros lugares de tensión son el Mar Meridional de la China (su zona de influencia inmediata), y, sobre todo, la cuestión de Taiwán, considerada por el gigante asiático como parte de su territorio, la política de “Una sola China” (MARTINELLI, 2023a).

El mapa del AUKUS nos permite determinar una geoestrategia de alcance mundial mediante el control de determinados puertos que permiten rodear Eurasia. El foco está puesto en este caso hacia los países que estamos analizando, por demostrar características de diferentes niveles de oposición a ciertas imposiciones estadounidenses. Eso se verifica en el nivel y las formas de sanciones directas unilaterales. En la manera de rodearlos en el caso de Irán, o acercarse hasta sus fronteras por medio de la ampliación de la OTAN en el caso ruso, o por el nivel de injerencia del que trata de disponer las alianzas lideradas por Estados Unidos, como el QUAD o el AUKUS en el Mar Meridional de China, y en los Estrechos de Malaca y Taiwán.

Los tres anillos

Según Cheng Yawen (2022), a futuro, China, para garantizar su seguridad y desarrollo, debe configurar un sistema internacional de “tres anillos”: el primero lo componen los países vecinos en Asia (Oriental y Central) y Asia Occidental, con los que entabla una división industrial del trabajo y de los cuales obtiene una provisión de energía estable y una barrera de seguridad fiable. El segundo son los países en desarrollo de Asia, África y América Latina, con los que China intercambia materias primas, bienes industriales y debería colaborar en su desarrollo; el tercero se extiende a los países industrializados tradicionales, Europa y Estados Unidos.

La idea central es la construcción de un sistema global con base en Asia y su entorno. Por tanto, de los nuevos tres mundos – o anillos –, el primero es el decisivo, lo cual deviene en señalar la integración con los países de la región como una estrategia fundamental. Se organizan en la Asociación Económica Integral Regional (RCEP, sigla en inglés) y en las Rutas de la Seda, marítima y continental, e instituciones como el Banco Asiático de Inversión en Infraestructuras – BAI (YAWEN, 2022).

La guerra de Ucrania impediría militarmente la integración euroasiática, eje de la gran estrategia china de la Nueva Ruta de la Seda. El atentado contra los gaseoductos del Báltico Nord Stream I y II ilustra el intento de quebrar nexos vitales, la interconexión ruso-alemana. La complicación de esa conexión tripartita entre Alemania, Rusia y China es uno de los mayores efectos de la Guerra en Ucrania junto al clima de tensión geopolítica¹⁰. Además del desastre humanitario, intensificó el cuestionamiento del dólar como moneda de reserva, puesto que en las reservas mundiales pasa del 73% en 2001 al 55% en 2021, y al 47% en 2022. Y la agudización de las discrepancias entre el BRICS+ y la OCS respecto del G7. Es decir que cataliza las desavenencias existentes y aumenta la oposición de la OTAN con Rusia y, por ende, con China e Irán.

El eje tripartito China, Rusia e Irán presenta una alianza de enorme carga simbólica y geoestratégica, que, en caso de afianzarse, puede ser un eje que lidere la consolidación de un frente euroasiático. Estos ya están distinguidos por separado por el eje anglosajón como desafiante sistémico China, Irán y Rusia como Estados hostiles. Por su parte, Estados Unidos no ha frenado su ideología expansiva y su costoso despliegue militar (ALI, 2021). Asimismo, al igual que en Ucrania, con su integración de facto en la OTAN, apuntando contra Rusia desde 2014, con el caso de Taiwán, Washington traspasaría una línea roja histórica de China (POCH, 2022).

¹⁰ Las conexiones entre Europa y China siguen existiendo pese a las complicaciones e inestabilidad creada por la guerra Rusia-Ucrania (OTAN).

La estrategia estadounidense de rodear al gigante asiático es contrarrestada por la alianza ruso-china manifestada en la OCS a la cual incorporarán a Irán, así como al BRICS+ (con los posibles ingresos de varios países como Argentina o Arabia Saudí). Esa asociación estratégica se acopla en parte de Asia Central – espacio postsoviético –, se inclina hacia Pakistán – aliado tradicional y nuclear de EE.UU. –, e incorpora a Irán (tratado con China de 25 años). Faltaría ver el rol de Turquía según la planificación de la NRS (Teherán-Estambul), con la que se intenta llegar a Europa por los corredores económicos.

Las influencias china y rusa, así como la iraní en Medio Oriente, se han ido desenvolviendo, a pesar o como contrapartida del accionar militar y el aumento de bases estadounidenses en sus zonas de influencia. Ejemplos de los cambios ocurridos en los últimos años son el acuerdo entre Irán y China (2021) por 25 años, de asociación e intercambio de petróleo y gas e inversiones en infraestructura y tecnología; la continuación del Acuerdo Nuclear con Irán; el corredor norte-sur entre Irán y Rusia; la asociación estratégica entre China y Rusia y el aumento de sus intercambios; la mediación china entre Irán y Arabia Saudí, y la creciente influencia del gigante asiático sobre esa región, y una incipiente desdolarización relacionada a estos sucesos.

Medio Oriente es la zona más intervenida militarmente en el último siglo y medio, no sólo por los territorios y sus recursos en sí mismos sino también para contrarrestar la expansión de otras potencias. Si observamos las reservas de Irán, Emiratos Árabes Unidos y Arabia Saudí, entendemos su ingreso al BRICS+ desde 2024, junto con Egipto (país árabe más poblado) y Etiopía, que controlan el Canal de Suez y el Estrecho de Bab-al-Mandeb en el Cuerno de África. Donde también Argentina estaría involucrada, aún con el retraso de su ingreso, al igual que Venezuela, que tiene la máxima reserva de petróleo comprobada del mundo, de ese oro negro cuyo principal comprador es China (principal consumidor mundial), pero que también ha vuelto a venderle a Estados Unidos.

Esta es la situación detrás de esta nueva escalada de violencia más reciente. Vemos una puja entre las potencias que muestra los entretejidos, como la reconciliación entre Arabia Saudita e Irán. Son varios factores cruciales a nivel mundial y regional los que se modifican por este cambio y marcan un realineamiento en toda regla. Las dos mayores potencias de la zona en varios aspectos se acercan al este, y se avizora un cambio mayúsculo en el nivel de dolarización mundial sostenido durante décadas en el petrodólar que comienza a resquebrajarse cada vez con mayor intensidad.

Allí debemos considerar la “zona global de infiltración de la violencia”, en dónde va a generarse la violencia que después se materializa en el proyecto *El nuevo siglo*

estadounidense. Otro punto del conflicto actual tiene que ver con la construcción de infraestructura para conectar todas las regiones de Eurasia y éstas, a su vez, con África. No es casual, en este sentido, que dos zonas incluidas en esta red de rutas estén pasando por situaciones convulsas: Ucrania y Medio Oriente.

La India actor esencial

En el mapa de la expansión de los BRICS+, debemos poner de relieve a Yibuti, que es donde se encuentra la única base militar que tiene China en el exterior, en contraste con las 750 que tiene Estados Unidos. Pero también toma cuerpo una explicación al debate que nuevamente se impuso en nuestro país sobre la dolarización, justo en el momento en que Argentina fue invitada a sumarse al mencionado grupo en un mundo que está girando hacia la desdolarización. Los Estados miembros de la Organización de Cooperación de Shanghái representan una cuarta parte del PIB mundial y alrededor del 44% de la población mundial. Ocupan 60% de Eurasia y un cuarto de la extensión territorial del mundo. Por ejemplo, Pakistán, con 230 millones de habitantes, está en una crisis sociopolítica y económica, y se acerca a China y Rusia y la OCS. Asimismo, adquiere relevancia por ser uno de los corredores económicos de la Nueva Ruta de la Seda; se conecta a la zona de China, la región autónoma y menos poblada de Xinjiang, entre otras, en la estrategia del gigante asiático de expandirse sobre todo su territorio.

Desde esa zona del oeste llega hasta el puerto de Gwadar en Pakistán, para evitar navegar el estrecho de Malaca, porque Estados Unidos podría bloquear en caso de mayores tensiones. Una región, en la que, junto con Afganistán e Irán, e incluso con la India, asciende en su jerarquía geoestratégica en la cercanía con Medio Oriente y las potencias productoras de petróleo o el caso del tránsito de hidrocarburos como es el caso del estrecho de Ormuz.

En síntesis, la hoja de ruta de intervenciones en Medio Oriente ampliado para controlar el petróleo y el gas, y el intentar rediseñar las fronteras o las relaciones de poder, incluso quebrando las estructuras estatales de varios países, tuvo en vista, desde al menos la crisis de 2008, el intentar frenar el eje ruso-chino que no solo involucra a esos dos países, pues podríamos sumar también a la India, que mantiene una situación de posible alianza y cercanía.

La hegemonía financiera del dólar está sostenida en el despliegue militar estadounidense. Potencias económicas mundiales como Alemania o Japón, Italia o Turquía, cuentan con bases militares estadounidenses que incluyen armas nucleares cerca de China o Rusia, como también Australia, con la reciente compra

de submarinos nucleares fabricados por EE.UU. Como contrapartida, el comercio entre Rusia, China, India o Arabia Saudita en sus monedas genera la presunción de las transformaciones actuales, si bien esto se encuentra en pleno desarrollo.

Estados Unidos se relaciona con las demás potencias en dos niveles. Uno, compite y confronta con Rusia, China e Irán, pero es diferente en el caso de India o Turquía (miembro OTAN). Y dos, para Europa, el alterimperialismo, o sea, una forma diferente de imperialismo pero subordinada al llamado *Evil Empire*, se ejerce en sus principales países en lo geoeconómico.

La superpotencia norteamericana en Medio Oriente propone la fuerza y el consentimiento con las intervenciones (o colaboraciones) demoledoras en Libia, Siria, Yemen, Afganistán, Iraq y Palestina. Para Nuestra América Latina, diferentes niveles de injerencia a través de mecanismos de la deuda externa o los *lawfare*. En África, interviene ya sea para dividir Sudán, en Somalia o en la región del Sahel, donde se mantiene la presencia de Francia. Las bases militares se despliegan por América Latina, Medio Oriente, África, Sudeste Asiático y la Unión Europea.

En el caso de Irán, Rusia y China, es imprescindible incorporar a la India, un actor sustancial en la dinámica actual y futura. Los herederos del imperio persa, del centro de la ex Unión Soviética y del Reino del Medio constituyen tres actores clave, conformando un triángulo en la zona euroasiática. Turquía y Pakistán se acoplan a los organismos creados, lo que implica a nivel simbólico a sus posturas intermedias.

Rusia, China y la India ya comercializan distintas materias primas en sus propias monedas, lo que da indicios de la apertura de un posible nuevo sistema financiero que no dependa tanto del dólar o el euro como monedas de intercambio internacional. Un nuevo ciclo emerge ya que el dólar, si bien es la moneda hegemónica, está sostenida en un monopolio del ejercicio de la violencia, en términos gramscianos, a nivel mundial.

La visión del nuevo orden multipolar se evidencia en regiones clave. Arabia Saudita despunta en las tratativas de la Organización para la Exportación de Petróleo (OPEP + Rusia). Se asocia con Rusia para el precio del petróleo, o sea, el control sobre uno de los productos más relevantes por su influencia en los precios de las demás mercancías. Ese oro negro suele estar involucrado en la mayoría de las disputas y guerras de los últimos cien años (MARTINELLI, 2023a).

Parte de lo que está en cuestionamiento es el papel del imperialismo de Estados Unidos, porque puede haber un retroceso, en cierto sentido lógico, luego de llegar a su máxima expansión en la lógica espacial (y por la acción de la Tríada) (PRASHAD, 2023). La pretensión de unipolaridad con las concomitantes invasiones, sanciones y presiones a varios países tiene un cierto nivel de oposición. Frente a esa estrategia, este eje tripartito en pleno proceso de construcción representa un desafío en varias

facetas. Queda por verse si este eje se continúa afianzando.

Queda por verse la tensión en el Mar de China y Taiwán, y los cambios en las relaciones con Arabia Saudí, el petrodólar, y una nueva competencia para esa moneda que ya se viene planificando y practicando en diferentes sentidos. Entre los posibles escenarios en un futuro próximo, será necesario observar si se desatan mayores conflictos y se llega a una confrontación más directa entre potencias, o aumenta la cooperación entre los países, o se equilibra el reparto económico y de poder mundial, y eso modifique el centro y la semiperiferia, diferente es la situación de las periferias.

A modo de conclusión

La lógica territorial y la lógica económica sirven para analizar el desarrollo del imperialismo en el período posterior a la Guerra Fría. El incremento de la rivalidad China-Estados Unidos y los planteos contra la hegemonía unipolar estadounidense están aumentando la diferenciación entre bloques más asociados a uno u otro. En cuanto al caso chino, la lógica de la expansión territorial, en Harvey el ajuste espacial de la sobreproducción itinerante global, presta una variable de análisis para nuestro estudio. La geoestrategia personifica una lógica territorial en un sentido diferente al planteado por Arrighi.

Las geoestrategias de los tres actores tienden a un acercamiento, en los Mediterráneos euroárabe y asiático. En la política de los tres anillos de China y el BRI, y su necesidad energética con la ampliación del BRICS+. Este trío, desde el final de la llamada Guerra Fría y con mayor énfasis desde la última década, comienzan a consolidarse sus lazos. Puestos de manifiesto en las organizaciones multilaterales BRICS+, OCS, UEEA, en que puede considerarse un eje que contrasta con la hegemonía marítima occidental. Esta busca cercarlos, como con la OTAN y el AUKUS, para impedir su entrelazamiento.

La presión geopolítica se contraponen al desarrollo geoeconómico chino, el acople ruso, y el pivote iraní en Asia Occidental. Mientras los debates transcurren acerca de la guerra híbrida en curso, los países en Asia Occidental se realinean y acercan a este nuevo eje. Así se observa como la arquitectura del mundo organizado por Estados Unidos desde 1945 se continúa erosionando y resquebrajando. Igualmente, este busca aferrarse a su sistema imperial y control hegemónico en varios aspectos, como el tecnológico e ideológico, por lo cual no se trata de un ocaso imperial abrupto.

Esto se desprende del análisis geopolítico, no obstante, el equilibrio de estas acciones también estará signado por las formas de resistencia o rebeliones populares que puedan suceder en las regiones analizadas. El mosaico asiático y euroasiático

adquiere cada vez mayor relevancia en el tablero mundial, a partir de estos polos de poder emergente, en cada una de estas potencias por separado, del fortalecimiento de sus relaciones bilaterales y por el afianzamiento de las organizaciones multilaterales. Estas últimas parecen ofrecer un paraguas de protección frente a las dinámicas imperialistas impulsadas bajo la égida norteamericana. Sin embargo, también generan controversias respecto de su relación con las regiones periféricas (a tratar en otros estudios). Su irrupción impacta de lleno para reconfigurar el orden geopolítico mundial, con mayor énfasis en esas áreas de descarga de tensiones, así cuestiona el poder detentado por la Tríada.

Documento

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. *US hegemony and its perils*. Feb. 2023. Disponible en: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230220_11027664.html. Acceso: 15 feb. 2023.

Referencias

- ALI, Aran. Mapped: the world's top countries for military spending. *Visual Capitalist*, 15 mayo 2021. Disponible en: <https://www.visualcapitalist.com/worlds-top-countries-for-military-spending/>. Acceso: 15 mayo 2022.
- AMIN, Samir. US imperialism, Europe, and the Middle East. *Monthly Review*, v. 56, n. 6, p. 13-34, 2004. Disponible en: <https://monthlyreview.org/2004/11/01/u-s-imperialism-europe-and-the-middle-east/>. Acceso: 12 mar. 2024.
- ANDERSON, Perry. American foreign policy and its thinkers. *New Left Review*, n. 83, 2013.
- ANDERSON, Perry. Dos revoluciones. *New Left Review*, v. 61, p. 55-90, 2010. Disponible en: <https://newleftreview.es/issues/61/articles/perry-anderson-dos-revoluciones.pdf>. Acceso: 12 mar. 2014.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith en Pekín*. Madrid: AKAL, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. Comprender la hegemonía. *New Left Review*, v. 32, p. 20-74, 2005. Disponible en: <https://newleftreview.es/issues/32/articles/giovanni-arrighi-comprender-la-hegemonia-1.pdf>. Acceso: 12 mar. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni. *El largo siglo XX*. Madrid: AKAL, 1999.
- BRZEZINSKY, Zbigniew. *The great chessboard*. New York: Basic Book, 1997.
- ENGDAHL, William. El triángulo estratégico Irán-China-Rusia. *CEPRID*, 22 feb. 2017. Disponible en: <https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article2205>. Acceso: 12 set. 2020.
- ESFANDIARY, Dina; TABATABAI, Ariana. *Triple-axis China, Russia, Iran and power politics*. London; New York: Tauris, 2018.
- FIORI, José Luis. Epílogo. Ética cultural e guerra infinita. In: FIORI, José Luis. *Sobre a guerra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 397-404.
- FOROUGH, Mohammadbagher. Geographic agency: Iran as a 'Civilizational Crossroads' in the Belt and Road Geography. In: SCHNEIDER, Florian (Ed.). *Global Perspectives on China's Belt and Road Initiative*. Amsterdam: University Press, 2021. p. 291-314.
- GEJO, Omar et al. *El "regreso" de la geografía*. El orden internacional en disputa. 2023. (Documento Observatorio Geohistórico n. 1). Disponible en: <http://portalcoordenadas.com.ar/documento-n1-el-regreso-de-la-geografia-el-orden-internacional-en-disputa-2/>. Acceso: 10 mayo 2023.
- GHISSETTI, Marco. Rusia, China e Irán: ¿potencias revisionistas? *Opinio Juris*, 2020a. Disponible en:

<https://www.opiniojuris.it/russia-cina-e-iran-potenze-revisioniste/>. Acceso: 10 mayo 2023.

GHISSETTI, Marco. Il valore geopolitico dei “mediterranei” del mondo. *Osservatorio Globalizzazione*, dic. 2020b. Disponible en: <https://osservatorioglobalizzazione.it/osservatorio/il-valore-geopolitico-dei-mediterranei-del-mondo>. Acceso: 11 oct. 2022.

HARVEY, David. El ajuste espacial. *Revista Jacobin*, may 2023. Disponible en: <https://jacobinlat.com/2023/05/23/el-ajuste-espacial-2/>. Acceso: 12 mar. 2024.

HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations: and the remaking of the world order*. Nueva York: Simon & Schuster, 1993.

INDIA-MIDDLE EAST-Europe corridor. *Drishti The Vision Foundation*, 2023. Disponible en: <https://www.drishtiiias.com/daily-updates/daily-news-analysis/india-middle-east-europe-corridor>. Acceso: 12 dic. 2023.

JOFRÉ, José. Rusia-China-Irán; una alianza destinada a romper hegemonías. *Instituto Humanitas Unisinos*, 6 sep. 2016. Disponible en: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/161-noticias-espanol/559758-rusia-china-iran-una-alianza-destinada-a-romper-hegemonias-ihu-adital>. Acceso: 10 mar. 2023.

KARAGANOV, Serguei. The new Cold War and the emerging Greater Eurasia. *Journal of Eurasian Studies*, v. 9, n. 2, p. 85-93, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.euras.2018.07.002>

KATZ, Claudio. *El imperialismo en todas las agendas*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, en prensa.

KATZ, Claudio. La recuperación imperial fallida de EE.UU. In: MORGENFELD, Leandro; APARICIO, Mariana. *El legado de Trump en un mundo en crisis*. México: Siglo XXI; CLACSO, 2021. p. 75-95.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. La tercera guerra mundial. *La Jornada*, 9 jun. 2023. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/2023/06/09/opinion/018a1pol>. Acceso: 9 jun. 2023.

MADDISON, Angus. La economía de occidente y la del resto del mundo en el último milenio. *Revista de Historia Económica*, v. 22, n. 2, p. 259-336, 2004. Disponible en: <https://e-archivo.uc3m.es/entities/publication/200724c3-ec51-4c61-b3e9-801553d256ef>. Acceso: 12 mar. 2024.

MARTINELLI, Martín. El resurgimiento de Eurasia lidera la transición a un nuevo mapa de poder mundial. *Estudios Avanzados*, n. 38, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.35588/estudav.v0i38.5808>

MARTINELLI, Martín. Força e consentimento: Palestina, Estados Unidos e Israel. *Ciência & Trópico*, v. 47, n. 2, 2023b.

MARTINELLI, Martín. La madre de todas las batallas. Palestina e Israel. *Cuadernos de Marte*, n. 25, p. 107-150, 2023c. Disponible en: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/view/9441>. Acceso: 12 mar. 2024.

MARTINELLI, Martín. La geopolítica euroasiática frente al imperialismo. China, Estados Unidos, Rusia y Medio Oriente (Siglo XXI). *Ciencia Geográfica*, v. 26, p. 707-729, 2022a. Disponible en: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_2/agb_xxvi_2_web/agb_xxvi_2-07.pdf. Acceso: 12 mar. 2024.

MARTINELLI, Martín. Palestina/Israel no contexto do deslocamento geopolítico: uma década após as rebeliões árabes. *Ciência & Trópico*, v. 46, n. 1, 2022b. DOI: [https://doi.org/10.33148/ctropico-v46n1\(2022\)art2](https://doi.org/10.33148/ctropico-v46n1(2022)art2)

MARTINELLI, Martín. *Palestina (e Israel)*. Entre intifadas, revoluciones y resistencia. Luján: EDUNLu, 2022c.

MEYSSAN, Thierry. *La doctrina Rumsfeld-Cebrowsky*. 25 mayo 2021. Disponible en: <https://www.voltairennet.org/article213166.html>. Acceso: 26 set. 2021.

NAZEMROAYA, Mahdi. ¿Debutó en Moscú una coalición china-rusa-iraní contra la OTAN? *Global Research*, 1 mayo 2015. Disponible en: <https://www.globalresearch.ca/debuto-en-moscu-una-coalicion-china-rusa-irani-contr-la-otan/5446763>. Acceso em: 26 set. 2022.

PAPAGEORGIOU, María; ESLAMI, Mohammad; DUARTE, Paulo Alfonso. A ‘soft’ balancing ménage à trois? China, Iran and Russia strategic triangle vis-à-vis US hegemony. *Journal of Asian Security and International Affairs*, v. 10, n. 1, p. 65-94, 2023 DOI: <https://doi.org/10.1177/23477970231152008>

POCH, Rafael. El éxito chino determina la tensión militar. *Contexto y Acción*, nov. 2022. Disponible en: <https://ctxt.es/es/20221101/Firmas/41256/>. Acceso: 9 nov. 2022.

PRASHAD, Vijay. Resurrecting the concept of the triad. *Tricontinental*, June 1, 2023. Disponible en: <https://thetricontinental.org/newsletterissue/triad/>. Acceso: 1 jun. 2023.

ROSS, John. ¿Qué impulsa a Estados Unidos a aumentar su agresión militar internacional? In: FOSTER, John Bellamy; ROSS, John; VENEZIALE, Deborah. *Estados Unidos está librando una Nueva Guerra Fría*. Instituto Tricontinental; Monthly Review Press, 2022. p. 10-34.

SMITH, Stansfield. Is Russia imperialist? *Monthly Review*, Jan. 2, 2019. Disponible en: <https://mronline.org/2019/01/02/is-russia-imperialist/>. Acceso: 12 mar. 2024.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus 1990-1992*. Edusp, 1996.

TRAVERSO, Enzo. El siglo de Hobsbawm. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, n. 31, p. 9-21, 2009.

VENEZIALE, Deborah. ¿Qué impulsa a Estados Unidos a aumentar su agresión militar internacional? In: FOSTER, John Bellamy; ROSS, John; VENEZIALE, Deborah. *Estados Unidos está librando una Nueva Guerra Fría*. Instituto Tricontinental; Monthly Review Press, 2022. p. 35-74.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Madrid: Siglo XXI, 1999. v. III.

WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of capital*. Londres; Nueva York: Verso, 2003.

YAWEN, Cheng. Building the “New Three Rings”: China’s choice in the face of possible complete decoupling. *Monthly Review*, June 22, 2022. Disponible en: <https://mronline.org/2022/06/14/building-the-new-three-rings>. Acceso: 26 jun. 2022.

ZHANG, Xin. Chinese capitalism and the Maritime Silk Road: a World-Systems perspective. *Geopolitics*, v. 22, n. 2, p. 310-331, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650045.2017.1289371>

ZHANG, Zhexin. The belt and road initiative: China’s new geopolitical strategy? *China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 4, n. 3, p. 327-343, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1142/S2377740018500240>

ZHENG, Yixiao. Rediscovering continentalism: the new geographic foundations of Chinese power. *International Politics*, v. 58, n. 2, p. 188-222, 2021. Disponible en: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-019-00206-7>. Acceso: 13 mar. 2024.

Mapas

Como China ve el mundo

<https://www.limesonline.com/rubrica/come-i-cinesi-vedono-usa-russia-taiwan-sondaggio>

Mapa del AUKUS

<https://www.geostrategy.org.uk/app/uploads/2023/03/AUKUS-Map-1.svg>

Mapa del corredor norte-sur Irán Rusia

<https://thecradle.co/article-view/19949/eurasias-middle-corridor-an-atlanticist-frenzy-to-stifle-europe-asia-integration>

Imperialismo “soft”: asistencia de Estados Unidos y lawfare en América Latina

Silvina Maria Romano*, Tamara Lajtmán** e Anibal Garcia Fernandez***

Resumen: El momento más álgido del imperialismo estadounidense se registra al inicio de la Guerra Fría. Entendemos el “imperialismo soft” como una continuidad de esas estrategias que se materializan en procesos de desestabilización, como el *lawfare*. Esta guerra por la vía judicial contra gobiernos y sectores que cuestionan el orden neoliberal, se concreta especialmente en la asistencia destinada para aparatos judiciales, proyectándose también en sectores estratégicos a través de sanciones, o incluyendo operativos encubiertos en embajadas, en continuidad con la guerra psicológica. El artículo propone identificar las instituciones, dinámicas y procesos que dan cuenta de la presencia de agencias del gobierno de Estados Unidos (EE.UU.) y su sector privado en casos concretos de *lawfare*, focalizando en la asistencia para la reforma judicial iniciada en la década de los 1980. Este proceso apunta también a una estandarización de los aparatos judiciales complementaria con la estandarización de las Fuerzas Armadas, según los intereses y necesidades de la seguridad nacional de EE.UU.

Palabras clave: Lawfare. América Latina y el Caribe. Asistencia para el desarrollo. Aparatos judiciales. Desestabilización.

Resumo: O momento mais álgido do imperialismo estado-unidense ocorreu no início da Guerra Fria. Entendemos o “imperialismo soft” como uma continuidade dessas estratégias que se materializam em processos de desestabilização, como o *lawfare*. Essa guerra pela via judicial contra governos e setores que questionam a ordem neoliberal se concreta especialmente através da assistência destinada aos aparelhos judiciais, projetando-se também em setores estratégicos através de sanções, ou incluindo operações secretas em embaixadas, em continuidade com a guerra psicológica. O artigo propõe identificar as instituições, dinâmicas e processos que explicam a presença das agências governamentais dos Estados Unidos (EUA) e do seu setor privado em casos específicos de *lawfare*, com foco na assistência à reforma judicial que começou na década de 1980. Esse processo também aponta para uma padronização do aparelho judicial que é complementar à padronização das forças armadas, de acordo com os interesses e necessidades da segurança nacional dos EUA.

Palavras-chave: Lawfare. América Latina. Assistência para o desenvolvimento. Aparelhos judiciais. Desestabilização.

Abstract: The height of United States’ (US) imperialism was at the beginning of the Cold War. We understand “soft imperialism” as a continuity of these strategies which materialize in processes of destabilization such as lawfare. This war by judicial means against governments and sectors that question the neoliberal order is especially concrete in the assistance destined for judicial apparatuses, projecting also in strategic sectors through sanctions, or including covert operations in embassies, in continuity with psychological warfare. The article proposes to identify the institutions, dynamics and processes that account for the presence of US government agencies and its private sector in specific lawfare cases, focusing on the assistance for judicial reform initiated in the 1980s. This process also aims at a standardization of the judicial apparatus complementary with the standardization of the armed forces, according to the interests and needs of the US national security.

Keywords: Lawfare. Latin America. Assistance for development. Judicial apparatus. Destabilization.

* Doctora en Ciencia Política por la Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Posdoctora por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC).

** Doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires-UBA). Becaria posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e investigadora en formación del Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC/UBA).

*** Maestro y candidato a doctor en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), miembro de la Unidad de Análisis Geopolítico del Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG).

Introducción

Las relaciones de Estados Unidos (EE.UU.) con América Latina (AL), desde la Doctrina Monroe en adelante, pueden ser caracterizadas y comprendidas como un proceso clave en el desarrollo y actualización del imperialismo, que renueva o “recarga” sus estrategias en la medida en la que aparecen nuevos desafíos al status quo. Uno de los pilares del avance imperial en las relaciones centro-periferia es el modo en que un Estado poderoso como EE.UU. elabora un orden legal y una institucionalidad y los impone como orden internacional (DOS SANTOS, 2011; COX, 1981; CAPUTO y PIZARRO, 2022), tal como lo muestra la arquitectura institucional internacional conformada luego de la Segunda Guerra Mundial para legalizar y legitimar la expansión geopolítica de EE.UU. Desde ese momento, comienzan a articularse con mayor claridad y contundencia varias herramientas de poder blando y poder duro para garantizar los objetivos de seguridad nacional de EE.UU. en torno a la contención del comunismo (WILLS, 2010). En este marco, se consolida la presencia de EE.UU. en la región aplicando estrategias de injerencia asociadas a lo que en aquel entonces se definió como guerra psicológica y que hoy se asociaría al *soft power*, entendido como el uso de otros medios diferentes a los militares para lograr los objetivos de política exterior por medio de la atracción en lugar de la coerción. Algunas de las herramientas de este tipo de poder son la diplomacia, la asistencia económica y las comunicaciones (NYE, 2004).

Entre esas estrategias, destaca la “asistencia para el desarrollo” – mediante el Punto IV de Truman (1949) o la Alianza para el Progreso (1961) – que fluyó por medio de ayuda/préstamos económicos, asesoramiento para la organización de diferentes ámbitos de la burocracia estatal, definición de políticas públicas, en torno a la noción de democracia y desarrollo liberal planteado por EE.UU. (ROMANO, 2017, 2013; TELLERÍA y GONZÁLES, 2015; JONÁS, 1979). También en el contexto de inicios de la Guerra Fría, se fue consolidando la asistencia en seguridad, se firmó el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR, 1947) y se promovieron acuerdos bilaterales de seguridad mutua (1951) entre el gobierno estadounidense y gobiernos de la región, en un proceso orientado a estandarizar las Fuerzas Armadas (FF.AA.) del hemisferio occidental (ROMANO, 2013) como marco de contención “duro” de las estrategias de guerra psicológica.

Los diversos proyectos y gobiernos antiimperialistas de la década de los 1960 y principios de los 1970 fueron contestados por elites y fuerzas de seguridad locales cada vez más violentas e institucionalizadas, con un apoyo evidente del gobierno y el sector privado de EE.UU. Con el objetivo de lograr un perfil más bajo, o una “aso-

ciación madura”, tal como lo denominó el gobierno de Richard Nixon (1969-1972), se le fue otorgando mayor protagonismo a la asistencia multilateral brindada por las Instituciones Financieras Internacionales (IFI) (MARTINS, 1973; SELSER, 1971). La crisis del dólar, la crisis del petróleo (1973, 1979) y la derrota en Vietnam reforzaron la decadencia de la hegemonía estadounidense iniciada en los 1960, acompañada de la expansión de medidas económicas ortodoxas y el fin del patrón oro. Este cambio de escenario, junto con la caída abrupta de los precios de las materias primas, afectó gravemente a AL. La quiebra del Estado mexicano a inicios de los 1980 marcó el comienzo de un “efecto dominó” en los países de la región, que allanó el terreno a las políticas neoliberales que venían experimentándose desde el golpe de Estado contra Salvador Allende en el Chile (1973) (HARVEY, 2004). En este esquema de retracción del Estado en el ámbito de lo económico-social, orientado a la privatización y a la desregulación, además del rol clave jugado por los préstamos de las IFI, fue ganando terreno el llamado “tercer sector”, convocado a “cubrir” las necesidades y espacios abandonados por el Estado (PETRAS, 1999).

El corolario de esta dinámica fue el denominado Consenso de Washington (SAXE FERNÁNDEZ *et al.*, 2001), que, entre otros aspectos, se organizó en torno a una fuerte influencia del sector público estadounidense en las reformas estructurales iniciadas en la década de 1980 para la “modernización del Estado” (que incluiría tanto la eliminación de la corrupción como una mayor eficiencia de la gestión económica). Los parámetros de mejor funcionamiento del sector público se pautaron en virtud de los estándares y las necesidades del sector privado (ROMANO y DÍAZ PARRA, 2018). En este escenario, la asistencia para el desarrollo, asociada a determinados lineamientos económicos y políticos, constituyó una de las vías mediante las que se postularon y articularon proyectos que incidieron en diferentes ámbitos del Estado, incluidos los aparatos judiciales (ROMANO, 2018). A la exportación de doctrinas jurídicas, de marcos de evaluación y programas de estudios en derecho (BORÓN *et al.*, 2019; PÁSARA, 2004; HAMMERGREN, 2007), se sumaron los cursos de capacitación y formación, los intercambios de profesionales del derecho y universitarios, que promueven determinadas doctrinas y prácticas legales. La mayoría de los estudios sobre asistencia para reformas jurídicas en la región señalan los avances alcanzados desde mediados de los 1980 hasta la actualidad, a la vez que destacan las limitaciones y los objetivos no cumplidos: falta de independencia del Poder Judicial, problemas burocráticos, imagen negativa del Poder Judicial frente a la opinión pública etc. (RISTAU, 1984; HAMMERGREN, 2005; CIURLIZZA, 2000; DESHAZO y VARGAS, 2006).

Con la asunción de los gobiernos progresistas en el siglo XXI y la propuesta de

reconfiguración del orden económico, político y de seguridad a nivel regional-continental, irrumpieron actores políticos de rango estatal que rechazaron la alineación “natural” a la política exterior de EE.UU., cuestionando su hegemonía económica y político-militar en la región (QUINTANA, 2019; SERRANO MANCILLA, 2015; BORÓN, 2012; SADER, 2008). Estos gobiernos habrían propiciado una repolitización del Estado soberano y del proyecto de economía nacional frente a la globalización neoliberal del periodo inmediatamente anterior, caracterizado por un fuerte componente antipolítico dentro del Estado (ROMANO y DÍAZ PARRA, 2018; BORÓN, 2001).

El gobierno estadounidense y determinadas voces del sector privado con influencia en la toma de decisión destinaron tiempo y recursos a prácticas y discursos para justificar la confrontación con los gobiernos progresistas, recuperando la construcción del enemigo interno y ciertas matrices ideológicas tributarias de la guerra psicológica articulada a inicios de la Guerra Fría. Tanto el Congreso estadounidense como los funcionarios de turno y los *think tanks* liberales especializados en AL contribuyeron a manufacturar y proyectar un relato negativo en torno a estos gobiernos (ROMANO, GARCÍA FERNÁNDEZ y LAJTMAN, 2020). Esta confrontación incluyó el apoyo, financiamiento y legitimación de procesos orientados al cambio de régimen, desde la desestabilización económica y política, pasando por tensiones diplomáticas e incluyendo lo que se ha denominado golpes de Estado blandos (ROITMAN, 2017).

Destaca en los últimos años la utilización del *lawfare* (la guerra por la vía judicial) para lograr objetivos geopolíticos en sintonía con los intereses de los agentes políticos de la región alineados a EE.UU. y defensores del neoliberalismo (ROMANO, 2019, 2022; PRONER *et al.*, 2018; ZAFFARONI, CAAMAÑO y VEGH, 2020). Esta estrategia ha tenido un carácter de desestabilización y de judicialización de la política que incluye una creciente implicación de los tribunales en la gran política (HIRSCHL, 2013), definiendo los tiempos y el contenido de la agenda política, así como la criminalización mediática de determinados líderes y sectores de la política (ROMANO, 2022).

En este escenario, el *lawfare*, como proceso de desestabilización, es un componente del “imperialismo soft” desplegado contra gobiernos y sectores que cuestionan el orden neoliberal y que se concreta mediante la asistencia destinada para aparatos judiciales, proyectándose también en sectores estratégicos a través de sanciones, o incluyendo operativos encubiertos en embajadas, en continuidad con la guerra psicológica.

A continuación, se propone identificar las instituciones, dinámicas y procesos que dan cuenta de la presencia de agencias del gobierno de EE.UU. y su sector privado en casos de *lawfare*, focalizando en la asistencia para la reforma judicial iniciada en

la década de los 1980. Para ello se realiza un análisis de contenido de diversas fuentes del gobierno de EE.UU., de documentos de WikiLeaks, fuentes secundarias y material de prensa. Se concluye que la asistencia para aparatos judiciales, así como su proyección en sectores estratégicos, funciona como factor de presión dentro de los Estados para retomar o reforzar la vía neoliberal. Este proceso apunta también a una estandarización de los aparatos judiciales complementaria con la estandarización de las FFAA., según los intereses y necesidades de la seguridad nacional de EE.UU., núcleo de la expansión imperial.

Imperialismo, dependencia y *lawfare*

En términos generales, el imperialismo puede ser comprendido como la expansión geopolítica, económica, política y cultural de EE.UU. Nos centramos aquí en aspectos económico-políticos, pero entendemos que el éxito de esta expansión se basa en el respaldo dado por la superioridad en el ámbito militar, que permite el control de amplios territorios, recursos naturales, mano de obra y mercancías. Lenin detalló el expansionismo estadounidense especialmente en el ámbito económico, pero también en términos de “retórica de presión” para organizar el sistema internacional según sus intereses. Sostenía que la política exterior de conquista del imperialismo norteamericano era encubierta por Wilson y sus partidarios con falsas consignas demagógicas y frases como la “democracia” y la “Liga de las Naciones” (LENIN, 1972, p. 163). Luego de la Segunda Guerra Mundial, el imperialismo estadounidense ganó impulso, basado en el complejo industrial militar y la expansión del capitalismo monopólico (BARAN y SWEEZY, 1974) por la vía de las empresas multinacionales (concentración, centralización e internacionalización del capital), así como en un mayor protagonismo del Estado en la economía mundial, mediante la difusión del keynesianismo, el establecimiento de instituciones multilaterales (Sistema de Bretton Woods, Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial y Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio – GATT) y de iniciativas de asistencia que permitieron la imposición del dólar como moneda mundial. A esto se sumó la construcción de una red de poderes militares (OTAN, TIAR y otros) (DOS SANTOS, 2011), así como la reproducción de una ideología muy vinculada a la expansión del modelo de desarrollo estadounidense (ROSTOW, 1962).

Los países periféricos tenían un rol particular en esta expansión, asociado a la “asistencia técnica para el desarrollo” como herramienta imperial, implementada en el marco de una legalidad que garantizaba el ciclo de dependencia (préstamos atados, anulación de préstamos, mecanismos asimétricos de refinanciación de las deudas).

Un ejemplo es el Punto IV de Truman, 1949. Para AL, en la esfera de influencia directa de EE.UU. y luego de la Revolución Cubana, se lanzó la Alianza para el Progreso (1961), promocionada como un “Plan Marshall” para la región. Siguiendo a Sweezy (1973, p. 29):

El imperialismo [...] [p]rodujo un tipo característico de relaciones entre algunos países avanzados y muchos otros atrasados, y colocó a los últimos en el camino hacia el desastre final [...]. Las relaciones hoy existentes entre los Estados Unidos y los países atrasados son típicamente imperialistas.

Dale Johnson, plantea la dependencia como el imperialismo visto desde la periferia: deterioro de los términos de intercambio de las materias primas, el déficit crónico de las balanzas de pago, la rigidez en la composición de las exportaciones, la descapitalización progresiva y la dependencia política. Entiende al imperialismo como un sistema institucionalizado de control que moldea las instituciones y estructuras de países periféricos y limita su libertad de acción (JOHNSON, 1970).

Cox refuerza lo relativo a las asimetrías inscritas en las instituciones del sistema internacional como uno de los componentes de la reproducción de estructuras históricas en el sentido gramsciano. Estas instituciones habilitan la expansión de las fuerzas económicas y sociales dominantes, con las siguientes características: 1) encarnan las reglas que facilitan la expansión de órdenes mundiales hegemónicos; 2) son en sí mismas el producto del orden mundial hegemónico; 3) ideológicamente, legitiman las normas del orden mundial; 4) cooptan las elites de los países periféricos; y 5) absorben las ideas contrahegemónicas (COX, 1981). Ante las presuntas ilegalidades que puedan cometerse, siempre hay un esfuerzo para “legalizar” (justificar) acciones que ya se tenían pensadas como inminentes (del centro hacia la periferia) que pueden realizarse porque el sistema internacional está dividido entre quienes hacen e imponen las reglas y aquellos que deben cumplirlas (GUIMARÃES, 2004).

Así, la ley, la legalidad y lo justo son identificados con las democracias y Estados de derecho de Occidente, en contraposición a lo ilegal, el mal entendimiento, abuso o mal uso de la ley, así como su “politización” y “parcialidad”, como características de las acciones y fórmulas de los países no-occidentales y Estados fallidos (IRANI, 2018; MUTUA, 2000). Por ejemplo, las nociones de “legalidad” y “justicia” inscritas en el *lawfare* son delimitadas por la idea de que EE.UU. es una democracia ejemplar, donde la ley se aplica y funciona (KITTRIE, 2016). Incluso Dunlap, general estadounidense que dio proyección al concepto de *lawfare*, recomienda que EE.UU. utilice el derecho internacional a su favor (que use el *lawfare* a su favor) para moldear activamente la ley internacional (DUNLAP, 2009). Esto implica que EE.UU. construye y legitima

una institucionalidad nacional e internacional que legaliza la aplicación extraterritorial de sus normas (ROMANO y BRITTO, 2021). En este sentido, el *lawfare* es una herramienta de poder blando (DUNLAP, 2001; NYE, 2004), que habilita la guerra “por otros medios”, presentados como menos violentos y más justos.

Uno de los ámbitos donde EE.UU. considera que tiene jurisdicción más allá de sus fronteras es en la “lucha contra la corrupción”, operando mediante la *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), ley que se aplica contra cualquier agente público o privado de cualquier país que haya mantenido relaciones financieras o comerciales con agentes públicos y privados de EE.UU. El Departamento de Justicia de EE.UU. justifica la aplicación de la FCPA como una forma de proteger sus intereses, entiende que la lucha contra la corrupción en el extranjero “[...] no es un servicio que brinda a la comunidad global, sino una acción necesaria para proteger su propio interés de seguridad nacional” (KOEHLER, 2015, p. 542).

Un informe del *Congressional Research Service* (CRS) sobre esfuerzos anticorrupción en AL detalla cinco tipos de corrupción pública: 1) gran corrupción: las élites políticas roban grandes sumas de fondos públicos para uso personal o explotan el poder político para beneficio personal; 2) corrupción administrativa: el poder es manipulado para beneficio privado, frecuentemente por funcionarios gubernamentales de nivel bajo a medio, eludiendo las reglas o extorsionando a los ciudadanos a cambio de servicios públicos; 3) cleptocracia: los funcionarios del gobierno ejercen su poder político para apropiarse de la riqueza de la nación; 4) captura del Estado: las entidades y actores privados influyen indebidamente en la toma de decisiones nacionales para su propio beneficio; 5) corrupción estratégica: un gobierno arma o utiliza sus prácticas corruptas como herramienta de política exterior (BEITTEL y MARTÍN, 2022).

Mediante esta legalidad, EE.UU. se arroga para sí el rol de policía anticorrupción a nivel universal. Un ejemplo es la unidad especializada de FCPA, creada por la *Security and Exchange Commission* (SEC) en 2010 y que se coordina con actores internacionales y la unidad anticorrupción del Buró Federal de Investigaciones (FBI). Las estrategias anticorrupción estadounidenses están articuladas asimismo con los lineamientos de las IFI en este ámbito. El Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo tienen mecanismos anticorrupción a los que se agrega el Grupo de Acción Financiera Internacional (GAFI) (creado en 1989 y actualizado en 1996 y 2003). Se suman organismos multilaterales, como la Convención Interamericana contra la corrupción de la OEA (1996), la ley anticorrupción de la OCDE (1997), adoptada por los países miembros, y la Convención contra la Corrupción de la ONU (2003). Por fuera, encontramos organismos como Transparencia Internacional – que publica el

índice de percepción de la corrupción –, entre otras organizaciones, que homogenizan y reproducen la matriz asimétrica de la institucionalidad internacional.

El *lawfare* forma parte de esta estructura institucional desigual y de la dinámica asimétrica. Desde una mirada propia de AL, se lo concibe como una guerra por la vía judicial que articula diversas dimensiones y actores, locales e internacionales, para cubrir intereses económicos, políticos y geopolíticos deliberadamente ocultos a la opinión pública y que, en última instancia, se corresponden con la restauración o refuerzo de la vía neoliberal (ROMANO, 2020; VOLLENWEIDER y ROMANO, 2017). Esta multidimensionalidad, diversidad de actores y estrategias emparentan al *lawfare* con la guerra híbrida, como continuidad de la guerra psicológica aplicada en AL durante la Guerra Fría y de las estrategias implementadas por EE.UU. para ampliar su hegemonía (KORYBKO, 2018).

Desde este ángulo, puede entenderse al *lawfare* como componente de los denominados golpes blandos, definidos como procesos de desestabilización orientados al “cambio de régimen” o el derrocamiento de gobiernos, centrados en herramientas de poder blando, instrumentos institucionales, legales, administrativos, que no requieren de la actuación directa de las FF.AA. y que cuentan con la injerencia directa o indirecta del sector público y privado de EE.UU. a través de una red institucional con fuerte presencia y legitimidad desde la Guerra Fría. Está especialmente asociado a proyectos y mecanismos de “asistencia para el desarrollo” como estrategia de reproducción material e ideológica del orden instituido por Occidente. Por ello existe un hilo conductor entre los golpes blandos y la guerra psicológica, definida por el *establishment* de seguridad a finales de los años 1940, como una batalla por los corazones y las mentes que se desplegaba desde estrategias de propaganda, operativos mediáticos y asistencia para el desarrollo, hasta operativos encubiertos, incluyendo estrategias de guerra política, como alianzas diplomáticas, presión económica y apoyo clandestino a socios en otros países para debilitar al enemigo (USA, 1947).

El *lawfare* se inscribe directamente en la guerra psicológica por los objetivos que persigue y los medios que utiliza: se dirige expresamente a “desmoralizar o deslegitimar” al adversario político por la vía jurídica. Se articula con medios de comunicación que quitan el apoyo popular al líder, mediante la criminalización y estigmatización; incluye otras herramientas de desestabilización económica (por ejemplo, sanciones económicas o presión mediante decisiones de las IFI) y política (aislamiento diplomático, votaciones en organismos internacionales) que fluyen a través de la arquitectura institucional construida desde hace décadas en torno a la asistencia para el desarrollo (ROMANO, 2021). El financiamiento, las reuniones, los contactos personales, los relatos que corren por esta red vinculada de forma directa o indirecta a la

asistencia, constituye parte esencial en la reproducción hegemónica, fomentando el consenso a favor de la democracia neoliberal (ROELOFS, 2007).

EE.UU. y la asistencia a los aparatos judiciales: estructura institucional

Desde principio de los años 1980, EE.UU. se presenta como el principal asesor en “modernización” o reforma de los aparatos legales por medio de programas y proyectos del Departamento de Estado, como parte de la batalla contra la corrupción y la “ineficiencia del Estado” (SHEPHERD, 1998). En 1983, el Departamento de Estado crea un grupo de trabajo interagencia para la administración de la justicia en AL. En 1984, una comisión bipartidista del Congreso plantea la necesidad de impulsar la “cultura democrática” en la región, lo que incluía sistemas judiciales fuertes. Ese mismo año se pone en práctica el primer proyecto de la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID) para reforma judicial en El Salvador. En 1985, el Congreso aprueba presupuesto para la USAID para programas de reforma judicial, y, para inicios de los años 1990, los programas de *Rule of law* ya eran parte de la institucionalidad. La mayor cantidad de fondos para las reformas judiciales fue habilitada por el Banco Mundial y Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la USAID (PÁSARA, 2004). Desde ese momento se realizaron análisis y evaluaciones para dar cuenta de las características, montos, aciertos y las limitaciones de los programas para la reforma judicial, en particular los impulsados por IFIs y el aparato de asistencia estadounidense (RISTAU, 1984; HAMMERGREN, 2007; CIURLIZZA, 2000; DESHAZO y VARGAS, 2006; PÁSARA, 2004). Algunos analistas destacan los logros en torno a la institucionalización y fortalecimiento de los aparatos judiciales, pero buena parte de los estudios comenta sobre limitaciones: el endeudamiento que generaron los préstamos en las deudas públicas ya abultadas de los Estados receptores; la focalización en cambios técnicos que no lograron modificar aspectos “culturales”; la evidente orientación de las reformas para adaptar los aparatos judiciales a economías de mercado; la creciente estandarización que siguió la lógica y prioridades de las IFI (predominando de tecnificación y burocratización); un paulatino pero decisivo protagonismo del tercer sector en una lógica que generó una dependencia permanente de financiamiento; una presencia permanente de cursos de formación para diferentes actores de los aparatos judiciales, sin las instancias de evaluación y diagnósticos necesarias. En síntesis, la asistencia para reformas judiciales, desde fuera y desde arriba, se orientó a una estandarización según las lógicas de las IFI y organismos gubernamentales estadounidenses.

La incidencia directa de EE.UU. en los aparatos judiciales de AL por la vía bilateral fluye a través de diversos organismos e instituciones que forman parte de la arquitec-

tura institucional más amplia de asistencia para el desarrollo. Destacan los programas de la USAID (National Endowment for Democracy – NED, International Republican Institute – IRI, National Democratic Institute – NDI), del Departamento de Estado y del Departamento de Justicia, que, en muchos casos, se hacen operativos mediante organismos del tercer sector (incluidas consultoras como Checchi and Company Consulting Inc, Chemonics, Casals & Associates) y que en ocasiones se articulan con programas y proyectos de los organismos multilaterales financiados especialmente por EE.UU., como el Banco Mundial y el BID (BORÓN *et al.*, 2019). Entre el 2001 y el 2022, EE.UU. destinó más de 7 mil millones de dólares en asistencia para los rubros de *Anti-corruption organisations and institutions* y *Legal and judicial development*, lo que equivale al 12% del total de la asistencia estadounidense (económica y militar) en este periodo (USA, 2024b).

En términos generales, son llamativos los resultados en países como Perú, pues es uno de los principales receptores de recursos para reformar el aparato judicial y es uno de los que tiene niveles más altos de inestabilidad política asociada a la creciente judicialización de la política, que culminaron en un golpe de Estado en diciembre de 2022. Algo similar podría decirse de Argentina, el otro gran receptor de asistencia para la modernización de su aparato judicial a lo largo de las décadas de los 1980 y 1990 (PÁSARA, 2004), un aparato judicial que en los últimos diez años ha marcado la agenda política, en una creciente persecución de determinado sector de la política que ha tenido como colofón la proscripción de Cristina Fernández de Kirchner (CFK), la líder más importante del país en año electoral, 2023 (GARZÓN, RICOBOM y ROMANO, 2023). En México, esta presencia ha sido fundamental en el marco de la guerra contra las drogas, condensada en la Iniciativa Mérida (IM): entre 2007-2017, fluyó financiamiento por 2,745.9 millones de dólares, y el 66% del total de ese financiamiento para la IM fue destinado a “desarrollo legal y judicial” y “Organizaciones e instituciones contra la corrupción” (RIBANDO y FINKLEA, 2017; USAID EXPLORER, 2019)¹.

Adentrándonos en detalles sobre las instituciones involucradas, es clave el rol jugado por el Departamento de Justicia de EE.UU. que implementa programas de asistencia anticorrupción destinados a combatir el crimen transnacional y el terrorismo que son financiados mediante acuerdos interinstitucionales, particularmente con la Oficina de Asuntos Internacionales de Control de Narcóticos y Aplicación de la Ley (INL) del Departamento de Estado (BEITTEL y MARTÍN, 2022), y en algunos casos se implementan en asociación con la USAID. Cumplen un rol importante el

¹ Con respecto a la base de datos de USAID Explorer, es importante aclarar que dejó de funcionar en 2021 y ahora es foreingassistance.gov. La base de datos anterior figuraba en dólares de 2017.

Programa Internacional de Asistencia en Capacitación en Investigaciones Penales (*International Criminal Investigative Training Assistance Program*, ICITAP) y la Oficina de Asistencia y Capacitación Fiscal en el Extranjero (*Overseas Prosecutorial Development, Assistance and Training*, OPDAT).

El ICITAP fue creado en 1986 para mejorar la capacidad de investigación criminal de las fuerzas policiales en AL y luego se expandió a otras partes del mundo. En 2002, pasa a integrar el Programa de Reforma del Sector de Justicia del Plan Colombia, que impactó en la creación del Sistema Penal Acusatorio, implementando un modelo ajustado a las recomendaciones de USAID, donde se incorporó la instancia de juicio oral y audiencias públicas. En la actualidad, los programas para el hemisferio occidental se centran en la reforma de la justicia penal, la lucha contra la corrupción, ciencias forenses, derechos humanos y delincuencia transnacional, y tienen actividades enmarcadas en la IM en México y la Iniciativa de Seguridad Regional de América Central (CARSI) (USA, 2023b; USA, 2023a).

A su vez, OPDAT lleva a cabo capacitaciones principalmente mediante la asignación de fiscales a las embajadas de los EE. UU., que brindan asesoramiento y capacitación a los fiscales, jueces de los países socios. En AL tiene programas en Colombia, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Panamá, Argentina, Paraguay y Brasil (USA, 2024a). Además, esa oficina coordina, junto al INL, del Departamento de Estado, el Instituto de Estudios Judiciales (JSI) en San Juan, Puerto Rico. Esta iniciativa fue lanzada en 2012 por la jueza de la Corte Suprema de EE.UU. Sonia Sotomayor para fortalecer la capacidad de los jueces de los países de AL que transitan hacia un sistema de justicia penal acusatorio (USA, 2024a). Hasta junio de 2021 fueron capacitados 1.114 jueces latinoamericanos (USA, 2024a).

El INL, además de los programas más amplios orientados al control de narcóticos (erradicación, interdicción, prevención, entre otros) incluye entre sus objetivos el “Fortalecimiento de los sistemas de justicia penal y ‘Combate a la corrupción y el financiamiento ilícito’”, con programas que involucran la diplomacia de alto nivel, programas antilavado de dinero y financiamiento del terrorismo, y reforzar “[...] el importante papel que desempeñan la sociedad civil, los medios de comunicación y la comunidad empresarial” (USA, [s/f]).

Otra institución que cumple un rol fundamental en la capacitación de funcionarios/as de la policía y sector de justicia en la región es la Academia Internacional para el Cumplimiento de la Ley (ILEA), que desde el 2005 tiene sede en El Salvador y una base regional en Lima, Perú. Los cursos son dictados por personal de 17 agencias estadounidenses como el FBI, DEA, Servicio Secreto, además de la Policía Nacional de Colombia. De la oferta académica destacan cursos sobre corrupción pública

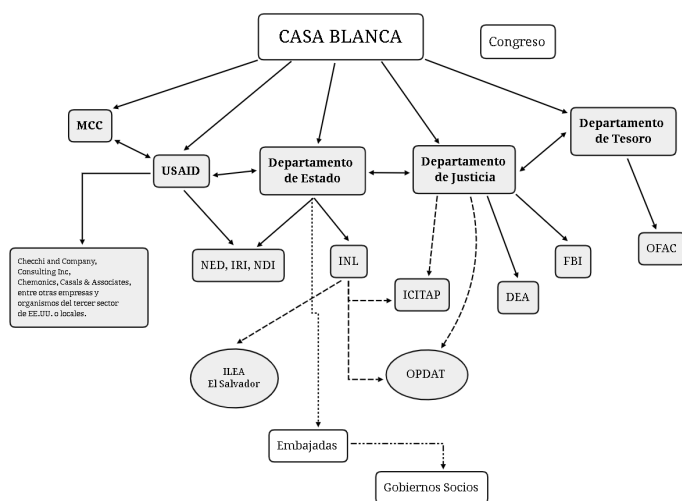
internacional, delitos cibernéticos, confiscación de activos y blanqueo de capitales, liderazgo para mujeres en la aplicación de la ley, investigaciones antinarcóticos. Los países que han participado son: Argentina, Brasil, Chile, Ecuador, El Salvador, Paraguay, Uruguay, Costa Rica, Honduras, Perú, México, Surinam, Guyana, Jamaica, Haití, Barbados, Belice, República Dominicana, Trinidad y Tobago, Panamá (SAN SALVADOR, c2024). No hay información oficial del gobierno de EE.UU. sobre la cantidad de funcionarios latinoamericanos que recibieron esta capacitación.

Debe considerarse también la Corporación Desafíos del Milenio (MCC), creada por el Congreso en 2004 como una agencia de asistencia independiente para otorgar fondos a los países en desarrollo mediante un proceso de selección. MCC exige a los países que pasen un umbral de “control de la corrupción” para desbloquear fondos que, en promedio, otorga a los países receptores. Durante la última década, se destacan los programas para Honduras, Paraguay, Perú y El Salvador. El programa para Honduras, lanzado en 2005, terminó prematuramente debido al golpe de Estado de 2009 (BEITTEL *et al.*, 2019).

En lo que se refiere al Departamento del Tesoro, los programas incluyen sanciones, listados y confiscaciones de activos en cooperación con la policía y también abordan la corrupción. La Oficina de Control de Activos Extranjeros (OFAC) administra y aplica sanciones económicas a entidades y personas extranjeras por sus actividades relacionadas con el terrorismo, el narcotráfico y otras amenazas a la seguridad nacional, la política exterior o la economía de EE.UU.

La Figura 1 ilustra una estructura mínima de este andamiaje institucional que opera hace décadas y que tiene profunda influencia en la política local, con fuertes repercusiones en materia económica y geopolítica a nivel regional.

Figura 1. EE.UU.: incidencia directa y bilateral en aparatos judiciales de AL



FUENTE: Elaboración propia.

Los casos de *lawfare* y la presencia de EE.UU.

La descripción sobre las diferentes instituciones y dinámicas mediante la cual opera la asistencia para los aparatos judiciales es sugerente considerando que, en los últimos diez años, el Poder Judicial ha ampliado su rol en la política, definiendo la agenda política en varios países de la región, judicializando a determinados sectores de la política, con impacto en procesos electorales: proscribiendo candidatos, quitándolos de las contiendas, redefiniendo los tiempos, los actores y los relatos de la prensa.

Presencia de personal EE.UU. en territorio y cursos de formación

En Brasil, la megacausa judicial conocida como Lava Jato, vinculada a tramas de corrupción en empresas estatales y en la constructora Odebrecht, habilitó el *impeachment* contra Dilma Rousseff en 2013 y la condena y prisión de Lula da Silva, impidiendo que se presentara a elecciones presidenciales de 2018. En 2021, la máxima autoridad de la justicia brasileña reconoció que Lula fue víctima de la instrumentalización del aparato judicial con fines políticos. Del mismo modo, en agosto de 2023, la justicia brasileña declaró inocente a Dilma Rousseff de supuestas irregularidades en las transacciones de crédito entre el Tesoro Nacional e instituciones

públicas, uno de los elementos que compuso el *impeachment* en su contra, en 2016. A lo largo de las investigaciones, se fue evidenciando la injerencia de EE.UU. en el proceso judicial. Existen evidencias de que, en octubre de 2015, diecisiete agentes del FBI estuvieron en Curitiba (epicentro de la persecución política por la vía judicial contra Lula) en una conferencia de cuatro días sobre la Operación Lava Jato. También se ha mostrado el vínculo de Moro (y el del aparato judicial de Curitiba) con asesores legales estadounidenses presentes en dicha ciudad durante la Lava Jato, así como las relaciones institucionales y personales de Moro con burós de abogados, universidades y *think tanks* estadounidenses en las que dio conferencias afirmando que Lula era culpable, mucho antes de concretarse el debido proceso y la sentencia (BARROCAL, 2020). Moro fue uno de los alumnos destacados del “Proyecto Puentes: construyendo puentes para aplicación de la ley en Brasil”, curso de capacitación impartido a partir del año 2009 por el Departamento de Justicia, sobre aplicación de las leyes y habilidades prácticas de contraterrorismo, al que acudieron varios fiscales y jueces (BRAZIL..., 2009). Recordando que las sanciones económicas son herramientas privilegiadas de *lawfare*, es clave el hecho de que el Departamento de Justicia demandó a Odebrecht en diciembre de 2016, otorgó enorme proyección internacional al caso, facilitó la articulación ya existente entre Poderes Judiciales, organismos de inteligencia e investigación criminal con gobiernos de la región para cooperar con agencias de EE.UU. La causa Odebrecht se ubica como la mayor sanción monetaria impuesta por las autoridades judiciales de EE.UU. en la historia de vigencia de la FCPA, en 3.6 mil millones de dólares. También en el marco de la Lava Jato, debe considerarse especialmente la multa contra Petrobras, obligada a pagar 1.8 mil millones de dólares (ver más abajo).

En el caso de Argentina, durante el gobierno de Mauricio Macri (2015-2019) se articularon las estrategias más importantes de *lawfare* en una persecución política por la vía judicial sistemática contra miembros del partido opositor, el kirchnerismo, y en particular contra CFK. Durante esa gestión, el contacto de agencias del gobierno estadounidense con el aparato de justicia y de seguridad local incluyó una misión del Departamento de Justicia, donde lo más relevante fue la insistencia en la figura del soplón (fundamental para la estrategia de delación premiada), además de propiciarse comunicaciones directas (vía mail) con personal de EE.UU. sin necesidad de ser mediadas por la cancillería (VOLLENWEIDER, 2019). Se realizó una capacitación sobre lucha contra el lavado de dinero en la Comisión Nacional de Valores (CNV). En las reuniones (del 10 al 14 de diciembre de 2018), destacó nuevamente (por su repetición) la figura del soplón, delator o colaborador. En lo que se refiere a la asistencia en seguridad (que incluye aparatos judiciales), solo en 2016, el segundo

año del gobierno de Macri, el INL destinó 4 millones de dólares a Argentina, lo que representó el 46% del financiamiento entre 2005 y 2022 (USA, 2024b).

Finalmente, en 2018 se realiza la Reforma al Código Penal de Argentina, incorporando, entre otras cuestiones, la delación premiada, modificación que fue presentada en EE.UU. ante el Departamento de Estado, el Departamento de Justicia y ante un grupo de expertos en el tema en un encuentro organizado por el Wilson Center, The Integrity Forum e Inter American Dialogue. La delación premiada ha sido una de las estrategias que permitió la apertura de casos como la Causa Cuadernos, de amplia presencia mediática, que además contó con una serie de pruebas que resultaron no ser veraces. No obstante, para finales del gobierno de Macri, sumaban más de 12 casusas contra CFK, que finalmente ha sido sentenciada a 6 años de prisión e inhabilitación perpetua para ejercer cargos públicos, sentencia que no está firme al momento de redactar este artículo, pero que impidió que la funcionaria se presentara a elecciones presidenciales de octubre de 2023.

En México, la USAID participó en la modificación del Estado con dos grandes programas: “Desarrollo legal y judicial” y “Política del sector público y gestión administrativa”, y, como parte de la IM, se financiaron programas bajo el rubro de “Fortalecimiento del sistema de justicia”. Los programas de justicia implementados contaron también con la participación de empresas y ONG, como los casos de Management Systems International (MSI), Casals & Associates Inc., Management Sciences for Development Inc. (MSD), Chemonics, entre otras (RAMÍREZ KURI y GARCÍA FERNÁNDEZ, 2022). MSI – que es parte de Tetra Tech, una de las grandes contratistas de la USAID – junto con MSD, llevó a cabo la capacitación de funcionarios del Poder Judicial, así como varios cambios en los programas de estudio de la carrera de Derecho, y fortaleció alianzas con 65 ONG mexicanas. Hasta el año 2013, se habían capacitado a más de 8,500 empleados del sector de justicia (BROWNFIELD, 2013).

También se registran los efectos de la capacitación de funcionarios y funcionarias del Poder Judicial en Perú. Una de las egresadas destacadas de ILEA es la congresista peruana Yeni Vilcatoma de la Cruz, que asistió al Curso de Corrupción Pública en 2014. Según información oficial, antes de asistir a ILEA, se desempeñó como fiscal anticorrupción e identificó la existencia de una organización criminal creada para cometer actos de corrupción. Luego de asistir al curso, como abogada anticorrupción, fue una de las que advirtió sobre la Causa Odebrecht, vinculada a Lava Jato en Brasil, habilitando el desarrollo de la investigación de esta causa bajo supervisión del Departamento de Justicia (SAN SALVADOR, 2017). Este tipo de investigación involucró a buena parte de la clase política peruana, un expresidente (Alan García) se

suicidó, pero el fujimorismo, uno de los sectores más vinculados a la corrupción en las últimas décadas, no fue directamente afectado (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2023).

En Ecuador, a partir de la presidencia de Lenín Moreno, se generó una reversión de procesos políticos y económicos, articulada en torno a la restauración de medidas neoliberales que requirieron de la persecución judicial del enemigo político como medio para eliminar la experiencia del correísmo en el país. El establecimiento de una serie de acuerdos con EE.UU., como la creación de una oficina para el intercambio de información con EE.UU. y el Centro de Inteligencia Estratégica (CIES) – que incluye inteligencia militar, de la policía, de aduanas, tributaria y financiera –, sumados a la presencia de la DEA y del FBI, dan cuenta de la vinculación entre aparato de inteligencia, seguridad y su incidencia en la manufacturación de los casos judiciales (LAJTMAN y ROMANO, 2018; ROMANO, 2020). La Causa Sobornos, por la que Rafael Correa fue sentenciado a ocho años de prisión y 25 años de inhabilitación para cargos públicos, y que implicó cinco años de cárcel para el exvicepresidente Jorge Glas (hoy absuelto), surgió de una investigación realizada por una organización de periodismo independiente, llamada Mil Hojas. Publicó en su cuenta de Twitter información sobre actos de corrupción cometidos durante los gobiernos de Rafael Correa. Este tweet fue tomado como “noticia criminis” para iniciar un caso judicial. En 2018, la Fundación Mil Hojas había recibido 55 mil dólares de la NED (ROMANO y GARCÍA FERNÁNDEZ, 2020).

En 2021, la Unidad de Análisis Financiero y Económico (UAFE) y la Oficina de Asistencia Técnica del Departamento del Tesoro de Ecuador establecieron una agenda conjunta en temas de lavado de dinero y terrorismo. Dicha agenda incluyó el seminario “Mejores prácticas en la supervisión antilavado de activos y contra el financiamiento del terrorismo” (UAFE, 2021). En febrero del mismo año, la fiscal general de Ecuador Diana Salazar (quien comandó las acusaciones contra Luis Chiriboga y Jorge Glas) fue premiada por el gobierno de EE.UU. debido a que “[...] mejoró de manera demostrable la atmósfera anticorrupción en Ecuador y sirvió como una heroína para jueces, abogados y fiscales en toda América del Sur” (USA, 2021).

Operativos encubiertos en embajadas: continuidades de guerra psicológica

Las embajadas fueron utilizadas para dar a conocer información que fue utilizada en procesos de judicialización, acción que puede ser considerada como una operación encubierta, *black operations* en la jerga de la Guerra Fría.

En Paraguay, es clave el Programa Umbral, iniciado en su primera fase en 2006 con finamieto de MCC y administrado por USAID junto a Casals & Associates,

orientado a combatir la corrupción, mejorar la eficiencia de ciertas dependencias estatales y fortalecer el Estado de derecho (CORONEL *et al.*, 2012). En la segunda fase del programa, iniciada en 2009, la Policía Nacional (que desplegó el operativo en Curuguaty), a cargo de Paulino Rojas, recibió 9.4 millones de dólares, el Ministerio Público (a cargo de Jalil Rachid, quien rechazó dos veces la defensa de Fernando Lugo) recibió 5.5 millones más los 6.2 que recibió en la primera fase; la Corte Suprema (a cargo de Víctor Núñez) recibió 5 millones en ambas fases (VIANA, 2013). La embajadora estadounidense Liliana Ayalde – quien después fue embajadora en Brasil – manifestó que “tener amigos en la Corte Suprema es oro puro”. Además, sabía de la importancia de la cooptación de esta institución, pues mencionó que “La presidencia y vicepresidencia de la Corte son fundamentales para garantizar el control político, y los Colorados (oposición a Lugo) controlan esos cargos desde 2004”. Meses antes del juicio político contra Lugo, miembros de la Suprema Corte se reunieron con el entonces director de la USAID, Mark Feierstein, quien declaró respecto al Programa Umbral, que reconocía el éxito realizado y era “un ejemplo para otros países” (VIANA, 2013).

En el caso del golpe de estado a Honduras, debe considerarse la conexión del embajador Hugo Llorens, quien tuvo reuniones con congresistas y miembros del Poder Judicial, empresarios hondureños y el mismo presidente Manuel Zelaya, en las que Llorens hizo un llamado a realizar una consulta popular para una Asamblea Constituyente. En un cable de Wikileaks se menciona una llamada del embajador con la fiscal general Leonida Rosa Bautista el 29 de septiembre de 2008. Ambos discutieron el apoyo al Ministerio Público de Honduras (AMBASSADOR LLOREIS..., 2008; ROMANO *et al.*, 2020).

En Perú, la presidenta de la Justicia fue invitada a Washington el 21 de octubre de 2022, meses antes del golpe contra el presidente Pedro Castillo, para compartir “experiencias en la lucha contra la corrupción”, y la fiscal y querellante Patricia Benavidez se reunió a mediados de julio con la embajadora de EE.UU., Lisa Kenna, a fin de tratar temas de cooperación interinstitucional que incluían cursos y asistencia para fiscales. Además, dos días antes del golpe y luego de encarcelar a Castillo, Kenna se reunió con el ministro de Defensa, Gustavo Bobbio Rosas. En una carta del 16 de diciembre de 2022, Castillo acusó a Kenna de ordenar el despliegue de las fuerzas de seguridad para solventar la ola de protestas tras su detención. En enero de 2023, Kenna resaltó la labor de la fiscal de la Nación, quien denunció constitucionalmente a Pedro Castillo y participó en su detención.

En Argentina, el embajador estadounidense durante la gestión de Macri, Edward Prado, declaró en el Congreso de su país: “[...] mi intención es continuar trabajando con los abogados y jueces de la Argentina para mejorar el sistema judicial y fortalecer

la confianza de la gente en el sistema judicial” (El Embajador, 2018). Prado estuvo vinculado al falso abogado D’Alessio, encargado de extorsionar a empresarios, a quienes pedía dinero a cambio de evitar incluirlos como delincuentes en la trama de la causa judicial conocida como “Causa Cuadernos (VOLLENWEIDER, 2019). Elisa Carrió, una de las representantes de la oposición a gobiernos de Néstor Kirchner y de CFK, exponía en la embajada de EE.UU. sobre aparentes actos de corrupción cometidos por funcionarios de turno y el peligroso acercamiento Venezuela-Irán, al que se estaba sumando Argentina con el kirchnerismo (MARDONES, 2019). Esto, en un contexto en el que la CIA y otros organismos de inteligencia se involucraron en la muerte del fiscal Alberto Nisman, que investigaba el atentado sucedido en la Asociación Mutual Israelí Argentina (AMIA), que estaba a punto de denunciar a CFK, en ese entonces presidenta, por “traición a la Patria”. Uno de los motivos era que CFK había firmado un memorándum de entendimiento con Irán centrado en cuestiones comerciales, y eso fue comprendido como una manera de encubrir a posibles culpables (años después, la causa ha sido cerrada). Es sugerente la información que expone que la embajada de EE.UU., al momento del atentado de la AMIA, sin ninguna investigación disponible, presionó para afirmar que los responsables del atentado eran iraníes, en sintonía con las directrices de seguridad hemisférica de EE.UU. y su posicionamiento anti-Irán a nivel internacional (ESCUDE, 2015).

En Brasil, Michel Temer (vicepresidente durante el gobierno de Rousseff), quien asumió como presidente de transición luego del golpe a Rousseff, fue uno de los que se reunía con personal de la embajada, informando ya desde 2005/2006 sobre la postulación de Lula, la situación del PT, sus debilidades y principales problemas (PMDB LEADER, 2006). El espionaje y la participación de la embajada en estas acciones son previos y encuentran hilos conductores con las tensiones por el monopolio de la estatal Petrobras de las reservas de hidrocarburos de presal, descubiertas en plataforma submarina brasileña en 2005. En uno de los cables de la embajada (2009), José Serra, del Partido de la Social Democracia Brasileña (en ese tiempo, candidato a elecciones y luego del *impeachment*, Canciller de Temer), aseguraba que, de llegar a la presidencia, cambiaría las leyes que regulaban el sector petrolero (LEAKS, 2015).

En 2018, un cable de Wikileaks dio conocimiento de reuniones de Lenin Moreno con personal de la embajada de EE.UU. en 2007; entre las afirmaciones del embajador estaba que Moreno “[...] impresionó como socio útil y potencial defensor de muchos de nuestros programas de asistencia para el desarrollo” (REVELA WIKILEAKS, 2018).

Objetivos estratégicos del lawfare: sanciones económicas para debilitar la competencia

Una de las herramientas del *lawfare* son las sanciones económicas (DUNLAP, 2001, 2009), porque presionan a determinados sectores o gobiernos, evitando recurrir a la fuerza militar. Para ello, tal como se ha planteado, el gobierno estadounidense utiliza la FCPA y OFAC. En AL, el *target* preferido de estas sanciones son las empresas estatales de hidrocarburos, es decir, uno de los sectores estratégicos vinculado a la soberanía nacional y a la proyección y competencia a nivel regional e internacional.

Mediante la FCPA, se ha sancionado en cinco ocasiones a Petróleos Mexicanos (PEMEX) desde por lo menos 2008 y, por lo regular, en asociación con otras empresas. La multa más alta fue por 3,599 millones de dólares y fue con el caso Odebrecht (STANFORD LAW SCHOOL, c2024). De igual forma se ha sancionado a la brasileña Petrobras en seis ocasiones con dos multas, una en 2014 por 1,786 millones de dólares y en 2019 por 183 millones. Petroecuador fue sancionada en dos ocasiones, en 2017 y 2019 (esta última en conjunto con Petrobras y PEMEX), por 19,1 millones y 183,2 millones de dólares, respectivamente. Por último, la venezolana PDVSA fue sancionada en 2015 por 210 millones de dólares (STANFORD LAW SCHOOL, c2024). PDVSA también ha sido sancionada por la OFAC, así como sus funcionarios. En 2017 se le impidió a PDVSA la emisión de deuda y bonos, negociar con bonos existentes o la venta de activos en EE.UU. (USA, 2017). En 2019 la OFAC designó a varias empresas prestadoras de servicios a PDVSA (USA, 2019). En ese mismo año, bloquearon todas las propiedades e intereses en propiedad de PDVSA en territorio estadounidense y bloquearon a Evrofinance Monsbank, banco ruso que daba financiamiento a PDVSA (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2020).

Casos como estos ponen de manifiesto la extraterritorialidad de las sanciones y muestran una forma más de transferencia de recursos a los países centrales, que terminan por reproducir la dependencia y, en casos extremos, quitan de la competencia a empresas paraestatales, a las que se les impide el financiamiento, el transporte de mercancías, el abastecimiento de materia prima y servicios, como es el caso de PDVSA.

Reflexiones finales

La asistencia de EE.UU. para AL sigue siendo una de las herramientas más eficaces de la presencia imperial, con incidencia en diversos ámbitos, como el Poder Judicial y las distintas instituciones que lo conforman. En el marco de esta arquitectura

institucional fuertemente arraigada en la región, a partir de los años 1980, y, sobre todo, desde los 1990, se implementa la asistencia para la reforma de los Poderes Judiciales, orientada a una estandarización centrada en la mayor eficiencia y operatividad del aparato judicial de acuerdo con las premisas y objetivos de las IFI. Tras una primera fase entre 1980-2000, época marcada por el fin de la Guerra Fría, las evaluaciones realizadas desde el ámbito académico o *think tanks* advertían sobre algunas limitaciones de estos programas. Con la llegada de los gobiernos progresistas a la región, a comienzos del siglo XXI, se inicia una segunda fase, donde la hegemonía de EE.UU. es cuestionada e incluso obstaculizada en ciertos aspectos, situación que no impidió el constante flujo de financiamiento para aparatos judiciales que amplió su alcance: formación de funcionarias y funcionarios de Poderes Judiciales y fuerzas de seguridad, modificaciones y adecuaciones de leyes para lograr mayor eficiencia, reforma de los currículums de derecho. Esta diversificación se dio en el marco de la guerra contra las drogas y el terrorismo, asociado a la guerra contra la corrupción.

En paralelo, se llevaron procesos de *lawfare* en varios países con características similares, entre ellas: la presencia o vínculo con instituciones gubernamentales de EE.UU. relacionadas a la guerra contra la corrupción en el exterior, incluidos programas de sanciones económicas, además de los operativos en embajadas de EE.UU. para obtener información sobre implicados en juicios por corrupción. Estas estrategias y actividades marcan una continuidad con las operaciones psicológicas propias de la Guerra Fría y de las denominadas guerras híbridas. Es clave el modo en que el *lawfare*, al quitar de la esfera política formal a líderes y sectores vinculados a políticas de soberanía, derivó en la quiebra, desarticulación y/o bloqueo de empresas estatales de sectores estratégicos, sobre las cuales descansaba el proyecto de Estado y que impedían una mayor participación de empresas transnacionales en esos sectores, particularmente hidrocarburos.

Es relevante la forma en que las reformas judiciales en AL se organizaron bajo el paraguas institucional de las estrategias antinarcóticos (ampliamente securitizadas), como Plan Colombia, la IM en México y la CARSI en Centroamérica, lo que pone de manifiesto el vínculo entre seguridad y reformas judiciales como un mecanismo imperialista de *soft power* que permite la injerencia por otras vías no militares, pero que persiguen objetivos concretos de seguridad hemisférica derivados de las necesidades y premisas de seguridad nacional de EE.UU. La estrategia de estandarización de las FF.AA. iniciada con el TIAR ha sido acompañada de un intento de estandarización de otros aparatos del Estado, en este caso, el Poder Judicial, para orientarlo según las necesidades e intereses del gobierno y el sector privado de EE.UU.

Referencias

- AMBASSADOR LLORENS meeting with honduran attorney general Rosa Bautista. *Wikileaks*, 2008. Disponible en: https://wikileaks.org/plusd/cables/08TEGUCIGALPA910_a.html. Acceso: 29 mar. 2024.
- BARAN Paul; SWEEZY, Paul. *El capital monopolista*. Ensayo sobre el orden económico y social de los Estados Unidos. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- BARROCAL, André. “US agents in Brasil” were active in Operation Lava Jato. *Brasil Wire*, 15 mayo 2020. Disponible en: <http://www.brasilwire.com/us-agents-in-brasil-were-active-in-lava-jato/>. Acceso: 28 mar. 2024.
- BEITTEL, June *et al.* Combating corruption in Latina America: congressional considerations. *Congressional Research Service*, May 21, 2019. Disponible en: <https://sgp.fas.org/crs/row/R45733.pdf>. Acceso: 28 mar. 2024.
- BEITTEL, June; MARTÍN, Rachel. Anti-corruption efforts in Latin America and the Caribbean. *Congressional Research Service*, 2022. Disponible en: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12031/2>. Acceso: 28 mar. 2024.
- BORÓN, Atilio, *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxerburg, 2012.
- BORÓN, Atilio. La selva y la polis. Reflexiones en torno a la teoría política del zapatismo. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, v. 4, p. 177-186, 2001.
- BORÓN, Atilio *et al.* EE.UU. y la asistencia jurídica para América Latina y el Caribe. *CELAG Data*, 29 ago. 2019. Disponible en: <https://www.celag.org/eeuu-y-la-asistencia-juridica-para-america-latina/>. Acceso: 28 mar. 2024.
- BRAZIL: Illicit finance conference uses the “T” Word, successfully. *Wikileaks*, 2009. Disponible en: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html. Acceso: 30 mar. 2024.
- BROWNFIELD, William. *Hearing before the Senate Foreign Committee*. 18 jun. 2013. Disponible en: https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Brownfield_Testimony.pdf. Acceso: 23 fev. 2019.
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones internacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- CIURLIZZA, Javier. Judicial reform and international legal technical assistance in Latin America. *Democratization*, v. 7, n. 2, p. 211-230, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510340008403666>
- CORONEL, Cristina *et al.* *USAID en Paraguay*. La asistencia como estrategia de dominación, Asunción. BASE-IS; Fundación Rosa Luxemburgo, 2012.
- COX, Robert. Social forces, States and world orders: beyond international relations theory. *Millennium – Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>
- DESHAZO, Peter; VARGAS, Juan E. Judicial reform in Latin America: an assessment. *Policy Papers on the Americas*, v. 17, study 2, 2006. Disponible en: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/0609_latin_judicial_reform.pdf. Acceso: 29 mar. 2024.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- DUNLAP, Charles. Lawfare: a decisive element of 21st-century conflicts? *Joint Force Quarterly*, n. 54, pp. 34-39, 2009. Disponible en: https://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/3347/. Acceso: 29 mar. 2024.
- DUNLAP, Charles. *Law and military interventions: preserving humanitarian values in 21st century conflicts*. Harvard Kennedy School, 2001. (Working Paper).
- ESCUDE, Carlos. ¡Y Luis D’Elía tenía razón...! El triángulo Argentina-Estados Unidos-Irán. *Voces en el Fénix*, n. 44, 2015. Disponible en: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/54872>. Acceso: 29 mar. 2024.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Aníbal. Golpe y redoble por Perú. *Boletín Nuestra América XXI*, n. 75, p. 26-32, 2023. Disponible en: <https://www.clacso.org/en/boletin-75-nuestra-america-xxi-desafios-y-alternativas/>. Acceso: 29 mar. 2024.
- GARZÓN, Baltasar; RICOBOM, Gisele; ROMANO, Silvina. *Objetivo Cristina: el lawfare contra la democracia en Argentina*. Buenos Aires: ELAG; Grupo de Puebla; CELAG, 2023.

GUIMARÃES, Samuel. *Cinco siglos de periferia*. Una contribución al estudio de la política internacional. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

HAMMERGREN, Linn. *Envisioning Reform: Improving Judicial Performance in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2007.

HAMMERGREN, Linn. Expanding the Rule of Law: judicial reform in Latin America. *Global Studies Law Review*, v. 4, n. 3, p. 600-607, 2005. Disponible en: https://openscholarship.wustl.edu/law_globalsudies/vol4/iss3/8/. Acceso: 29 mar. 2024.

HARVEY, David. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: AKAL, 2004.

HIRSCHL, Ran. The judicialization of politics. In: GOODIN, Robert (Ed.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford, 2013.

IRANI, Freya. Lawfare, US military discourse, and the colonial and the constitution of law and war. *European Journal of International Security*, v. 3, n. 1, p. 113-133, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1017/eis.2017.12>

JOHNSON, Dale. Dependencia, desnacionalización del desarrollo y sistema internacional. In: GUN- DER FRANK, André; COCKROFT, James D. *Economía política del subdesarrollo en América Latina*. Signos, 1970. pp. 93-192.

JONAS, Susanne. La democracia que sucumbió. La revolución guatemalteca de 1944 a 1954. In: JONAS, Susanne; TOBIS, David (Eds.). *Guatemala: una historia inmediata*. Siglo XX, 1979. p. 83-110.

KITTRIE, Orde. *Law as a weapon of war*. Oxford University Press, 2016.

KOEHLER, Mike. The uncomfortable truths and double standards of bribery enforcement. *Fordham Law Review*, v. 84, n. 2, p. 525-561, 2015. Disponible en: <https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol84/iss2/8/>. Acceso: 29 mar. 2024.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAJTMAN, Tamara; ROMANO, Silvina. Ecuador, Argentina y Brasil refuerzan la seguridad de EE.UU. *CELAG Data*, 11 ago. 2018. Disponible en: <https://www.celag.org/ecuador-argentina-brasil-refuerzan-seguridad-ee-uu/>. Acceso: 28 mar. 2024.

El embajador de Trump avisó que viene a “fortalecer” la justicia. En LA POLÍTICA ONLINE, 2018. Disponible en: <https://www.lapoliticaonline.com/nota/111668-el-embajador-de-trump-aviso-que- viene-a-fortalecer-la-justicia/>. Acceso: 4 de abr. 2024.

LEAKS: The United States and Brasil's oil. *Brasil Wire*, 2015. Disponible en: <https://www.brasilwire.com/snowden-wikileaks-brasil>. Acceso: 28 mar. 2024.

LENIN, Vladimir. *El imperialismo, etapa superior del capitalismo*. Buenos Aires: Editorial Polémica, 1972.

MARDONES, Claudio. Cómo funciona la red de relaciones de la embajada de EE UU en la Argentina. *Tiempo Argentino*, 17 mar. 2019. Disponible en: <https://www.tiempoar.com.ar/nota/como-funciona-la-red-de-relaciones-de-la-embajada-de-ee-uu-en-la-argentina>. Acceso: 28 mar. 2024.

MARTINS, Luciano. Política de las corporaciones multinacionales norteamericanas en América Latina. In: COTLER, Julio C.; FAGEN, Richard R. (Comp.). *Relaciones políticas entre América Latina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973. p. 403-440.

MUTUA, Makau. What is TWAIL? *American Society of International Law*, v. 94, p. 31-38, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0272503700054896>

NYE, Joseph S. *Soft power*. The means to success in world politics. New Hampshire: Public Affairs, 2004.

PÁSARA, Luis. *Reformas del sistema de justicia en América Latina: cuenta y balance*. 2004.

PETRAS, James. NGOs: in the service of imperialism. *Journal of Contemporary Asia*, v. 29, n. 4, p. 429-440, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/00472339980000221>

PMDB LEADER ponders party's electoral options. *Wikileaks*, 2006. Disponible en: https://wikileaks.org/plusd/cables/06SAOPAULO30_a.html#efmAJZAKWAKAK-ARrASHAS1ATbCf0Cf9CgLCg-ZDOLDVDWDDX7EGjEHL. Acceso: 29 mar. 2024.

PRONER, Carol et al. *Comentarios a una sentencia anunciada: el proceso Lula*. CLACSO, 2018.

QUINTANA, Juan Ramón. *América Latina en el proyecto de dominación de Estados Unidos*. Pautas y

perspectivas en el siglo XXI. La Paz: Editorial del Estado, 2019.

RAMÍREZ KURI, Georgette; GARCÍA FERNÁNDEZ, Anibal, La judicialización en México: ¿lawfare como recurso político contra AMLO? *Pacarina del Sur*, n. 48, p. 84-135, 2022. Disponible en: http://pacarinadelsur.com/images/pdf/Pacarina-del-Sur_048.pdf. Acceso: 28 mar. 2024.

REVELA WIKILEAKS que para Washington, Lenín Moreno es un “socio útil”. *La Jornada*, 1 ago. 2018. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/2018/08/01/mundo/027n2mun>. Acceso: 28 mar. 2024.

RIBANDO, Clare; FINKLEA, Kristin. U.S.-Mexican security cooperation: the Mérida Initiative and beyond. *Congressional Research Service*, jun. 2017. Disponible en: <https://sgp.fas.org/crs/row/R41349.pdf>. Acceso: 28 mar. 2024.

RISTAU, Bruno. Overview of international judicial assistance. *The International Lawyer*, v. 18, n. 3, p. 525-532, 1984. Disponible en: <https://core.ac.uk/download/pdf/216913171.pdf>. Acceso: 29 mar. 2024.

ROELOFS, Joan. Foundations and collaboration. *Critical Sociology*, v. 33, n. 3, p. 479-504, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1163/156916307X188997>

ROITMAN, Marco. *Breve manual actualizado del Golpe de Estado*. Sequitur, 2017.

ROMANO, Silvina. El lawfare y su trayectoria en América Latina: antecedentes y alcances del concepto. In: ROMANO, Silvina et al. *El lawfare en América Latina y su impacto en la vigencia de los derechos humanos*. Argentina: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2022. p. 21-34.

ROMANO, Silvina. El lawfare como agenda de investigación. *Nullius*, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33936/revistaderechos.v2i2.4074>

ROMANO, Silvina. Lawfare y neoliberalismo en América Latina: una aproximación. *Revista Sudamérica*, n. 13, p. 14-40, 2020. Disponible en: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/4662>. Acceso: 29 mar. 2024.

ROMANO, Silvina (Comp.). *Lawfare: guerra judicial y neoliberalismo en América Latina*. CELAG; Mármol Izquierdo Editores, 2019.

ROMANO, Silvina *¿Ayuda fallida de Estados Unidos hacia América Latina? El caso de Bolivia*. *Revista CIDOB d' Afers Internacionals*, n. 120, p. 95-118, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24241/rcai.2018.120.3.95>

ROMANO, Silvina. La asistencia como «poder blando» en la Guerra Fría: Estados Unidos y Guatemala (1954 -1963). In: GARCÍA FERREIRA, Roberto; TARACENA ARRIOLA, Arturo. *Guerra Fría y anticomunismo en Centroamérica*. Guatemala: FLACSO, 2017. pp. 309-332.

ROMANO, Silvina. *¿América para los americanos? Integración regional, dependencia y militarización*. Ruth Casa Editorial, 2013.

ROMANO, Silvina; BRITTO, Rafael. Ley anticorrupción de Estados Unidos y lawfare en América Latina. *CELAG Data*, 29 ene. 2021. Disponible en: <https://www.celag.org/ley-anticorrupcion-de-estados-unidos-y-lawfare-en-america-latina/>. Acceso: 28 mar. 2024.

ROMANO, Silvina; DÍAZ PARRA, Iban. *Antipolíticas: neoliberalismo, realismo de izquierda y autonomismo en América Latina*. Luxemburg, 2018.

ROMANO, Silvina et al. Las embajadas y la injerencia de EE.UU. en América Latina. *CELAG Data*, 18 ene. 2020. Disponible en: <https://www.celag.org/las-embajadas-y-la-injerencia-de-eeuu-en-america-latina/>. Acceso: 28 mar. 2024.

ROMANO, Silvina; GARCÍA FERNÁNDEZ, Anibal. Lawfare en Ecuador: EE. UU. y el Caso Sobornos. *CELAG Data*, 13 abr. 2020. Disponible en: <https://www.celag.org/lawfare-en-ecuador-eeuu-y-el-caso-sobornos/>. Acceso: 28 mar. 2024.

ROMANO, Silvina; GARCÍA FERNÁNDEZ, Anibal; LAJTMAN, Tamara. Los Think Tanks de EE.UU. y ALC: definición de agenda y manufacturación de consenso. In: ROMANO, Silvina (Comp.). *Trumperialismo: Estados Unidos y la guerra permanente contra América Latina*. Madrid: CELAG; Mármol; Izquierdo, 2020. pp. 133-172.

ROSTOW, Walter. *Los Estados Unidos en la palestra mundial*. Madrid: Tecnos, 1962.

SADER, Emir. *Posneoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones CTA; CLACSO, 2008.

SAN SALVADOR. International Law Enforcement Academy. *Participating countries*. c2024. Disponible en: <https://sansalvador.ilea.state.gov/participating-countries>. Acceso: 28 mar. 2024.

SAN SALVADOR. International Law Enforcement Academy. *Alumni in focus: success story 2017*. 2017. Disponible en: <https://sansalvador.ilea.state.gov/alumni-in-focus-2017>. Acceso: 28 mar. 2024.

SAXE FERNÁNDEZ, John *et al.* *Globalización, imperialismo y clase social*. España: Lumen, 2001.

SELSER, Gregorio. *Los cuatro viajes de Cristóbal Rockefeller*. Buenos Aires: Hernández, 1971.

SERRANO MANCILLA, Alfredo. *América Latina en disputa*. Bandes, 2015.

SHEPHERD, Geoffrey. *The fight against corruption in Latin America and the Caribbean: a World Bank view*. 1998. Disponible en: <http://www.oas.org/JURIDICO/spanish/RepoBM.htm>. Acceso: 29 mar. 2024.

STANFORD LAW SCHOOL. *Foreign corrupt practice act clearinghouse*. c2024. Disponible en: <https://fcpa.stanford.edu/fcpa-matters.html>. Acceso: 28 mar. 2024.

SWEETZ, Paul. *Capitalismo e imperialismo norteamericano*. Merayo, 1973.

TELLERÍA Loreta; GONZALES, Reina. *Hegemonía territorial fallida*. Estrategias de control y dominación de Estados Unidos en Bolivia: 1985-2012. La Paz: CIS, 2015.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. *Sanciones internacionales ¿Origen o fin de la crisis?* Caracas, 2020.

UNIDAD DE ANÁLISIS FINANCIERO Y ECONÓMICO (UAFE). *La UAFE y el Departamento del Tesoro de los Estados Unidos se unen para fortalecer la lucha contra el lavado de activos en el Ecuador y la región*. 2021. Disponible en: <https://www.uafe.gob.ec/la-uafe-y-el-departamento-del-tesoro-de-los-estados-unidos-se-unen-para-fortalecer-la-lucha-contra-el-lavado-de-activos-en-el-ecuador-y-la-region/>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of Justice. *Western Hemisphere Region*. 2024a. Disponible en: <https://www.justice.gov/criminal-opdat/worldwide-activities/western-hemisphere>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). *Foreign Assistance* [database]. 2024b. Disponible en: <https://www.foreignassistance.gov/data>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of Justice. *Western Hemisphere Programs*. 2023a. Disponible en: <https://www.justice.gov/criminal-icitap/western-hemisphere-programs>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). International Criminal Investigative Training Assistance Program. *ICITAP Strategic Plan: fiscal years 2022-2026*. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2023b.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of State. *Combating corruption and promoting good governance*. [2022?]. Disponible en: <https://www.state.gov/combating-corruption-and-promoting-good-governance/>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of State. *Recognizing anticorruption champions around the world*. Feb. 23, 2021. Disponible en: <https://www.state.gov/dipnote-u-s-department-of-state-official-blog/recognizing-anticorruption-champions-around-the-world/>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of State. *El Tesoro sanciona a empresas que operan en el sector petrolero de la economía venezolana y transportan petróleo a Cuba*. 5 abr. 2019. Disponible en: <https://2017-2021-translations.state.gov/2019/04/06/el-tesoro-sanciona-a-empresas-que-operan-en-el-sector-petrolero-de-la-economia-venezolana-y-transportan-petroleo-a-cuba/>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of State. *Declaración del secretario de prensa sobre nuevas sanciones financieras a Venezuela*. 25 ago. 2017. Disponible en: <https://2017-2021-translations.state.gov/2017/08/25/declaracion-del-secretario-de-prensa-sobre-nuevas-sanciones-financieras-a-venezuela/>. Acceso: 28 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Foreign Relations. *Emergence of the Intelligence*. Psychological and Political Warfare. Doc 247. Memorandum From the Deputy Director (Wright) to Director of Central Intelligence Hillenkoetter. Washington, Nov. 4, 1947.

USAID EXPLORER. *Foreign Assistance*. 2019. Disponible en: <https://www.foreignassistance.gov/>. Acceso: 29 mar. 2024.

VIANA, Natalia. Paraguai: os EUA e o impeachment. *Publica*, 2013. Disponible en: <https://apublica.org/2013/02/paraguai-os-eua-impeachment/>. Acceso: 29 mar. 2024.

VOLLENWEIDER, Camila, “El lawfare en Argentina: doble rasero, show y mafias” (pp. 59-84). In Ro-

mano, Silvina (comp.) *Lawfare: Guerra judicial y neoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires-Madrid: CELAG-Mármol Izquierdo Editores, 2019.

VOLLENWEIDER, Camila; ROMANO, Silvina. *Lawfare o la Guerra judicial en América Latina*. CELAG, 2017. Disponible en: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2017/03/LawfareT.pdf>. Acceso: 29 mar. 2024.

WILLS, Garry. *Bomb power*. The modern presidency and the national security state. New York: Penguin Books, 2010.

ZAFFARONI, Raul; CAAMAÑO, Cristina; VEGH, Valeria. *¡Bienvenidos al lawfare!* Manual de pasos básicos para demoler el derecho penal. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2020.

Estados Unidos y el proceso de militarización de América Latina

Loreta Tellería Escobar *

Resumen: El artículo reflexiona sobre la influencia que ha tenido Estados Unidos en el proceso de militarización de América Latina durante el siglo XX y lo que va del XXI. A partir de un breve marco conceptual, se indaga la construcción del militarismo en la región y su estudio desde la mirada académica estadounidense, para luego ver, a través de la historia, cómo la influencia y rol decisivo de las políticas de seguridad de Estados Unidos promovieron de manera sistemática un proceso expandido de militarización, con el fin de cumplir objetivos hegemónicos capitalistas en detrimento de la democracia y la seguridad de los países latinoamericanos. Análisis que se encuentra ausente en la reflexión sobre el llamado “nuevo militarismo” de los actuales estudios de seguridad y defensa.

Palabras clave: Militarización. Nuevo militarismo. Fuerzas Armadas. América Latina. Estados Unidos.

Resumo: Este artigo reflete sobre a influência que os Estados Unidos tiveram no processo de militarização da América Latina durante os séculos XX e XXI. Partindo de um breve enquadramento conceitual, explora-se a construção do militarismo na região e o seu estudo a partir de uma perspectiva acadêmica norte-americana, para depois se fazer uma retrospectiva histórica de como a influência e o papel decisivo das políticas de segurança dos Estados Unidos promoveram sistematicamente um processo alargado de militarização, com o objetivo de cumprir objetivos capitalistas hegemônicos em detrimento da democracia e da segurança nos países latino-americanos. Esta análise está ausente da reflexão sobre o chamado “novo militarismo” nos atuais estudos de segurança e defesa.

Palavras-chave: Militarização. Novo militarismo. Forças Armadas. América Latina. Estados Unidos.

Abstract: This article reflects on the influence that the United States has had on the militarization process in Latin America during the 20th century and so far in the 21st century. Starting with a brief conceptual framework, it explores the construction of militarism in the region and its study from the U.S. academic perspective, to then see through history how the influence and decisive role of U.S. security policies systematically promoted an expanded the militarization process in order to fulfill capitalist hegemonic objectives to the detriment of democracy and security in Latin American countries. This analysis is absent in the reflection on the so-called “new militarism” of current security and defense studies.

Keywords: Militarization. New militarism. Armed Forces. Latin America. United States.

* Cientista Política y economista. Magíster en Estudios Sociales y Políticos Latinoamericanos y Doctora en Ciencias Históricas. Investigadora de temas de seguridad, defensa y relaciones América Latina-Estados Unidos. loretatelleria@yahoo.es

Introducción

La huella de Estados Unidos en el proceso de militarización de América Latina es inobjetable. Sin embargo, muchos análisis académicos de seguridad y defensa en la región sobre este fenómeno omiten u olvidan mencionar esta huella y por lo mismo evaden escribir sobre una de las causas más importantes que limita el desarrollo y consolidación de las democracias. El presente artículo busca subsanar esta omisión u olvido a través de la descripción del proceso de militarización – y sus consecuencias – desarrollado por los gobiernos estadounidenses en esta región durante el siglo XX y lo que va del XXI.

Si bien, se parte de la concepción de que el militarismo y la militarización son dos características consustanciales de la historia latinoamericana, se busca analizar cuál ha sido el rol que las políticas de seguridad hegemónicas han jugado para impulsar y potenciar este proceso, así como los mecanismos empleados y las consecuencias en la agenda de construcción democrática y derechos humanos en la región.

En esta perspectiva, el artículo se divide en seis partes. La primera aborda el marco conceptual de lo que se entiende por militarismo y militarización, así como su construcción y desarrollo en América Latina desde la perspectiva académica estadounidense. La segunda y tercera parte buscan reconstruir el proceso de militarización de Estados Unidos en el siglo XX, a través de dos etapas: una primera de intervención y ocupación de países de Centroamérica y el Caribe; y una segunda de expansión de la Doctrina de Seguridad Nacional en el sur del continente durante la Guerra Fría.

En el cuarto acápite, se desarrollan los distintos planes e iniciativas de “guerra contra las drogas” impulsadas por Estados Unidos en el periodo de post Guerra Fría y sus derivaciones en los procesos de militarización¹, todo ello a partir del predominio del Departamento de Defensa en el planteamiento de objetivos y mecanismos desarrollados en materia de asistencia militar. Por su parte, el siguiente subtítulo se ubica en el siglo XXI y analiza cómo, en el marco del llamado “nuevo militarismo”, los programas de cooperación militar y el concepto de “disuasión integrada”, junto a la identificación de China y Rusia como nuevas amenazas, suponen ampliar los roles e influencia militar. Finalmente, las conclusiones del artículo buscan mostrar de manera resumida la temática expuesta, apuntando las graves consecuencias para la región.

¹ El artículo hace énfasis en el tema de “guerra contra las drogas” y no así en la “guerra contra el terrorismo” que se inauguró en Estados Unidos a partir del 11 de septiembre de 2001. Esto bajo la concepción de que ambas estuvieron estrechamente ligadas en la región (en cuanto definición de políticas, enemigos y mecanismos de represión), y de concebir a la “guerra contra las drogas” como el pivote del proceso de militarización en este periodo.

Algunos apuntes conceptuales y contextuales del militarismo y la militarización en América Latina

El militarismo y la militarización son términos que tienen múltiples definiciones. Si bien para muchos autores no significan lo mismo y no siempre se dan de manera simultánea; para otros, son dos características inherentes de un mismo proceso. Quizás, el único consenso entre ambos conceptos radica en su peligrosa influencia en los procesos de construcción y consolidación democrática.

A pesar de la variedad de definiciones y alcances que existen, el militarismo, de manera resumida, es entendido como el predominio de lo militar sobre lo político. Predominio que se refleja en las prácticas y valores de la vida política y social y que puede manifestarse de distintas maneras en contextos diferenciados, lo que hace al concepto complejo en sí mismo. No obstante, para fines prácticos, en este artículo se entiende al militarismo como “[...] la situación o condición en la que las instituciones militares influyen en la toma de decisiones en el sistema político más allá de su esfera tradicional y se superponen a las instituciones civiles. El militarismo es el quién decide qué sobre quién en el sistema político” (ARANA, 2021, p. 6).

Por su parte, la militarización “[...] es el proceso sociopolítico a través del cual el militarismo se siembra tanto dentro de las sociedades nacionales como en el plano internacional” (TICKNER, 2022, p. 3). Se trata de un proceso de reproducción y afianzamiento de la ideología del militarismo en el plano político y social, donde se resignifican los enemigos y las amenazas. Al respecto, es bueno puntualizar que la militarización si bien reproduce una ideología, se manifiesta en el plano objetivo de diversas maneras, tales como volumen de presupuesto militar, roles de las fuerzas armadas, número de efectivos, instalación de bases, invasiones, guerras etc.

En las últimas décadas, se ha vinculado a la militarización con la “securitización”², escenario en la que ambos términos reproducen un contexto político donde las políticas públicas son abordadas desde lógicas militares (amenaza, enemigo, guerra, exterminio etc.). Esto promueve que los procesos de militarización/securitización se expandan de manera expedita, muchas veces a costa de la democracia, y en consonancia con el predominio o primacía del capitalismo global que encarna un razonamiento belicista.

El militarismo y la militarización en América Latina han sido una preocupación constante en el ámbito académico, abordados desde diferentes disciplinas de las

² “En ese sentido, la militarización se entendería como un tipo de securitización que se lleva a cabo por medio de un proceso intersubjetivo que institucionaliza el predominio de lo militar sobre lo político, con una serie de efectos excepcionales” (VERDES-MONTENEGRO, 2019, p. 7).

ciencias sociales. El militarismo anárquico de los gobiernos del siglo XIX, los golpes de Estado y las dictaduras militares del siglo XX y la tendencia de los gobiernos civiles a recurrir a las fuerzas armadas en situaciones de ingobernabilidad, han hecho que la región tenga como impronta de origen: el militarismo.

Esta característica ha sido estudiada por varios académicos, tanto de la región como de Estados Unidos y Europa. No obstante, dado el objeto de estudio del presente artículo, nos interesa ver cuál ha sido el derrotero que ha seguido el análisis de los académicos estadounidenses sobre el militarismo latinoamericano.

De acuerdo con Juan Manuel Casal (2022), en su artículo “El militarismo latinoamericano en la cultura académica de los Estados Unidos”, los estudios publicados en dicho país sobre la región entre 1947 y 1962, concebían la noción del militarismo como intrínseco a las frágiles y atrasadas democracias latinoamericanas. Sin embargo, fue desde 1962, luego de la “Crisis de los misiles en Cuba”, cuando las revistas científicas dedicaron mayor atención al análisis del militarismo:

La percepción del nuevo régimen cubano como amenaza directa a la seguridad de Estados Unidos y la preocupación por el surgimiento de movimientos revolucionarios similares en otros países de América Latina hizo que fuentes de financiamiento, tanto públicas como privadas, volcaran importantes recursos a la investigación sobre el rol político de los militares en la región, tanto contemporánea como históricamente. Fue entonces que los gobiernos militares latinoamericanos, antes someramente juzgados como manifestación de una cultura bárbara, cobraron importancia como posibles barreras contra el “peligro rojo” en el área. (CASAL, 2022, p. 247).

Fue la política de la “Alianza para el Progreso” de Kennedy y su nuevo concepto de enemigo interno, la emergencia de nuevos departamentos sobre estudios latinoamericanos en las universidades y la publicación, en esos años, de obras convertidas en clásicos de la sociología militar occidental (*El soldado y el Estado*, de Samuel P. Huntington en 1957 y el *Soldado profesional*, de Morris Janowitz en 1960), lo que hizo que el militarismo en América Latina se convirtiera en un campo de estudio de la academia de Estados Unidos, en coincidencia con un proceso de expansión hegemónica.

El origen de este militarismo ocupó gran parte de las disquisiciones teóricas de los académicos de Estados Unidos. Por ejemplo, McAlister (1957) y Lieuwen (1958) veían en el fuero militar de la época tardía colonial la fuente del militarismo en la región (CASAL, 2022, p. 253). Por su parte, otros académicos, como Johnson (1962), encontraban su origen en las guerras de la independencia y el desorden civil que le prosiguió. En el mismo sentido, para Loveman y Davies (1978), el militarismo en

Latinoamérica era herencia de la cultura ibérica. Sin embargo, para Frederick Nunn (1983), se explicaba en relación con el proceso de profesionalismo militar venido de Europa, específicamente de las misiones militares francesa y alemana. De acuerdo a Casal (2022, p. 263), es finalmente la “[...] superposición de formas de intervención militar en política”, lo que predominó en la academia estadounidense al explicar este concepto en la región.

Sumado a estas reflexiones y de manera peculiar, en la década de los sesenta, surgió una corriente de análisis académico que empezó a catalogar a los militares latinoamericanos no como factor de atraso, sino como factor de posible progreso y de modernización de sus estados:

Estos nuevos autores, en particular el historiador John J. Johnson, sugirieron que “las características institucionales de las fuerzas armadas”, su coherencia y continuidad, su orientación técnica, su perspectiva nacional y, en particular, su reclutamiento de los oficiales en una clase media baja pero en movilidad ascendente podía disponer favorablemente a los oficiales a apoyar el desarrollo económico, una participación [política] ampliada, los procedimientos democráticos, y una redistribución progresiva [del ingreso]. (CASAL, 2022, p. 256).

Obviamente, esta nueva lectura se explicaba muy bien en el escenario de consolidación de la hegemonía estadounidense en pleno proceso de Guerra Fría; y de la prolongación de la Doctrina de Seguridad Nacional en la región, a través de los que resultaron ser sus aliados más eficaces: los militares. Al parecer, en este periodo, se dejó de lado la observación del negativo peso cultural del militarismo en la región para concentrarse en el uso pragmático que se le podía dar bajo el nuevo contexto hegemónico.

Las fuerzas armadas, en este periodo, pasaron a constituirse en los “constructores de la Nación”, bajo el respaldo de la política de la Alianza para el Progreso y las tareas de Acción Cívica, definida como la participación de las fuerzas armadas en proyectos de utilidad pública que contribuyan al desarrollo social y económico. Los militares ya no solamente debían garantizar la seguridad interna y el statu quo, sino podían convertirse en los futuros gobernantes de sus países, esta vez, a diferencia del siglo XIX, con renovadas cartas de profesionalismo e ideología anticomunista. En esta nueva situación, los militares latinoamericanos empezaron a tener legitimidad interna e internacional. Sus nuevos roles de seguridad interna y desarrollo contribuyeron eficientemente a lograr los objetivos hegemónicos de Estados Unidos.

Es a partir de este periodo de la historia que la injerencia militar estadounidense en América Latina fue contundente, así como el rol que jugaron sus gobiernos en

potenciar y fortalecer la militarización en la región, aspecto que es estudiado en profundidad por varios autores latinoamericanos expertos en temas geopolíticos, como Gregorio Selser (2001), Atilio Borón (2014), Luis Suárez (2006), Ana Ester Ceceña (2008), Stela Calloni (1998) etc.

Sin embargo, llama la atención que, cuando se aborda el tema en la región por parte de académicos que estudian temas de seguridad y defensa – Diamint (2021), Tickner (2022), Verdes-Montenegro (2019), Grabendorff (2021), Battagliano (2015) etc. –, no analizan con el rol jugado por Estados Unidos, retro trayéndose solamente a aspectos internos – históricos y políticos – y contextos subregionales.

A continuación, se tratará de cubrir este singular vacío, analizando de manera específica cual fue el rol desempeñado por los gobiernos estadounidenses en el proceso de militarización de América Latina en el siglo XX y lo que va del XXI y sus efectos en la construcción de las democracias.

Los albores del siglo XX y la militarización en Centro América y el Caribe de la mano de Estados Unidos

A pesar de que el propio sistema normativo de Estados Unidos restringió históricamente la posibilidad de que las fuerzas armadas puedan intervenir en temas de seguridad interna u orden público (Ley Posse Comitatus de 1878)³, los objetivos y mecanismos de asistencia militar que ha desplegado en la región han buscado todo lo contrario. Es decir, no solo no exportó su propia experiencia, sino que promovió la militarización de la seguridad interna de los países latinoamericanos, consciente de los riesgos que esto implicaba.

Tras la independencia de las Trece Colonias de Gran Bretaña el 4 de julio de 1776, sus clases dominantes emplearon una serie de estrategias expansionistas con el fin de consolidar su dominio territorial en el continente. A finales del siglo XIX, la mal llamada “guerra hispano-norteamericana” de 1898 se constituyó en uno de los primeros conflictos bélicos propios de la fase moderna del sistema capitalista mundial (SUÁREZ, 2006, p. 19), en el cual el dominio que logró Estados Unidos de Cuba, Filipinas y Puerto Rico, ocupación militar de por medio, supuso el inicio de un largo ciclo de expansión capitalista en la región. Los sucesivos presidentes de este periodo, William McKinley (1897-1901), Theodore Roosevelt (1901-1909)

3 “... una ley de 1878 que se convirtió en un elemento indispensable de la estabilidad democrática al limitar el contacto de los ciudadanos estadounidenses con soldados en servicio y al provocar una clara separación entre el carácter institucional de las fuerzas armadas y el de las fuerzas de seguridad en el país” (WHITERS, SANTOS e ISACSON, 2010, p. 2).

y William Howard Taft (1909-1913), desarrollaron una serie de acciones dirigidas a consolidar su hegemonía, especialmente en los territorios situados al sur de sus fronteras, como fueron México, Centroamérica y el Caribe. El objetivo era expandir su naciente modelo económico a través del predominio de la fuerza militar por sobre la diplomacia. El ejemplo más notable de esto fue la construcción de un canal interoceánico bajo dominio estadounidense a costa de la intervención financiera y militar de Panamá.

En el marco de estos objetivos imperiales, los gobiernos de Estados Unidos, desde los primeros años del siglo XX y hasta aproximadamente la década de los treinta, bajo el paraguas doctrinario de la “Doctrina Monroe” y el “Destino Manifiesto”, intervinieron y ocuparon sistemáticamente varios países de América Central y el Caribe (WHITERS, SANTOS e ISACSON, 2010, p. 15-17):

- Cuba: 1906-1909; junio-agosto de 1912; 1917- 1922.
- República Dominicana: marzo-abril de 1903; enero-febrero de 1904; junio-julio de 1914; 1916-1924.
- Guatemala: abril de 1920.
- Haití: enero-febrero, octubre de 1914; 1915-1934.
- Honduras: marzo de 1903; marzo-junio de 1907; enero de 1911; septiembre de 1919; febrero-marzo, septiembre de 1924; abril de 1925.
- México: 1914-1917; 1918-1919.
- Nicaragua: febrero-marzo de 1899; mayo-septiembre de 1910; 1912-1925; 1926-1933.
- Panamá: noviembre-diciembre de 1901 (antes de su independencia de Colombia); abril, septiembre-noviembre de 1902 (antes de su independencia de Colombia); 1903-1914; 1918-1920; octubre de 1925.

Todas estas acciones dirigidas por los gobiernos y protagonizadas por militares estadounidenses, se realizaron por una serie de acontecimientos internos sucedidos en los países de la región que se convirtieron en pretextos perfectos para ampliar su dominio. Estas intervenciones y ocupaciones se dieron por: defender, en situaciones de conflictividad interna, a ciudadanos y empresas estadounidenses, la presencia de disturbios internos ante la intervención económica de los gobiernos de Estados Unidos, conflictos políticos, guerras civiles o revoluciones en los países de la región, apoyo a rebeldes contra gobiernos nacionalistas, disputas entre gobiernos y empresas de Estados Unidos, entre otras⁴. De tal manera que conservar la paz regional fue el mejor pretexto para que los marines desembarquen en los países de Centroaméri-

4 Para ver la información en detalle revisar Gregorio Selser (2001).

ca y el Caribe, con el propósito de lograr sus objetivos expansionistas en materia económica y militar.

El largo listado de intervenciones y ocupaciones no solo fueron acciones militarizadas en sí mismas, por ser protagonizadas por las fuerzas armadas estadounidenses; sino que una vez terminadas, dejaron en cada uno de estos países la cimiento del peso incontrastable del poder militar:

Cuando se retiraron de Cuba, República Dominicana, Haití, Nicaragua y Panamá, las fuerzas estadounidenses crearon nuevos cuerpos militares para mantener el orden en su ausencia. Si bien las misiones de estas fuerzas incluían la defensa externa, esencialmente eran policías que llevaban adelante tareas de seguridad interior. El “enemigo” que enfrentaban estas pequeñas fuerzas no eran hipotéticos invasores extranjeros. Eran criminales, bandidos, y –con demasiada frecuencia– sindicalistas, opositores y partidarios de reformas políticas. (WHITERS, SANTOS e ISACSON, 2010, p. 17).

De manera sintomática, los cuerpos militares que se crearon para mantener el orden interno, y precautelar de esta forma los intereses económicos de las empresas estadounidenses que explotaban los recursos naturales de la región, dieron lugar a la formación de guardias nacionales, de cuyas entrañas salieron un séquito de brutales dictadores, como fueron Somoza en Nicaragua (1934-1979), Rafael Trujillo en República Dominicana (1930-1961), Machado y Batista en Cuba (1925-1933 y 1952-1959, respectivamente).

A luz de estos hechos, queda claro que a la “[...] superposición de formas de intervención militar en política” (Casal, 2022) que estudió la academia estadounidense para explicar el militarismo congénito de la región, es necesario añadir, desde principios del siglo XX, la política intervencionista de Estados Unidos, dirigida expresamente a implantar su férreo dominio militar. En una primera instancia a través de sus propios militares, y, en una segunda, mediante actores locales.

En otras palabras, los gobiernos de Estados Unidos, a principios del siglo pasado, establecieron en la región de Centroamérica y el Caribe un nuevo tipo de militarismo y militarización, que, a diferencia del pasado, dejaba de responder exclusivamente a intereses oligárquicos-locales y empezó a responder a intereses políticos y comerciales foráneos. Algo que sucedería años más tarde con el resto de los países del continente.

La militarización en América Latina durante la Guerra Fría

Desde la década de los cuarenta del siglo XX y durante la Guerra Fría⁵, Estados Unidos empezó a articular dispositivos institucionales de intervención militar en el sur del continente, con el objetivo, en un primer momento, de alejar la influencia militar europea en un contexto de conflicto bélico mundial; y en un segundo momento, de erradicar cualquier peligro de ampliación de la revolución cubana de 1959, entendida como una amenaza a su hegemonía. Este proceso se realizó a través de dos mecanismos perfectamente engranados entre sí: el multilateral y el bilateral.

En el ámbito multilateral, la formación del Sistema Interamericano de Defensa (SID) durante la primera mitad del siglo XX se tradujo en un conjunto de herramientas normativas en materia de defensa regional, organizadas en torno a los objetivos emanados del gobierno de Estados Unidos y articuladas mediante la creación de la Junta Interamericana de Defensa (JID), el Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR) y la Organización de Estados Americanos (OEA).

En la esfera bilateral, los diferentes gobiernos estadounidenses empezaron a tener presencia militar en los países de la región, ya sea a través de la venta de armas⁶, el envío de agregados y misiones militares, la firma de acuerdos de cooperación militar o la asistencia militar. Sin duda, un hito clave en este proceso fue la creación, en 1946, de la Escuela de las Américas, como un espacio de formación y adoctrinamiento de los militares latinoamericanos bajo los conceptos de seguridad de Estados Unidos. Si bien no fue el único espacio de formación, se constituyó en un enclave paradigmático de la expansión de militarismo en la región.

Al respecto, las palabras que Robert McNamara, en 1962, dirigió al Comité Parlamentario de Asunto Externos reflejaron muy bien sus objetivos:

Es posible que los beneficios mayores de nuestra inversión para la ayuda militar resulten del entrenamiento de oficiales elegidos y de especialistas, en nuestros colegios militares y en los centros de entrenamiento de Estados Unidos y del extranjero. Sus países nombran

5 Período que se inicia al concluir la Segunda Guerra Mundial en 1945 y termina en 1991 con la caída de la Unión Soviética. Fue sustentado por la “política de contención”, que significaba contener al comunismo dentro de sus fronteras para evitar su diseminación.

6 “En mayo de 1941, el Congreso de Estados Unidos aprobó la Ley de Préstamos y Arriendos (*Lend-Lease Act*), que autorizó la venta de armamento a América Latina por un monto de 400 millones de dólares, bajo financiamiento del Banco de Exportación e Importación (Eximbank). Entre las condiciones para hacer efectiva la ley, se encontraban: mantener el abastecimiento seguro de materias primas estratégicas a Estados Unidos, la instalación de misiones militares en todas las repúblicas del subcontinente y la estandarización de los equipos militares latinoamericanos según los modelos norteamericanos” (TELLERÍA, 2022, p. 42).

instructores a esos estudiantes cuando regresan. Son los futuros dirigentes de sus pueblos, los hombres que tienen conocimientos y los transmiten a sus propias fuerzas [...]. La amistad de esos hombres es inapreciable. (CASE, 1967, p. 48).

Al parecer, todo esto se realizó por el conocimiento que tenía Estados Unidos de las características políticas y sociales de la región. Sus gobiernos eran conscientes que las instituciones militares eran los actores clave para llevar adelante sus objetivos en materia de seguridad, lo que se tradujo en el acceso irrestricto a materias primas y la contención al comunismo.

Durante el periodo de la Guerra Fría, el proceso de militarización en la región mostró un cambio de perspectivas. Se pasó de la “seguridad colectiva”, que implicaba la existencia de una amenaza extraterritorial, a la concepción de un “enemigo interno”. Si bien en ambos conceptos el comunismo constituía el enemigo principal, el ámbito de actuación de las fuerzas armadas cambió radicalmente, así como su adoctrinamiento, formación y equipamiento. Esta transformación supuso un impacto directo en los países latinoamericanos, pues significó la abdicación de sus sistemas de defensa externa y la instauración de un sistema de seguridad interna que otorgó a las fuerzas armadas, entre otros privilegios, el papel de árbitros de la vida política nacional, todo ello bajo un marco doctrinal y económico de dependencia externa.

En este contexto, la asistencia militar de Estados Unidos no hizo más que, a través de un seudo proceso de modernización – nuevas armas y formación –, repolitizar a los militares y promover su influencia en la vida política y social. Esta vez no solo en alianza con las élites criollas como sucedió en el pasado, sino con un poder extraterritorial, que desarrolló una especie de sumisión consentida de las fuerzas armadas a la doctrina y estrategia de seguridad estadounidense.

Este proceso convirtió a las instituciones militares en más autónomas, lo que, sumado a sus capacidades anticomunistas, antiguerrilleras y de desarrollo⁷, les regeneró tendencias mesiánicas con relación al Estado. No es casual que luego de un intensivo proceso de asistencia militar en la región y de adoctrinamiento anticomunista, entre 1962 y 1976, se dieran varios golpes de Estado encabezados por militares, entre los cuales figuran Argentina en 1962, 1966 y 1976; Perú en 1962; Ecuador, Guatemala, Honduras y República Dominicana en 1963; Brasil y Bolivia en 1964; Uruguay y Chile en 1973.

Fue precisamente entre las décadas de los sesenta y ochenta cuando la Doctrina

⁷ Esto se dio mediante los programas de Acción Cívica, que formaban parte de la Alianza para el Progreso del presidente Kennedy. Estos programas significaban la participación de las fuerzas armadas en proyectos de utilidad pública, que contribuyeran al desarrollo social y económico, como la construcción de escuelas, puentes, postas de salud, etc.

de Seguridad Nacional de Estados Unidos penetró en gran parte de América Latina de la mano de los gobiernos militares, que, junto con el Plan Cóndor en Sudamérica y los conflictos armados en Centro América, conformaron un escenario de militarismo regional a través del control militar de todas las funciones estatales y el consiguiente uso desmedido de la fuerza por parte de las instituciones armadas.

El Plan Cóndor representó la integración nefasta de las fuerzas armadas del Cono Sur latinoamericano (Brasil, Chile, Paraguay, Argentina, Bolivia, Uruguay) para realizar operaciones conjuntas de limpieza comunista, a propósito de satisfacer intereses propios y foráneos de control político, lo que se reflejó en la violación sistemática de los derechos humanos contra “enemigos” ideológicos, personificados en miles de víctimas que fueron asesinadas, desaparecidas, exiladas y torturadas. Por su parte, los conflictos armados en Centroamérica (Guatemala y El Salvador) mostraron similares niveles de violencia militar que los desplegados en el cono sur del continente, mediante la ejecución de masacres y etnocidios realizados por personal militar contra la población civil, especialmente comunidades indígenas y campesinas⁸.

Los gobiernos de Estados Unidos no sólo mostraron una actitud favorable a las dictaduras militares, sino que en muchos casos se comprobó su participación en la planificación y ejecución de los golpes de Estado a través de varios canales, entre los cuáles se encontraba la asistencia militar. Al respecto, el caso de Chile es emblemático:

[...] Chile era uno de los principales beneficiarios de la ayuda militar que los norteamericanos prestaban a América Latina, superado sólo por Brasil y delante de países tales como Perú, Colombia y Bolivia [...] Chile, donde unos sesenta mil hombres estaban sobre las armas en 1970, recibió 169 millones de dólares estadounidenses en ayuda militar de los programas militares de los Estados Unidos entre 1946 y 1972 (122 millones de dólares estadounidenses sólo entre 1962 y 1972). Entre 1950 y 1970 un total de 4.374 militares chilenos fueron enviados a recibir instrucción en instalaciones militares norteamericanas en Panamá o en los Estados Unidos. [...] De hecho, a partir de 1965 prácticamente todos los oficiales chilenos pasaron algún tiempo en escuelas militares norteamericanas. [...] Durante la administración Allende, mientras reducían o interrumpían el apoyo económico a Chile, los Estados Unidos mantuvieron y hasta aumentaron la ayuda militar. Esta clase de ayuda, que se había reducido hasta quedar en 800.000 dólares estadounidenses en 1970, se incrementó hasta alcanzar 5,7 millones de dólares en 1971 y 10,9 millones en 1972, momento en que era la única ayuda que los Estados Unidos prestaban a Chile. (ROUQUIÉ y SUFFERN, 1997, p. 300-301).

⁸ Para ver la información en detalle, revisar Bárbara Cardoso, Carlos Fonseca Díaz y Daniela Atehortua (2019).

Al ejemplo del golpe militar contra Allende, se pueden añadir, entre otros, los casos del golpe militar contra Arbenz en Guatemala (1954) y contra Goulart en Brasil (1964), ambos con probada participación de agencias de seguridad y embajadas estadounidenses. Los únicos requisitos que los militares debían cumplir para contar con la ayuda y el aval de los gobiernos estadounidenses durante este periodo era derrotar al comunismo dentro de sus fronteras y mantener el statu-quo. Situación que poco a poco empezó a cambiar gracias a las crisis en que derivaron las propias dictaduras, producto, en parte, de las dificultades económicas de la década de los setenta, sumado a la intención del gobierno de Jimmy Carter (1977-1981) de restaurar la imagen de Estados Unidos, exigiendo el respeto de los derechos humanos en los gobiernos de la región e imponiendo sanciones económicas a los que los vulneraban.

La huella militar de Estados Unidos en la post Guerra Fría

Las últimas dos décadas del siglo XX coincidieron con la recuperación de las democracias en los países del Cono Sur del continente, la paz en Centroamérica y el fin de la Guerra Fría. Sin embargo, los procesos de transición democrática no dejaron de lado el largo historial de la cooperación y asistencia militar. Si bien los gobiernos de la región se concentraron en articularse de manera efectiva al proceso de globalización económica mediante la aplicación del modelo neoliberal; en el ámbito de seguridad, se acoplaron nuevamente a los objetivos de seguridad nacional de Estados Unidos, a través de la identificación de nuevas amenazas – narcotráfico y terrorismo – y la participación militar en nuevos roles.

El fin de la Guerra Fría, si bien significó clausurar la guerra contra el comunismo, no impidió que el financiamiento militar de Estados Unidos a la región se redujera, por el contrario, de acuerdo con datos oficiales, éste se amplió y se encaminó a la implementación de planes e iniciativas de lucha contra las drogas a través del reforzamiento de las capacidades militares, especialmente en la región andina, México y los países de Centroamérica y el Caribe.

Alrededor de 1990, el Programa de Control Internacional de Narcóticos y Aplicación de la Ley (INCLE) del Departamento de Estado superó los niveles de asistencia del programa de Financiamiento Militar al Extranjero (FMF) – el programa de asistencia militar “tradicional” bajo el cual se asignó casi toda la ayuda durante la Guerra Fría—y se convirtió en la primera fuente de ayuda a los militares y policías de la región. El programa INCLE, bajo el cual se asignaron la mayor parte de los fondos del “Plan Colombia” y de la “Iniciativa Mérida”, hoy sigue ocupando este puesto. (WHITERS, SANTOS e ISACSON, 2010, p. 20).

Esta asistencia militar, tal como sucedió en el pasado, direccionó a los militares de cada país, a intervenir en roles de seguridad interna, convirtiéndolos en la única institución capaz de liderar la lucha contra el narcotráfico. Tal situación dotó a las fuerzas armadas de una larga lista de privilegios, entre los cuales figuraba la influencia política, y, por lo tanto, un proceso de militarización de sus respectivos países. Los principales programas de lucha contra el narcotráfico patrocinados por Estados Unidos en este periodo fueron:

- **La Iniciativa Andina:** se implementó durante el gobierno de George H. W. Bush (1989-1993) y significó un millonario paquete de asistencia militar focalizado en los países de Colombia, Perú y Bolivia, principales productores de coca y droga en la región.
- **El Plan Colombia y la Iniciativa Andina Regional:** se empezó a implementar en el año 2000, con el objetivo de apoyar la lucha contra el narcotráfico y recuperar la paz en Colombia. Este plan ha significado la mayor ayuda económica dada por Estados Unidos a un país latinoamericano. Se estima que, entre los años 2000 y 2008, la asistencia fue de seis mil millones de dólares, la gran mayoría de los recursos (70%) dirigida al apoyo militar y policial.
- **Iniciativa Mérida:** se inició el 2008 y fue concebida como un tratado de seguridad establecido entre Estados Unidos, México y los países de Centroamérica con el objetivo de combatir conjuntamente el narcotráfico y el crimen organizado. Contó con una millonaria asistencia militar y se tradujo en el desplazamiento de miles de soldados en las zonas violentas de México, muchas de ellas centros urbanos.
- **Iniciativa de Seguridad Regional de América Central (CARSI):** se implementó el 2008 y mantenía los objetivos de luchar contra la delincuencia a través de programas de seguridad ciudadana. Gran parte de los recursos estuvo destinado a fortalecer las capacidades militares y policiales en tareas de seguridad interna, especialmente contra las pandillas.

En cada uno de los planes e iniciativas implementados, los resultados fueron un mayor predominio y ampliación de roles para las fuerzas armadas. No sólo las políticas gubernamentales estaban destinadas a que los militares intervengan en la seguridad interna de sus países, sino también a la militarización de las policías y a la legitimación de estas acciones en la sociedad por medio de los medios de comunicación.

Esto dio lugar al predominio de las respuestas militares ante conflictos de carácter político y social, con resultados totalmente negativos. Por un lado, el nivel de producción de cocaína en la región no se redujo; y por otro, se incrementaron los niveles

de violencia y la violación de los derechos humanos por parte de la fuerza pública, lo que ocasionó enormes costos políticos y sociales, en cuanto a la erosión de las instituciones democráticas frente a la ausencia de capacidades civiles en materia de seguridad, falta de control político sobre los militares y casos de corrupción institucional. A esto se puede añadir que la lucha contra el narcotráfico fue un mecanismo que amplió el dominio territorial hegemónico de Estados Unidos en la región, quizás el único objetivo que se cumplió eficazmente.

Pero no sólo en este periodo se fortaleció la militarización en el ámbito de la seguridad, sino también en tareas de desarrollo. Esto se dio a través del programa de ejercicios militares de Estados Unidos, cuyo objetivo fue realizar obras de infraestructura o provisión de servicios médicos en regiones pobres de los países latinoamericanos, al mismo tiempo que capacitar a los militares locales para asumir estos roles en sus respectivos países.

Estos ejercicios, conocidos como “Fuertes Caminos” desde los 80 hasta mediados de los 90, y después como “Nuevos Horizontes”, generalmente comprenden cuatro o cinco importantes eventos (de varias semanas o meses de duración) en varios países cada año, además de cientos de Ejercicios de Entrenamiento Médico (MEDRETES) o incluso Ejercicios de Entrenamiento Veterinario (VETRETES), de menor envergadura, por toda la región. En el marco de estos ejercicios, los soldados estadounidenses –a menudo reservistas o Guardias Nacionales en rotaciones de corto tiempo – construyen infraestructura “vertical” como escuelas, puestos médicos o pozos, e infraestructura “horizontal” como carreteras, y ofrecen atención médica, dental y veterinaria a miles de personas y animales. (WHITERS, SANTOS e ISACSON, 2010, p. 23).

Todas estas tareas realizadas por militares estadounidenses constituyen un verdadero impulso para que los militares de la región, auspiciados por sus propios gobiernos, desarrollen tareas en áreas de construcción, desarrollo, salud etc., mismas que deberían ser realizadas por personal civil cualificado. El inconveniente de este proceso es que, a la par que se desarrolla una multifuncionalidad militar, se crea a nivel político y social la idea de la imprescindibilidad de opciones militares para resolver todo tipo de problemas, incluso los políticos.

Todo lo anterior desembocó en un proceso de expansión de funciones militares auspiciado por Estados Unidos, que, a su vez, desarrolló todo un andamiaje institucional para hacerlo con más recursos y mayor eficacia. Es así que, desde la caída de las Torres Gemelas, el 11 de septiembre de 2001, el gobierno conservador de George Bush impulsó una nueva cruzada contra el terrorismo, que repercutió en el rol que el Departamento de Defensa (DOD) empezó a tener en materia de asistencia

militar y entrenamiento a ejércitos extranjeros.

Si antes del 2001 el Departamento de Estado (DOS) era el principal operador de la asistencia militar por tratarse de un tema de relaciones internacionales, la situación cambió a partir de la guerra contra el terrorismo. Esto se reflejó en primera instancia con la Sección 1004 (1991), que rompió una larga tradición que había comenzado con la Ley de Ayuda Exterior de 1961, que establecía que la ayuda exterior solo podía ser manejada por el DOS; mientras que la asistencia militar destinada bajo la Sección 1004 salía del presupuesto de Defensa y podía ser manejada directamente por él.

A lo anterior se sumó la Sección 1206 (2006), que significó el uso de un amplio presupuesto de asistencia militar que podía ser manejado por el DOD. Estos recursos han sido utilizados en América Latina en la dotación de armas livianas, equipamiento, vehículos, construcción de infraestructura etc. De acuerdo con los datos, entre el 2010 y el 2019, la región ha recibido una cantidad de 10,775 millones de dólares de asistencia militar y para la seguridad (LAJTMAN, 2023), de los cuales Colombia y México han sido los principales beneficiarios.

A partir de la década de 1980, el DOD recibió fondos para llevar a cabo sus propios programas de asistencia de seguridad. Después del ataque del 11 de septiembre, la administración Bush buscó expandir el papel del DOD para enfocarse en el contraterrorismo y expandir las capacidades de operaciones especiales de los socios. En los años siguientes, el Congreso duplicó con creces la cantidad de programas de asistencia de seguridad del DOD, otorgando nuevas autoridades y recursos a la rama ejecutiva para reforzar los esfuerzos antiterroristas. (BERGMANN y SCHMITT, 2021, p. 14).

De acuerdo con los investigadores Bergman y Schmitt (2021), este cambio en el manejo de los recursos ha propiciado la existencia de una amplia burocracia financiada por el Pentágono que evita la supervisión del Congreso, una relación fluida entre diplomacia y defensa y ha contribuido a una creciente militarización de la política exterior estadounidense. En la actualidad, esto da lugar a muchas consecuencias negativas, sin embargo, una de las más importantes es que la falta de supervisión del destino de gran parte de estos recursos por el Congreso evita que se puedan adoptar medidas de suspensión de la asistencia en aquellos países donde se dan graves violaciones a los derechos humanos por parte de las fuerzas de seguridad, tal como sucede con el presupuesto manejado por el DOS a través de la Ley Leahy⁹.

En el ámbito latinoamericano, el verdadero problema radicó en que la política

⁹ “La ‘Ley Leahy’ prohíbe el otorgamiento de asistencia por parte de los EE.UU. hacia unidades militares y policiales específicas que violen los derechos humanos con impunidad” (ISACSON *et al.*, 2013, p. 17).

exterior de Estados Unidos dio lugar a un predominio de las lógicas militares para resolver los conflictos en la región, que se tradujo en programas de asistencia militar monitoreados por el Pentágono. Lo que pasó en Colombia, México e incluso Bolivia con las políticas antidrogas y el sustancial incremento de la violencia, la corrupción y la desigualdad, es un reflejo claro de esto. A lo que se suma que la amenaza del narcotráfico sigue existiendo después de casi treinta años de implementación de las políticas antidrogas militarizadas.

Estados Unidos y el “nuevo militarismo” en América Latina en el siglo XXI

Varios estudiosos de los temas de defensa y seguridad de América Latina han denominado al fenómeno que se vive actualmente como un “nuevo militarismo”, una “remilitarización” o el “retorno de los militares” (DIAMINT, 2021; VERDES-MONTENEGRO, 2019; BATTAGLINO, 2015; TICKNER, 2022; KURTENBACH y SCHARPF, 2018), aludiendo a un regreso en la escena política de los militares en la región, sumado a la adopción de un sinnúmero de roles que los retrotrae, bajo el actual contexto, a las páginas más negras de la historia latinoamericana. Sin embargo, la mayoría de los análisis sobre el tema no abordan el rol jugado por Estados Unidos en esta problemática. Más allá de un “nuevo militarismo”, lo que existe no podría ser explicado sin el análisis histórico de la participación de Estados Unidos en la construcción del militarismo en América Latina y el Caribe a lo largo del siglo XX, que actualmente es potenciado bajo un nuevo contexto político regional que amenaza su hegemonía.

Al respecto, es fácil de comprobar el papel fundamental que ha tenido Estados Unidos en la expansión de roles militares en la región durante las últimas décadas, el mismo que puede explicarse desde dos perspectivas. Primero, desde la influencia directa del Comando Sur en América Latina y el Caribe, a través de una serie de mecanismos, como asistencia militar, ejercicios conjuntos, creación de bases militares etc.; y segundo, por medio del aval político de los gobiernos estadounidenses a las intervenciones y prácticas antidemocráticas realizadas por los militares de la región.

Respecto al primer punto, ya desde el año 2016, se observa que la Estrategia del Comando Sur muestra un preocupante interés por ampliar su margen de acción en América Latina. El objetivo fue convertirse en un Comando de Seguridad Interagencial, capaz de articular bajo su perspectiva militar una variedad de agencias con ámbitos de acción diversos (HAUGAARD *et al.*, 2010). Para el 2018, la Estrategia afirmaba que ya existía una red integrada en la región, comprendida por la Fuerza Conjunta, las agencias intergubernamentales, las agencias multinacionales y organizaciones no gubernamentales, lo que les permitía “[...] avanzar hacia objetivos nacionales que

serían imposibles de alcanzar sólo con el poder militar” (NAVARRO, 2018).

Para comprender mejor este contexto, podemos ver que el ámbito de asistencia militar abarca una gran variedad de programas que inciden directamente en el proceso de militarización. Entre los principales, figura el Programa de Educación y Entrenamiento Militar Internacional (IMET), donde, de acuerdo a la actual comandante del Comando Sur, general Laura Richardson, “[...] cada año aproximadamente 800 estudiantes militares extranjeros de 27 países participan” (COMANDO SUR, 2022). A este se suman los programas de: Financiamiento Militar Extranjero (FMF), Ventas Militares Extranjeras (FMS), Ejercicios Conjuntos¹⁰, Asistencia Humanitaria en Casos de Desastres (HA/DR), Operaciones de Mantenimiento de Paz (PKO), Becas para Estudios Antiterroristas (CTFP) etc. etc. etc.

Por su parte, para poder aplicar todos los programas militares que el Comando Sur articula en la región, se despliega un nutrido contingente militar a través de:

- a) bases militares: para el año 2014, de acuerdo a Borón (2014), se tenían contabilizadas 76 bases militares o cuasibases estadounidenses en América Latina y el Caribe. Mientras que, de acuerdo con la información proporcionada en la página web de World Beyond War (2023), para el año 2023, el número de bases en la región sumaba.
- b) unidades militares: entre las principales figuran Unidades de Elite, Equipos de Apoyo en Asesoría Destacados en el Exterior (FAST), Unidades de Investigación Confidencial (SIU), Fuerzas de Operaciones Especiales, Equipos Móviles de Entrenamiento (MTT), Fuerzas de Tarea (Fuerza de Tarea-Conjunta Bravo en Honduras, Fuerza de Tarea-Conjunta de Guantánamo y Fuerza de Tarea Interagencial y Conjunta-Sur en Florida), Cuerpo de Ingenieros del Ejército (USACE) etc.
- c) participación en eventos de carácter militar: Conferencia de Ejércitos Americanos (CEA), Sistema de Cooperación de Fuerzas Armadas Americanas (SICOFAA), Conferencia Naval Interamericana (CNI) etc.
- d) ejercicios anuales como PANAMAX (defensa del Canal de Panamá), UNITAS (seguridad marítima), TRADEWINDS (respuesta a desastres en el Caribe) etc.
- e) promoción de los militares colombianos para que realicen entrenamiento en otros países, realizando un verdadero proceso de terciarización de la formación militar a menor costo para Estados Unidos.

10 “En 2022 tuvimos más de 11.000 participantes de 34 países en nuestros ejercicios, demostrando una vez más que Estados Unidos tiene la convocatoria para poder unir a las naciones” (RICHARDSON, 2023: 14).

Como se puede ver, la suma de programas y despliegue de efectivos militares en la región dan lugar a una anomalía democrática expresada en la preeminencia del protagonismo de las fuerzas armadas en cada uno de los países. Este proceso, que se articula formalmente en el marco de la asistencia militar de Estados Unidos, se expresa en la práctica no sólo en su hegemonía territorial, sino en la reproducción de lo más atávico del militarismo latinoamericano.

Adam Isacson, un destacado investigador estadounidense sobre temas de asistencia militar, explica que, a partir del año 2010, la asistencia militar a la región disminuyó notablemente, lo que lo atribuye a varios factores, entre los cuales están la crisis financiera del 2008, la reducción de los grandes paquetes de ayuda como fueron el Plan Colombia y la Iniciativa Mérida, y la disminución de cooperación militar hacia gobiernos de izquierda que mantenían una posición de defensa de la soberanía, como fueron los casos de Venezuela, Ecuador, Bolivia y Argentina (ISACSON, 2021). Sin embargo, el mismo autor sostiene que “[...] menos asistencia no necesariamente significa menos involucramiento de los EE.UU. con las fuerzas armadas y policiales en América Latina” (ISACSON *et al.*, 2013, p. 21). Está comprobado que los militares, en varios países de la región durante este periodo, recibieron asistencia militar para desarrollar tareas de seguridad interna, desarrollo, asistencia humanitaria, de salud etc., lo que no es otra cosa que el reforzamiento del llamado “nuevo militarismo”.

En la actualidad, el gobierno de Estados Unidos ha identificado a China como una amenaza a la estabilidad mundial¹¹, dejando en un segundo lugar a Rusia, a las Organizaciones Criminales Transnacionales e Irán, lo que puede suponer un nuevo despliegue de las fuerzas militares en la región bajo el nuevo concepto de “disuasión integrada”, que no es otra cosa que ampliar la influencia militar en ámbitos político-civiles mediante la articulación de diversas agencias estatales, actores privados, sociales, ONG, académicos etc., en un sinfín de temas no estrictamente militares, como el cambio climático, la respuesta ante desastres naturales, el ciberespacio, el control de flujos migratorios, la pandemia del covid y la respuesta a la amenaza que para ellos supone China y Rusia. Todo ello edulcorado con temas como la búsqueda de una mayor participación de las mujeres en las fuerzas armadas y la eterna apelación a la democracia y la paz del continente.

En este escenario geopolítico, lo que realmente preocupa y ha sido expuesto en numerosas oportunidades por la actual comandante del Comando Sur, es que la región, una vez más, es fuente de recursos naturales estratégicos, como el litio

¹¹ La Estrategia de Seguridad Nacional de octubre de 2022 (THE WHITE HOUSE, 2022) dejó claro que las principales amenazas para Estados Unidos dejaron de ser, en primera instancia, el terrorismo y el crimen organizado, y cedieron el paso a los gobiernos de China y Rusia como potencias antidemocráticas.

(COMANDO SUR, 2023), a los cuáles el gobierno de Estados Unidos quiere acceder sin ninguna competencia extra-hemisférica y, al parecer, con ayuda de los militares.

En cuanto al segundo punto mencionado, podemos hacer referencia a las graves consecuencias en materia de derechos humanos sucedidas en el marco de la militarización en la región, en gran parte financiada por Estados Unidos. Aquí baste mencionar los casos de Centroamérica, Colombia y México para tener una idea del panorama completo¹².

Las pandillas en países como Honduras, Guatemala y El Salvador se han constituido en una verdadera problemática social y económica. Sin embargo, han sido catalogadas como amenaza y abordadas mayormente por políticas de seguridad en las cuales ha estado presente la asistencia militar de Estados Unidos. De acuerdo con los datos oficiales proporcionados por USAID Explorer (2022), entre los años 2010 y 2019, los tres países recibieron una asistencia militar y para la seguridad de un total de 533 millones de dólares, todo ello distribuido en varios de los programas mencionados anteriormente.

Los tres países han utilizado a los militares para hacer frente a esta amenaza a través de patrullas conjuntas con la policía y el uso discrecional de la violencia, tal como lo ratifican informes de derechos humanos. La prueba más actual es El Salvador, donde el actual presidente, Bukele, ha militarizado las ciudades a través de sucesivos estados de excepción y ejerce graves violaciones a los derechos humanos (EL SALVADOR..., 2022; EL SALVADOR..., c2024). No obstante, el gobierno de Estados Unidos, a pesar de haber restringido la asistencia militar derivada del DOS, todavía sigue otorgando apoyo a ese gobierno, lo que se refleja en la donación, en diciembre de 2022, de cuatro helicópteros MD-530F y vehículos utilitarios a la Fuerza Armada de El Salvador (FAES), para fortalecer su participación en la Misión Multidimensional Integrada de Estabilización de las Naciones Unidas en Mali (MINUSMA) (BAIRES, 2022). A esto se suma el nombramiento de William Duncan como nuevo Embajador en aquel país en enero de 2023 (LLEGA A EL SALVADOR..., 2023) luego de la salida de Ronal Johnson en 2021; y una asistencia de 132,9 millones de dólares para el año 2022 (USAID EXPLORER, 2022).

El caso colombiano y los “falsos positivos” es emblemático en este tema. A pesar de haberse comprobado miles de ejecuciones extrajudiciales realizadas por personal militar colombiano contra civiles en el conflicto armado interno, la información revela que “[...] para finales de 2009, el Departamento de Estado se negó a invocar las condiciones de derechos humanos aplicables a parte de la asistencia militar de EE.UU. destinada a Colombia” (HAUGAARD *et al.*, 2010, p. 9). Es más, de acuerdo a un estudio

¹² Para ver la información en detalle, revisar Adam Isacson *et al.* (2013).

realizado por Fellowship of Reconciliation (FOR) y U.S. Office on Colombia (USOC), se pudo comprobar que las áreas geográficas donde los militares habían recibido mayor entrenamiento y asistencia militar de Estados Unidos concordaban con aquellas de mayores números de “falsos positivos” (ISACSON *et al.*, 2013, p. 17-18).

Por su parte, en lo que respecta a México, el amplio monto económico que representó la asistencia militar bajo la Iniciativa Mérida se reflejó en la participación activa de los militares en la lucha contra el tráfico de drogas en los propios centros urbanos del territorio mexicano, lo que desencadenó, por el nivel de violencia implementado, graves abusos de los derechos humanos, entre ellos desapariciones forzadas y ejecuciones extrajudiciales. Esta situación no hizo que los gobiernos de Bush y Obama redujeran drásticamente la asistencia militar o repudiaran el uso de las fuerzas armadas en tareas de seguridad interna.

Otro de los temas que marca la agenda de la tolerancia de los gobiernos estadounidenses a procesos antidemocráticos en el siglo XXI y que fueron una constante en el siglo XX, fueron los golpes de Estado en la región, muchos de ellos avalados e incluso planificados por el Pentágono.

Venezuela se constituye en un ejemplo paradigmático en este tema. El apoyo que brindó la asistencia militar de Estados Unidos para realizar el golpe de Estado contra Hugo Chávez el año 2002; y posteriormente, el reconocimiento de George W. Bush al nuevo gobierno inconstitucional, mostraron su matiz antidemocrático y subversivo contra los gobiernos progresistas de la región. No obstante, el plan subversivo no terminó allí, sino que se repitió peligrosamente con los años, tal como lo demostró la declaración hecha por John Bolton, exasesor de seguridad del presidente Trump, en una entrevista televisiva de la cadena CNN en julio de 2022, cuando afirmó abiertamente que, como parte del gobierno, ayudó a planificar golpes de Estado en otros países y que se necesitaba mucho trabajo para hacerlo, refiriéndose explícitamente al caso venezolano (SÁNCHEZ, 2022). Esto demostró la intención manifiesta de Estados Unidos por alentar a los militares de países como Venezuela, a desestabilizar y destituir a sus respectivos presidentes, sin mencionar que toda la asistencia económica en estos casos está dirigida fundamentalmente a erosionar la legitimidad política de dichos gobiernos.

Otro de los ejemplos que merecen mencionarse es el golpe de Estado en Honduras contra el presidente Manuel Zelaya en 2009. Oportunidad en que los militares detuvieron al presidente Zelaya y lo obligaron a salir del país, quedando en su sitio el entonces presidente del Congreso. En este episodio, si bien el gobierno de Obama suspendió de manera temporal y parcial la asistencia económica a dicho país, el DOS se mostró débil al condenar el golpe y mucho más al condenar las violaciones

a los derechos humanos y a las libertades civiles posteriores al mismo. Ya con el nuevo gobierno, “[...] la administración de Obama se desmoronó, expresando su voluntad de reconocer las elecciones, aun si no se cumplían las condiciones mínimas” (HAUGAARD *et al.*, 2010, p. 9). De acuerdo con los datos oficiales, la asistencia militar y para la seguridad para Honduras, entre los años 2010 y 2019, fue de 145,7 millones de dólares, incrementándose en el tiempo de 6,1 millones (2010) a 7,2 millones (2019), lo que refleja en gran parte el apoyo prestado por los gobiernos estadounidenses a las instituciones armadas del país luego de la experiencia golpista.

Finalmente, en lo que respecta a golpes de Estado, está el que ocurrió en Bolivia el 2019. En esta ocasión, la estrategia subversiva organizada y financiada por Estados Unidos se desarrolló desde el mismo año que Evo Morales asumió la presidencia del país (2006) (TELLERIA y QUINTANA, 2021). La participación militar en el golpe de 2019 y el inmediato reconocimiento del gobierno inconstitucional de Jeanine Añez por parte de Trump demostraron su complicidad antidemocrática.

Paradójicamente, en este caso, a pesar de que el gobierno de Morales había expulsado al embajador y la DEA de Bolivia en 2008 y a USAID el 2013, acusados de conspiración, la asistencia militar y para la seguridad siguió fluyendo. De acuerdo con una investigación realizada por Tamara Lajtman, durante el gobierno de Evo Morales se destinaron por lo menos 428 millones de dólares en asistencia militar y para la seguridad, y se entrenaron aproximadamente 25.085 funcionarios en cursos militares y de aplicación de la ley (LAJTMAN, 2023, p. 11-18). Todo esto demuestra que, al igual que en el pasado, a los gobiernos estadounidenses les importa muy poco la subordinación militar al poder civil o el respeto a la constitución, siempre y cuando se cumplan sus objetivos de seguridad nacional.

Como se puede apreciar, las características que se le atribuyen al “nuevo militarismo” del siglo XXI, en tanto influencia política de los militares en distintos gobiernos de la región, adopción de una multiplicidad de roles y sus negativas consecuencia para la democracia, en muy poco difieren del militarismo del siglo XX. En ambos casos, la injerencia militar de Estados Unidos siempre ha sido una constante.

A manera de conclusión...

La militarización, entendida como un proceso en el cual la ideología del militarismo – es decir, el predominio de lo militar sobre lo político – se expande y se afianza en las decisiones políticas y sociales de diversas maneras y con disímiles resultados, ha encontrado en América Latina una constante a través de su historia.

Tanto el militarismo como la militarización han sido dos fenómenos consustanciales al proceso de formación de las repúblicas latinoamericanas y de su construcción estatal. Esto se ha constituido en materia de estudio de académicos propios y foráneos. Entre estos últimos se encuentra aquellos de origen estadounidense, cuyos análisis confluyen en la existencia de un proceso de “superposición de formas de intervención militar en política”, donde la influencia del decadente imperio español y las misiones militares europeas de principios del siglo XIX y XX, respectivamente, tuvieron buena parte de responsabilidad.

No obstante, los estudios sobre la militarización en la región no pueden explicarse sin tomar en consideración el determinante rol jugado por Estados Unidos en el siglo XX y lo que va del XXI. La conformación del Sistema Interamericano de Defensa, la firma de acuerdos militares de carácter bilateral, la venta de armas, la asistencia militar, el despliegue de la Doctrina de Seguridad Nacional, la construcción de nuevas amenazas y el impulso permanente para que los militares asuman nuevos roles, provocaron una homogeneización doctrinal de las fuerzas armadas latinoamericanas, que, salvo notables excepciones, sirvieron de socios confiables en la construcción hegemónica del imperialismo estadounidense, bajo una visión eminentemente militarista.

En este sentido, el “nuevo militarismo” del siglo XXI, o el retorno de los militares a la política, no es sólo producto de la histórica tendencia de los militares latinoamericanos de considerarse como factores fundamentales de estabilidad política, con la anuencia de los gobiernos civiles en detrimento de la institucionalidad democrática, tal como lo afirman los estudios sobre seguridad y defensa; es también producto de un constante proceso de adoctrinamiento y asistencia militar venido desde los gobiernos de Estados Unidos, a quienes, bajo el rótulo de adalides y exportadores de democracia y paz, nunca les ha importado quebrantar ambos principios en favor de sus intereses nacionales. De allí que mantengan sus programas de asistencia militar de manera sistemática con los gobiernos a quienes consideran socios, aliados y amigos; mientras que desarrollan planes subversivos con gobiernos (potencialmente) adversos a sus intereses hegemónicos.

Si las intervenciones y ocupaciones de Estados Unidos en Centroamérica y el Caribe, junto con la Doctrina de Seguridad Nacional y el anticomunismo, impulsaron la formación de largos periodos de dictaduras en el continente; la guerra contra las drogas y el terrorismo han provocado violencia armada y el incremento de la delincuencia que amenaza los cimientos mismos de la sociedad latinoamericana. El peligro actual radica en que este proceso se agudice con la introducción del concepto de “disuasión integrada”, que implica un mayor protagonismo del Comando Sur para hacer frente a las nuevas amenazas a su seguridad nacional encarnadas en

China y Rusia. Más aún cuando, de manera explícita, al igual que en el pasado, se ha identificado el interés imperial por el libre e irrestricto acceso a los recursos naturales de la región, entre ellos el litio.

No podemos negar que las decisiones que toma Estados Unidos en materia de seguridad repercuten directamente en políticas y acciones de los cuerpos armados estatales de nuestra región, bajo la aceptación cómplice de varios gobiernos, a través de una densa red de mecanismos (bases, formación, ejercicios conjuntos, venta de armas, conferencias, reuniones etc.). Lo que tenemos hoy en materia de militarización no es más que producto, en gran medida, de este proceso que ha sido desplegado a través de los años, con el único objetivo de crear y mantener un control territorial hegemónico en la región, o lo que ellos denominan despectivamente su “patio trasero”, o amablemente “su vecindario”.

Referencias

- ARANA, Daira. Militarización y militarismo: los riesgos para la democracia y los derechos humanos en México. *La Revista Antimilitarista*, Abril 2021, N° 1. Disponible en: <https://www.mucd.org.mx/wp-content/uploads/2021/05/Revista-Antimilitarista-No.-1.pdf>. Acceso 4 de julio de 2023.
- BAIRES, Lorena. Estados Unidos dona a El Salvador helicópteros para misiones de paz. *Diálogo Américas*, 13 dic. 2022. Disponible en: https://dialogo-americas.com/es/articulos/estados-unidos-dona-a-el-salvador-helicopteros-para-misiones-de-paz/#.ZAJ_qx_MKM8. Acceso: 4 ene. 2023.
- BATTAGLINO, Jorge. Políticos y militares en los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana. *Política y Gobierno*, v. 22, n. 1, p. 03-43, 2015. Disponible en: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-20372015000100001&script=sci_abstract. Acceso: 14 nov. 2022.
- BERGMANN, Max; SCHMITT, Alexandra. A plan to reform U.S. Security Assistance. *Center for American Progress*, Mar. 9, 2021. Disponible en: <https://www.americanprogress.org/article/plan-reform-u-s-security-assistance/>. Acceso: 3 ene. 2023.
- BORON, Atilio. *América Latina en la geopolítica imperial*. La Habana: Ciencias Sociales, 2014.
- CALLONI, Stella. *Los archivos del horror del Operativo Cóndor*. 1998. Disponible en: <https://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html>. Acceso: 6 de enero 2023
- CARDOSO, Bárbara; FONSECA, Carlos; ATEHORTUA, Daniela. Conflicto armado, transiciones y derechos humanos en perspectiva comparada: El Salvador, Guatemala y Colombia. *Cuadernos Americanos*, v. 168, p. 11-33, 2019. Disponible en: https://rilzea.cialc.unam.mx/jspui/bitstream/CIALC-UNAM/A_CA411/1/CA168_11.pdf. Acceso: 28 fev. 2024.
- CASAL, Juan Manuel. El militarismo latinoamericano en la cultura académica de los Estados Unidos. *Ayer*, v. 126, p. 243-270, 2022. Disponible en: <http://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/articulo/view/el-militarismo-latinoamericano-en-la-cultura-academica-de-los-es/976>. Acceso: 3 feb. 2023.
- CASE, Robert. El entrenamiento de militares latinoamericanos en los Estados Unidos. *Revista Aportes*, n. 6, p. 44-56, 1967.
- CECEÑA, Ana. *Hegemonía, emancipaciones y políticas de seguridad en América Latina: dominación, epistemologías insurgentes, territorio y descolonización*. Lima, 2008. Disponible en: <https://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/default/files/2017-03/cecena-peru.pdf>. Acceso: 3 abr. 2023.
- COMANDO SUR. *Statement of General Laura J. Richardson Commander, United States Southern Command Before the 118th Congress House Armed Services Committee*. Washington, Mar. 8, 2023. Disponible en: [Reoriente · vol.3, n.2 jul/diez 2023 · DOI: 10.54833/issn2764-104X.v3i2p119-143](https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/2023%20SOUTH-</p></div><div data-bbox=)

COM%20Posture%20Statement%20FINAL.pdf?ver=rxp7ePMgfX1aZVKA6dl3ww%3d%3d. Acceso: 24 de marzo 2023.

COMANDO SUR. *Statement of General Laura J. Richardson Commander, United States Southern Command Before the 117th Congress House Armed Services Committee*. Washington, Mar. 8, 2022. Disponible en: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM%20Posture%20Final%202022.pdf?ver=tkjkieaC2RQMhk5L9cM_3Q%3d%3d. Acceso: 24 feb. 2023.

DIAMINT, Rut. Remilitarización en América Latina. In: GRABENDORF, Wolf (Ed.). *Militares y gobernabilidad*. Bogotá: FES, 2021. Disponible en: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/18384.pdf>. Acceso: 5 dic. 2022. p. 333-352.

EL SALVADOR. Amnistía Internacional. c2024. Disponible en: <https://www.amnesty.org/es/location/americas/central-america-and-the-caribbean/el-salvador/report-el-salvador/>. Acceso: 4 mar. 2023.

EL SALVADOR. Eventos de 2021. 2022. Disponible en: <https://www.hrw.org/es/world-report/2022/country-chapters/el-salvador>. Acceso: 2 mar. 2023.

GRABENDORFF, Wolf. ¿Un nuevo papel para los militares? Una introducción a las relaciones cívico militares en América Latina. En GRABENDORFF Wolf. *Militares y gobernabilidad*; Colombia: FES, 2021.

HAUGAARD, Lisa *et al.* *Esperando el cambio*: tendencias de la asistencia en seguridad de EE.UU. para América Latina y el Caribe. Washington: WOLA; CIP, 2010. Disponible en: <https://www.wola.org/es/analisis/esperando-el-cambio/>. Acceso: 13 ago. 2022.

ISACSON, Adam. La retirada relativa: la cada vez más errática política exterior de los Estados Unidos y las relaciones cívico-militares en América Latina. In GRABENDORFF, Wolf. *Militares y gobernabilidad*. Colombia: FES, 2021.

ISACSON, Adam *et al.* *Hora de escuchar*: tendencias en Asistencia de Seguridad de los EE.UU. hacia América Latina y el Caribe. Washington: WOLA; CIP, 2013. Disponible en: <https://idpc.net/es/publications/2013/09/hora-de-escuchar-tendencias-en-asistencia-de-seguridad-de-los-ee-uu-hacia-america-latina-y-el-caribe>. Acceso: 15 dic. 2022.

KURTENBACH, Sabine; SCHARPF, Adam. The return of the military. SSOAR, n. 7, dec. 2018. Disponible en: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/60633/ssoar-2018-kurtenbach_et_al-The_Return_of_the_Military.pdf;jsessionid=B2F3199C4E27DA5D5E72FC41F239BF13?sequence=1. Acceso: 3 de diciembre 2023.

LAJTMAN, Tamara. Asistencia en seguridad de Estados Unidos a Bolivia: continuidades y rupturas durante el gobierno del MAS. *URVIO Revista Latinoamericana de Estudios en Seguridad*, n. 35, 2023. Disponible en: <http://orcid.org/0000-0003-0356-9473>. Acceso: 28 feb. 2024.

LLEGA A EL SALVADOR el nuevo embajador de EEUU tras dos años. Los Ángeles Times, 26 ene. 2023. Disponible en: <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2023-01-26/llega-a-el-salvador-el-nuevo-embajador-de-eeuu-tras-dos-anos>. Acceso: 28 feb. 2023.

NAVARRO, Santiago. La nueva estrategia del Comando Sur de Estados Unidos en Latinoamérica. *Avispa midia*, 5 jul. 2018. Disponible en: <https://avispa.org/la-nueva-estrategia-del-comando-sur-de-los-estados-unidos-en-latinoamerica/>. Acceso: 6 mar. 2023.

RICHARDSON, Laura. Statement of general Laura j. Richardson commander, United States Southern Command before the 118th Congress House Armed Services Committee march 8, 2023. Disponible en: <https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/2023%20SOUTHCOM%20Posture%20Statement%20FINAL.pdf?ver=rxp7ePMgfX1aZVKA6dl3ww%3d%3d>. Acceso: 5 de marzo de 2024.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares en la política latino-americana desde 1930. In: BETHELL, Leslie. *Historia de la América Latina*. Barcelona: Crítica, 1997. Tomo XII. Disponible en: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/historiaamericalatina/wp-content/uploads/sites/12/2020/11/165763331-ROUQUIE-Los-Militares-en-La-Politica.pdf>. Acceso: 5 de marzo de 2024.

SÁNCHEZ, María Antonia. El exasesor de Trump, John Bolton admite que ayudó a organizar golpes de Estado en otros países. *El País*, 13 jul. 2022. Disponible en: <https://elpais.com/internacional/2022-07-13/el-exasesor-de-trump-john-bolton-admite-que-ayudo-a-organizar-golpes-de-estado-en-otros-paises>.

html. Acceso: 4 dic. 2022.

SELSER, Gregorio. *Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina*. México: CAMENA, 2001. Tomo III: 1899-1945.

SUÁREZ, Luis. *Madre América*. Un siglo de violencia y dolor (1898-1998). La Habana: Ciencias Sociales, 2006.

TELLERÍA, Loreta. *La intervención de Estados Unidos en las Fuerzas Armadas de Bolivia: 1941-1964*. 2022. Tesis (Doctorado en Ciencias Históricas. Facultad de Filosofía e Historia. Departamento de Historia. Universidad de La Habana, La Habana, 2022.

TELLERÍA, Loreta; QUINTANA, Juan Ramón. Golpes de Estado en América Latina en la era Trump: el caso de Bolivia (2019-2020). In: MORGENFELD, Leandro; APARICIO, Mariana. *El legado de Trump en un mundo en crisis*. México: Siglo XXI; CLACSO, 2021. p. 491-512.

THE WHITE HOUSE. *Estrategia Nacional para la Seguridad del Territorio Nacional*. 2022. Disponible en: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/07/20020716.es.html>. Acceso: 8 mar. 2023.

TICKNER, Arlene. *Hacia una lectura crítica del militarismo y la militarización*. Madrid: Fundación Carolina, 2022. Disponible en: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2022/02/AC-4.-2022.pdf>. Acceso: 8 dic. 2022.

USAID EXPLORER. [Database]. 2022. Disponible en: <https://www.foreignassistance.gov/>. Acceso: 3 feb. 2023.

VERDES-MONTENEGRO, Francisco. *La (re)militarización de la política latinoamericana*. Origen y consecuencias para las democracias en la región. Documentos de Trabajo. Madrid: Fundación Carolina, 2019. Disponible en: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2019/09/DT_FC_14.pdf. Acceso: 5 mayo 2021.

WHITERS, George; SANTOS Lucila; ISACSON Adam. *Predica lo que practicas*: la separación de roles entre militares y policías en las Américas. Washington: WOLA, 2010. Disponible en: <https://www.wola.org/es/analisis/predica-lo-que-practicas-la-separacion-de-roles-entre-militares-y-policias-en-las-americas/>. Acceso: 15 nov. 2021.

WORLD BEYOND WAR. *Bases militares de Estados Unidos en América latina y el Caribe*. 2023. Disponible en: <https://worldbeyondwar.org/militarism-mapped/>. Acceso: 8 ago. 2023.

Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba

Maria do Carmo Luiz Caldas Leite*

Resumo: Este artigo objetiva refletir acerca da experiência imperialista em Cuba, que teve um impacto decisivo na forma pela qual os estadunidenses passaram a projetar seu poder para fora de suas fronteiras. Trata-se de um estudo de aproximação etnográfica, sobre as tentativas de norte-americanização da Ilha, dentro da escalada de conflitos no prolongado encontro dos cubanos de todas as classes com os vizinhos do Norte nas primeiras décadas do século XX e seus desdobramentos após a vitória revolucionária de 1959. A principal evidência deste exercício reflexivo aponta que a história da Ilha, acossada pelo imperialismo desde 1898, produziu uma cultura contra-hegemônica de características autóctones, não obstante a presença de ameaças à sua manutenção por parte das políticas de cunho imperialista.

Palavras-chave: Independência de Cuba. Neocolonialismo. Imperialismo.

Resumen: Este artículo pretende reflexionar sobre la experiencia imperialista en Cuba, que tuvo un impacto decisivo en la forma en que los estadounidenses comenzaron a proyectar su poder fuera de sus fronteras. Se trata de un estudio con enfoque etnográfico, sobre los intentos de norteamericanizar la Isla, dentro de la escalada de conflictos en el prolongado encuentro entre cubanos de todas las clases y sus vecinos del Norte en las primeras décadas del siglo XX y sus desarrollos posteriores a la victoria revolucionaria de 1959. La principal evidencia de este ejercicio reflexivo señala que la historia de la Isla, asediada por el imperialismo desde 1898, produjo una cultura contrahegemónica con características autóctonas, a pesar de la presencia de amenazas a su mantenimiento por parte de políticas imperialistas.

Palabras-chave: Independencia de Cuba. Neocolonialismo. Imperialismo.

Abstract: This article aims to reflect on the imperialist experience in Cuba, which had a decisive impact on the way in which the Americans began to project their power outside their borders. This is a study with an ethnographic approach on the attempts to North Americanize the Island, within the escalation of conflicts in the prolonged encounter between Cubans of all classes and their Northern neighbors in the first decades of the 20th century and its developments after the revolutionary victory of 1959. The main evidence of this reflective exercise points out that the history of the Island, besieged by imperialism since 1898, produced a counter-hegemonic culture with autochthonous characteristics, despite the presence of threats to its maintenance by imperialist policies.

Keywords: Cuban independence. Neocolonialism. Imperialism.

* Doutora e mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Introdução

El mundo tiene dos campos: todos los que aborrecen la libertad, porque sólo la quieren para sí, están en uno; los que aman la libertad, y la quieren para todos, están en otro.

José Martí

Procedendo à análise dos pontos de contato e fontes de conflito da experiência imperialista na Ilha¹, é fundamental destacar que a República em Cuba surgiu como resultado de 30 anos de lutas, quando pereceram cerca de 400 mil cubanos, ou seja, um terço da população do país na época. A Guerra de Independência sinalizou o empenho dos EUA em afirmar seus interesses econômicos e geopolíticos, culminando na ocupação militar de Cuba (1898 – 1902) e nas tentativas contínuas de processos de norte-americanização, que tiveram um impacto decisivo na forma pela qual os estadunidenses passaram a projetar seu poder para fora de suas fronteiras. Do ponto de vista político, todas as classes sociais em Cuba, de forma ativa ou passiva, no fim do século XIX, repudiavam o regime colonial. A burguesia, ainda que colaborasse com a insurreição, estreitava contatos com os EUA e os instava a intervir nos conflitos.

Quando se somam os meios utilizados pelos vizinhos do Norte, observa-se um microcosmos da experiência imperial no mundo: intervenção armada e ocupação militar; elaboração de uma constituição; penetração do capital e saturação cultural; instalação de regimes títeres e formação de classes políticas; organização de exércitos que atuem em seu nome; imposição de tratados vinculantes; estabelecimento de base militar permanente; assistência econômica ou a sua negação, segundo requeiram as circunstâncias. De acordo com Pérez Junior (2018), a intervenção dos Estados Unidos (EUA) na Ilha a partir de 1898 foi celebrada como resultado das qualidades que os estadunidenses mais admiravam em si: o apoio à liberdade como uma questão imanente, ou seja, deles próprios, e a convicção de que seus propósitos morais eram razão suficiente para impulsionar o uso da força em outros países.

Com o fim do colonialismo espanhol, a maioria da população nos campos e na periferia das cidades foi excluída do acesso à educação e distanciada do modo de vida das elites, que tentavam libertar-se do comando estadunidense, mas sem perder os privilégios de classe. A discriminação étnica foi institucionalizada pelo neocolonialismo, sendo que o racismo generalizado por meios legais e informais tornou-se uma necessidade imperiosa aos mecanismos de poder e dominação. A efusão moderni-

¹ A República de Cuba está localizada no mar do Caribe (ou mar das Caraíbas). Ainda que sejam usuais as referências a Cuba como uma ilha, na realidade trata-se de um arquipélago.

zante da capital cubana não conseguiu conter a escalada de conflitos e de revoluções inconclusas durante o prolongado encontro dos cubanos de todas as classes com os vizinhos do Norte nas primeiras décadas do século XX.

A presente investigação está vinculada à trajetória de estudos de cunho etnográfico realizados na Ilha nas últimas quatro décadas, que permitiram transitar entre a observação e a análise, entre a teoria e a empiria, entre os sentidos e a interpretação. A longa permanência no campo de pesquisa propiciou múltiplas reflexões sobre um complexo processo histórico-cultural que intercomunica sujeitos e épocas. As incursões realizadas em Havana, mas não exclusivamente, incluíram a participação em assembleias, manifestações políticas, congressos acadêmicos, eventos esportivos, marchas e comemoração de datas festivas, além das atividades cotidianas, públicas e privadas, compreendidas não como cenários, mas como registros de momentos significativos à construção da pesquisa. As incontáveis conversas informais com cubanos das mais diversas características sociais, ocupação, idade, local de moradia e procedência geográfica propiciaram uma experiência de complexa mensuração. O levantamento da investigação foi realizado através de consultas a vários centros de documentação, museus e bibliotecas em Havana (Cuba) e Tampa (Flórida, EUA), realizadas em períodos intercalados entre julho de 1986 e agosto de 2023.

Procedendo à análise da experiência cubana, é fundamental o papel do legado do jornalista, político, ensaísta, professor e poeta considerado o apóstolo nacional de Cuba, José Martí (1975), perpassando os períodos colonial e da pseudorrepública, até a atualidade. No tocante aos estudos das relações entre Cuba e EUA no período de 1850 a 1959, considero a obra do professor estadunidense Pérez Junior (2016, 2018) basilar ao entendimento das tentativas de dominação através da Educação e da Cultura perpetradas contra Cuba. Para compor o escopo deste trabalho, destaco como indispensável o estudo do antropólogo cubano Fernando Ortiz (2002), em que o conceito estruturante de transculturação está intimamente ligado à *cubanidad*, oferecendo uma chave interpretativa aos processos enfocados na pesquisa aqui retratada. Por fim, saliento, de forma especial, Florestan Fernandes (2007), que elaborou um minucioso quadro teórico da experiência cubana, desde suas origens até a implantação do poder popular.

O texto encontra-se dividido em quatro seções que abordam desde a mescla de sangues e culturas, passando pelos confrontos ideológicos da primeira metade do século XX, os caminhos da Broadway à Revolução Cubana e o desenvolvimento das desavenças entre Cuba e EUA. A seção inicial é momento no qual se analisa a importância das raízes históricas que se desenvolveram com a chegada dos espanhóis e a edificação da “*cubanía*”, a concretização do caráter insular, que vem dando pautas às

atitudes do povo cubano em todas as épocas. Busca-se descrever a conjuntura que influenciou o pensamento autóctone nos séculos do colonialismo espanhol e do neocolonialismo. A seguir, na segunda seção, desenvolve-se um enfoque interpretativo do prolongado encontro dos cubanos de todas as classes com os estadunidenses, no início do século XX, que passou a ocupar um espaço claramente consolidado na construção da nacionalidade insulana quando Cuba se configurou como laboratório dos métodos globais do imperialismo. A falsa política panamericanista almejava tomar nas suas mãos a “fruta madura”. Durante a República Mediatizada, a Educação converteu-se em um instrumento de norte-americanização. Na terceira seção são colocadas em relevo a influência cultural estadunidense, que se metabolizou na sociedade cubana, até a conversão da Ilha em um centro da delinquência internacional, sob a tirania de Fulgêncio Batista, condições que ensejaram o início da revolução vitoriosa em 1959. A última seção trata dos enfrentamentos desencadeados pelas primeiras medidas do governo revolucionário até a promulgação das leis extraterritoriais que visam sufocar economicamente a experiência socialista em Cuba. Pondera-se sobre o papel central ocupado pelos EUA e a trajetória que propiciou a inevitabilidade do conflito de interesses, desatando um dos bloqueios econômicos mais profundos da história. Por fim, encaminhamos o desfecho do artigo procurando caminhos que levem a uma compreensão mais abrangente do microcosmos da experiência imperial no mundo, a pequena Ilha de Cuba.

A mescla de sangues e culturas

A história de Cuba comporta intrincadas transculturações, sendo o cubano definido como o resultado inacabado da mistura de distintos grupos que chegaram à Ilha, em um enredamento das correntes que haviam circulado desde o século XV através do Atlântico e dos três continentes. Os africanos de etnias diversas, procedentes de muitas regiões, desde o Senegal, Guiné, Congo e Angola, com suas culturas destroçadas, foram transplantados ao mundo nas correntezas humanas, esporádicas ou contínuas, originais dos mais variados lugares, junto aos espanhóis, lusitanos, norte-americanos e até mongóis. Cada imigrante desarraigado de sua terra contribuiu ao movimento de formação do povo cubano, no processo denominado *cubanidad*.

O processo histórico, semelhante ao da maioria das Antilhas, fez com que concorressem à consolidação da *cubanía* três correntes fundadoras: a indígena, dos povos nativos, a espanhola, dos colonizadores, e a africana, dos homens escravizados. Uma profunda tarefa de séculos, caracterizada por mesclas de sangues, sonhos e conflitos, coagulou a sociedade formada por retalhos. O processo societário cubano mostra a

acumulação de riquezas da oligarquia submissa aos signos da aristocracia ibérica, responsável pela revolução agrícola, que conduziu o país à posição de primeiro produtor mundial de açúcar.

A miscigenação foi facilitada em razão do papel exclusivamente doméstico das mulheres na Espanha. Os colonizadores, quase todos homens, costumavam amancebar-se com as servas, gerando filhos. A mistura espanhola-africana deixou marcas na *cubanía*, a concretização do caráter insular alicerçado desde as origens do país, a raiz da pátria, que brotou de baixo, entre os nascidos e crescidos, sem retorno, nem recuos, com a alma enraizada em Cuba. Os casos de retorno à África eram raros. Os negros tinham que prontamente perder a esperança de voltar às suas casas. Em sua nostalgia, não puderam pensar em repatriamento ou em descanso ao fim de vida. O colonizador branco, antes mesmo de chegar a Cuba, já pensava em seu retorno. Se ele veio, foi para voltar rico e talvez enobrecido, porque tinha, por sua família na Península Ibérica, sentindo-se por um longo tempo ligado à Espanha.

Por inúmeras ocasiões os espanhóis recorreram ao poderio estadunidense para conter as revoltas populares. Em 1843, a rebelião, encabeçada pela negra Carlota e um grupo de escravos insurgentes, teve repercussão internacional. Iniciada a insurreição, apareceu no porto de Havana uma corveta da Marinha de Guerra dos EUA, a *Vandalia*, a pedido do Encarregado de Negócios de Espanha em Washington, para aplastar a revolta. Carlota foi presa e, ainda viva, amarrada a quatro cavalos, tendo morrido por esartejamento em março de 1844.

Pequena, Cuba foi a ilha mais cobiçada pelos estrangeiros interessados no domínio estratégico da região. As lutas de independência em Cuba começaram em 1868, sob a liderança de um setor minoritário da burguesia *criollo*², expoente do pensamento liberal radicalizado, em forma e conteúdo, que incluía a abolição da escravidão e o estabelecimento de uma república democrática. Após 30 anos de lutas, iniciadas em 1868, revitalizadas de forma pujante por Martí, o colapso do colonialismo espanhol era iminente.

José Martí (1853 – 1895), filho de pais espanhóis, iniciou sua participação política escrevendo em jornais separatistas. Com a prisão de seu mestre Rafael Mendive, cristalizou-se em Martí a atitude de rebeldia contra a dominação espanhola. Em 1869, foi condenado a seis anos de trabalhos forçados, mas passou somente seis meses na prisão, pois conseguiu permutar a pena pela deportação à Espanha. Entre 1881 e 1895, viveu em Nova Iorque, porém, foi no México, na Guatemala e na Venezuela que

2 A palavra *criollo*, em espanhol, significa pessoa nascida na América, filha de pais europeus, radicalmente distinto do termo “crioulo” em uso no Brasil atual, para designar um indivíduo negro.

alcançou o mais alto grau de identificação com a autoctonia da América. Influente na intelectualidade hispano-americana no final do século XIX, Martí percebeu que a libertação de Cuba não poderia acontecer sem a união do povo e de todos os setores da sociedade. Nos últimos anos de sua vida, regressou aos EUA, país estrangeiro onde mais tempo viveu, dando continuidade às suas atividades no campo cultural e jornalístico, mas, principalmente, dedicando-se à preparação do regresso à Ilha e da guerra de independência. Em 1895, Martí partiu de Nova York a Cuba para se juntar às tropas comandadas pelo general Máximo Gómez, mas no dia 19 de maio desse mesmo ano, no vilarejo de Dos Rios (Cuba), morreu em combate, sem ver concretizado o sonho de sua vida.

A revolução cubana contra os ibéricos teve um cunho popular, com o Exército Mambí, composto por negros recém-libertos e trabalhadores livres. A heterogeneidade da população de Cuba foi momentaneamente eliminada, pois o povo em armas foi à guerra empenhado em um enérgico esforço. No entanto, o regionalismo, o racismo e o caudilhismo impossibilitaram o alcance dos objetivos estabelecidos. Mas foram criadas as bases para forjar a nacionalidade cubana, e o acirramento dos conflitos provocou o surgimento de uma consciência nacional. Havia chegado a hora de “[...] encarnar a ação e a história do *ethos* patriótico, iluminado pela poesia e pelo pensamento cubano” (VITIER, 2011, p. 42).

Os homens e mulheres trazidos da África não aceitavam mansamente a exploração até os limites da resistência. A sua forma de luta era a evasão aos *palenques* situados nos montes. A violência corporal impregnou na memória do povo um sentimento de angústia marcante na identidade cubana. Em razão dos açoites, muitos escravizados – os *cimarrones* – fugiram às montanhas, deslocados da possibilidade de exercer a cidadania. Mais de um milhão de africanos foram levados à Ilha, número significativo, desde o século XVIII até 1886, ano da Abolição. Quando os *cimarrones* desceram das montanhas, tentaram retornar ao convívio do povo. Entretanto, ironicamente, continuavam cativos nos engenhos em troca de comida nas barracões de outrora.

O expirar do século XIX foi marcado não apenas pelas lutas contra o colonialismo espanhol em Cuba, mas evoluiu para a guerra hispano-americana, com a entrada dos EUA no conflito. O “estopim” foi a explosão do U.S.S. Maine em fevereiro de 1898. Enviado a Cuba para uma visita de cortesia, o navio de guerra norte-americano explodiu ancorado em Havana, matando 260 marinheiros. Contudo, o poder naval provou-se decisivo, permitindo que as forças expedicionárias estadunidenses chegassem a Santiago de Cuba para atacar a Esquadra do Caribe, já fragilizada por causa dos ataques de revoltosos cubanos (ACOSTA MATOS, 2005).

Em 1º de janeiro de 1899, foi baixado o pavilhão da Espanha do Palácio dos Capitães Gerais em Havana, pondo fim à dominação colonial. Em seu lugar, foi hasteada a bandeira dos EUA, que despontava como potência imperial no cenário do mundo. Com o fim das hostilidades, a chamada Emenda Platt³ oficializou o direito a intervenções militares e a autorização aos EUA para arrendar as terras necessárias às bases navais. Aprovada em 2 de março de 1901 e convertida em apêndice da Constituição Cubana de julho do mesmo ano, essa emenda colocou a Baía de Guantánamo sob o controle imperialista até os dias de hoje. O Tratado Permanente de Reciprocidade, assinado em 22 de maio de 1903, constituía uma relação comercial específica, o que terminou por vincular fortemente as importações e as exportações da Ilha, sobretudo do açúcar, aos mercados estadunidenses. A presença de tropas dos EUA, após a eleição do primeiro presidente cubano, em 1902, era um expediente comum, requerido pelos próprios governantes cubanos sempre que os conflitos ameaçavam a ordem.

Um sentimento generalizado de frustração marcou a república, porque a maioria dos cubanos comparava as primeiras décadas do século XX com o projeto dos independentistas. Nesses termos, é compreensível a continuidade da luta revolucionária em Cuba, uma vez que os cubanos teriam sentido a necessidade de prosseguir os embates como um dever frente ao que viam como um aborto. A independência de Cuba, frustrada pela intervenção militar estadunidense em conluio com a burguesia *criolla*, trouxe à tona um forte racismo e não assegurou as demandas dos afro-cubanos que lutaram contra a Espanha. A ocupação de Cuba consolidou a reorganização do sistema político em função de interesses neocoloniais. Nesse bojo, a influência estrangeira significou a interrupção, entre outras questões, do legado pedagógico dos pensadores cubanos, entre eles Martí.

O neocolonialismo em Cuba, na primeira metade do século XX, foi marcado pela dependência econômica, pela monocultura do açúcar, destinada a um único mercado, o dos EUA; pela miséria social, composta por desemprego, analfabetismo, prostituição, corrupção; e pelo predomínio da opressão política, social e cultural: intervenções militares e imposição dos valores culturais do país dominante. Mecanismos diversificados de apropriação comercial deslocavam para fora de Cuba os frutos do complexo agropecuário, representando uma cruel reprodução da ordem neocolonial no melhor estilo imperialista, que oprimia a classe trabalhadora cubana rural e urbana. Desde que puseram os pés na Ilha, os estadunidenses praticaram a falsa política panamericanista para tomar nas suas mãos a “fruta madura”. Em resumo, a fruta alcançou seu máximo estado de amadurecimento e passou das mãos da *madre pátria*,

³ A Emenda Platt foi redigida por Elihu Root (secretário de Estado do presidente McKinley) e apresentada ao Congresso dos EUA pelo senador Orville H. Platt (PINO-SANTOS, 1983).

como diziam os peninsulares no início do século XIX, às mãos da madre desnaturalizada (COMISIÓN DE HISTÓRIA DEL SINDICATO SNTECD, 2002).

Em alusão à inevitabilidade do futuro de Cuba quando se desprendesse da Espanha, Martí escreveu ao amigo mexicano Manuel Mercado que o objetivo de sua luta era: “[...] *impedir a tiempo, con la independencia de Cuba, que se extiendan por las Antillas los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América*” (MARTÍ, 1975b, p. 250).

Independentes, do ponto de vista político, as nações latino-americanas foram lançadas em uma situação de dependência estrutural diante das potências capitalistas, tendo como encargo fornecer matérias-primas e produtos agrícolas para a Europa e os EUA. A vivência de milhares de camponeses excluídos do acesso à educação distanciava-se muito do modo de vida das elites, que tentavam libertar-se do domínio estrangeiro, mas sem perder seus privilégios de classe nem sua posição de dirigentes do projeto nacional. Martí (2011, p. 328) referiu-se a esses como “[...] homens cautelosos que queriam gozar da liberdade, sem pagar o seu sangrento preço”.

O projeto defendido pela elite *criolla* via de forma pejorativa a imigração de haitianos, fato que fomentou o ideal racista de branqueamento através de incentivos à imigração europeia. Os conflitos raciais culminaram com o *masacre de los independientes de color* em 1912, quando foram assassinados cinco mil negros na região oriental de Cuba. O racismo e o plano hegemônico pelo imperialismo estadunidense não garantiam a integridade dos afro-cubanos. Com a repressão celebrada pelas figuras políticas do país, o mito da igualdade racial ficou sem apoio popular na Cuba republicana. Premonitória, a Revolução Haitiana provocou nos extratos dominantes um alerta contra qualquer experiência emancipadora. A burguesia cubana, assumindo atitudes racistas desde seu nascimento, era acometida por profundo pavor quando circulavam as notícias de uma possível expedição rumo a Santiago, partindo do Haiti.

A convulsão econômica provocada pela 1ª Guerra Mundial aumentou de forma abrupta os preços do açúcar, convertendo Cuba em um atraente polo de imigrantes em busca de emprego. Um número significativo de espanhóis conformou um novo fluxo migratório, que criou as condições de trabalho na indústria agrária exportadora.

Em 1940, o antropólogo cubano Fernando Ortiz utilizou, pela primeira vez, a comida típica cubana – o *ajiaco*⁴ – como imagem metafórica da identidade nacional. Da culinária emergiu a ideia transculturação. Respondendo à própria pergunta retórica – “O que é a *cubanidad*?” –, Ortiz (2002, p. 3) cunhou a expressão: “Cuba

⁴ *Ajiaco* é um prato típico, de valor identitário especial, pois simboliza a formação do povo cubano por antonomásia. É produzido com uma mistura de carnes imersas em manteiga, cebola, alho, tomate, salsa, pimentão, limão, abóbora, milho, batata doce e mandioca.

é um *ajiaco*". Para ele, o guisado mais complexo da Ilha, a mestiçagem ou a *mulatez* eram os fenômenos histórico-sociais por meio dos quais foi tecida a *cubanidad*, para dar sabores ao denso caldo cubano.

Entretanto, quem contribui à formação desta mescla? Os elementos procedentes das distintas culturas são básicos no caldeirão dos trópicos, fundador da *cubanía*, uma "solidariedade cultural" no lugar de uma "homogeneização das diferenças". O característico de Cuba era o "cozimento", um processo de transformação permanente dos produtos na panela aberta, para compor o *ajiaco*, de procedência indígena, espanhola e africana, ao passo que as novas tecnologias norte-americanas tinham servido para melhorar as possibilidades de cocção. Os cubanos não descartam nenhum produto para esse precioso caldo.

Os confrontos ideológicos da primeira metade do século XX

Na construção do pensamento marxista cubano, entre outras, surgiram as figuras insurgentes de proletários e intelectuais como Baliño, Mella, Villena e Blas Roca.

Carlos Baliño (1848 – 1926) conhecido em Cuba como *el Viejo Roble*, provavelmente conheceu Martí no ano de 1888, em Cayo Hueso, onde trabalhou como *vocal*⁵ do *Gremio de Escogedores*. Segundo Kapcia (2008), cada fábrica tinha um pequeno púlpito em madeira, visível a todos, onde o leitor se instalava. Muitas vezes o posto de leitura transformava-se em tribuna ideológica, o que molestava os proprietários das fábricas e, sobretudo, o colonizador espanhol. A princípio, os proprietários opunham-se à ideia, mas acabaram por perceber que o leitor garantia um certo nível da paz industrial. Entusiasmados com as aventuras que os livros escondiam, muitos operários decidiam aprender a ler e a escrever, fazendo dos funcionários das tabaqueiras uma das categorias operárias mais cultas no final do século XIX.

Ao longo das décadas de 1880 e 1890, um expressivo contingente de famílias cubanas se uniu à força de trabalho nos EUA, incluindo um número crescente de mulheres em Tampa e Cayo Hueso, que aceitavam empregos humildes para sobreviver. As donas de casa trabalhavam como lavadeiras, costureiras ou cozinheiras. As *criollas* cubanas admiravam a liberdade com que as mulheres norte-americanas po-

⁵ *Vocal*, segundo os cubanos, é uma das melhores profissões do mundo, em que é possível ler enquanto se trabalha. Hoje, são cerca de 300 os leitores nas fábricas de charutos cubanos, e a sua função mantém-se inalterada. A rotina dos trabalhadores, que enrolam as folhas de tabaco, é: pela manhã, a imprensa diária, à tarde, um clássico da literatura, de preferência com muito amor e drama, sobretudo os romances como *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, que ajudavam a alimentar a consciência social dos trabalhadores. *Romeu e Julieta*, de Shakespeare e o *Conde de Monte Cristo*, de Dumas, são os mais populares.

diam comprar, passear e viajar sozinhas, porque nada disso era permitido em Cuba. Segundo Pérez Junior (2016, p. 50), a vantagem é que “[...] os cubanos têm uma grande facilidade para assimilar imediatamente ao país aonde vão”.

A militância de Baliño foi reconhecida por seus textos publicados no jornal *La Tribuna del Trabajo*, de Tampa, onde contribuiu como cofundador do primeiro grêmio obreiro *Caballeros del Trabajo* e na fundação de Ybor City (Tampa, EUA). Obrigado a abandonar o bairro dos tabaqueiros cubanos em Tampa por conta da sua rebeldia e da aversão patronal, percorreu quase todo o sul dos EUA, período durante o qual se relacionou com trabalhadores socialistas. Ao conhecer os textos marxistas, compreendeu que a problemática não se reduzia tão somente a lograr a independência do colonialismo espanhol, mas também se imporia em reverter a ordem social imperante (CANTÓN NAVARRO, 2008).

Os acontecimentos assumiram múltiplas expressões à medida que os cubanos buscavam novas formas de articular sua insatisfação com a experiência imperialista na Ilha. A participação popular havia se revelado o motor da guerra da independência cubana. Entretanto, o protagonismo dos trabalhadores não se traduziu em um movimento autônomo, em um contexto de pouca diversificação econômica, que restringia a organização da classe trabalhadora. O operariado provinha majoritariamente dos tabaqueiros organizados nos EUA. Finalizada a guerra necessária, sem a obtenção da real independência em razão da intervenção estadunidense, quando o Exército Libertador praticamente tinha assegurada a vitória, Baliño regressou a Cuba, onde somente encontrou emprego em setores clandestinos, com mísero salário, porque a discriminação de que eram objeto os operários cubanos marxistas por parte da *Sociedad de Escogedores*, em mãos de espanhóis, o impediu de trabalhar nas oficinas de tabaqueiros. Baliño vinculou suas lutas à defesa de uma sociedade sem classes, baseada na socialização dos meios de produção, em concomitância com o pensamento de Martí. A sua vida foi uma demonstração clara do entrelaçamento histórico entre marxistas e martianos (CANTÓN NAVARRO, 2008).

Recorrendo ao pensamento marxista, Baliño não se limitava a defender todos os cubanos, mas todos aqueles que eram presas da exploração, pois considerava que a revolução poderia realizar-se por via pacífica e não pacífica, porém, durante a maior parte de sua vida, declarou-se não ser partidário de métodos violentos, ainda que não negasse sua utilização se fosse imprescindível. A grande mostra da carga humanista de Baliño foi o texto publicado em 1925, motivado pelos suicídios de crianças trabalhadoras da indústria têxtil no Estado de Massachusetts. Nessa época, a tuberculose era frequente entre os impúberes, inclusive em menores de seis anos, que trabalhavam diariamente por mais de 14 horas, feito que dava magnânimos dividendos

aos capitalistas. Baliño (1976) apontou a existência de homens e de mulheres que se assombravam ao escutar tais narrativas, porém se espantavam muito mais quando se dizia que essa tragédia é um efeito que não pode se suprimir se não se suprime a causa fundamental e única, o abominável regime que consagra o direito à propriedade acima do direito à vida.

O triunfo da Revolução Socialista na Rússia, em 1917, repercutiu em toda a América Latina e em Cuba. O ambiente de renovação cultural vivenciado em Cuba a partir de 1920 implicou a redescoberta das raízes autóctones dos embates contra a dominação estrangeira. Grandes movimentos proclamados pela juventude na América Latina do período pós-Primeira Guerra empreenderam um forte traço geracional, que favoreceu as lutas em Cuba pela recuperação do ideário martiano. A política da oligarquia *criolla*, a partir da crise globalizada do modelo neocolonial, passou a restringir a produção agrícola e industrial à esfera açucareira, mediante a cartelização, tendo o sistema educativo se convertido em instrumento de norte-americanização, enquanto as organizações do magistério, como lutadores anti-imperialistas, adotaram a Martí como o paradigma da educação nacional. O ideário pedagógico martiano manteve-se na palavra cotidiana dos professores, que inscreveram na memória das crianças seus *Versos Sencillos*, procurando forjar nas novas gerações os ideais de soberania nacional e o rechaço à opressão. Contra os poderes da época, durante a República Mediatizada, começou a produzir-se, paulatinamente, a recuperação da imagem de Martí entre os herdeiros do frustrado projeto antes anticolonialista e agora anti-imperialista.

Nos primeiros lustros do século XX, diversos setores da sociedade se inquietavam frente à gritante invasão cultural, que solapava os valores da cubania com marcada penetração de ideias norte-americanas. Como advertiu Martí (1975a, p. 93), “[...] nenhum povo é dono do seu destino, se antes não é dono de sua cultura”.

O ensino público permaneceu em estado de deterioração crescente, caracterizado pelo conservadorismo, fato que gerou inúmeras expressões de desacordo nos setores progressistas em defesa da escola pública. Nos anos de 1920, cresceu o número de escolas particulares, enquanto as escolas públicas permaneciam no desprestígio, desacreditadas entre todas as classes sociais. O sistema educativo estatal se expandiu sem a confiança do povo, visto como incapaz de preparar os jovens para os desafios do futuro. Entre as décadas dos anos 20 e 40 do século passado, na pseudorrepública, constatou-se a existência de uma luta ideológica entre duas tendências pedagógicas contrapostas: de um lado, a progressista, que representava os interesses do povo, e, do outro, a tendência pedagógica reacionária, das classes dominantes. Na imaginação popular, as escolas privadas prometiam vantagens raramente associadas às públicas.

As famílias modestas da classe obrera se restringiam em outros gastos para que seus filhos pudessem frequentar as escolas privadas, relacionadas às promessas de segurança econômica no futuro (PÉREZ JUNIOR, 2016).

Em momentos de intensificação das forças repressivas do imperialismo, a educação e a cultura se converteram em meios de clamor popular e de protesto. A capacidade das estruturas estadunidenses para reordenar a moral e a base econômica na Ilha se incrementou de tal forma que a relação entre Cuba e EUA adquiriu uma lógica de dominação imperial. O jornal *El Delta*, de Nova Orleans, planteava o desaparecimento da língua espanhola em Cuba. Segundo Cupull e González (2017, p. 88), “[...] sua linguagem será a primeira a desaparecer, porque o idioma latino bastardo não poderá resistir por muito tempo ao poder competitivo do robusto e vigoroso inglês”.

Nos esportes, se organizavam equipes masculinas e femininas de *baseball*, *volleyball* e *basketball*. Durante mais de cinco décadas, milhares de estudantes cubanos se formaram nesse ambiente, desde o primário até o pré-universitário. Os centros educacionais representaram um papel definitivo, em que se copiava o ambiente escolar dos vizinhos ao norte. Foi inaugurada em 1920, na cidade de Havana, pelo educador Hiram Ruston, a primeira escola norte-americana na América Latina, originalmente focada na preparação dos filhos de americanos residentes. Em Cuba, a Ruston Academy rapidamente se transformou em uma escola bilíngue, com um corpo discente multinacional. A Ruston expandiu-se ao incluir o programa de negócios, o inglês para estudantes cubanos e o colégio interno. O governo dos EUA avaliou, desde o início, que os resultados dessas escolas norte-americanas deveriam ter um cunho de formação de valores e, para tal, facilitavam o financiamento de estudos. Ao compartilhar as experiências com colegas estadunidenses, os cubanos estariam desenvolvendo, desde a infância, uma atitude de amizade com os vizinhos do Norte que nenhuma propaganda adversa seria capaz de erradicar (BAKER, 2007).

No seio do movimento estudantil, surgiu Julio Antonio Mella (1903 – 1929), que participou da maior parte das insurgências transcendentais de Cuba em seu curto arco de vida. Um ano depois de seu ingresso na *Universidad de La Habana*, em novembro de 1922, Mella fundou a *Federación Estudiantil Universitaria*, no calor das reformas anticlericais e anti-imperialistas desenvolvidas na América Latina, que defendiam a autonomia na universidade, a maior participação estudantil e o reconhecimento do direito de organização dos alunos. A similitude entre as ideias de Martí e Mella em relação à *Nuestra América* realçava a imprescindível emancipação cultural dos povos, com a retomada da insurgência como princípio educativo. O seu objetivo era estender os conhecimentos universitários aos trabalhadores, ideia que contou com a aceitação entusiasta de docentes e outros intelectuais progressistas.

Mella participou na fundação da Universidade Popular José Martí, com o objetivo de levar às camadas mais excluídas da sociedade o que deveria ser a herança de todos os seres humanos: a cultura livre (CUPULL e GONZÁLEZ, 2010).

No ano de 1925, quando da fundação do Partido Comunista de Cuba, Mella insistia que era necessário meditar acerca da adaptação criativa da essência do marxismo, dada pelo método dialético, às condições históricas específicas da Ilha e à busca de soluções em um processo autóctone. Assim, foi principalmente através de Baliño e Mella que houve um empenho no interior do partido de valorizar a tradição nacional, a partir da integração do ideário de Martí às ideias de Marx, Engels e Lenin. Porém, tal esforço não parecia unânime no interior do partido, uma vez que, como a maioria dos partidos comunistas da América Latina aderiu à 3ª Internacional, a influência maior passou a ser do socialismo soviético. Para Mella, “[...] não era possível implantar em nosso meio, cópias servis de revoluções feitas por outros homens, em outros climas” (VARONA DOMÍNGUEZ, 2013, p. 186).

Em 1926, o jovem líder foi expulso da universidade em razão de suas atividades revolucionárias, ocasião em que fez uma greve de fome. Após este fato, exilado no México, fundou a Associação de Novos Emigrantes Revolucionários Cubanos, voltada à construção de uma ponte entre operários e estudantes que, tendo emigrado por causas distintas, reconheciam no desterro a necessidade de unificar-se em um ideal socialista para independentizar Cuba. Depois do assassinato de Mella no exílio, por ordem do então presidente de Cuba, Geraldo Machado (1869 – 1939), as reivindicações fundamentais, tanto entre os intelectuais como entre o povo mais simples, eram a abolição da Emenda Platt, o estreitamento dos nexos da libertação nacional ao projeto socialista e a união do projeto martiano às ideias marxistas do século XX (MARTÍNEZ HEREDIA, 2001).

Transcorria o ano da grande crise econômica de 1929, que se refletia no estancamento da indústria açucareira, das fábricas de tabacos, do turismo e da exportação de frutas, o que se somou à excessiva carga fiscal para enfrentar as dívidas com os banqueiros estadunidenses contraídas pelo governo de Machado, um militar que entrou na presidência com ampla popularidade. Durante sua administração foram realizadas obras monumentais, como o Capitólio de Havana e a Rodovia Central. No entanto, seu apoio diminuiu ao longo do tempo, desde que reformou a Constituição de 1901 para permanecer no poder. Nesse clima de convulsão, o advogado, escritor e líder revolucionário Rubén Martínez Villena (1899 – 1934) dirigiu uma rebelião popular anti-imperialista para a derrubada de Machado, o “asno com garras”.

Nesse contexto, Landaburo Castrill (2005) analisa que a situação econômica em Cuba, durante os anos 20 e 30 do século passado, era típica de um país neocolonial

e dependente; país agrário, onde coexistiam relações pré-capitalistas e relações capitalistas, baseadas na penetração do capital estrangeiro monocultor, monoexportador e atado às necessidades econômicas dos EUA. Com o distanciamento dos costumes europeus, a privilegiada classe cubana se deixou levar por ideias e costumes norte-americanos, à medida que os trabalhadores eram subjugados. Tudo era digno de ser imitado aos olhos das famílias dos latifundiários.

Na República neocolonial, os movimentos populares e as organizações políticas começaram a agitar-se de forma ativa, e a decorrência foi a eclosão de uma nova revolução em Cuba nos anos de 1930. O avanço das ideias socialistas e os governos de perfil nacionalista na América Latina, em especial as lutas de Augusto Sandino na Nicarágua, a Coluna Prestes no Brasil e a Revolução Mexicana de 1910-1917, abriram novas perspectivas ao continente, situação que fez recrudescer as medidas antipopulares e a força repressiva contra os setores progressistas na Ilha (GUERRA VILABOY, 2006).

Nas três primeiras décadas do século XX, a dominação imperialista atuou com acelerada penetração na economia cubana de grupos financeiros dos EUA. Na concepção de Cirules (1995, p. 16), a capital cubana ofereceu-se à máfia norte-americana como “[...] o mais esplendoroso dos paraísos”, com o turismo, a prostituição e os jogos ilegais organizados. Esse tipo de negócio cresceu de tal maneira que Cuba era considerada um importante centro da delinquência internacional e a “Meca da pornografia”. As empresas de mafiosos que operavam em Cuba eram especializadas em *shows* de erotismo em clubes noturnos. Muitas pessoas não ocultavam a sua inquietação, porque a Ilha se transformava em um lugar licencioso, de prostitutas e proxenetas, políticos corruptos e ladrões, de cabarés e de cassinos. Tratava-se de uma cidade transculturalizada no Mediterrâneo americano.

No cenário, a luta contra o fascismo como negação absoluta do humanismo foi constante para pensadores marxistas cubanos, entre eles Blas Roca Calderío (1908 – 1987). Em meados da década de 1940, ele apontou a necessidade de criação de um Estado verdadeiramente capaz de conquistar a unidade do povo cubano. No seu entendimento, a obra revolucionária de transformação não teria um caminho puro e não seria feita pelas minorias:

A aspiração dos pensadores marxistas cubanos era alcançar nos marcos de uma democracia burguesa e, pacificamente, os câmbios para beneficiar as massas populares e particularmente os obreiros. Esta era a via possível de fato, não incorreta teoricamente, tendo em vistas o marxismo, que poderia ser frutífera em dependência das condições objetivas internas e externas. Como já ocorreu, não poucas vezes na história, o problema estava na absolutização. No marco desta limitação, há que destacar-se um traço meritório dos comunistas cubanos em não perderem seu ideal, não deixarem de pensar no socialismo, no governo dos obreiros e, como antessala imprescindível, na liberação da pátria. (VARONA DOMÍNGUEZ, 2013, p. 203).

Da Broadway à Revolução Cubana

Durante toda a primeira metade do século XX, inúmeros escritores e intelectuais da Ilha estudaram ou viveram nos EUA. Os herdeiros das notáveis famílias cubanas viajaram ao Norte para receber educação escolarizada, inclusive os filhos de José Martí e de Antonio Maceo.

Os estudos ao Norte estavam cheios de esperanças e promessas, era a ocasião de aprender inglês e ser versado em métodos e habilidades requeridas para ter êxito em um ambiente econômico dominado pelos métodos norte-americanos. Essa educação proporcionava a preparação para assumir cargos de administração e de executivos em companhias estadunidenses. (BAKER, 2007, p. 457).

As aspirações da classe alta cubana estavam em Nova Iorque, o “[...] lugar das lojas mais chiques do mundo”. A experiência se repetia de uma geração à outra, porque as pessoas que haviam estudado nos EUA enviavam seus filhos ao Norte, formando migrações cíclicas – durante os bons tempos em que havia condições financeiras para passear, e nos maus tempos, quando tinham necessidade de procurar melhores condições de trabalho e estudo. O “Norte” era o lugar onde os cubanos se formavam e retornavam “feitos”. Muitos, como a primeira bailarina cubana Alicia Alonso, iniciaram suas carreiras em Nova Iorque. “Na década de 1930, estima-se que 40% da população cubana viveu nos EUA em algum momento de sua vida” (BAKER, 2007, p. 462).

As visitas anuais de dezenas de milhares de cubanos a Miami chegavam a converter-se em um ritual e transformaram a cidade da Flórida, que foi se moldando a uma configuração “latina”, com suas palmas reais e com a arquitetura colonial espanhola. Muitos regressavam aos seus lares com novos desejos e frustrados com o seu país, razão pela qual reagiam com inquietação. Em certas circunstâncias, a ida ao Norte podia minar a autoestima e debilitar os padrões nacionais:

Os modos norte-americanos estavam profundamente enraizados nas sensibilidades cubanas, porém tinham um impacto ainda maior sobre as susceptibilidades: as condições do Norte se mostravam sobre todas as coisas como um modo de viver e um estado mental – uma maneira de ser – de fato, uma combinação entre posição e atitude, entre decisão e convicção, entre confiança e segurança em si mesmo. Eram elementos fortes por sua associação com o êxito e com o status e, como era lógico, com as aspirações ao futuro. (BAKER, 2007, p. 473).

A alta burguesia pré-revolucionária, sob essa influência, batizava os seus membros de Billy, Joe e Bob. Falavam inglês, e o regresso era com frequência doloroso. “Ao voltar a Cuba queriam que o Paseo del Prado de Havana fosse a Broadway, Guanabacoa fosse a Filadélfia e Jesús del Monte fosse uma *downtown*” (BAKER, 2007, p. 471).

De acordo com Pérez Junior (2016), a crescente presença dos estadunidenses, com o *modus operandi* imperialista, introduziu câmbios profundos na sociedade cubana. A reputação de Havana como “*el distrito de luces rojas del Caribe*”, “*Las Vegas de la América Latina*” e “*burdel del Nuevo Mundo*”, ofendia a sensibilidade de parte dos cubanos, que se viam em meio ao gangsterismo importado e à desmoralização de Cuba, conhecida como o país do rum e da rumba. Entretanto, a maioria da população cubana tinha clara consciência de que essa situação não era somente provocada pela interferência externa.

Nós os cubanos temos vindo aqui em busca de liberdades pessoais, em troca da qual trouxemos talento, trabalho honesto e moral. Importamos conosco a grande indústria de fazer tabacos e temos levantado grandes cidades, Cayo Hueso, Ybor City e West Tampa [...] o que se deve ao constante trabalho produtivo dos cubanos generosos e obedientes à lei, que nunca pediram esmolas ao povo norte-americano. Em troca, tem contribuído ao tesouro de Estados Unidos com mais milhões de dólares do que qualquer indústria individual em todo o país, enriquecendo a comunidade de negócios e criando menos problemas aos tribunais de justiça nesse país do que quaisquer outros estrangeiros ou mesmo do que os nativos (MONTEJO, 2016, p. 117).

A Ilha que os norte-americanos condenavam nos jornais era sua própria criação, marcada pelo contraste entre os palacetes dos grandes latifundiários, o cotidiano dos cortiços, as péssimas condições de trabalho na indústria açucareira e os conflitos raciais. Os entretenimentos com feição estadunidense se propagaram por todo o país caribenho, com a crescente presença de orquestras contratadas para tocar em cabarés e clubes noturnos. Os músicos cubanos se adaptaram a essa tendência do mercado.

A música norte-americana chegava a Cuba por várias vias. Os filmes musicais de Hollywood foram muito populares durante as décadas de 1940 e 1950, desempenhando um importante papel. A rádio foi a chave de promoção desta música, tanto na programação local como em transmissões diretas desde os Estados Unidos. Em 1930, os cubanos importaram mais de meio milhão de discos. As vendas de vitrolas dispararam (PÉREZ JUNIOR., 2016, p. 439).

Com a penetração da língua inglesa, os cinemas passaram a ser chamados de *Majestic*, *Duplex* e *Roxy*, os hotéis, de *Blackstone* e *Park View*, e as lojas, de *Miami Store* e *Fifth Avenue*. A *bodega* era *grocery* e o salão de beleza conhecido como *beauty-parlor*. A crônica social estava repleta de *cocktail* e *parties*. Os edifícios *rascacielos* recebiam o nome de *penthouse*.

Os clubes de *baseball*, esporte que os cubanos chamam de *la pelota*, foram planejados para servir aos interesses das companhias norte-americanas, que os auspiciavam como forma de promover a disciplina, juntamente com o trabalho forte e coope-

rado. A cultura do *baseball* se fincou de tal maneira em Cuba, que, frequentemente, a vida cotidiana se concentrava nas disputas das grandes ligas dos EUA. As estruturas econômicas e as forças culturais facilitariam as imigrações gigantescas à Flórida depois de 1959. “No auge da insurreição contra Batista, os comandantes guerrilheiros faziam uma pausa em suas operações para escutar o jogo final da Série Mundial de 1957, entre Yankees de New York e Bravos de Milwaukee” (PÉREZ JUNIOR, 2016, p. 287).

Fulgencio Batista (1901 – 1973) foi presidente de Cuba em duas ocasiões: de 1940 a 1944 e de 1952 a 1959. Batista, de origem humilde, entrou no exército como soldado. Em 4 de setembro de 1933, liderou um golpe militar. Desde então, foi o homem forte de Cuba, até 1959, apoiado pelo exército. Em 1940, ele foi eleito presidente. Após a derrota eleitoral de seu partido nas eleições de 1944, foi para o exílio voluntário em Miami, de onde continuou a influenciar a política na Ilha. Voltou a aspirar novamente à presidência na eleição 1952, mas antes desta ocorrer, chefiou outro golpe de Estado, assumindo a posição de primeiro-ministro e depois de presidente provisório, até se tornar presidente nas eleições de 1954 (BRIONES MONTOTO, 2005).

Na década de 1950, o crime organizado assumiu o controle dos maiores hotéis e cassinos em Cuba. Dezenas de milhões de dólares foram investidos em instalações luxuosas, e os planos incluíam transformar a Ilha de Pinos em *Monte Carlo del Hemisferio Occidental*. No apagar das luzes do império norte-americano em Cuba, Lansky, que operava nos hotéis Montmartre, Sevilha, Internacional, Comodoro e Habana Hilton, proveu 14 milhões de dólares para construir o magnífico Hotel Riviera.

Meyer Lansky (Grodno, 1902 – Miami, 1983), um russo-americano aderente à máfia, apostou com sucesso em jogos de azar nos EUA. Internacionalmente, encorajou outros mafiosos a aplicarem dinheiro em Cuba; com o auge do turismo, começou a investir pesadamente na Ilha. Um ultrajado Lansky, quando se inteirou que Santa Clara havia sido tomada pelos rebeldes comandados por Che Guevara, em dezembro de 1958, deu ordem ao administrador dos cassinos para que levasse a seguinte mensagem aos seus funcionários:

Diga-lhes que é melhor levantar os traseiros e comecem em breve a pelear ou irão voltar a ser um monte de *jodidos come plátanos* tal como eram antes. Recordo-lhes que a única razão pela qual há encanamentos civilizados neste país é porque os americanos vieram em 1898 e golpearam os espanhóis até *la mierda de España*. O próprio palácio de Batista tinha o banheiro exterior até nós colocamos para dentro. A única razão pela qual Cuba tem um exército é que nós o criamos. Bom, é melhor começar a usá-lo ou vão terminar em uma esquina como começaram vendendo amendoim! Nós inventamos Havana e podemos muito bem levá-la para qualquer outro lugar, se ela não pode ser controlada. (PÉREZ JUNIOR, 2016, p. 535).

Diante dessa caracterização, os cubanos reagiram com indignação. Um povo que havia se proposto a estar na vanguarda da civilização ilustrada, encontrava-se, desde março de 1952, dirigido por gângsteres. Na entrada do ano de 1959, enquanto Batista se preparava para fugir à República Dominicana, muitos dos cassinos foram destruídos, incluindo os de Lansky. A vergonha se expressava com uma mescla de frustração e impotência. Novas narrativas sobre a nacionalidade estavam tomando forma na indignação dos cubanos:

Acreditam que somos um país atrasado, que não merece atenção, que não estamos capacitados à democracia e que não podem atuar de outra maneira diferente da que praticam contra nós. Não somos um povo de *borrachos*, ainda que fabriquemos o rum e bebamos. Tampouco somos um povo de perversões sexuais. Quem nos ensinou as corridas de cavalo? Quem instalou a roleta e o pôquer? Quem são os mais borrachos, os *criollos* ou os *yanquis*? Quem introduziu entre nós o *blackjack*⁶ arma grosseira usada pelos bandidos? A que veem a maioria dos turistas americanos a Cuba? A beber, a jogar, a fazer bravatas e a pisotear a lei! (PÉREZ JUNIOR, 2016, p. 535).

Foi a partir dessa conjuntura que Fidel Castro e um pequeno destacamento, autodenominado *Generación del Centenario*, de diversas procedências geográficas e sociais, adotaram a estratégia insurrecional. Para esse grupo de jovens, era impossível tolerar passivamente que, cem anos depois do natalício de Martí, reinasse na nação cubana o despotismo, e que isso sucedesse sem manifestações da rebeldia, que o próprio “apóstolo” da independência demonstrara desde sua infância e sua juventude.

Como havia ocorrido durante a frustrada revolução dos anos de 1930, o ideário martiano voltava a ser empregado, novamente, para fundamentar a necessidade de uma revolução dirigida às raízes da nacionalidade. Fidel declarou a Ramonet ⁷ (2006, p. 73):

Meu primeiro pensamento político foi martiano; mas quando houve o assalto ao Quartel Moncada, em 1953, eu já havia lido o suficiente sobre o socialismo, tinha um pensamento martiano desenvolvido e, além disso, ideias socialistas radicais. [...] A revolução cubana começou em 10 de outubro de 1868 e se estende ao longo da história.

Dada a tradição de lutas que desde a época da colônia caracterizou o oriente de Cuba, os insurgentes decidiram atacar os quartéis de Santiago. Do grupo, composto por 135 atacantes, 65 foram mortos, ao passo que a maioria foi feita prisioneira e tor-

⁶ Comum na década de 1940, *blackjack* é o nome da arma, um tipo de bastão extensível, usada pelos detetives particulares e capangas da máfia.

⁷ Entrevista-livro *Cien horas con Fidel* (título original) concedida ao escritor galego Ignacio Ramonet, em 2006.

turada. Fidel e um punhado de homens lograram refugiar-se nas montanhas, porém, em 1º de agosto de 1953, foram presos pelo exército de Batista.

O comandante do ataque ao Quartel Moncada havia manifestado, em muitas ocasiões, o rechaço à inoperância da oposição legal ao regime que, em plena Guerra Fria, limitava-se a denúncias no âmbito do Congresso. Nas palavras de Rodríguez (2018, p. 49):

A unidade entre as forças opostas à tirania a partir da desvinculação dos grupos reformistas, a necessidade de organizar os setores populares e brindar-lhes um programa que atendesse primordialmente aos reclamos de justiça social (terra, trabalho, educação e saúde) e verdadeira igualdade de oportunidades eram os elementos chaves do caráter martiano e fidelista de então.

Esses fatos não foram apenas uma maneira de expressar a consciência geracional, mas, sobretudo, sustentavam uma postura crítica acerca da sociedade e do imperativo de subverter os traços de decadência moral, de dependência externa, do estancamento econômico sobre uma base monoprodutora e monoexportadora, com crescente polarização social e aumento da miséria entre as classes trabalhadoras. A guerrilha do Movimento 26 de Julho representava muito mais que uma luta armada. “A sociedade cubana vivia um clímax revolucionário – ela parecia muito frágil, mas era imbatível, porque se tornara a herdeira e a parteira de uma guerra civil, que se atrasara no tempo, mas não em seu potencial revolucionário” (FERNANDES, 2007, p. 126).

O debate nos meios intelectuais serviu como via de criação a uma nova visão política, enquanto a luta armada contra Batista avançava, em um momento de grandeza da cultura cubana. Três grandes músicos do século XX - Benny Moré, Ernesto Lecuona e Bola de Nieve - produziam o melhor de suas obras. As artes plásticas reuniam grandes pintores e escultores, como René Portocarrero e Mariano Rodríguez. Nas vésperas do triunfo da revolução, Cuba estava no umbral das transformações que facilitariam um câmbio político radical.

Em 1958, os bens estadunidenses em Cuba representavam nada menos que 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras. Fernandes (2007, p. 73) definiu o país como “[...] um apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos”. Nos últimos meses desse ano, diante das investidas do exército rebelde, os arrivistas das forças armadas de Batista trataram de buscar um lugar favorável para seus interesses. Então, organizaram numerosas conspirações de última hora contra o barco que estava para afundar. Com elas, pretendiam salvar-se ou dar, quando menos, um golpe de efeito. Posteriormente, alguns desses oportunistas manifestaram seu apoio irrestrito à causa

revolucionária, ao que prontamente Fidel sentenciou: “Purificou-os o Jordão⁸ da Revolução” (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2018, p. 85).

Desenvolvimento de uma desavença

Em janeiro de 1959, começaram os ataques ao emergente nacionalismo reivindicador cubano, com uma série de esforços – tanto de âmbito interno como externo – para frustrar as aspirações de soberania dos rebeldes. Bastaram nove meses para que a revolução deixasse de ser vista como um movimento democrático-reformista, passível de absorção nos quadros da hegemonia estadunidense no hemisfério.

Na realidade, essa divergência começou muito antes de 1959, pois remonta ao início do século XIX, à identificação da classe burguesa açucareira com a ideia de anexação. Já nos primeiros dias do governo revolucionário, um conjunto de medidas foi adotado tendo em vista a concretização do programa político da revolução. A lei da reforma agrária, mais antifeudal que socialista, desatou um enfrentamento que perdura há mais de 60 anos.

O governo dos EUA replicou fortemente às medidas revolucionárias, embargando as exportações a Cuba. A resposta foi dada em 24 de outubro de 1960, quando o governo cubano nacionalizou 66 empresas norte-americanas. Para a revolução, iniciava-se uma nova etapa – não menos complicada e carregada de perigo – pois em janeiro de 1961, Washington, unilateralmente, ao romper as relações diplomáticas com Cuba, proibiu seus cidadãos de visitar a Ilha. Como resposta, em abril do mesmo ano, Fidel Castro proclamava o caráter socialista da revolução (BUCH e SUÁREZ, 2004).

Como resultado das primeiras medidas adotadas pelo movimento revolucionário, produziram-se mudanças nos latifúndios e nos ganhos do capital internacional em Cuba. Isso atingiu, principalmente, os interesses estadunidenses na Ilha, além de ter desencadeado uma série de agressões e retaliações que envolveram a tentativa de invasão pela Praia Girón e o estabelecimento de um bloqueio econômico, comercial e financeiro por parte do governo norte-americano contra Cuba.

Incluindo a frustrada invasão à Baía dos Porcos, diversas escaramuças são promovidas ou apoiadas por grupos de cubanos no exílio. Dentro disso, cabe destacar o isolamento ao qual Cuba foi submetida no seio da América Latina, quando, em julho de 1964, na Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovou-se o término das relações diplomáticas e comerciais dos estados membros com a Ilha. Dessa forma,

⁸ O Rio Jordão nasce no Líbano, separando Israel e Jordânia e posteriormente Cisjordânia e Jordânia. Local de relevância bíblica, cujas águas eram aproveitadas por João Batista para batizar pessoas que se arrependiam de seus pecados.

restou à direção política ampliar o caminho de aproximação ao bloco socialista e incorporar-se ao grupo de países hegemônico pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, posteriormente, membro do Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Came), em um contexto mundial bipolarizado por duas grandes potências.

Outras evidências inseridas nessa tensão têm vínculo com os problemas migratórios. De acordo com Rodríguez Rivera (2005, p. 111), muitos profissionais migram, porém “[...] sempre ficam mais do que aqueles que necessitamos e os que partem, sabe-se, são capacitados e encontram, facilmente, emprego em qualquer país da América Latina”.

Mediante a Lei de Ajuste Cubano, promulgada em 1966, os EUA admitem a entrada ilegal dos cubanos, lhes concedem residência e a possibilidade de trabalhar. Alarcón de Quesada (2000, p. VIII) declara que seu objetivo é transformar o tema em ferramenta de permanente desestabilização.

Com relação às leis que se configuram como herdeiras da Emenda Platt e das possíveis soluções ao término das desavenças, Rodríguez Rivera (2005, p. 132) pondera que a tática dos oponentes à revolução e o programa por eles proposto “[...] resulta em demasia ameaçador aos cubanos ‘de dentro’ e para qualquer cubano que aspire manter a soberania de seu país”.

As ações exercidas contra Cuba não se enquadram na definição de “embargo”, ao contrário, transcendem e tipificam um bloqueio, a relíquia da Guerra Fria, superada há muito tempo:

No bloqueio, guerra de baixa intensidade, sem bombas e estado de sítio, morte lenta por asfixia, afeta-se o comércio, a saúde, a educação, o transporte, as comunicações, a tecnologia, a ciência, a produção energética, a produção industrial, a produção agrícola e, certamente, tudo isso incide de forma desfavorável na qualidade de vida do povo (MÉNDEZ TOVAR, 1995, p. 87).

Com a desintegração da URSS e o fim do CAME, o governo dos EUA, prevendo o isolamento ao qual Cuba ficaria submetida, tomou medidas que se conformaram na Emenda Torricelli, promulgada em 1993, com o objetivo de definir a política em relação a Cuba, supostamente pacífica e democrática, visando ao crescimento econômico no país caribenho. Quando entrou em vigor, em 1996, a Lei Helms-Burton, de caráter extraterritorial e imperialista, estabeleceu a suspensão de fundos às instituições financeiras que fizessem negócios com Cuba, medidas que continuam repercutindo fortemente sobre as condições econômicas e sociais na Ilha (GUERRA e RIVERO, 2004).

Desde o ano de 2002, uma parte da Base Naval da Baía de Guantánamo é utilizada para alojar prisioneiros suspeitos de ligações com a Al-Qaeda e os talibãs. Dado que a base se situa em Cuba, o governo dos EUA argumenta que as pessoas detidas em

Guantánamo estão legalmente fora de seu país e não desfrutam dos direitos constitucionais que teriam se fossem lá detidas. Em meio a algumas polêmicas marcadas por ambiguidades, a prisão e a base naval estadunidense permanecem abertas como um desafio ao povo e ao governo de Cuba.

Derradeiras considerações

Na história de Cuba, as relações com os vizinhos ao norte sempre apresentaram um papel de destaque, pois a pequena ilha é testemunha do nascimento, da expansão e da consolidação do poder estadunidense. Resultante de um longo passado de coragem e de devotamentos, a nação cubana foi e segue posta como o desafio mais imediato ao controle do imperialismo no Caribe.

A guerra hispano-americana, por sua rápida e efetiva duração, representou um significativo momento da política externa estadunidense. A expulsão da Espanha de sua última colônia nas Américas e a tomada de territórios no Oceano Pacífico impulsionaram o viés imperialista mundializado da geopolítica norte-americana.

As relações cubano-americanas fluíram dentro da dominação econômica do capitalismo monopolista imposta à pequena ilha até 1961. Romper a lógica do capital em Cuba implicava a consolidação da nascente revolução. As circunstâncias com que os cubanos emergiram na eufórica experiência revolucionária de 1959, com o potencial e a promessa de independência em um processo autóctone, conformavam uma inventividade sem limites. Superada a fase de encantamento recíproco entre intelectuais e políticos, das emoções libertas no interior da massa vilipendiada, após séculos de dominação, os confrontos surgiram pela própria dinâmica dos câmbios no país, que buscava um salto dialético imprescindível. Diante do imperativo de fazer evoluir a sociedade desde seus próprios valores, contraditoriamente, instalaram-se impulsos a um sistema fechado como resposta ao acosso contrarrevolucionário.

Na linha estática da Guerra Fria, os avanços na mobilização popular em Cuba, na reafirmação do socialismo, evitaram consequências mais graves nos anos após a extinção da URSS. Embora seja difícil como técnica historiográfica traçar paralelos, quando começaram a cair os regimes do Leste Europeu, o povo daquelas nações não se atirou às ruas para defendê-los. Com base nestas constatações, alguém poderia perguntar: como a Revolução Cubana se mantém de pé? Combinando os valores da nacionalidade com o socialismo, o movimento revolucionário cubano engendrou um discurso próprio, escavando raízes na sua história. O legado de Martí, entrelaçado às ideias de Marx, acabou por produzir uma recepção ao marxismo distinta daquela até então hegemônica no continente americano. A combinação desses fatores

provavelmente é o sustentáculo capaz de explicar a continuidade do regime, mesmo com a pressão internacional e o fortalecimento do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba, que já afeta a quarta geração de cubanos. Nas últimas décadas, com a nítida dissipação do entusiasmo pelo papel do movimento revolucionário cubano perante a comunidade internacional, a ilha caribenha permanece como a relíquia de uma guerra desapiedada, supostamente aceita como fria, mas que se aquece sempre que necessário.

Em um fluxo constante, que não obedece a uma ordem de grandeza numérica regular, os cubanos encontraram ao norte a oportunidade de estudar e construir uma carreira, ainda que modesta. Ir aos EUA, desde meados do século XIX, parece ser a ambição de muitos jovens, e o desterro é uma espécie de predestinação. A experiência é tão familiar que se incorporou à condição cubana. Contrariando as percepções oriundas do senso comum, a aspiração de imigrar à nação estadunidense não é um fenômeno recente, mas, sim, uma ocorrência histórica secular, acirrada por “crises econômicas” em contraponto à “abundância de oportunidades” do gigante imperialista.

Em meio às situações adversas criadas no país, a memória constantemente avivada dos feitos históricos das revoluções inconclusas dos séculos XIX e XX vem atuando para aglutinar parcelas significativas da população, mesmo aquelas que, em algum momento, manifestaram reservas ao governo da Ilha. As discussões atuais em Cuba que permeiam todos os setores da sociedade cubana guardam uma significativa relação com questões econômicas e as tentativas constantes de agressões impostas ao país. Em meio às intimidações contra Cuba desde o exterior, é possível identificar alguns elementos que sinalizam a robustez de valores no sistema vigente, por meio da cultura de participação, dos comitês de defesa da revolução, dentro da democracia participativa que a sociedade socialista almeja ou, até mesmo, persegue, não obstante a presença concreta de ameaças à sua sustentação por parte das políticas de cunho imperialista.

As principais evidências desse exercício reflexivo apontam que a história da Ilha produziu uma cultura contra-hegemônica de características autóctones, com distintas marcas no sistema educacional, o alicerce fundamental da construção do socialismo. Frente a um denso legado forjado durante séculos, os cubanos sentem, desde algum lugar de si próprios, um reclamo de honra insuflado pelos exemplos, uma vez que as crianças crescem ouvindo nas escolas as narrativas das lutas contra a dominação estrangeira. O que talvez torne esta constatação relevante é o arcabouço presente na essência dos cubanos, que tem relação direta com o fluxo histórico de dupla dimensão: uma fechada no conjunto de leis, normas e regras; e outra aberta, cotidianamente apresentada como uma intrincada trama de relações dos envolvidos com

a realidade, incluindo acordos, estratégias individuais ou coletivas de aceitação aos esquemas, que mantém inquestionável uma parte dos problemas, equilibrando uma dialética que, apesar de explicitar mudanças, está atada, sobretudo, às permanências.

Em meio à complexidade desse processo, é possível reconhecer os anseios próprios dos cubanos, propensos a entrelaçar a trajetória pessoal com a trama histórica do país, a qual oscila, de uma forma periódica, entre o passado de lutas, o presente marcado por dificuldades, e os interrogantes do futuro.

Referências

- ACOSTA MATOS, Eliades. *El apocalipsis según San George*. Habana: Ediciones Abril, 2005.
- ALARCÓN DE QUESADA, Ricardo. Introducción a un libro imprescindible. In: TORRERA CRESPO, Ramón; BUAJASÁN MARRAWI, José. *Operación Peter Pan: un caso de guerra psicológica contra Cuba*. Habana: Política, 2000. p. 07-09.
- BAKER, James. *Ruston from dreams to reality*. Houston: Ruston-Baker Educational Instituto, 2007.
- BALIÑO, Carlos. El suicidio de los niños. In: INSTITUTO DE HISTORIA DEL MOVIMIENTO COMUNISTA Y DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA DE CUBA (Org.). *Carlos Baliño: documentos y artículos*. Habana: Comité Central del PCC, 1976. p. 195-202.
- BRIONES MONTOTO, Newton. *Aquella decisión callada*. Habana: Ciencias Sociales, 2005.
- BUCH, Luis M.; SUÁREZ, Reinaldo. *Gobierno revolucionario cubano: primeros pasos*. Habana: Ciencias Sociales, 2004.
- CANTÓN NAVARRO, José. *Una revolución martiana y marxista*. Habana: Centro de Estudios Martianos, 2008.
- CIRULES, Enrique. *O Império de Havana*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- COMISIÓN DE HISTORIA DEL SINDICATO SNTECD. *Un legado ejemplar*. Historia del sindicato de los educadores: apuntes. Habana: Pueblo y Educación, 2002.
- CUPULL, Adys; GONZÁLEZ, Froilán. *Mariana: Raiz da alma cubana*. Habana: Casa Editora Política, 2017.
- CUPULL, Adys; GONZÁLEZ, Froilán. *Julio Antonio Mella: Biografía*. Habana: Casa Editora Abril, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, José Ramón. *Un hombre afortunado*. Habana: Casa Editorial Verde Olivo, 2018.
- GUERRA, Aynel Álvarez; RIVERO, Anet Pino. *Análisis jurídico sobre la ilegalidad del bloqueo impuesto a Cuba por los Estados Unidos*. Habana: Ministerio de Relaciones Exteriores de Cuba, 2004. Disponível em: <http://www.cubavsbloquei.cu/Default.aspx?tabid=63>. Acesso em: 22 maio 2023.
- GUERRA VILABOY, Sergio. La Revolución haitiana (1790-1804). In: GUERRA VILABOY, Sergio. *Breve historia de América Latina*. Habana: Ciencias Sociales, 2006. p. 85-91.
- KAPCIA, Antoni. *Cuba in Revolution: a history since the fifties*. Chicago: University of Chicago Press; Reaktion Books, 2008.
- LANDABURO CASTRILL, Maria Isabel. El Pensamiento de Guiteras en la revolución social. *Revista de la Sociedad Cultural José Martí*, n.13, p. 51-58, 2005.
- MARTÍ, José. *Obras completas*. Edición Crítica. Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011. Tomo XVII.
- MARTÍ, José. *Obras completas*. Habana: Ciencias Sociales, 1975a. Tomo XIV.
- MARTÍ, José. *Obras completas*. Habana: Ciencias Sociales, 1975b. Tomo V.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. El poeta y la revolución. In: MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. *El*

- corrimiento hacia el rojo*. Habana: Letras Cubanas, 2001. p. 163-179.
- MÉNDEZ TOVAR, Carlos. *¿Democracia en Cuba?* La Habana: Editorial José Martí, 1995.
- MONTEJO, Miguel Angel “Carta al Editor”. Tampa Morning Tribune, 12 de septiembre de 1896. In: PÉREZ JUNIOR, Louis A. *Ser cubano: identidad, nacionalidad y cultura*. Habana: Ciencias Sociales, 2016. p. 117 – 118.
- ORTIZ, Fernando. *Los factores humanos de la cubanidad: perfiles de la cultura cubana*. 2002. Disponible em: http://www.perfiles.cult.cu/articulos/factores_cubanidad.pdf. Acceso em: 10 jan. 2023.
- PÉREZ JUNIOR, Louis A. *Cuba en el imaginario de los Estados Unidos*. Habana: Ciencias Sociales, 2018.
- PÉREZ JUNIOR, Louis A. *Ser cubano: identidad, nacionalidad y cultura*. Habana: Ciencias Sociales, 2016.
- PINO-SANTOS, Oscar. *Cuba: historia y economía*. Habana: Ciencias Sociales, 1983.
- RAMONET, Ignacio. *Cien horas con Fidel*. Habana: Oficina del Consejo de Estado, 2006.
- RODRÍGUEZ, Pedro Paulo. José Martí en Fidel Castro. In: SAXE-FERNÁNDEZ, John. *Yo soy Fidel: pensamiento y legado de una inmensidad histórica*. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 47-54.
- RODRÍGUEZ RIVERA, Guillermo. *Por el camino del mar: los cubanos*. Habana: Boloña, 2005.
- VARONA DOMÍNGUEZ, Freddy. *Humanismo, ideario de José Martí y pensamiento marxista cubano*. Habana: Félix Varela, 2013.
- VITIER, Cintio. *Ese Sol del mundo moral*. Habana: Centro de Estudios Martianos, 2011.

¿Cómo recuperar la estrategia socialista en el Chile contemporáneo?

Comparación incorporada y síntesis estratégica

Sebastian Link Chaparro*

“No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano. He aquí una misión digna de una generación nueva.”

José Carlos Mariátegui, 1928

Resumen: Este artículo propone dos herramientas de las teorías marxistas de la dependencia (TMD) y sistema-mundo (TSM) para abordar la pregunta por cómo recuperar la estrategia socialista en el Chile contemporáneo. Con estas herramientas se busca enfrentar los peligros del mecanicismo y revisionismo al recuperarla en un contexto marcado por el largo repliegue del movimiento popular (1994-2019). La primera herramienta corresponde al método de comparación incorporada de olas de protesta propuesto por Silver. La segunda consiste en discutir los conceptos de estrategia y táctica a través de un método de síntesis inspirado en Bambirra, integrando la estrategia del Movimiento de Izquierda Revolucionaria 1967-1973 en patrones globales de desarrollo del pensamiento socialista.

Palabras clave: Comparación incorporada. Olas de protesta. Movimiento popular. Estrategia socialista. Chile.

Abstract: This article proposes two tools from the Marxist theories of dependency and world-system to address the question of how to recover the socialist strategy in contemporary Chile. With these tools, the aim is to confront the dangers of mechanicism and revisionism while reclaiming that strategy in a context marked by the long retreat of the popular movement (1994-2019). The first tool corresponds to the method of incorporated comparison of waves of unrest proposed by Silver. The second involves discussing the concepts of strategy and tactics through a method of strategic synthesis inspired by Bambirra, integrating the strategy of the Revolutionary Left Movement 1967-1973 into global patterns of socialist thought.

Keywords. Incorporated comparison. Waves of unrest. Popular movement. Socialist strategy. Chile.

Resumo: Este artigo propõe duas ferramentas das teorias marxistas da dependência e do sistema-mundo para abordar a questão de como recuperar a estratégia socialista no Chile contemporâneo. Com essas ferramentas, busca-se enfrentar os perigos do mecanicismo e revisionismo ao recuperá-la em um contexto marcado pelo longo recuo do movimento popular (1994-2019). A primeira ferramenta corresponde ao método de comparação incorporada de ondas de protesto proposto por Silver. A segunda consiste em discutir os conceitos de estratégia e tática por meio de um método de síntese inspirado em Bambirra, integrando a estratégia do Movimento de Esquerda Revolucionária 1967-1973 em padrões globais de desenvolvimento do pensamento socialista.

Palavras-chave: Comparação incorporada. Ondas de protesto. Movimento popular. Estratégia socialista. Chile.

* Candidato a Doctor en Sociología, programa Cambio Social Global y Desarrollo, Departamento de Sociología, Johns Hopkins University.

1. Introducción

Este artículo contribuye a la pregunta por cómo recuperar la estrategia socialista en el Chile contemporáneo a través del uso de herramientas de las teorías marxistas de la dependencia (TMD) y de sistema-mundo (TSM). Su uso implica enfrentar dos problemas, el mecanicismo y el revisionismo. En palabras de Ruy Mauro Marini (1973, p. 13), el primero corresponde a “[...] la sustitución del hecho concreto por el concepto abstracto”, y el segundo, a “[...] la adulteración del concepto en nombre de una realidad rebelde a aceptarlo en su formulación pura”.

Giovanni Arrighi (1978) y Vania Bambirra (1993) proveen ejemplos claros de estos problemas. En *Geometría del Imperialismo*, el primero critica la aplicación mecánica a los 1960s de la teoría leninista del imperialismo construida a fines del siglo XIX e inicios del XX. El investigador italiano sostenía que la crisis predicha por Lenin que dio fin al imperialismo británico era de una naturaleza muy diferente a la de los años 1960. En efecto, esta no marcó el fin del imperialismo norteamericano sino que su transición hacia una fase de expansión financiera (ARRIGHI, 2006, 1994).

Por su parte, en *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*, Bambirra (1993) criticó el revisionismo del eurocomunismo y la ortodoxia soviética. Estos tomaban de Edward Bernstein “una receta recalentada” que “de nuevo mostró su ineficacia” (BAMBIRRA, 1993, p. 13). Ello nos lleva a una situación paradójica en que

[...] cuanto más necesita el mundo de hoy planificar y estatizar, más florecen las momias del liberalismo. No es casualidad que sus crisis cíclicas [del capitalismo] sean cada vez más constantes y profundas y sus recuperaciones cortas y mediocres. Por todo ello, creo que la propuesta socialista, tal como fue concebida por los clásicos marxistas, mantiene su vigencia inalterable. (BAMBIRRA, 1993, p. 14-15).

Recuperar la TMD y la TSM en el tiempo presente chileno no es una tarea fácil. Los tiempos en que Arrighi, Bambirra y Marini realizaron sus críticas eran los tiempos de la Nueva Izquierda, del *Gruppo Gramsci* en Italia, de *Política Operaria* (Polop) en Brasil y del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) en Chile, donde estos investigadores militaron. Desde entonces, el sistema-mundo capitalista (SMC) y las formaciones sociales que le componen han cambiado sustantivamente. Los movimientos socialistas y populares amenazaron con entrar en su crisis terminal en los años 1990. A pesar de estos cambios, al recuperar la TMD y TSM para un análisis de América Latina en su época neoliberal, Carlos Eduardo Martins (2020) sugiere que nos encontramos frente a la maduración de las condiciones materiales que Marx y Engels consideraron necesarias para una transición global al socialismo, alentando

con ello su recuperación en estos tiempos de crisis.

La primera herramienta venida de la TSM consiste en la comparación intertemporal de periodos análogos en la misma unidad de análisis como una forma particular del método de comparación incorporada desarrollado por Arrighi (SILVER, 2019; MCMICHAEL, 2019, 1990; ARRIGHI y PISELLI, 1987). En particular, utilizo el método propuesto por Beverly Silver (2003) para el estudio de los movimientos obreros en el largo plazo y a nivel del SMC, y comparo los tres periodos de repliegue prolongado observados en el siglo XX chileno, a saber, 1907-1918/1930 (11-23 años), 1973-1979/1983 (6-10 años) y 1994-2006/2019 (12-25 años). Sostengo que el periodo 1994-2019 corresponde al repliegue de mayor duración del movimiento popular chileno desde su emergencia en los 1880s, caracterizándose por su descomposición política.

La segunda herramienta venida de la TMD consiste en incorporar la estrategia socialista dentro del núcleo firme del programa de investigación materialista histórico. En particular, discuto el concepto de estrategia socialista en un contexto de largo repliegue como el observado hoy en Chile. De acuerdo con Bambirra (1993, p. 245),

[...] un estudio objetivo de la teoría del socialismo debe basarse, ante todo y en primera instancia, en sus clásicos y sus seguidores inmediatos, tanto teóricos como prácticos, y no en académicos desconectados de los procesos reales ni líderes políticos frustrados, sino en aquellos que contribuyeron positivamente a la superación del capitalismo.

Así, presento criterios para una síntesis de clásicos revolucionarios en el Chile de los 2020s, destacando la aproximación del MIR a la estrategia socialista como la última síntesis creativa realizada en este suelo.

Este artículo se ordena como sigue. Primero, presento el argumento del largo repliegue del movimiento popular (MP). Segundo, discuto un concepto de estrategia socialista históricamente situado. Finalmente, concluyo.

2. Comparación incorporada y el gran repliegue del MP chileno en el siglo XXI

Esta sección se ordena en cuatro partes. Primero, describo el método de comparación incorporada para estudiar el MP chileno. Segundo, identifico olas de protesta social y laboral en Chile. Tercero, comparo los tres periodos de largo repliegue del MP chileno: 1907-1918/1930, 1973-1979/1983 y 1994-2006/2019. Finalmente, presento la tesis de la descomposición política del MP como contracara cualitativa del largo repliegue.

2.1. Método

Arrighi y Fortunella Piselli (1987) sentaron las bases del método de comparación incorporada en el *Desarrollo Capitalista en Entornos Hostiles*, donde compararon los procesos de proletarianización de tres pueblos de Calabria en el sur de Italia. Estos tres procesos se asemejaban a los caminos prusiano, norteamericano y suizo de proletarianización, los que resultaron en su desarrollo económico. Sin embargo, en el sur italiano, estos procesos produjeron el subdesarrollo a través de su incorporación periférica a la economía mundial.

El método de Arrighi y Piselli (1987) consistió en comparar las trayectorias de los tres pueblos en el periodo 1880-1980s, primero, *como si fueran independientes entre sí* y, luego, introduciendo aspectos que vinculaban los tres casos, a saber, la geografía, el rol del Estado, los procesos migratorios y las luchas redistributivas. Al introducir este segundo momento, la comparación de los casos ahora involucraba analizar cómo las particularidades de unos dependían de sus relaciones con los otros. Con esta doble comparación, los autores reconstruyeron una configuración histórica, la región de Calabria, como un todo autoformado dentro de un todo autoformado mayor, el SMC (SILVER, 2019; MCMICHAEL, 1990).

En Arrighi (1994, 2006) y Arrighi y Silver (1999), se utilizó el método de comparación incorporada para el estudio del SMC en distintos periodos definidos por los ciclos sistémicos de acumulación (CSA). Cada CSA consiste en una fase de expansión productiva seguida de una de expansión financiera a nivel sistémico, las que indican el ascenso y descenso, respectivamente, de un poder hegemónico global. Al comparar los CSA centrados en las ciudades italianas en alianza con el imperio español, Holanda, Inglaterra y Estados Unidos (EE.UU.), Arrighi analizó patrones de larga duración para caracterizar el periodo en el que él se inscribía. Ver Silver y Arrighi (2003) para una síntesis de esta aproximación.

En este marco, Silver propuso un método para el estudio de las fuerzas obreras (SILVER, 2003). Durante los años 1990, el World Labor Group (WLG) produjo una base de datos para estudiar los patrones de protesta obrera a nivel del SMC, liderado por Gran Bretaña (largo siglo XIX) y por Estados Unidos (largo siglo XX). En particular, el WLG codificó las menciones de protesta obrera en las secciones internacionales de los periódicos *The New York Times* (EE.UU.) y *The Times* (Gran Bretaña) entre 1850 y 1996.

La construcción de esta base supone que la atención entregada por los periódicos de países centrales del CSA a otros países del centro, periferia y semiperiferia es un buen indicador para identificar olas de protesta *no normales* y *no normativas*. La no

normalidad refiere a características distintas a las olas que le precedieron, y la no normatividad, a la ilegitimidad de la movilización ante las instituciones de la clase dominante.

Para validar la base de datos, el WLG evaluó su capacidad de identificar olas de protesta laboral a nivel de país. El principal indicador utilizado por Silver y su equipo fue el número anual de menciones de protesta obrera (SILVER, ARRIGHI y DUBOFSKY, 1995). Siguiendo a Shorter y Tilly (1975), el WLG analizó visualmente la serie de tiempo, la contrastó con la literatura histórica y utilizó la siguiente técnica matemática para identificar olas de protesta:

a) un año se considera ola de protesta si es que el número de menciones de ese año es 1,5 veces mayor al promedio de los últimos cinco años y mayor al promedio de toda la serie;

b) un año se considera una ola grande de protesta si es que, además de cumplir los requisitos previos, el número de menciones para ese año es mayor a 2 veces el promedio de la serie.

Este artículo utiliza una nueva base de datos producida en los años 2010 por el *Global Social Protest Group* (GSP), liderado por Silver y Sahan Karatasli. Esta base de datos buscó actualizar el trabajo realizado por el WLG. En comparación al WLG, el GSP incluyó menciones de protestas no laborales, computarizó y complejizó la codificación de noticias, y reemplazó el periódico británico *The Times* por *The Guardian*.

El número de menciones de protesta por país expresa su visibilidad ante los poderes imperialistas. Esta depende de distintos factores según de qué país se trate. En el caso chileno, podemos encontrar al menos tres elementos que explican, en parte, su visibilidad:

a) la integración de la clase dominante chilena con el imperialismo global. El MIR caracterizó a la clase dominante chilena en base a su interpenetración con el imperialismo. “Ha sido él, el imperialismo, quien ha dado origen a nuestra burguesía, y quien luego la ha desarrollado” (VIRIATO, 1967). El MIR propuso el concepto de complejo social y político dominante para referir a esta forma particular de integración dependiente. Esta interpenetración se observa en el país desde tiempos coloniales, fortaleciéndose con la integración del país a la división internacional del trabajo en los años 1870 y reproduciéndose con la transición de la hegemonía británica a la norteamericana. La historia mostró que el MIR subvaloró las capacidades de la clase dominante nacional, la cual se ha mantenido unificada desde los 1830s, particularmente su vértebra empresarial, lo que le ha dotado de un espacio estratégico para operar activamente dentro del complejo social dominante (FISCHER, 2017; JARAMILLO, SOLAR y LINK, 2017; SATER, 1990);

b) interés en materias primas. Luego de la Guerra del Pacífico, Chile se apropió de los yacimientos de salitre y cobre. Capitales británicos controlaron la extracción salitrera desde los años 1870 hasta su crisis tras la invención del salitre sintético. Luego, capitales estadounidenses tomaron control de la extracción cuprífera hasta 1966-1971, la que recuperó, en parte, a fines del siglo XX e inicios del XXI. Hoy, poderes centrales miran con ansias el control del litio;

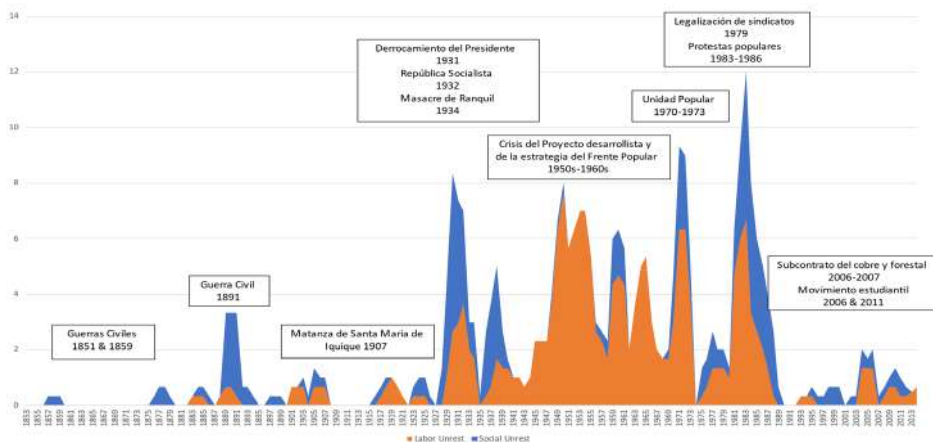
c) geopolítica y estabilidad de la formación social y el SMC. Chile no ha sido un país de particular interés geopolítico para Gran Bretaña ni para EE.UU. por sus características geográficas o por su población, sino que por sus movimientos obrero y socialista. Hasta 1973, este era uno de los más fuertes y desarrollados del continente. Chile fue el segundo país del mundo donde triunfó un Frente Popular, en 1938, después de Francia, en 1936. El triunfo de la Unidad Popular (UP) en 1970 es expresión de la misma tendencia.

El caso chileno

Se contabilizó un total de 331 menciones de protesta social en Chile para el periodo 1850-2016. De esas, 305 se refieren a conflictos verticales y 26 pudieran referirse a conflictos horizontales dentro del MP o de la clase dominante. Estas 26 menciones corresponden a protestas no laborales y fueron incluidas en el análisis. A su vez, 206 menciones corresponden a protestas laborales y, de ellas, solo 10 nombran a desempleados. A continuación se presenta algunos resultados de la base de datos del GSP como marco para la comparación de los largos repliegues del MP.

El Gráfico 1 presenta el promedio móvil de 3 años de menciones de protesta en el periodo 1850-2016, destacando la proporción de protestas laborales. Este gráfico permite analizar visualmente patrones del MP chileno de larga duración. Por su parte, la Tabla 1 presenta las olas y olas grandes de protesta social identificadas en la base de datos del GSP utilizando la técnica del WLG. La Tabla 2 presenta las olas identificadas para las series de protestas laborales de las bases del GSP y WLG.

Gráfico 1. Protesta laboral y social en Chile 1850-2016



Criación propia a partir de la base de datos do grupo de trabalho Global Social Protest (Arrighi Center)

Del Gráfico 1 y Tablas 1 y 2, cabe destacar la concentración de las olas de protesta en el periodo 1930-1973. De acuerdo con la Tabla 1, se identifica olas de protesta en 13 de los 43 años de este periodo (30%), en 2 de los 79 años de 1850-1929 (2%) y 4 de los 42 años de 1974-2016 (9%). Se observa el mismo patrón en las protestas laborales (Tabla 2). Contabilizando solo aquellos años identificados por las dos bases de datos y el 2006, nos encontramos que el periodo 1850-1929 cuenta con 0 años de olas de protesta laboral de un total de 79 (0%), 1930-1973 con 9 de 43 (20%) y 1974-2016 con 2 de 42 (4%). Las olas grandes de protesta siguen el mismo patrón.

Tabla 1. Olas de Protesta en Chile 1850-2016

Olas de Protesta	Olas Grandes de Protesta	Hitos
1891	1891	Guerra Civil (1891)
1907		Masacre de Santa María de Iquique (1907)
1930-1932	1930-1932	Gran Depresión (1929), República Socialista (1932)
1938-1939	1938	Masacre del Seguro Obrero (1938), Ariostazo (1939)
1946-1947		Masacre de Plaza Bulnes (1946), Ley Maldita (1948)
1950-1951	1950-1951	Gran huelga del cobre (1951)
1961	1961	
1966	1966	Gran huelga del cobre (1965), Masacre de El Salvador (1966)

1972-1973	1972-1973	Unidad Popular (1970-1973), Paro patronal (1972), Golpe de Estado (1973)
1979		Apertura de la dictadura (1979-1981)
1983-1984	1983-1984	Crisis de la deuda (1982), Protestas nacionales (1983-1986)
2006	2006	Revolución pingüina (2006), Protestas de trabajadores subcontratados (2006-2007)

Criação própria a partir da base de dados do grupo de trabalho Global Social Protest (Arrighi Center)

De excluir los 26 casos donde no es seguro el carácter vertical del conflicto, los años 1903, 1925, 2000 y 2011 aparecen como años de olas de protesta, y 1939 y 1947 aparecen como olas grandes de protesta. Estos años no resisten la robustez de incluir los 26 casos por lo que se excluyen de esta tabla.

Tabla 2. Olas de Protesta Laboral en Chile 1851-2016

Base de datos del GSP		Base de datos del WLG	
Olas de protesta	Olas grandes de protesta	Olas de protesta	Olas grandes de protesta
		1890	
1903			
1907			
		1919-1920	
1931-1932	1931-1932	1931	
1934	1934	1936	
1940	1940	1940	
1946-1947	1946-1947	1946-1947	1946-1947
1950-1951	1950-1951	1950	1950
		1954-1955	1954-1955
1961	1961	1960-1961	1960-1961
1965-1966	1965-1966	1966	1966
1972-1973	1972-1973	1972-1973	1972-1973
1979		1978	
1983	1983-1984	1983	1983
		1986	1986
2006	2006	n.i.	n.i.

Criação própria a partir da base de dados do grupo de trabalho Global Social Protest (Arrighi Center)

Tabla 3. Menciones de protesta social y laboral por país 1851-2016

	Total de Menciones			Menciones por año			Menciones por año		
	Protesta social (PS')	Protesta laboral (PL)	PL/PS'	PS'			PL		
				1851-1929	1930-1981	1982-2016	1851-1929	1930-1981	1982-2016
Argentina	537	250	<u>46.6%</u>	1.24	<u>7.35</u>	1.63	0.51	<u>3.67</u>	0.54
Bolivia	202	90	<u>44.6%</u>	0.15	<u>3.06</u>	0.89	0.01	<u>1.25</u>	0.69
Brasil	487	131	26.9%	1.61	<u>5.79</u>	1.69	0.13	<u>1.98</u>	0.51
Chile	331	206	<u>62.2%</u>	0.42	<u>4.35</u>	2.06	0.14	<u>3.10</u>	0.97
Colombia	390	72	18.5%	1.39	2.46	<u>4.34</u>	0.08	<u>1.06</u>	0.31
Costa Rica	68	21	30.9%	0.15	<u>0.96</u>	0.17	0.00	<u>0.38</u>	0.03
Cuba	1035	236	22.8%	5.54	<u>10.90</u>	0.86	0.77	<u>3.29</u>	0.11
República Dominicana	199	22	11.1%	0.95	<u>2.25</u>	0.20	0.00	<u>0.33</u>	0.14
Ecuador	122	27	22.1%	0.49	<u>1.38</u>	0.31	0.04	<u>0.35</u>	0.17
El Salvador	289	18	6.2%	0.22	1.48	<u>5.57</u>	0.00	<u>0.25</u>	0.14
Guatemala	170	42	24.7%	0.41	<u>2.17</u>	0.71	0.01	<u>0.77</u>	0.03
Haití	240	27	11.3%	1.54	1.00	<u>1.89</u>	0.04	0.17	<u>0.43</u>
Honduras	148	13	8.8%	0.80	<u>1.27</u>	0.54	0.03	<u>0.19</u>	0.03
México	1540	286	18.6%	<u>13.42</u>	6.52	4.03	1.20	<u>3.21</u>	0.69
Nicaragua	464	31	6.7%	1.76	2.62	<u>5.40</u>	0.03	0.29	<u>0.40</u>
Panamá	185	56	30.3%	0.82	<u>1.75</u>	0.83	0.20	<u>0.58</u>	0.29
Paraguay	76	6	7.9%	0.18	<u>1.12</u>	0.11	0.03	<u>0.06</u>	0.03
Perú	297	86	29.0%	0.72	<u>2.75</u>	<u>2.77</u>	0.09	<u>1.25</u>	0.40
Uruguay	120	42	35.0%	0.49	<u>1.38</u>	0.26	0.03	<u>0.71</u>	0.09
Venezuela	299	45	15.1%	<u>1.87</u>	1.65	<u>1.86</u>	0.01	0.35	<u>0.74</u>
América Latina	7199	1707	23.7%	34.17	<u>62.21</u>	36.11	3.32	<u>23.23</u>	6.74

Criación propia a partir de la base de datos del grupo de trabajo Global Social Protest (Arrighi Center)

La Tabla 3 sitúa a Chile en el contexto latinoamericano, comparando las menciones por año en tres periodos, 1850-1929, 1930-1981 y 1982-2016. Este análisis modifica la periodización anterior reemplazando el golpe de Estado chileno de 1973 por la crisis continental de la deuda de 1982.

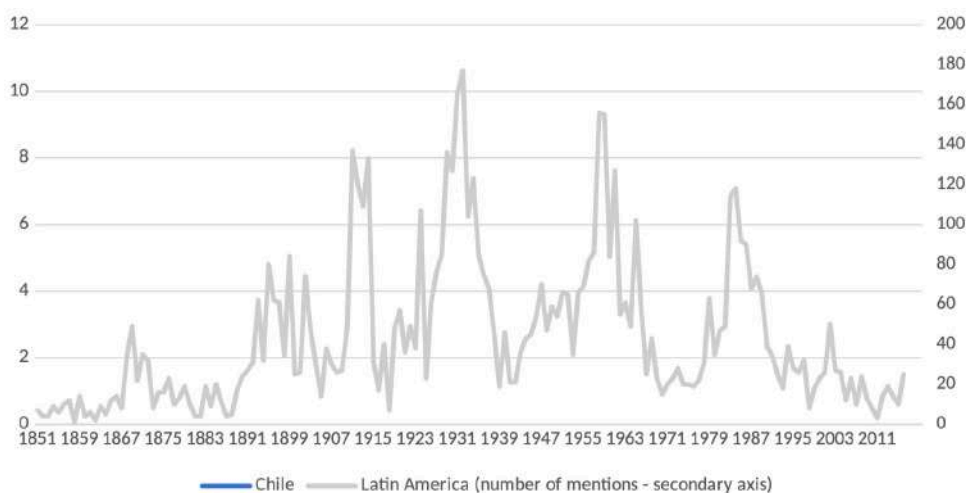
De esta tabla interesa constatar lo siguiente: Chile (331) es el séptimo país con el

mayor número total de menciones después de México (1540), Cuba (1035), Argentina (537), Brasil (487), Nicaragua (464) y Colombia (390). Chile se destaca como aquel con el mayor porcentaje de menciones laborales, 62,2%, muy por sobre los países que le siguen, Argentina (46,6%) y Bolivia (44,6%). Finalmente, Chile coincide con la tendencia continental de concentrar gran parte de las menciones en el periodo 1930-1981. A diferencia del patrón continental, las menciones de 1982-2016 en Chile son sustantivamente superiores a las de 1850-1929.

En cuanto al ranking de Chile en América Latina por periodo, este país ocupa el quinto, cuarto y primer lugar en el promedio de menciones de protestas laborales por año en los periodos 1851-1929, 1930-1981 y 1982-2016, respectivamente. Respecto a las protestas sociales, Chile ocupa los lugares quinceavo, quinto y sexto, respectivamente. Con ello, a pesar de la caída en el número de menciones en el último periodo, Chile se mantiene como el país con más menciones de protesta laboral por año del continente en 1982-2016.

2.2. Tres largos repliegues en la historia de Chile

Gráfico 2. Número anual de menciones de protesta social en Chile y América Latina 1850-2016



Criação própria a partir da base de dados do grupo de trabalho Global Social Protest (Arrighi Center)

El Gráfico 2 presenta el número anual de menciones de protesta en Chile y América Latina. Se destaca los periodos de largo repliegue con cuadrados.

El primer gran repliegue inicia en 1907, con masacres como las del mitin de la carne (1905), Plaza Colón (1906) y Santa María de Iquique (1907), con cientos de

asesinados en las primeras dos y miles en la tercera. Esta magnitud de masacres de varios cientos y miles en un solo evento represivo reapareció en la crisis de los 1920-1930s con Marusia y La Coruña en 1925 y Ranquil en 1934. El gráfico muestra 0 menciones en 1907-1917 y 1921-1924, una sola mención anual en 1918-1920 y dos en 1925. Esta tendencia de menciones a la baja en 1907-1917 contrasta con la tendencia ascendente latinoamericana para el mismo periodo. Esta divergencia se termina cuando el país se sincroniza con el continente, después de 1930-1932.

Durante el repliegue de los años 1910, se formó el Partido Obrero Socialista (POS), en 1912, el que luego asumió la forma de Partido Comunista (PC) en 1922, y Luis Emilio Recabarren, líder del POS, asumió la conducción de la Federación Obrera de Chile (FOCH) en 1917, consolidando un giro socialista de la organización en su segunda convención, en 1919. El giro que lideró el POS era doble. Reemplazaba la conducción socialcristiana expresada en el liderazgo de Pablo Marín y Emilio Cambie y dejaba atrás la hegemonía anarquista del MP. A su vez, las huelgas del hambre en Santiago (1918-1919), las 130 huelgas del periodo 1917-1920 y la incorporación de estudiantes y campesinos al MP en los 1920s, marcaban el camino para salir de la derrota que abrió el repliegue. Así, el giro estratégico socialista se conjugó con un ascenso del MP. Los años 1910-1920 fueron un periodo de recomposición político-social de las fuerzas obreras y populares que estallaron en 1930-1932.

La crisis mundial de 1929 se conjugó en Chile con la del salitre, desencadenando las movilizaciones de 1930-1932. Esta ola se conjugó con el *pushismo* reformista de la izquierda, la que había apoyado el golpe de Estado que derrocó a Arturo Alessandri en 1924 con la oposición de Recabarren, y que dio lugar a los 12 días de la República Socialista de 1932, liderada por miembros de la Fuerza Aérea. A su vez, el giro insurreccional del PC en 1933-1934 lo llevó a confluir con campesinos y mapuche, experiencia que se cerró rápidamente con la masacre de Ranquil (1934).

En síntesis, los 1910s recompusieron el MP bajo una conducción revolucionaria para luego dar paso a una conducción reformista, consolidada en la segunda mitad de los 1930s con el triunfo del Frente Popular. Esta conducción reformista tuvo primero derivas militares (1924, 1932) y luego dio paso a la conducción electoralista del PC y del Partido Socialista (PS), creado en 1933.

El segundo periodo de repliegue social y político se inicia con el golpe de Estado cívico-militar del 11 de Septiembre de 1973. Las menciones de protesta social llegaron a 0 en 1974-1976 para reaparecer débilmente a fines de los 1970s en el contexto de la recomposición de la resistencia y la apertura parcial del régimen en 1979. Durante la dictadura, las fuerzas militares en alianza con las fuerzas políticas de ultraderecha neoliberal reprimieron brutalmente al MP y la izquierda, para lo cual contaron con la

venia y apoyo del gran capital. 28.459 personas han sido reconocidas como víctimas de tortura y 3.227 como víctimas ejecutadas o desaparecidas durante los 17 años de dictadura. A ello se suman más de 200.000 exiliados, un número indeterminado de personas que pasaron por centros clandestinos de detención y tortura, y la intervención prolongada, revanchista y brutal en poblaciones y comunidades campesinas y mapuche politizadas durante la UP. Esta brutalidad fue respuesta al largo periodo de acumulación política del MP chileno, coronado con el gobierno de la Unidad Popular (1970-1973), y a la emergencia de una síntesis socialista entre la izquierda reformista, la revolucionaria y la cristiana.

Entre 1979 y 1981, la dictadura estuvo en su mejor momento. Las reformas neoliberales lanzadas en 1975 dieron respuesta a las crisis inflacionarias de las décadas previas, y la izquierda y MP estaban desarticulados y aterrorizados. En 1980, la dictadura promulgó una nueva Constitución y abrió el paso para su institucionalización. La crisis de la deuda de 1982 quebró esta tendencia. Tal como en 1929, Chile fue uno de los países latinoamericanos más golpeado por la crisis, pues esta se combinó con la crisis financiera desencadenada por la privatización y liberalización financiera descontrolada y acelerada de la política neoliberal ortodoxa de 1975-1982. El desempleo, el hambre y la activación de sectores mineros y de clases medias convocando protestas masivas dieron pie a una ola grande de protestas en 1983-1984, con los pobladores como su actor más activo.

Este repliegue es corto en relación con los otros por al menos tres razones. Primero, el MP aún se encontraba temporal y experiencialmente cerca del periodo previo al golpe de Estado. Segundo, la crisis que desencadenó el programa neoliberal ortodoxo desestabilizó el triunfo parcial de 1979-1981. Tercero, el contexto de dictadura restringió la emergencia de mecanismos de consentimiento que complementarían la coerción, lo que se combinó con el salto evolutivo de la compulsión muda de las relaciones económicas, a saber, “dejarse a merced de la dependencia del capital” (MAU, 2023, p. 24) que trajo el giro neoliberal dictatorial y se mantuvo y desarrolló en su forma democrática.

Esto nos lleva al tercer periodo de repliegue, el cual se inicia en 1994 y cierra en 2019. A diferencia de los otros repliegues, este no comienza con un hito represivo como 1907 y 1973, sino que con un periodo de reconversión de una situación dictatorial a una democrática (1986-1994). En 1986, la conducción del MP se volcó al camino electoral dentro del proceso de transición monopolizado por la clase dominante tras el fallido atentado a Pinochet en septiembre de 1986, el que simbolizó la derrota de quienes buscaban una salida popular. Por su parte, en 1993 se disolvió el Consejo Coordinador de Seguridad Pública (“La Oficina”), el que fuera la institución concert-

acionista que siguió a la disolución de la Central Nacional de Inteligencia (CNI) de la dictadura. La Oficina dio un cierre represivo a la izquierda revolucionaria venida de la dictadura, marcando una crisis que hasta el día de hoy esta no logra superar.

Elijo 1994 como hito inicial en vez de 1990 o 1986 para enfatizar el carácter abierto del periodo 1986-1994, pues el largo repliegue que le siguió no era un resultado necesario. Los partidos de la Concertación pudieron haber generado una situación de compromiso con la organización popular en políticas como las habitacionales, laborales y de seguridad pública, dándoles un lugar político en la postdictadura. Por su parte, la izquierda revolucionaria pudo haber sobrevivido el periodo de reconversión (1986-1994) de haber logrado ciertos mínimos de unidad, basados en su oposición al proyecto de la clase dominante, y de haber resistido la política concertacionista de desarticulación.

A su vez, 1994 expresa el fin de la estela de las movilizaciones de los 1980s, la cual había provocado un incremento en la organicidad popular. A partir de 1994 se observa un repliegue organizativo de trabajadores y pobladores. Entre los primeros, se observa una caída sostenida del número de huelgas y de la sindicalización desde 1994 hasta finales de los 2000s (OHL-COES, 2021). Respecto a las organizaciones vecinales, el crecimiento de juntas de vecinos y centros de madres de principios de los 1990s se quiebra en 1994, para desacelerarse y disminuir en el periodo que le sigue. De ahí en adelante, las fuerzas políticas de izquierda institucional dejaron atrás la construcción de una fuerza política popular con independencia de clase para, parafraseando a Mau, dejarse a merced de su dependencia con el gran capital y el imperialismo norteamericano.

Este largo repliegue del MP se quiebra en 2019 con el estallido social. A fines de los años 1990 e inicio de los 2000, vuelve a aparecer la movilización de algunos sectores, la que se consolida en 2006 con los trabajadores subcontratados y estudiantes secundarios, y en 2011 con los estudiantes bajo dirección universitaria. Ello abrió un ciclo de movilizaciones en los años 2010, partiendo con protestas estudiantiles y territoriales en las regiones para dar paso a la ola feminista que amplió la masividad del movimiento. A su vez, el número de huelgas y la afiliación sindical crecieron a niveles superiores a los vistos en los años 1990 y 2000 (OHL-COES, 2021).

Las fuerzas políticas de izquierda, a saber, las fuerzas del Frente Amplio (FA), de la izquierda concertacionista y del PC, fueron parte importante de la conducción del movimiento en los 2010s. Desde allí, fueron progresivamente desplazándose al Estado, acumulando posiciones en municipios, el Parlamento (desde 2014), la Asamblea Constituyente (2021-2022) y el Poder Ejecutivo (2022-2026). Así, su desarrollo organizacional se asentó en la continuidad de su participación en el ámbito electoral-es-

tatal, la que contrasta con su discontinuidad en lo social. Los combates, organicidad e ideología de las luchas de los mineros y forestales subcontratados y de los estudiantes secundarios se quebraron tras las movilizaciones, mientras el lado político ingresaba a los palacios de la burguesía y aseguraba desde ahí su continuidad. Cabe acotar que, de las tres fuerzas nombradas, solo el PC posee autonomía orgánica e ideológica de su involucramiento en el Estado, dada su estructura partidaria, cuestión de la que carecen el FA y PS, cuya unidad depende de sus éxitos electorales e inserción en la clase dominante.

Las tendencias de los 2010s llegaron a su punto cúlmine y de quiebre en 2019. Al 2019, estas fuerzas políticas de izquierda ya tenían un proyecto electoral consolidado al cual se subordinaba su accionar en el mundo social. Respondieron al estallido social con un proceso constituyente, el que estuvo desajustado a las demandas populares, llegando al rechazo de la propuesta constitucional por una amplia mayoría. Las movilizaciones del 2019 explotaron en octubre y se mantuvieron, con menor intensidad, durante el 2020 hasta la crisis del COVID, abriendo una ola masiva de politización de la sociedad chilena. Más de una de cada diez personas participaron de las protestas, abriendo las familias, los grupos de amigos y lugares de trabajo a la discusión política, a pesar de la respuesta represiva del Estado. De acuerdo con el Instituto Nacional de Derechos Humanos, esta involucró más de 3.500 personas heridas, de las cuales 427 resultaron con heridas oculares, 34 con diagnóstico de pérdida o estallido ocular y una treintena de fallecidos (para un análisis del estallido social consistente con este artículo, ver Link, Marconi y Sandoval, 2019).

El 2019 consolidó el preámbulo de masificación política que había avanzado el movimiento feminista, para luego tomar un giro conservador desde 2022, sin por ello detener la ola masificadora. Al consolidar su repliegue en el Estado, las fuerzas de izquierda dejaron el espacio libre a un liderazgo de derecha en la politización masiva. Ello se expresa en el rápido crecimiento de dos partidos derechistas fundados en 2019: (1) el Partido Republicano, el que controló la fallida Convención Constitucional de 2023 con 22 de los 50 miembros elegidos, y (2) el Partido de la Gente, el que es el segundo partido más grande del país, con más de 41.000 miembros a diciembre de 2023.

Parte de la explicación de la duración de cada periodo reside en su relación con los periodos previos. 1907-1929, 1973-1983 y 1994-2019 no son casos independientes entre sí. La salida del primer gran repliegue entregó las condiciones ideológicas y orgánicas que caracterizaron el largo ciclo de acumulación político-social del MP (1930-1973). Por su parte, el segundo largo repliegue fue un ensayo brutal de la clase dominante para la desarticulación de esa acumulación, ensayo que peligró con la

crisis de 1982. Finalmente, el tercer largo repliegue emergió de la combinación de la represión brutal del segundo repliegue y su reconversión hacia el fortalecimiento de mecanismos de hegemonía y compulsión muda en 1986-1994. Ello aseguró la exclusión permanente y activa del MP de la esfera política. La Tabla 4 presenta una síntesis de la comparación de los tres largos repliegues.

Tabla 4. Tres largos repliegues del MP en el largo siglo XX chileno

Periodo de repliegue	Años	Inicio	Recomposición	Reaparición protesta	Término del repliegue
1907-1918/1930	11-24	Masacre Santa María de Iquique (1907)	1910s. Recomendación socialista	1918-1920. Crisis del salitre y protestas del hambre	1929. Crisis financiera, ola mayor de protestas en 1930-1932
1973-1979/1983	6-10	Golpe de Estado cívico-militar (1973)	1970s. Recomendación precaria	1979. Apertura e institucionalización de la dictadura	1982. Crisis de la deuda, ola mayor de protestas en 1983-1984
1994-2006/2019	17-25	Transición democrática (1986-1994)	2010s. Recomendación fallida	2006. Revolución <i>pingüina</i> y subcontratados	2019. Crisis global y estallido social

Criação própria a partir da base de dados do grupo de trabalho Global Social Protest (Arrighi Center)

2.3. De largo repliegue a descomposición popular

1994-2019 es el periodo más largo de repliegue del MP chileno desde su emergencia en los años 1880. Este aspecto cuantitativo refleja una dimensión cualitativa más profunda: su descomposición político-social. En la izquierda, ello se expresa en el desalajo de la estrategia socialista, es decir, de la construcción de fuerzas políticas populares con independencia de clase.

En el mundo popular, ello se expresa en la ausencia de movilizaciones masivas del MP como las observadas a mediados del siglo XX. Después de los años 1980, las protestas masivas que siguieron se mantuvieron a nivel sectorial sin explotar como un sujeto popular generalizado hasta 2019. Las protestas de los trabajadores públicos a fines de los 1990s, contra la APEC y la guerra de Irak a inicios de los 2000s, los estudiantes secundarios y trabajadores subcontratados a mediados de los 2000s, y los estudiantes universitarios y protestas regionales-territoriales en los 2010s, no

explotaron como un movimiento total del MP como el visto en 2019. Explicar las razones de esta tendencia excede los objetivos de este artículo. Aquí basta con constatar el hecho.

A diferencia de los años 1910, donde el repliegue cuantitativo se combinaba con la recomposición político-social del MP, el largo repliegue de 1994-2019 se combinó con la descomposición reproducida en los 2010s. Esta se expresa en al menos tres aspectos. Primero, en la ausencia de olas de protestas masivas del MP. Segundo, durante los años 2010, en la izquierda política que se asentó en los aparatos de la burguesía como sitio de acumulación estratégica, subordinando su relación con fuerzas populares a los requerimientos de la burguesía. Finalmente, en la ausencia radical de tejido social-político dentro de los territorios populares, a saber, redes de reflexión y práctica políticas socialistas operando en lugares de trabajo, barrios y poblaciones, lugares educacionales e iglesias, entre otros territorios. La ola feminista de fines de los años 2010 y la ola republicana de inicio de los 2020 expresan la apertura de caminos para la reconstrucción de este tipo de tejido al lanzar la politización masiva del país.

3. La estrategia socialista como herramienta conceptual

Esta sección se divide en cuatro partes. Primero, presento el problema de la discontinuidad histórica y la continuidad simbólica en la reflexión socialista. Segundo, presento una aproximación evolutiva a la estrategia socialista. Tercero, discuto la estrategia mirista en Chile en 1967-1973. Cuarto, presento una definición de estrategia y táctica que dota de contenido teórico a los conceptos de descomposición y recomposición política-social del MP.

3.1. Discontinuidad histórica y continuidad simbólica

Insurrecciones y levantamientos populares ocurren en tiempos muy acotados y raramente se institucionalizan. Esta discontinuidad fundamental que caracteriza a la insurrección ha provocado dificultades en llevar adelante programas de investigación continuos en el tiempo en torno a la estrategia revolucionaria y la contrainsurgencia. Cada experiencia insurreccional y de contrainsurgencia de relevancia global ha traído consigo esfuerzos de síntesis que han llevado a conectar experiencias de distintos tiempos y lugares.

Por el lado de la contrarrevolución, los estudios militares de EE.UU. rehabilitaron el programa de investigación de la contrainsurgencia luego de la *guerra contra el terrorismo* (sic) lanzada en 2001 y del retorno global de los levantamientos populares

post-2011. Como parte de esta tendencia, la Universidad Johns Hopkins abrió el *Assessing Revolutionary and Insurgent Strategies* (ARIS) en 2016, lanzando estudios sobre movimientos insurgentes en países como Colombia, Palestina y Somalia. Este centro es la continuación del *Special Operations Research Office*, el que llevó adelante estudios que soportaron el bombardeo de la CIA a Guatemala que derrocó a Jacobo Arbenz en 1956 (PHILLIPS, 2015; LACHARITÉ, KENNEDY y THIENEL, 1964). Otra expresión del *revival* del campo de la contrainsurgencia es el *Routledge Handbook of Insurgency and Counterinsurgency*, el que presenta en un mismo libro perspectivas de contrainsurgencia de EE.UU., India, China, Sudáfrica e Israel, entre otros, y un análisis de múltiples insurgencias del Sur Global (RICH y DUYVESTYEN, 2012).

Por el lado de la revolución, en Chile, la última síntesis creativa de este tipo de estrategia fue la que llevó adelante el MIR como expresión de la Nueva Izquierda sesentera. Tal como la literatura de la contrarrevolución sintetiza experiencias de otros tiempos, lugares, culturas y sujetos con las que informar las insurrecciones que se les presentan, la construcción de una alternativa socialista involucra necesariamente una síntesis de lo heredado (BAMBIRRA, 1993). A fines de los años 1960, el MIR sintetizó aportes de Marx, Clausewitz, Luxemburgo, Lenin, Trotsky, Fanon, Guevara y Mao, entre otros, desde el Chile de esa época. Con ello, a pesar de la distancia del MIR con estos revolucionarios, este pudo recuperar patrones de desarrollo que fueron coartados tras sus respectivas derrotas.

Siguiendo a Leslie White (1949), la posibilidad de evolución intergeneracional de los humanos en un mundo práctico discontinuo está dada por la continuidad del mundo simbólico. Otros animales son capaces de aprender en su relación con entornos cambiantes y de comunicarse entre sí a través de códigos complejos. Sin embargo, solo los humanos nos adaptamos culturalmente, produciendo un medio de transmisión que no ha tenido parangón en la Tierra. Con ello, el ejercicio de síntesis de la estrategia socialista constituye un aspecto central a la hora de recuperar patrones evolutivos del pasado que, a pesar de haber sido coartados, son útiles para enfrentar los desafíos del presente y futuro. Este ejercicio otorga patrones de continuidad que los vencedores tras el golpe de Estado de 1973 buscaron destruir y distorsionar. Así, la discontinuidad histórica no cierra el paso a la continuidad simbólica.

Como sostuviera Margaret Archer (1996), el mundo simbólico posee una característica especial: una vez una idea ha emergido en el sistema cultural, es casi imposible eliminarla. En el sistema cultural, lo ideológico puede mantenerse al resguardo para ser actualizado en el futuro, aun cuando pasen largos periodos sin grupos sociales e individuos activándolo. Este puede resistir una dictadura brutal y de larga duración, que se queme libros e instale una censura y propaganda prolongadas, e incluso que se reorganice la

sociedad completa, como ocurriera en Chile. Existen caminos para recuperar vías de desarrollo truncadas. Podemos recuperar la estrategia socialista y el materialismo histórico a pesar del contexto de descomposición política actual. El MIR lo hizo en relación con sus antecesores y nosotros también lo podemos hacer respecto a los nuestros.

Hacer una síntesis desde el Chile del siglo XXI que integre los aportes a la estrategia socialista de revolucionarios tan diversos como Toussaint Louverture, José Martí, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Vo Nguyen Giap, Fausto Reinaga, Walter Rodney, Vania Bambirra y Lorena Peña, y las múltiples tradiciones chilenas, indígenas y de inmigrantes, excede con creces este artículo. Lo que interesa enfatizar aquí es que estas tradiciones forman parte de un programa de investigación científico-político común. Su discontinuidad histórica introduce la necesidad de un trabajo de síntesis en tiempos, lugares, culturas y sujetos específicos que pueda relanzar un pensamiento estratégico cuya evolución se expresa en estos nombres.

Los desarrollos de la Nueva Izquierda en el globo, particularmente en el Sur Global, son un ejemplo de esa síntesis (RODNEY, 2022). En los 1960s, esta corriente tenía continuidad histórica directa con décadas de luchas de liberación nacional y socialista y aun así no existía atajo a la síntesis. Debían realizarla, sobre todo considerando el error revisionista de desvincular a Lenin de Marx y Engels, lo que “[...] no es otra cosa que el primer paso lógico para abjurar del propio marxismo” (BAMBIRRA, 1993, p. 246). Hoy nos encontramos en una fase marcada por la discontinuidad, la distorsión y el acceso indirecto a estas tradiciones, por lo que nuevas síntesis que nos transformen en “seguidores inmediatos” de los “clásicos” se vuelven más imperativas.

3.2. Una aproximación evolucionista al pensamiento estratégico socialista

En su análisis de la trayectoria de la estrategia socialista de Marx a Mao, James DeNardo (1985) ofrece una narrativa útil para la construcción de esta síntesis. DeNardo sostiene que históricamente los movimientos revolucionarios han ido internalizando progresivamente a la estrategia revolucionaria aspectos previamente determinados por las condiciones históricas. Su punto de partida es lo que él llama la teoría de la necesidad histórica de la revolución de Marx y Engels. Dos argumentos de esta teoría resultan de especial relevancia para este artículo, el carácter prolongado de la estrategia socialista para la toma del poder y el carácter estructural del desarrollo de la organización y conciencia obreras.

En cuanto a la toma del poder, a mediados del siglo XIX, Marx criticó la propuesta de August Willich, quien favorecía la toma del poder inmediata por vía militar,

aprovechando las condiciones coyunturales. Marx se oponía a ello si es que la toma del poder no era liderada por una fuerza proletaria con programa y capacidad de gobierno propios. En aquel minuto, Marx sostenía que tal desarrollo tomaría décadas. En este contexto, Willich veía solo dos opciones: embarcarse en la lucha armada por la toma del poder o quedarse sentados en casa. Ello resuena con las opciones del electoralismo, para quienes las elecciones y los cargos en el Estado se aparecen como único medio de acción política relevante. A este respecto, Marx sostenía que no había atajos y que una revolución triunfante requería del trabajo prolongado de construcción de fuerza y unidad para elevar al proletariado a clase dominante (FREEDMAN, 2013).

En cuanto a la tesis estructural, Arrighi (1990, p. 56) describe el modelo de *El Manifiesto Comunista* como sigue. El doble proceso de pauperización y fortalecimiento de las masas proletarias trae consigo, en el largo plazo, “[...] una multiplicidad de victorias y derrotas combinadas espacial y temporalmente de maneras impredecibles” conformando un movimiento ingobernable bajo las lógicas de la sociedad de clases. “La conciencia y la organización son reflejos de procesos estructurales de competencia y cooperación que no responden a ninguna voluntad individual o colectiva”. En estas condiciones, los comunistas estaban llamados a formar cuadros que pudieran involucrarse en las batallas cotidianas del proletariado imprimiéndoles una orientación estratégica hacia el futuro y en el interés de la totalidad de la clase (MARX y ENGELS, 1969).

En esta aproximación, los alzamientos populares y la intensificación de la lucha de clases constituían momentos de aceleración de la organicidad y conciencia del proletariado. Así, la ausencia de insurrecciones tras el desenlace de la Comuna de París en 1871 trajo consigo una larga crisis del pensamiento socialista, la que habilitó la distorsión revisionista de Berstein. El alzamiento ruso de 1905 quebró con esta tendencia, otorgando una base histórica para que Luxemburgo integrara la huelga general al canon socialista. Esta era una forma de movilización que permitía acelerar el desarrollo ideológico y orgánico del movimiento proletario sin ponerlo en peligro (FREEDMAN, 2013).

En su tiempo, Marx y Engels fueron críticos a la táctica de la huelga general, asociándola al anarquismo. Engels sostenía que la fuerza requerida para una huelga general era tan grande que, antes de lanzarla, los trabajadores ya se habrían tomado el poder por otros medios. Sin embargo, a principios de los 1900s, la capacidad de conducción política del movimiento de masas presentaba mayor desarrollo que en la segunda mitad de los 1800s, lo que explica, en parte, el argumento de la huelga general de Luxemburgo.

Esta creciente capacidad de conducción también explica, en parte, la propues-

ta leninista del partido de vanguardia, la que internalizó en la estrategia consciente partidaria lo que Marx y Engels habían dejado al desarrollo de la lucha de clases. De acuerdo con Lenin, la evolución del capitalismo y las luchas proletarias no producen por sí mismas los requisitos orgánicos e ideológicos para la toma del poder, por lo que la organización y conciencia del proletariado debe volverse acción consciente de sus cuadros.

3.3. Nucleamiento en el MIR chileno

Décadas más tarde, el MIR recibe un pensamiento estratégico socialista evolucionado que ya internalizaba aspectos como los de la sociedad civil (Gramsci, Togliatti) y la organización militar (Giap, Guevara). El MIR nace en 1965 como una crítica radical al electoralismo del PC y el PS en la segunda mitad del siglo XX chileno (GOICOVIC, 2016). La estrategia socialista había sido desalojada del pueblo, pues las izquierdas localizaban su estrategia en los aparatos del estado de compromiso a los que subordinaban su relación con las fuerzas populares. Una de las contribuciones más importantes del MIR en el periodo 1967-1973 fue localizar su desarrollo partidario en la cotidianeidad del pueblo, en los territorios habitados por este, a saber, establecimientos educacionales secundarios y universitarios, la comunidad indígena y campesina, la población y el lugar de trabajo.

El MIR tiene un origen territorial. En su primera fase (1965-1967), el MIR aglutinó grupos pequeños de izquierda inspirados en la Revolución Cubana que habían emergido a lo largo del país, críticos a la izquierda tradicional. Estos grupos bebían del trabajo político-social de la izquierda reformista y revolucionaria consolidada en los años 1930 (ALVAREZ, 2015; PALIERAKI, 2014). Los líderes del MIR no produjeron estos grupos. Sin embargo, produjeron un grupo de conducción al que múltiples grupos pequeños pudieron acoplarse. En el periodo 1967-1970, el MIR aceleró este proceso de aglutinamiento, con grupos pequeños de hermanos, amigos, compañeros de trabajo, estudiantes, campesinos, indígenas y enamorados integrándose al partido revolucionario (BASTÍAS, 2022; BRAVO, 2012; PALOMINOS, 2017). El triunfo de Salvador Allende en 1970 permitió un desarrollo acelerado de la estructura mirista, pues esta llegaba a la Unidad Popular con células que ya operaban dentro del pueblo.

El MIR logró organizar una estructura partidaria cuyo núcleo de acumulación se localizaba en los territorios populares y, secundariamente, en organizaciones de la sociedad civil y negociaciones con el Estado y otros aparatos burgueses. En vez de subordinar su construcción orgánica a los requisitos de los aparatos de la burguesía, el MIR aprovechó el halo de protección allendista para subordinar su relación con

otras organizaciones de izquierda y de la burguesía a su crecimiento en el pueblo. En este contexto, el MIR pudo apropiarse creativamente de la aproximación guerrillera cubana y de la guerra popular prolongada china y vietnamita y transformarla en una estrategia político-militar donde la política terminó sustituyendo lo militar, lo que cambió con la recomposición del MIR de post-dictadura y la Operación Retorno a fines de los años 1970 (GOICOVIC, 2016; PALIERAKI, 2014).

En la *tesis político militar de 1967*, la conducción mirista nucleada en torno a Miguel Enríquez, Bautista van Schouwen y Luciano Cruz estableció el marco analítico que guió su accionar hasta el golpe de Estado en 1973. Este documento argumenta en favor de prepararse para la lucha armada dado el riesgo inminente de una contrarrevolución golpista. Plantea dos fases. Primero, preparación de las condiciones para la lucha armada. Segundo, inicio de la lucha armada. A pesar de este diseño, al llegar 1973, no más de un 20% de la militancia del MIR tenía cierto conocimiento militar, con una minoría de entre ellos activamente trabajando en la construcción militar. En el discurso, el MIR parecía reducir lo político a lo militar. Sin embargo, en la práctica, la prolongación de la primera fase y su consolidación política con la apuesta del poder popular en 1972-1973, significaron que el MIR desarrollara lo político por sobre lo militar. Ello explica, en parte, la trágica derrota que siguió al golpe de Estado (VALENZUELA, 2018).

Las operaciones del MIR llegaron a involucrar en torno a 10.000 militantes partidarios y 30.000 participantes en sus frentes de masas. Si bien estos números son radicalmente inferiores a los del PC y PS, los que estaban en los cientos de miles, la forma de articular los núcleos organizativos que se acoplaban y subordinaban a la conducción mirista permitió que este partido lograra una fuerte presencia territorial y nacional y pretendiera disputar el liderazgo reformista.

El núcleo conductor del MIR interpretó estos desarrollos en la clave de DeNardo. Los revolucionarios chinos, vietnamitas y cubanos enfrentaron condiciones objetivas y subjetivas que les permitían iniciar la lucha armada en el corto plazo. En los tres casos, la lucha armada se articuló con la lucha anticolonial y antidictatorial. Chile carecía de estas condiciones y lo militar no se había instalado aún como necesidad. El compromiso electoralista de la hegemonía reformista del MP había truncado el desarrollo político-militar de las fuerzas populares, dejándolas poco preparadas para enfrentar una contrarrevolución. En estas condiciones, el liderazgo mirista sostuvo que el movimiento de masas no generaría las condiciones para la lucha armada como resultado de la lucha de clases, ni en el corto ni en el largo plazo, sino que sería producto del trabajo consciente de los cuadros. Esta reflexión dio coherencia a la prolongación del periodo de preparación de las condiciones para la lucha armada.

La comparación de la experiencia del MIR con el gran repliegue actual nos permite hacer un ejercicio similar al realizado por este en su tesis de la lucha armada. Los nucleamientos con los que se encontró el MIR eran producto de la intersección de décadas de acumulación política con hegemonía socialista y de la crisis global y nacional de 1967-1973. En el contexto de la descomposición del MP, hoy no nos encontraremos con los núcleos a los que el MIR dio liderazgo. Tomará tiempo antes de que emerjan. Qué tanto demore dependerá de qué tan activos sean los activistas y cuadros del MP en construirlos durante los periodos de ascenso y descenso de las olas de protesta que vienen. La posibilidad de elevar al MP a candidato realista a conducir una transición socialista depende de las organizaciones e ideologías conscientemente construidas con independencia de clase en territorialidad popular. Solo produciendo continuidad política dentro del pueblo y recuperando tradiciones coartadas del pasado se puede recomponer políticamente al MP.

Esta aproximación a la política e internalización de nuevas tareas partidarias no es monopolio del MIR, sino que es parte de una ola global (GOICOVIC, 2016; RODNEY, 2022). Desde Centroamérica, Héctor Acevedo, del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), citaba a Ramiro para presentar uno de los aspectos clave de la organización leninista.

Estábamos organizados en células, en pequeños grupos de revolucionarios. Lenin definió que la estructura básica del partido revolucionario de nuevo tipo es la célula. La célula se reproduce en el cuerpo social, tiene vida, piensa en reproducirse. Los Comités de Bases deben ser como células que viven en el barrio, colonia, caserío, cantón, escuelas, colegios, universidades, ahí donde la gente vive, trabaja o estudia, y en ese mismo lugar debemos hacer labor diaria tanto en lo político, como lo social. (ACEVEDO, 2006, p. 10-11).

A su vez, cabe acotar que el nucleamiento político en territorialidad popular del MIR estuvo marcado por el discurso antielectoral. Sin embargo, con el pasar del tiempo, el MIR fue incorporando progresivamente lo electoral, manteniéndolo estrictamente subordinado al desarrollo político territorial y la línea política nacional. El golpe de Estado no le permitió desarrollar una apuesta de poder popular que incorporara lo electoral.

Otros movimientos de la Nueva Izquierda lo avanzaron, demostrando que el compromiso en lo electoral no es argumento suficiente para no desplegar políticas orientadas hacia un poder popular con estricta independencia de clase. En EE.UU., los Panteras Negras incorporaron la cuestión electoral en el centro de su conceptualización del poder negro, el que era la corriente análoga al poder popular latinoamericano en la tradición panafricanista. Para los revolucionarios estadounidenses, el control comunitario de los representantes estaba al centro del poder negro. Por su

parte, en El Salvador, el mismo Acevedo (2016) discute los desafíos estratégicos en la construcción del poder popular y partido revolucionario en el periodo en que el FMLN controlaba el gobierno y un número importante de municipios.

3.4. Reconceptualizando estrategia y táctica

La conceptualización de estrategia y táctica utilizada por el marxismo-leninismo viene de Carl von Clausewitz, quien fue el teórico burgués más avanzado en el estudio de la guerra y la estrategia del siglo XIX. Su conceptualización emergió del giro en la diferenciación sistémica entre lo político y militar, la que se articuló con la existencia de estrategias conduciendo la guerra lejos del campo de batalla (BLACK, 2020; FREEDMAN, 2013; ROXBOROUGH, 1993).

Históricamente, su teoría de la estrategia militar se asienta en la experiencia napoleónica. Luego de la revolución de 1789, Francia desarrolló una fuerza militar de masas sin parangón en Europa, estableciendo la conscripción general de la población. Napoleón Bonaparte logró conducir esa fuerza antes de que otros Estados la desarrollaran. Luego de invadirlos, las fuerzas francesas establecían su organización política, a saber, el código civil y otras instituciones del Estado burgués. Una vez la invasión francesa terminó, el nuevo orden político implantado se mantuvo, constituyendo uno de los mayores éxitos de Napoleón.

Parafraseando a Clausewitz, la guerra fue la continuidad de la política por otros medios. Vencer al enemigo consistió en quebrar su centro de gravedad, su fuerza militar, e implementar los objetivos políticos que llevaron a la guerra en primer lugar. Esta capacidad de destrucción fue solo posible durante un periodo determinado, el que se cierra cuando las innovaciones francesas se difundieron en el continente europeo. La emergencia de este equilibrio es internalizada por Clausewitz en el libro *Sobre la guerra*, cuando desde 1827, incorpora a su obra la distinción entre guerra absoluta, la cual tiende a la forma napoleónica, y guerra limitada, la que se asienta en la imposibilidad de llegar a victorias definitivas y de destruir el centro de gravedad enemigo (GRAY, 1999).

En este contexto, Clausewitz (1989) definió estrategia como la conducción de la guerra, a saber, la combinación de múltiples fuerzas y recursos con el objetivo de ganar la guerra. Por su parte, la táctica refería a las decisiones determinadas por las batallas mismas, por aquellas decisiones que deben adaptarse constantemente a condiciones cambiantes, particularmente las acciones de los enemigos. De aquí que la estrategia refiera a la construcción de un análisis general de la situación que permita transformar los objetivos políticos entregados por el sistema político en objetivos y medios militares. De este análisis emerge un plan, el cual la organización militar implementa en base a

la jerarquía y disciplina que permiten que un grupo pequeño pueda determinar con relativo éxito el quehacer de miles de personas. Así, esta conceptualización de estrategia presupone la existencia de generales capaces de dar liderazgo a muchos soldados.

Cabe acotar que la idea de la estrategia como plan no solo apela a la jerarquía militar, sino que también como paso necesario para enfrentar la guerra racionalmente. Tener un plan es muy importante en la estrategia, a pesar de que nunca se aplique de forma mecánica. Una de las razones de ello es que hacer el plan permite ponderar elementos estructurales de los coyunturales en el análisis concreto de la guerra, siendo capaz de entender su transformación en el tiempo y sus implicancias para con la estrategia, a saber, el plan. En otras palabras, más que producir pasos claros a seguir, el plan construye un marco de análisis y explicita objetivos políticos y estratégicos y etapas de desarrollo que permiten la adaptación coordinada de las unidades de combate.

El MIR logró asumir un rol estratégico en términos de Clausewitz al construir un núcleo conductor sin contrapesos dentro del partido en 1967-1973. Dentro del Comité Central (CC), solo Miguel Enríquez y Bautista van Schouwen tenían un conocimiento total del partido (PÉREZ y BERÁSTEGUI, 2015). El CC, incluidos Enríquez y van Schouwen, tenía muy poca capacidad material para realizar el monitoreo y conducir la aplicación de sus orientaciones. Las estrategias, tácticas y operaciones locales eran, en general, un trabajo de las unidades de base bajo el liderazgo de las estructuras locales y regionales. Mantener la unidad en ese contexto involucraba tener los objetivos políticos y estrategias a nivel nacional claros y continuamente influenciando las estrategias locales y las decisiones tácticas y operacionales.

A diferencia de Clausewitz, en la estrategia socialista las fuerzas propias y la posición de comandante no existen a priori y deben ser producidas (ALBAMONTE y MAIELLO, 2017). En el caso del MIR, la posición de conducción estuvo dada por la unidad político-estratégica alcanzada, la que posibilitó la iniciativa propia de los cuadros sin que la estrategia general perdiera coherencia. Esta articulación es la base histórica para que Schlotterbeck (2018) llame *revolucionarios cotidianos* a la militancia mirista de base. En palabras de Acevedo (2006, p. 15, énfasis mío) para el caso del FMLN, “[...] un cuadro debe tener una alta dosis de iniciativa, creatividad en el trabajo y la preocupación constante por todos los problemas de la Revolución. [...] Para todos ellos, el denominador común es la claridad política”.

En el contexto de la descomposición política del MP y el desafío de internalizar la producción de núcleos socialistas territorializados, la aproximación de Clausewitz nos limita por cuanto supone la existencia de una organización con capacidad de conducción de fuerzas masivas. Este fue el caso para Lenin y el MIR, pues cuando un dirigente

popular se sumaba a sus partidos, este movilizaba a un número importante de personas. El partido de vanguardia era el partido de los cuadros que ya existían en el pueblo y que tenían sus propios núcleos. Hoy, la incorporación del dirigente-cuadro no involucra muchas personas, pues es este el que ahora carece de activo militante y de núcleo organizativo, los que ahora debe proveer la organización socialista.

¿Cómo definir estrategia y táctica de una forma que conecte la situación actual del MP chileno con el horizonte político de adquirir la capacidad estratégica descrita por Clausewitz, Lenin y el MIR? Una forma de responder a esta pregunta es incorporar la interpretación de Michel De Certeau (1980), quien define estrategia y táctica desde la cotidianeidad. Su objeto de reflexión es el consumo de productos y experiencias producidos por organizaciones jerárquicas subordinadas al capital. De Certeau parte de la constatación de que quienes usan cosas e ideas las deben manipular para ello, lo que establece patrones de manipulación que son distintos a los de los creadores de estas cosas. Este aspecto revela “[...] las formas ingeniosas en que los débiles hacen uso de los fuertes” (DE CERTEAU, 2011, p. xx).

En base a ello, él propone las siguientes definiciones. Por un lado, la estrategia es el [...] cálculo de una relación de fuerza que se vuelve posible cuando un **sujeto de voluntad y poder** (un dueño, una empresa, una ciudad, una institución científica) puede ser aislado de un entorno. [...] Una estrategia asume un **lugar que puede ser circunscrito como propio** y que sirve como la base para generar relaciones con un exterior distinto de aquél. (DE CERTEAU, 2011, p. xix, énfasis mío).

Por su parte, la táctica es

[...] un cálculo que no cuenta con lo ‘propio’ (espacial o localización institucional), ni con un borde que lo distinga claramente de una totalidad visible. [...] **El espacio de la táctica pertenece al otro**. Una táctica se insinúa en el lugar del otro de forma fragmentaria, sin tomárselo en su totalidad, sin ser capaz de mantenerse a distancia. [...] Por cuanto no tiene un lugar propio, una táctica depende del tiempo, siempre en busca de oportunidades que deben ser aprovechadas en el aire. (DE CERTEAU, 2011, p. xix, énfasis mío).

Utilizando esta definición, la estrategia socialista conecta directamente la construcción cotidiana de núcleos territorializados de una fuerza política popular con independencia de clase con el desafío de una conducción revolucionaria del MP. Así como el MIR distinguió entre producir las condiciones para la lucha armada y el inicio de esta, aquí nos sirve distinguir entre producir las condiciones para la creación de un partido socialista y el partido mismo. Llegar a la concepción estratégica de Clausewitz de liderazgo y composición es en sí un logro, el que dependerá del nucleamiento de grupos protosocialistas a nivel territorial emergiendo como la trans-

formación de espacios tácticos en espacios estratégicos para el MP. Parafraseando a Gramsci, esto implica llevar la guerra de posiciones a la cotidianeidad del pueblo en todos los espacios, desde nuestras individualidades y familias hasta los espacios académicos y las organizaciones representativas del MP.

La incorporación de De Certeau nos permite, al menos, tres cosas: releer la experiencia mirista, visitar la trinidad de la guerra propuesta por Clausewitz, e internalizar la producción de núcleos territorializados a la estrategia socialista en el Chile contemporáneo.

En primer lugar, si bien el MIR no produjo los núcleos organizativos y fuerzas populares que combinó, estos sí fueron producidos por otros que lograron construir espacios estratégicos con adhesión socialista en territorios como escuelas, latifundios, lugares de trabajo, poblaciones y familias. Estos núcleos organizativos son el producto de un trabajo que duró décadas y cuyos orígenes pueden retrotraerse a fines del siglo XIX. El MIR aporta a este desarrollo la construcción de un espacio estratégico revolucionario localizado en el sistema político, cuestión consolidada durante la UP, donde los núcleos pueden acoplarse, transformando los núcleos organizativos locales en células partidarias. Una de las contribuciones más importantes del MIR en este contexto es la ampliación de dichos núcleos con miras a conducir y reorganizar los territorios en los que se emplazaban sin perder de vista al MP en general, combinando el impulso conductor clausewitziano con el impulso territorial decerteauiano.

En segundo lugar, De Certeau nos permite visitar la trinidad de la guerra propuesta por Clausewitz. Esta trinidad corresponde a la distinción entre la política, la que produce racionalmente objetivos políticos, las fuerzas militares, las que los transforman en planes para lidiar con el azar, y el pueblo, que otorga las bases emocionales de la guerra. Ian Roxborough (1993) propuso dos cambios a la trinidad que resultan relevantes para este estudio. Por un lado, resignificar los elementos como dimensiones y redes institucionales. Por el otro, agregar un cuarto elemento: el espectro de lo mundano.

Descrita en una versión modificada, la cuatrinidad de Clausewitz-Roxborough nos permite describir al MIR 1967-1973 de la siguiente forma. El MIR emergió de la articulación de objetivos políticos claros y revisados continuamente (política), de una organización partidaria lo suficientemente flexible para lidiar con las particularidades y azar de las operaciones cotidianas sin necesidad de desarrollar una gran burocracia (militar), de una capacidad de leer el estado subjetivo de las masas y de identificar sectores radicalizados con la capacidad de disputar la conducción reformista del MP (pueblo), y de una estrategia que sitúa la construcción partidaria vía células territorializadas, construyendo el partido desde la cotidianeidad del pueblo (mundano).

Finalmente, en tercer lugar, la definición de De Certeau nos permite internalizar la producción de núcleos territorializados a la estrategia socialista en el Chile contemporáneo. Esta definición enfatiza la necesidad de espacios propios para la elaboración de estrategias, cuya continuidad en el tiempo permite su evolución. Construir una estrategia revolucionaria en el Chile de hoy sin reconstruir núcleos y fuerzas con orientación socialista se vuelve una fantasía similar a la de un general sin soldados.

En sus estudios de Marx, Engels y Lenin en 1980-1981, Bambirra (1993) otorgó orientaciones para incorporar las experiencias históricas de transición al socialismo al canon socialista, lo que permitía internalizar el qué hacer después de la toma del poder antes de tomarse el poder. Por mi parte, este artículo internaliza una cuestión previa a la toma del poder e, incluso, a la formación del partido revolucionario, a saber, la construcción de nucleamientos estratégicos. El carácter previo de ello no implica una aproximación etapista en la cual la construcción del partido revolucionario se vuelve una cuestión a resolver en el futuro. Por el contrario, así como Bambirra nos permite reflexionar y actuar de forma simultánea en torno a tres elementos, a saber, la conducción del movimiento revolucionario, la toma del poder y la transición socialista; este artículo sostiene que a ello debemos agregar un cuarto elemento, la construcción y multiplicación consciente y continua de núcleos populares socialistas con independencia de clase.

4. Conclusión

En este artículo, presenté dos herramientas para guiar la apropiación creativa del pensamiento estratégico socialista en el Chile contemporáneo. La comparación incorporada permitió situar la reflexión en los ciclos de largo plazo del MP chileno, levantando la tesis del largo repliegue en 1994-2019, a partir de la cual se puede sugerir que hoy se está abriendo un largo ciclo de acumulación político-social del MP análogo al observado en 1930-1973. Por su parte, la síntesis estratégica permitió discutir históricamente las definiciones de estrategia y táctica a la luz de la evolución del pensamiento estratégico socialista y la realidad chilena actual.

Los investigadores de la TMD y TSM participaron de la época que dio vida al MIR. Su práctica científica tenía por supuesto las luchas socialistas y anticoloniales, por lo que no necesitaban de una teorización de la estrategia que incorporara la formación consciente de núcleos a nivel territorial. Para ellos, estos grupos pequeños ya existían así como también los aparatos para transformar sus teorías en estrategia socialista. Luego de la dictadura y la reorganización neoliberal, estas condiciones ya no están presentes en Chile.

En estas condiciones, quienes investigamos en las ciencias sociales hemos perdido de vista el centro del programa de investigación científico-político del materialismo histórico, a saber, que sea el pueblo el que tome el poder para la reconfiguración de la sociedad como fuerza política con independencia de clase. Sin este aspecto, estaremos fuera de este programa. Ello en sí no es un problema. Sin embargo, este emerge cuando creemos estar recuperando este método mientras en realidad estamos describiendo su opuesto. El mecanicismo y el revisionismo son dos formas de desanclar este programa de investigación del proyecto socialista, distorsionando su núcleo duro. En palabras de Bambirra (1993), terminamos pasando gato por liebre. Con ello, recuperar el programa revolucionario en estos tiempos de crisis global se vuelve una misión digna de una generación nueva.

Referencias

- ACEVEDO, Héctor. *En este periodo de transición la tarea urgente es construir poder popular*. 2016. Disponible en: <https://institutoschafikhandal.wordpress.com/2016/04/29/en-este-periodo-de-transicion-la-tarea-urgente-es-construir-poder-popular/>. Acceso: 10 ene 2024.
- ACEVEDO, Héctor. *Un FMLN organizado bajo condiciones leninistas*. Escuela de Formación Política e Ideológica Feliciano Ama Sonsonante, 2006. Disponible en: <https://docplayer.es/19159979-Escuela-de-formacion-politica-e-ideologica-feliciano-ama-sonsonate.html>. Acceso: 10 ene. 2024.
- ALBAMONTE, Emilio; MAIELLO, Matías. *Estrategia socialista y arte militar*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2017.
- ALVAREZ, Marco. *La Constituyente revolucionaria*. Santiago: LOM Ediciones, 2015.
- ARCHER, Margaret. *Culture and agency*. Cambridge University Press, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing*. Verso, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long Twentieth Century*. Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. Marxist century, American century: the making and remaking of the World Labour Movement. *New Left Review*, n. 179, p. 29-64. 1990. Disponible en: https://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2023/11/MarxistCenturyAmericanCentury_tagged.pdf . Acceso: 10 ene. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Geometry of Imperialism*. Verso, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni; PISELLI, Fortunata. Capitalist development in hostile environments. *Review*, v. 10, n. 4, p. 649-751, 1987. Disponible en: https://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2023/11/Arrighi-CapitalistDevelopmentHostile-1987_tagged.pdf. Acceso: 10 ene. 2024.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (Eds.). *Chaos and governance in the modern world-system*. Verso, 1999.
- BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- BASTÍAS, Julián. *La primavera del MIR*. Luciano, Bauchi y Miguel. Santiago: Editorial Colibrís, 2022.
- BLACK, Jeremy. *Military strategy*. A global history. New Haven: Yale University Press, 2020.
- BRAVO, José Manuel. *De Carranco a Carrán*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.
- CLAUSEWITZ, Carl. *On war*. Princeton University Press, 1989.
- DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life*. University of California Press, 2011.
- DENARDO, James. *Power in numbers*. The political strategy of protests and rebellion. New Jersey: Princeton University Press, 1985.
- FISCHER, Karin. *Clases dominantes y desarrollo desigual*. Chile entre 1830 y 2010. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2017.

- FREEDMAN, Lawrence. *Strategy*. A history. New York: Oxford University Press, 2013.
- GOICOVIC, Igor. *Trabajadores al poder*. El MIR y el proyecto revolucionario en Chile (1965-1994). Concepción: Editorial Escapate, 2016.
- GRAY, Colin. *Modern strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JARAMILLO, Matías; SOLAR, Alejandra; LINK, Sebastián. Bloque histórico-bloque en el poder como aproximación teórica al estudio de las clases dominantes. *Actual Marx Intervenciones*, n. 23, p. 145-163, 2017.
- LACHARITÉ, Norman; KENNEDY, Richard; THIENEL, Phillip. *Case studies in insurgency and revolutionary warfare*: Guatemala 1944-1954. Airborne, 1964.
- LINK, Sebastián; MARCONI, Andrés; SANDOVAL, Ignacio. *Chile: ¿Crisis del modelo, malestar social o lucha de clases?* 2019. Disponible en: <https://observatoriodetrabajadores.wordpress.com/2019/11/07/chile-crisis-del-modelo-malestar-social-o-lucha-de-clases-sebastian-link-andres-marconi-ignacio-sandoval/>. Acceso: 10 ene. 2024.
- MARIATEGUI, José Carlos. Aniversario y balance. *Amauta*, n. 17, 1928. Disponible en: <https://www.marxists.org/espanol/mariategui/1928/sep/aniv.htm>. Acceso: 10 ene. 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ediciones Era, 1973.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Boston: Brill, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *El manifiesto comunista*. Moscow: Progress Publishers, 1969.
- MAU, Soren. *Compulsión muda*. Una teoría marxista del poder económico del capital. Madrid: Ediciones Extáticas, 2023.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison in ontological encounters. *Revista de Historia Comparada*, v. 13, n. 1, p. 209-237, 2019. Disponible en: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoria-Comparada/article/view/27542>. Acceso: 10 ene. 2024.
- MCMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, p. 385-397, 1990. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/2095763>. Acceso: 24 mar. 2024.
- OHL-COES. *Informe de huelgas laborales en Chile 2021*. Observatorio de Huelgas Laborales-Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social, 2021.
- PALIERAKI, Eugenia. *¡La revolución ya viene!* El MIR chileno en los años sesenta. Santiago: LOM Ediciones, 2014.
- PALOMINOS, Eva. *Vuelo de mariposa*. Una historia de amor en el MIR. Concepción: Ediciones Escapate, 2017.
- PÉREZ, Cristián; BERÁSTEGUI, Rafael. *Memorias militantes*. La historia de Roberto Moreno y el MIR. Santiago: Ventana Abierta, 2015.
- PHILLIPS, Christina. From research to education: bringing analysis into the irregular warfare classroom. *Johns Hopkins APL Technical Digest*, v. 33, n. 2, 2015. Disponible en: <https://secwww.jhuapl.edu/techdigest/content/techdigest/pdf/V33-N02/33-02-Phillips.pdf>. Acceso: 10 ene. 2024.
- RICH, Paul; DUYVESTEYN, Isabel. *The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency*. Routledge, 2012.
- RODNEY, Walter. *Decolonial Marxism: essays from the Pan-African Revolution*. Verso, 2022.
- ROXBOROUGH, Ian. Clausewitz and the sociology of war. *The British Journal of Sociology*, v. 45, n. 4, p. 619-636, 1993. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/591886>. Acceso: 24 mar. 2024.
- SATER, William. *Chile and the United States*. Empires in Conflict. Athens: The University of Georgia Press, 1990.
- SCHLOTTERBECK, Marian. *Beyond the vanguard*. Everyday revolutionaries in Allende's Chile. Oakland: University of California Press, 2018.
- SHORTER, Edward; TILLY, Charles. *Strikes in France 1830-1968*. Cambridge University Press, 1975.
- SILVER, Beverly. Afterword: reflections on "Capitalist development in hostile environments". *Journal of Agrarian Change*, p. 569-576, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/joac.12330>
- SILVER, Beverly. *Forces of labor*. Workers' movements and globalization since 1870. Cambridge Uni-

versity Press, 2003.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. Polanyi's "Double Movement": The Belle Époques of British and U.S. Hegemony Compared. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/0032329203252274>

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni; DUBOFSKY, Melvyn (Eds.). Introduction. *Review*, v. 18, n. 1, 1995. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/40241318>. Acceso: 24 mar. 2024.

VALENZUELA, Vivien. *Pueblo, conciencia y fusil*. La política del MIR 1965-1973. Concepción: Editorial Escaparate, 2018.

VIRIATO. *Tesis político militar de 1967*. Presentada al tercer congreso del Movimiento de Izquierda Revolucionaria. Archivo Fundación Miguel Enríquez, 1967.

WHITE, Leslie. *The science of culture*. A study of man and civilization. Grove Press, 1949.

Um gigante pluriversal: homenagem a Enrique Dussel (1934-2023)

Abdiel Rodríguez Reyes*

Sem dúvida, Enrique Dussel foi um dos grandes pensadores do nosso tempo. Agora ele é um ancestral que guiará nossos passos nos caminhos espinhosos da libertação de nossos povos. Como bem assinalou Néstor Kohan (ENRIQUE DUSSEL..., 2023) na homenagem organizada pela Asociación de Filosofía y Liberación, a obra de Dussel é “[...] enorme, enciclopédica e insondável”. Nessa imensidão, lembramos do nosso mestre, não só como um esforço de erudição, mas em reconhecimento à sua obra gigantesca. Sua obra é patrimônio pluriversal¹. Vamos destacar alguns aspectos de sua obra: seu marxismo, ou o “Marx de Dussel”, sua estética e ética da libertação.

Seu conteúdo é o arsenal teórico para a libertação de nossos povos e a poética de uma alternativa civilizatória. Dussel sempre pensou em grandes tratados. Desenhou um sistema filosófico aberto. Consideramos importante valorizar sua estética *de la liberación* projetada desde a juventude, mas que só pôde abordar quando atingiu sua plena maturidade, e da qual só pôde nos introduzir ao assunto. A ética da libertação foi forjada a partir de 19732, até atingir seu ponto mais alto em 1998 com a publicação da obra *Ética de la liberación*, mas, para chegar a esse ponto, foi necessário ler Marx diretamente e sem marxismos, o que produziu o “Marx de Dussel”, à margem da ortodoxia soviética e da totalidade heterodoxa. Nossa homenagem consiste em desenvolver esses três momentos de um mesmo movimento, seguindo a mesma ordem.

Em 1950, quando Dussel tinha 16 anos, estava na Escola de Belas Artes de Mendoza, Argentina (DUSSEL, 2020). Lá ele pintou uma pessoa. Enviou o quadro para um amigo, o Dr. Fulgêncio Álvarez, para saber sua opinião sobre a obra. Álvarez nem remotamente sabia quem era seu autor. Sua resposta foi: “Vejo um homem endurecido pelo sol, resultado de seu trabalho, um ser humano que clama por justiça por uma vida indignada [...] manchas brancas que refletem alguma esperança”, depois de lhe contar a autoria, continuou: “seu desenho traçou a sua visão programática”. Dussel, em seus últimos cursos sobre a estética da libertação, recordará esse desenho para

* Doctor en Filosofía por la Universidad del País Vasco, profesor e investigador en la Universidad de Panamá.

1 Usamos o pluriversal no sentido de ir além do universal, que engloba tudo em uma unidade como um todo. O pluriversal rompe com o caráter da unidade fechada do universal, dando lugar à pluralidade do mundo inteiro em sua complexidade.

2 Estamos nos referindo a *Para una estética de la liberación* (DUSSEL, 1973).

nos contar sobre sua antiga ligação com a estética, e a interpretação de Álvarez nos ajuda a medi-la, porque, se há algo que é consistente na obra de Dussel, é seu compromisso com as vítimas.

Apesar desde muito cedo nosso filósofo se preocupar com o assunto, só em 2017 (CIELA, 2017) ele voltaria propriamente à estética da libertação e, depois disso, em seu curso da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 2020, no meio da pandemia, que seria on-line e de acesso totalmente aberto. Também podemos citar alguns antecedentes. Já mencionamos a pintura como uma primeira experiência preparatória para a estética da libertação latino-americana, que infelizmente ele não pôde ver publicada durante sua vida, mas que idealizou e em breve será publicada. Em sua *Filosofía de la liberación*, de 1977, há duas epígrafes sobre a poiética, na quarta e quinta partes. Naquela época, para Dussel, a poiética era a filosofia da produção e, como tal, inclui a arte; e, analisando o desenho, a estética é entendida como a “beleza do produto” (DUSSEL, 2011, p. 197) do desenho.

Em 1984 Dussel publicou *Filosofía de la producción* (1984); esse mesmo texto foi publicado em 2013 pela editora Docencia (as *Obras selectas* foram publicadas em 44 volumes) sob o título *Hacia una estética de la Liberación* (DUSSEL, 2013). Como capa, tem a pintura descrita no início. Dussel continuou a trabalhar na ideia de poiética e desenho, agora mais acabada, ao contrário de 1977, quando a questão mal era enunciada. Para nosso filósofo, a *poiesis* é um “momento abstrato” (DUSSEL, 1984, p. 94) na relação entre os seres humanos e a natureza, mas nos interessa mencionar, nesse nível de reflexão, como a arte está envolvida no ato poiético. Mais tarde, isso será esclarecido porque, na estética da libertação, a natureza é bela como parte da estética. Os últimos trabalhos de Dussel sobre o assunto mencionavam uma “beleza natural” e “gosto natural pela coisa bela” (DUSSEL, 2021). Em suma, a preocupação com uma estética da libertação acompanhou nosso mestre até seus últimos dias. Ele a deixou escrita e esperamos que seja publicada em breve.

Agora vamos falar sobre “o Marx de Dussel”. O núcleo duro desse Marx é constituído fundamentalmente por essas obras: *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los Manuscritos del 61-63*, publicado em 1985, e, no mesmo ano, *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*; em 1990, *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El Capital”*; em 1993, *Las metáforas teológicas de Marx*, que, em sentido amplo, deve ser incorporado à *Marx y la Modernidad*, de 2008; *Conferencias de La Paz* (proferidas em 1995); e, mais recentemente, *16 tesis de economía política*, livro publicado em 2014, além de outros textos menores.

A primeira vez que ouvi isso foi do meu colega Flavio Hernán Teruel (2010). O

próprio Juan José Bautista (2022) deu prosseguimento ao trabalho de Dussel sobre Marx para superá-lo, mas infelizmente faleceu, quis ir até a quinta edição de *O Capital*. Dussel trabalhou nas quatro primeiras redações. Se seguirmos uma ordem cronológica das notícias que temos deste Marx de Dussel, podemos citar Gabriel Livov (2005), Alejandro González (2017), Oscar Gómez (2018), Bárbara Aguer (2018), Fabián Cabaluz e Tomás Torres (2020). Também Jaime Ortega Reyna publicou em 2017 um contraponto entre Dussel e Bolívar Echeverría. Lá propôs a existência de “[...] uma riqueza que está apenas começando a ser conhecida” (ORTEGA, 2017, p. 258). Mencionamos essa recepção do Marx de Dussel para apontar o enorme trabalho a ser feito, para nos apropriarmos dessa leitura diante dos desafios do presente.

Enrique Dussel Peters, filho do mestre, apontou que seu pai era marxista e “marxiano” (DESPIDEN..., 2023). O que é um marxiano? Um marxiano é aquele com conhecimento erudito do que Marx propôs em seu tempo, e um marxista é aquele que usa esse arsenal teórico para a transformação da sociedade. Dussel era ambos. Nosso mestre enfrentou com coragem quixotesca o marxismo soviético³ e heterodoxo do século XX⁴, com o primeiro por sua ortodoxia e com o segundo por seu eurocentrismo. Assim, ele seguiu seu próprio caminho, já que os marxistas latino-americanos reproduziam a um ou a outro, sendo que essa era simplesmente sua escolha. O Marx de Dussel é pensado categoricamente de fora, próximo da teoria da dependência, para além dos sistemas ocidentais de capitalismo e comunismo. Esse tema é crucial porque assim que começarmos a estudá-lo a partir do Marx de Dussel, muitos pressupostos surgirão para continuar trabalhando. Foi uma década inteira lendo Marx em seus textos e mesmo inéditos, página por página. Agora emulando, faremos isso com ele mesmo. Temos que lê-lo autocriticamente se o caso merece que justifiquemos e sigamos suas teses e esquemas.

Sua ética da libertação é o tema mais acabado de todo o corpo de sua obra ou do sistema filosófico aberto. Ele foi capaz de confrontá-la em vida com a ética do discurso dos filósofos alemães Karl Otto Apel e Jürgen Habermas e, até, com Adela Cortina, mas foi com o primeiro filósofo que manteve um diálogo profundo de mais de uma década. Sua ética evoluiu ao longo de várias décadas, e este ano marca o cinquentenário do aparecimento de sua primeira ética: *Para una ética de la liberación latino-americana*. Logo depois publicaria *Ética de la liberación* (2009), uma obra fundamental

3 A crítica ao marxismo soviético foi mais difundida, por assim dizer, com o livro de Herbert Marcuse: *El marxismo soviético*, publicado pela Columbia University Press em 1958.

4 Há um texto pouco citado de Dussel publicado em 1990, intitulado “La exterioridad en el pensamiento de Marx”, no livro *Pensamiento crítico, ética y absoluto*, editado por José María Aguirre Oraa e Xabier Insausti. Ali toma distância de marxistas heterodoxos como Kosik, Lukács e Bloch porque o seu horizonte é categoricamente a totalidade.

em seu *corpus* teórico, ou, para dizer francamente: sua *obra-prima*. É um livro que temos que pivotar. No entanto, até onde sei, não a estudamos em profundidade, muito menos a superamos.

Esses três tópicos da obra de Dussel: Marx, a estética e a ética da libertação, não são os únicos trabalhados pelo mestre. Como disse Juan José Bautista (2014, p. 9), é importante ler “a obra em seu conjunto” para compreendê-la e, se necessário, criticá-la ou autocriticá-la, não como se costuma fazer, de criticá-lo sem lê-lo, mas esses três tópicos nos permitem ter uma ideia de sua obra colossal, já que são três momentos diferentes de um mesmo movimento. Com manifestações da estética da libertação, ele começará e culminará sua contribuição intelectual para o sistema filosófico aberto. Com sua leitura de Marx, ele abriu novas maneiras de interpretar o gigante de Trier. Irrefutavelmente, nas atuais condições fáticas do mundo, uma ética da vida material tal como proposta é indispensável.

Queríamos destacar esses três tópicos para se ter uma ideia clara do gigante pluriversal que foi nosso professor Enrique Dussel. Seus discípulos terão que se aprofundar nos temas e hipóteses que não foram desenvolvidos ou chegar a novas suposições. Mais de 70 anos de compromisso com os oprimidos do mundo, desde que pintou essa obra nos anos 1950, há meio século, quando publicou sua primeira ética, sua proposta permanece incólume, e a importância de pensar nas vítimas e contribuir para a afirmação da vida diante do “suicídio coletivo” (HINKELAMMERT, 2015) da modernidade capitalista ganha mais validade.

Referências

- AGUER, Bárbara. Marx en la ética de Enrique Dussel: a 200 años del nacimiento de Marx y 20 de la Ética de la liberación en la edad de la globalización y la exclusión. *Nuevo Itinerario*, n. 13, p. 3-31, 2018. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/177344>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BAUTISTA, Juan J. ¿Pensar Marx desde América Latina?: el problema de la descolonización del pensamiento crítico contemporáneo. *Tabula Rasa*, n. 42, p. 153-185, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.n42.07>
- BAUTISTA, Juan J. *¿Qué significa pensar desde América Latina? Hacia una racionalidad transmoderna y postoccidental*. Madrid: AKAL, 2014.
- CABALUZ, Fabián; TORRES, Tomás. El concepto de trabajo vivo desde el marxismo latinoamericano: Notas a partir de la obra de Enrique Dussel y Álvaro García Linera. *Izquierdas*, v. 49, p. 1397-1423, 2020. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492020000100274. Acesso em: 01 fev. 2024.
- CENTRO DE INVESTIGACIÓN EN ESTÉTICAS LATINOAMERICANAS (CIELA). *Enrique Dussel: hacia una estética de la liberación latinoamericana de cara al siglo XXI*. 13 set. 2017. (1h 54 min 36 s). Publicado pelo canal Centro Investigación Estéticas Latinoamericanas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EfuVkzUsPFM>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- DESPIDEN a Enrique Dussel, “uno de los más grandes filósofos latinoamericanos contemporáneos”. 8 nov. 2023. (4 min 7 s). Publicado pelo canal La Jornada. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

watch?v=0D8H77njMe8. Acesso em: 15 nov. 2023.

DUSSEL, Enrique. Hacia una estética de la liberación. ¿Qué es la belleza? *Revista de la Universidad de México*, 2021. Disponível em: <https://www.revistadelauniversidad.mx/articulos/c121a620-b47a-46c7-a-4dc-9bd111e2736f/hacia-una-estetica-de-la-liberacion>. Acesso em: 01 fev. 2024.

DUSSEL, Enrique. *Estética de la liberación latinoamericana [clase 1-1]*. 6 maio 2020. (35 min 24 s). Publicado pelo canal Enrique Dussel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hWZVw8BI-fkA&t=1306s>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DUSSEL, Enrique. *Hacia una estética de la Liberación*. Buenos Aires: Ensino, 2013.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la liberación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

DUSSEL, Enrique. *Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión*. 6. ed. Madrid: Trotta, 2009.

DUSSEL, Enrique. La exterioridad en el pensamiento de Marx. AGUIRRE, José María; INSAUST, Xabier (Eds.). *Pensamiento crítico, ética y absoluto*. Vitória: Ed. Eset, 1990.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la producción*. Bogotá: Nova América, 1984.

DUSSEL, Enrique. *Para una estética de la liberación*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

ENRIQUE DUSSEL – Encuentro en homenaje al filósofo de la liberación. 10 nov. 2023. (2 h 57 min 36 s). Publicado pelo canal ENRIQUE DUSSEL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HM-J2ZrzhjwY>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GÓMEZ, Omar Alejandro. El pasaje del fetichismo del capital de Marx al fetichismo del poder en el momento crítico de la Política de la Liberación de Enrique Dussel. *Hybris*, v. 9, n. 2, p. 69-99, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6748990>. Acesso em: 01 fev. 2024.

GONZÁLEZ, Alejandro F. Sobre el inicio de los Grundrisse de Marx: el “Bastiat y Carey” o la necesidad de pensar la producción en general en Enrique Dussel. *De Raíz Diversa*, v. 4, n. 8, p. 153-176, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22201/ppela.24487988e.2017.8.64093>

HINKELAMMERT, Franz. *Solidaridad o suicidio colectivo*. San José: Arlekin, 2015.

LIVOV, Gabriel. El Marx teológico de Enrique Dussel. *Historia y Política*, n. 13, p. 201-246, 2005.

ORTEGA, Jaime. *Leer El capital, teorizar la política: contrapunteo de la obra de Enrique Dussel y Bolívar Echeverría en tres momentos*. Ciudad del México: CEIICH-UNAM, 2017.

TERUEL, Flavio. El Marx de Dussel. Notas acerca de la recepción dusseliana de la obra teórica de Karl Marx. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*, v. 12, p. 77-82, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-94902010000100006. Acesso em: 01 fev. 2024.

A PAIXÃO DA TERRA, A PAIXÃO DO MUNDO – o pensamento político de Carlos Walter Porto Gonçalves

Eguimar Felício Chaveiro*

O episódio triste do falecimento do geógrafo, militante e professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, exige atenção intelectual de todos que desejam pensar o Brasil – e desejam transformá-lo. Acima de atenção, exige o gesto afetivo de gratidão. Além disso, a vida e a obra do aludido geógrafo cobram, a quem fica, uma decisão política: gerar vitalidade à sua memória. Contudo, revitalizar o seu pensamento e a sua práxis parece ser um desafio denso, pois o autor nunca esteve só.

Daí que a sua morte, além de mobilizar movimentos sociais de diferentes estirpes em toda a América Latina, intelectuais, professores universitários, ativistas culturais, ambientalistas, membro da Comissão Pastoral da Terra, ao suscitar o dever da memória como responsabilidade política e epistemológica, requisita comprometimento. Certamente, essa palavra – comprometimento – em se tratando da práxis de Carlos Walter Porto-Gonçalves, pode ser nomeado assim: pensar com liberdade sem titubear sobre o sentido do que está se pensando. É uma liberdade concretamente especializada.

Aliás, a minha primeira lembrança do intelectual militante em questão foi com a leitura do livro “Paixão da Terra – ensaios críticos de Ecologia e Geografia”, publicado pela Editora Rocco em 1984. A leitura do livro era, na época, uma obrigação a quem cursava geografia no Brasil. Por isso, o livro se disseminava de mãos em mãos. A sua leitura era um modo de angariar adeptos a uma interpretação totalizante do uso da terra consagrada, no livro, como um ente vivo, mas defenestrada pela política dominante.

Atento ao que procedia no interior dos movimentos ambientalistas no mundo e no Brasil, a patente de que “[...] a representação da natureza não era natural”, era um chamamento para se compreender que a essência do debate ambiental era política. Suas palavras são esclarecedoras:

O reconhecimento desse fato (crescimento dos movimentos ambientalistas), entretanto, não deve encobrir a apreensão das ambiguidades, tensões e fissuras que perpassam esse movimento. Uma bem mais explícitas do que outras. Como a atuação visivelmente contraditória do

* Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

Estado. De um lado, como titular de poder de polícia destinado a coibir as violações perpetradas contra o meio ambiente. Do outro, como principal agente fomentador de um modelo de desenvolvimento essencialmente antiecológico. (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 16).

Enxergar a terra e seus ambientes a partir da relação de poder; não se omitir diante das tensões, das ambiguidades, inclusive, das contradições dos movimentos ambientalistas; enxergar o modelo de desenvolvimento capitalista como antiecológico; reconhecer a dimensão policial do Estado; observar os principais problemas do país e, especialmente, não separar ecologia, espaço e classes sociais, são marcas que colocam o livro “Paixão da Terra” na prateleira essencial do movimento de renovação crítica da geografia brasileira. Movimento esse que sacudiu a geografia brasileira, dando-lhe uma identidade reconhecida: a de ser engajada.

A escritura do livro, tal como o seu título, é apaixonada e direta. Sem subterfúgios e sem medo, o conteúdo, escrito em forma ensaística, uma das características de Porto-Gonçalves, é uma ponte decisiva para que as suas páginas fossem a síntese de um pensamento social crítico mundial em correlação direta com o que, a partir do Encontro de Geógrafos organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, em Fortaleza, em 1978, estava disposto aos geógrafos brasileiros que, na época, eram adversários políticos da ditadura militar. Os mesmos geógrafos se situavam como críticos do modelo de desenvolvimento capitalista, fazendo uma relação entre adesão burguesa e referências positivistas que bailavam no pensamento geográfico brasileiro até então.

Aliás, em 1978, num texto igualmente matricial – “A geografia está em crise, viva a geografia”, originado de uma comunicação no evento de Fortaleza, publicado posteriormente no *Boletim Paulista de Geografia*, a marca crítica, atenta, bem situada do autor, já estava declarada. O começo do texto é envolvente e categórico. Está dito que,

Nesse momento se discutem os impasses gerados pelo próprio projeto de Geografia enquanto um segmento do saber científico capaz de dar conta, compreender e explicar, enfim, os problemas concretos que se inscrevem no espaço geográfico em que vivemos: poluição; “desequilíbrio” – desigualdades regionais e sociais; as guerras de independência-conquista-neocoloniais; redução do espaço geográfico sob o controle do capitalismo imperialista, expansão do socialismo etc. São essas algumas das evidências de uma crise que se materializa em espaços definidos e para o qual os geógrafos teriam que dar a sua resposta – UMA GEOGRAFIA EM CRISE. Na medida que hesitam, não reformulando uma base teórica de há muito envelhecida e não assumem, portanto, uma posição crítica, os geógrafos, em geral, deixam de lado uma geografia da crise e são levados de roldão pela *crise da geografia*. E isto porque os fatos são teimosos e estão aí a exigir de nós uma compreensão que possa efetivamente nortear uma prática

que leve à superação desses problemas. Se as teorias dos geógrafos não explicam e não compreendem os fatos, pior para as teorias! (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 6, grifos do autor).

A consciência do lugar da teoria e da teoria sem lugar, como gostava de dizer em palestras, foi uma pedra angular de toda a sua práxis geográfica, política e humana. Era necessário ao fazer científico dos geógrafos – e de outros campos de saber – que houvesse uma porta aberta à crítica à ciência. A denominada “crítica por dentro” seguiu a densa trajetória de Porto-Gonçalves. Aliás, no mesmo texto, a sua ideia é elucidativa: “A ciência adquire no capitalismo os foros que possuía a ideologia religiosa sob o feudalismo, não sendo fortuito, aliás, o fato de chamarmos os grandes sábios da Matemática, da Física ou da Geografia de ‘papas’” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 9).

Pois bem! Li o livro *Paixão da Terra* com a minha juventude inteira; com o contexto político enfiado na garganta como perplexidade e desafio. Na época que fiz a leitura, o clarão crítico do seu conteúdo se juntava à ebulição dos movimentos estudantis que voltam à cena; assim como das lutas pela anistia e pela legalização dos partidos comunistas. O PT – Partido dos Trabalhadores – havia surgido e, em muitos casos, se juntava ao rebuliço das CEBs – Comunidade Eclesial de Base, a sindicalistas da emergente CUT – Central Única dos Trabalhadores e também à discussão para a criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra, da qual, diga-se, Carlos Walter Porto-Gonçalves foi assessor, parceiro e militante.

Estava posta a emergência de uma nova consciência social no Brasil. Os anos de 1980 eclodiam numa espécie de laboratório político, intelectual, pedagógico e cultural de grande peso. Não à toa, o rock ganhou praças, assim como o teatro do oprimido e os movimentos ambientalistas. O clima intelectual, político e pedagógico se beneficiava da acelerada urbanização e das contradições dessa urbanização desigual e concentrada. As cidades, especialmente as metrópoles, eram a arena dos conflitos, da insurgência e das vozes dissonantes ao regime militar.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, em comum acordo com o pensamento geográfico clássico, especialmente com a ecogeografia de Jean Tricart, punha os dedos críticos na chamada revolução verde. Enxergava que a denominada modernização conservadora que se instalou no campo brasileiro criando fronteiras agrícolas e desarticulando modos de vida e modos de produção camponeses e indígenas, era geradora de problemas socioambientais graves. Pensar os problemas ambientais na implicação do modelo de acumulação vigente; reconhecer o imperativo da luta pela hegemonia geopolítica do mundo capitalista e a pesquisa endereçada ao incremento das forças produtivas; observar a subjugação de modos de vida, de modos de saber e da imensa memória de povos camponeses e originários, se destacavam nas palavras de Porto-Gonçalves.

O Brasil, na época, tinha sede do pensamento crítico. Carlos Walter ouvia o grito do Brasil. A sua escrita, as suas palestras e a sua liderança pedagógica, intelectual e política, faziam dessa audição um novo grito. A sua voz ecoou entre nós, geralmente com criatividade e valentia. Com ironia, humor e com uma rica interlocução com filósofos, sociólogos e gente dos movimentos sociais, a sua liderança assinalava a identidade de um intelectual engajado e inquieto.

A genialidade do autor consistia em reconhecer, tal como foi enunciado, a importância do espaço geográfico como um expediente concreto para enxergar o que, posteriormente, foi chamado por ele de produção da existência e das (re)existências. Junto e diferenciadamente das formulações de Milton Santos, Odete Seabra, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Beatriz Soares, Arlete Moisés, Armando Correia, Manoel Correia de Andrade e de tantos outros, não separar história e espaço, nem sociedade e natureza, era a forma de proceder à criticidade teoricamente orientada ao sistema capitalista, especialmente à violência acometida à terra e à vida de trabalhadores e trabalhadoras.

A fervorosa participação intelectual, pedagógica e política, inclusive sendo presidente da AGB nacional, a aproximação com o movimento ambientalista, com o movimento operário, com sindicalistas, a sensibilidade para apresentar Chico Mendes a professores, professoras, alunos e alunas das maiores universidades brasileiras, o reconhecimento de seu lugar como voz crítica dos oprimidos, estimulavam a geografia da sua vida. O reconhecimento da comunidade geográfica estava angariado. Pouco depois, a sua voz ecoava em vários países da América Latina, assim como os seus ouvidos captavam vozes longas e densas da Ameríndia.

Ele mesmo andava pelo país impressionado com as diferenças; com as desigualdades sociais e regionais; com as tensões que eram estabelecidas nas metrópoles, no campo brasileiro, no mundo amazônico, no Cerrado e na Caatinga. Enxergar, com os próprios olhos, o vilipêndio perpetrado pelas mineradoras; pelo pacto entre o Estado nacional e as corporações multinacionais; pelo sofrimento de povos indígenas e quilombolas, era um estímulo a ler geograficamente o Brasil e a entender o Brasil nas suas vastas diferenças. Teoria, trabalho de campo, escuta de membros dos movimentos sociais, círculos pedagógicos, intervenções políticas, afirmavam a personalidade desse intelectual militante.

A sua inserção no mundo da Floresta Amazônica, assim como na Caatinga e no Cerrado, lhe fez despertar a consciência política para que pudesse galgar uma conquista teórica. Não se poderia ler o Brasil apenas pela referência sudestecêntrica, como gostava de dizer. Povos da floresta; povos das águas; ribeirinhos e pescadores; quebradoras de coco; vazanteiros; camponeses; povos indígenas, quilombolas, ha-

viam lhe suscitado uma compreensão: o modo de produção não poderia se distar dos modos de vida. Os modos de vida, economia, política e cultura se juntavam em práticas metabólicas, em trocas e mutualidades sociais. Eis a geografia viva das práticas sociais.

A consciência geográfica do Brasil e especialmente do mundo amazônico foram demarcadas na sua tese de doutoramento – *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*, defendida em 2003. O contato com diferentes lógicas de vida, com práticas socioambientais, as mais diversas, o contato rente com múltiplas culturas, incidiram na formulação teórica de Porto-Gonçalves.

Ao proceder uma análise da sua geografia mediante a dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação de Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, Rafael de Castilho Cezzaretto (2020, p. 133), diz que,

Vemos, cada vez mais, como Porto-Gonçalves busca sua forma de evidenciar que a soma das ciências vale mais que uma única ciência buscando a verdade, e daí o seu intenso diálogo com autores diversos. Isso se replica em sua concepção ao apresentar a relação sociedade-natureza: compreender os dois elementos como algo único, dentro de uma mesma lógica e de uma mesma racionalidade, garante não só um entendimento mais próximo do real, como também permite que a vida sobreviva às “intenções fossilistas” do ser humano. A Geografia que compreendemos aqui, portanto, é solidária quanto a sua contribuição, e madura quanto as suas limitações, pois o que está acima de qualquer ciência é a busca pelo conhecimento.

O caminho da obra, da voz, da ação, enfim, da paixão da Terra como práxis radical, havia se delineado. A obra do autor explodiu, atravessou fronteiras, estabeleceu diálogos com intelectuais de vários campos científicos, especialmente com os movimentos sociais. Podemos sublinhar textos como “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina” (2006b), publicado na *Revista Eletrônica da AGB*; *A geopolítica das águas e a crise do conhecimento* (2011); *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST* (2005); *A territorialidade seringueira: geografia e movimento social* (1999); “Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição à ecologia política da região” (2015b); *De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana* (2008); *Do Cerrado e as suas riquezas* (2015a).

Temas como água, energia, ética, violência no campo, política, poder, educação ambiental, latifúndios genéticos, população, tensões territoriais, teoria, colonialidade do poder, ambiente, ecologia e tantos outros, estavam abarcados pelo arco de

preocupação do autor. Atento ao que procedia na América Latina, a práxis de Porto-Gonçalves cada vez mais se aproximava de povos indígenas, quilombolas, sem-terra e de um gradiente de territorialidades, identidades e sujeitos de lutas.

Livros como *O desafio ambiental* (2004), *A nova desordem mundial* (2006), *Os (des)caminhos do meio ambiente* (1989), *Amazônia, Amazônias* (2001) e o premiado *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006a), um sem-fim de artigos, ensaios, relatórios de projetos, palestras, reuniões com movimentos sociais, com intelectuais, orientações, assessorias, compreendem o vasto repertório desse geógrafo atento, vivo, inquieto, apaixonado pela terra e pelo mundo.

Aliás, essa vastidão nunca se aquietou teórico e politicamente. Sempre defendendo a liberdade de pensar e o pensamento como arauto da liberdade, o autor soube abrir-se a novos continentes de saberes sem perder as referências que lhe outorgavam a condição de geógrafo crítico. O seu enraizamento, teórico e político, seguiu de peito aberto; de peito aberto ouviu novas vozes do acontecimento do mundo. Assim se fez – e se faz entre nós.

Pois bem!

Na abertura de um evento regional em Goiás – o Eregeio – contei-lhe o modo como li o seu livro *Paixão da Terra*. Falei-lhe do contexto, da importância e da inspiração causada pela leitura do livro ainda na década de 1980, quando eu cursava a graduação. Lhe sugeri que o reeditasse apontando que o título do livro encarnava toda a sua obra – e toda a sua geografia. Visivelmente emocionado, disse que “[...] o mais bacana de ser professor é promover esses encontros invisíveis e substantivos”.

Os encontros invisíveis continuam mesmo que a pessoa, de carne e osso, não esteja presente. Mesmo que não mais respire os ventos que campeiam na América Latina. Como se diz, a obra fica; fica e age. É o que temos para seguir.

Referências

CEZZARETTI, Rafael de Castilho. *Geografia e a questão socioambiental: a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Do Cerrado e as suas riquezas*. Goiânia: Cadernos da CPT, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição à ecologia política da região*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A geopolítica das águas e a crise do conhecimento*. Joaçaba: Natureza e Sociedade, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. Buenos Aires: Letra Capital, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate me-*

etnográfico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da AGB*, 2006b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. Belo Horizonte: Geografias, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringueira (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Edições Ibama, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A territorialidade seringueira: geografia e movimento social*. Niterói: Geographia, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e geografia*, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 2

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

A teoria do imperialismo de Leo Panitch

Caio Bugiato*

Leo Victor Panitch foi um dos grandes teóricos marxistas do imperialismo na atualidade. Entre seus méritos em teorizar sobre esse fenômeno – muitas vezes com a contribuição de Sam Gindin – destacamos, como primeiro ponto, seu embasamento nas teorias marxistas do Estado e do imperialismo da tradição do materialismo histórico, sobretudo seu referencial em Nicos Poulantzas. O segundo é que sua teoria do império informal é de suma relevância para entender o imperialismo contemporâneo, centralizado pelo Estado e pelas classes dominantes estadunidenses. Terceiro, as polêmicas de sua obra em torno do debate inaugural ultraimperialismo (Kautsky) *versus* rivalidades interimperialistas (Lenin) também marcaram sua trajetória. São esses os três pontos abordados a seguir neste breve texto.

Um dos grandes méritos de Panitch é teorizar sobre o imperialismo a partir da teoria marxista do Estado. Afinal, é o Estado capitalista a instituição que, além de organizar a dominação de classe e outros aspectos, constrói os arranjos internacionais do capitalismo global, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado. Panitch segue as teorizações de Poulantzas sobre o Estado capitalista e o imperialismo. Para este (POULANTZAS, 1977), o Estado capitalista desempenha um papel crucial na coesão de uma formação social atravessada pela luta de classes, atuando como regulador do equilíbrio global do sistema e visando à manutenção da unidade e reprodução dessa formação social. Poulantzas (1977) destaca que o Estado capitalista organiza uma forma específica de dominação de classe em que a burguesia exerce controle sobre o proletariado, sustentando as relações de produção capitalistas, incluindo a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria.

O conceito central de Poulantzas (1977) é o bloco no poder, que representa a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais relacionados à manutenção das relações de produção capitalistas. Essa unidade não elimina os interesses particulares de cada fração, mas é assegurada pelo interesse comum em governar o Estado para atender tanto aos interesses gerais quanto aos específicos de cada fração. Dentro desse bloco há uma tendência à formação de um núcleo hegemônico, constituindo a hegemonia de uma fração burguesa, que terá seus interesses específicos prioritariamente atendidos pelo Estado capitalista.

*Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Poulantzas argumenta contra uma visão instrumentalista do Estado, destacando sua capacidade de unificar o bloco no poder ao manter relativa autonomia em relação às várias frações de classe. Essa autonomia é crucial para avançar os interesses capitalistas como um todo, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção.

Na teoria do imperialismo (POULANTZAS, 1978), os Estados, tanto centrais quanto periféricos, assumem a responsabilidade pelos interesses do capital, ou seja, capitais internos e estrangeiros se articulam e/ou se confrontam no bloco no poder. Poulantzas (1978) afirma então que o bloco no poder não é restrito à dimensão nacional, mas, sim, parte de um sistema internacional complexo de Estados capitalistas. Cada Estado gerencia os interesses dos capitais nacionais e estrangeiros, organizando a correlação de forças intraburguesa e constituindo uma configuração específica no bloco no poder.

Poulantzas (1978) direciona sua análise do imperialismo para a relação entre países centrais, destacando a reprodução internacional do capital, que se manifesta na penetração de capital estrangeiro em várias formações sociais. Essa reprodução interiorizada e induzida do capital impacta as relações econômicas, políticas e ideológicas, formando a base do imperialismo. O autor também destaca a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas do desenvolvimento do imperialismo americano em outras metrópoles, em que os Estados europeus e outros cuidam dos interesses do capital imperialista dominante, seja de forma direta ou indireta, em uma relação de exploração e dominação.

A teoria do imperialismo de Panitch (e Gindin) aborda o fenômeno mediante a extensão da teoria do Estado capitalista, enfatizando que a expansão do capital ao exterior e a supervisão e administração dessa expansão pelos Estados devem ser entendidas em termos do papel relativamente autônomo do Estado na manutenção da ordem nacional e mundial e na garantia das condições internacionais de acumulação de capital (PANITCH e GINDIN, 2004)

O período inaugurado após a II Guerra Mundial é a fase imperialista sob a dominação dos EUA. Os autores (PANITCH, 2005; PANITCH e GINDIN, 2004, 2012) observam a construção de redes imperiais e ligações institucionais entre os EUA e os principais países capitalistas, especialmente na Europa, no período citado. O “império informal americano” é caracterizado pela capacidade do Estado dos EUA de penetrar e coordenar outros Estados líderes capitalistas (e seus blocos no poder). Esse dinamismo do capitalismo estadunidense, aliado à sua influência global e à ideologia universalista da democracia liberal, permitiu que o império informal americano superasse os impérios anteriores. Objetivamente, o chamado império informal

americano é uma rede articulada de Estados capitalistas centrais sob a liderança dos estadunidenses.

Os autores distinguem (PANITCH e GINDIN, 2004) entre impérios formais e informais, indicando que o império informal americano é formado pela penetração econômica e cultural em outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. E destacam a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências emergentes (Alemanha, EUA e Japão) no seu imperialismo de livre-comércio, que levou aos conflitos entre as potências capitalistas no século XX. Nesse sentido, é interessante ressaltar que os autores entendem o apoio dos EUA a processos de descolonização no século XX, dado que os Estados formalmente independentes são um enorme espaço de acumulação de capital para a rede de Estados imperialistas, o império informal.

O império informal dos EUA colocou fim às rivalidades militares entre as potências capitalistas, proporcionando espaços de acumulação de capital entre os Estados capitalistas centrais e também nos Estados capitalistas na periferia do sistema. Assim, a ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada pela reconstrução no pós-guerra e pela condução estadunidense de um sistema internacional marcado por instituições internacionais e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas. Estas asseguram o funcionamento do capitalismo global sob supervisão do Estado e da classe dominante dos EUA em todos os lugares, relegando a ocupação territorial direta a uma estratégia não prioritária (PANITCH e GINDIN, 2012).

Os críticos da Panitch argumentam que sua teoria sobre o império informal americano é a versão atualizada do ultraimperialismo de Karl Kautsky. Em contraposição a Vladimir Lenin (2005), segundo o qual a concorrência internacional entre os monopólios capitalistas e a exportação de capital das grandes potências levaria à guerra mundial (e seria uma dinâmica permanente do capitalismo global), Kautsky (2002a e 2002b) tem outra perspectiva. Para ele, o ultraimperialismo é uma fase do capitalismo em que as principais potências mundiais renunciam à corrida armamentista, por não haver mais nesses conflitos sentido para o capital, e se reúnem numa federação. Essa federação é definida como um cartelização da política externa, caracterizada por uma aliança dos imperialistas com o objetivo de estabilizar o sistema internacional e garantir a dominação e a exploração dos Estados centrais e suas classes dominantes.

Panitch e Gindin (2012), diferentemente de Kautsky, se utilizam de uma sofisticada teoria do Estado capitalista e argumentam sobre a capacidade da potência hegemônica em utilizar a reprodução interiorizada e induzida para a formação do império informal. Em Kautsky, o ultraimperialismo em geral é um grande acordo internacional em que as potências capitalistas manteriam certa independência na

condução de sua política externa. Porém, de fato, ambos entendem que a conjunção dos Estados capitalistas centrais em uma rede articulada impede a possibilidade de ressurgimento de rivalidades interimperialistas. Atualmente, as relações econômicas, políticas e ideológicas entre EUA, Europa e Japão implicam uma integração profunda entre as potências capitalistas, e uma guerra mundial – pelo menos, entre esses três polos – estaria fora de perspectiva enquanto durar o império informal.

Referências

- KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 443-463
- KAUTSKY, Karl. Dois artigos para uma revisão. In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002b. p. 465-492
- LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- PANITCH, Leo. As finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *O império reloaded* (Socialist Register). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 65-104.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism*. The political economy of American empire. New York; London: Verso, 2012.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register*, n. 40, p. 1-42, 2004. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5809>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

René Armand Dreifuss Hirsch: um tributo

Eurico de Lima Figueiredo*

Há vinte anos, no dia quatro de maio de 2003, aos 58 anos de idade, nos deixou René Armand Dreifuss Hirsch. Assinando sua obra tão somente como René Dreifuss, ele nasceu no Uruguai, naturalizou-se brasileiro, mantendo dupla cidadania, já que, no país cisplatino, por lei, a cidadania por nascimento não pode ser prescrita. Filho de pais judeus – Max Dreifuss Alexander e Irma Hirsch Khan Dreifuss – que sofreram os suplícios dos campos de concentração na Europa nazista, nunca renunciou às suas origens. Um amigo seu, Bernardo Sorj, também nascido no Uruguai e, como ele, de origem judaica, professor titular de Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oferece em seu livro testemunho de uma geração – dele e do René – que ganhou o mundo procurando melhorá-lo (SORJ, 2012). Como cada um de nós, os bem-intencionados, acaba por aprender, faz-se apenas o que se pode. Nesse sentido, René realizou-se: sua obra abriu caminhos para entendermos melhor o Brasil no mundo e o mundo no Brasil.

Sua formação acadêmica e pessoal espelhou sua produção intelectual: ela foi internacionalizada, ocorreu em três continentes. Tendo finalizado sua formação escolar na sua terra natal, fez sua graduação na Universidade de Haifa, em Israel, e prosseguiu seus estudos pós-graduados na Espanha, em nível de especialização. Concluiu seu mestrado na Universidade Metropolitana de Leeds (atualmente conhecida como Universidade Leeds Beckett), na Inglaterra, onde teve como orientadores Ralph Miliband e Hamza Alawi, e o seu doutorado na Universidade de Glasgow, Escócia, Reino Unido. Lia e se expressava bem em várias línguas, espanhol, inglês, alemão, hebraico, além do francês e do italiano. Dominava fluentemente o português, sem sotaque, conhecendo diligentemente sua gramática e sintaxe. Casou-se três vezes com brasileiras e, com a primeira, Aurea Fuces, teve seu único filho, Daniel Marc Dreifuss. Daniel ficaria conhecido mundialmente por ter ganhado o Oscar de 2023 pelo filme *Nada de novo no front* como um dos produtores do longa-metragem. Antes, em 2013, ele foi também um dos produtores da película chilena *No*, igualmente indicada para o mesmo prêmio na categoria de melhor filme estrangeiro. Nas várias entrevistas em que deu no Brasil, em ambas as ocasiões, Daniel externalizou seus sentimentos em

* Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Titular de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (aposentado) da mesma instituição. Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (NEA/INEST-UFF).

relação ao país: sentia-se como brasileiro ainda que vivendo no exterior há longo tempo. Seu pai, que viveu mais da metade de sua vida no Brasil, se via também assim. Aqui ele escolheu para viver, trabalhar e se tornar um dos mais brilhantes cientistas sociais de sua geração.

Obtendo seu doutorado em 1980, René, no mesmo ano, submeteu-se, com sucesso, a concurso público para o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lá, dois anos depois de seu ingresso, foi Coordenador do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Permaneceu por quase seis anos na UFMG, tendo sido solicitada sua redistribuição para o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) no final de 1985. Já como membro efetivo do corpo permanente desta última instituição, foi proponente, juntamente com o autor deste texto, logo depois de seu ingresso, em 1986, da criação do Núcleo de Estudos Estratégicos, NEST/UFF. Entre 1998 e 2000 esteve cedido ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como professor visitante (COPPE/UFRJ). Retornando à UFF naquele último ano, soube que estava acometido de grave doença que, em menos de três anos, seria a causa de sua partida. A UFF foi sua última morada acadêmica.

René trafegou, com desenvoltura intelectual, em três áreas de conhecimento distintas, que, nos seus escritos, se entrelaçavam: a Ciência Política, as Relações Internacionais e os Estudos Estratégicos. Publicou fartamente: foram dez livros autorais e mais 22 como autor, coautor e organizador. Seus trabalhos – entre artigos publicados em revistas científicas, periódicos diversos, anais de congressos etc. – chegaram a 62, escritos em português, espanhol, inglês, alemão e francês. Foi um trabalhador intelectual incansável até os últimos momentos de sua vida. Seu último livro, *Transformações: matrizes do século XXI*, publicado postumamente, com 678 páginas, resultou de ampla e rigorosa pesquisa, com a coleta, sistematização e análise de uma formidável base de dados e informações. Como já assinalado, terminou-o com grandes sacrifícios, na medida em que convivia com grave doença que lhe obrigou a se submeter a complexas cirurgias e a penosos tratamentos. Seu organismo foi atacado onde ele era mais forte. O cérebro.

Este breve ensaio é de autoria de um amigo de René, amizade que durou 27 anos, aprofundada nos 17 anos em que trabalharam juntos na UFF, e ainda mais fortalecida nos três anos que marcaram os momentos da sua caminhada final. Nessas circunstâncias, não é fácil o equilíbrio entre a emoção e a razão, ainda mais quando deve prevalecer o espírito de síntese perante um legado tão amplo e diversificado como foi o deixado pelo autor de *1964: a conquista do Estado*. Escapa em muito às modestas

pretensões deste conciso tributo uma reavaliação aprofundada e mais elaborada de seu pensamento, expresso em milhares e milhares de páginas. As análises de René eram rigorosas tanto em termos qualitativos como quantitativos, sempre envolvendo copiosas fontes secundárias e massivos dados primários que davam lastro teórico e empírico às suas argumentações. Ademais, como procurava, mormente nos seus dois últimos livros, apreender uma realidade que se ia constituindo em processo de acelerada mudança histórica, criou novos conceitos que procuravam explicá-la. Suas obras não são de leitura fácil, embora *A época da perplexidade*, somente nos primeiros sete anos de sua publicação, em 1996, tenha merecido seis edições¹.

Este breve ensaio está dividido em três partes. Na primeira, tentar-se-á, com pretensões holísticas, traçar as linhas gerais da contribuição de René. Na segunda, ofereceu-se rápidas digressões sobre os seus dois últimos trabalhos, *A época da perplexidade* (1996) e *Transformações: matrizes do século XX* (2004), quando, no ver deste autor, sua produção chegou ao seu auge, contendo e superando seus trabalhos anteriores. A terceira ensaia brevíssima nota, à guisa de conclusão. Ante à grandeza da obra, não se constitui em uma tarefa simples.

O panorama geral

O primeiro livro de René foi *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*, publicado em 1981, resultado de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Glasgow no ano anterior. Apesar de se constituir em um calhamaço de 814 páginas, ganhou, pelo menos, 23 edições, possivelmente um recorde na área da Ciência Política no Brasil. Tornou-se uma referência “clássica”, obrigatória, sobre o golpe de 31 de março.

O livro tem como tese central a identificação de uma *elite orgânica* que – composta por interesses multinacionais, por empresários nacionais e por militares vinculados, principalmente, mas não apenas, à Escola Superior de Guerra – concebeu, tramou e empreendeu a conquista do Estado. A pesquisa contou com laborioso refinamento

¹ Os livros autorais foram os seguintes: *Transformações: matrizes do século XXI* (2004); *A época das perplexidades, mundialização, globalização, planetarização: novos desafios* (1996); *Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber* (1993); *Global changes, global challenges: a view from the Southern hemisphere* (1991); *O jogo da direita na Nova República* (1989); *Conservative realignment in Brazil: political pivots, power axis and mobile fronts* (1987); *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado internacional* (1986); *As elites orgânicas: novas formas de intervenção política entre o Estado e o capital transnacional* (1983); *1964: a conquista do Estado – ação política poder e golpe de classe* (1981); *Brazil: the concept of power of the Superior War College* (1978, escrito em colaboração com H. Souza).

teórico e conceitual, cultivou rigorosa metodologia e fundamentou seus achados em vultosas fontes empíricas, que, entre 814 páginas, ocuparam quase 300 em 25 anexos. Segundo o autor, o golpe de 1964 não podia ser explicado apenas se levando em conta variáveis endógenas; requeria, também, a combinação dessas com variáveis exógenas, dadas pelo processo de internacionalização, elevando o país ao “estágio mundial de desenvolvimento capitalista desenvolvido” (HIRSCH, 1981, p. 489). Em um país penetrado desde seus primórdios pela dependência ao capitalismo internacional, nascido nos marcos de circunstâncias coloniais, baseando durante séculos sua economia na escravidão, articulada ao redor de uma burocracia estatal ciente de seus privilégios estamentais – não haveria maiores inovações nas teses de René. O que marcou sua indelével originalidade foi a capacidade analítica de juntar atores, instituições, interesses e objetivos tendo como lastro evidências empíricas que eram desconhecidas. Por outro lado, e em termos da continuidade de sua produção intelectual, o importante a ser destacado foi a preocupação de entender como, no século XX, foi se constituindo uma sociedade internacionalizada em que foram ganhando cada vez maior relevo as “corporações estratégicas”, e como elas estiveram presentes no processo civil-militar que levou ao golpe de 1964.

Os dois livros que se seguiram avançaram os objetivos de René já contidos naquele seu primeiro trabalho. O primeiro, *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado internacional*, lançado em 1986, elabora e complexifica o conceito de “elite orgânica”, propondo-o como chave para entender a ação política do empresariado em plano global em defesa de seus interesses e intenções². O segundo, *O jogo da direita na Nova República*, com primeira edição publicada em 1989, é uma extensão aplicada da ação da elite orgânica, no contexto da transição do regime de 1964 para o que iniciava. A pretensão maior foi desvendar o entrelaçamento da elite orgânica transnacional com a elite orgânica nacional³. Em ambas as pesquisas estiveram presentes o requinte teórico e o rigor da demonstração empírica que caracterizaram a sua primeira publicação e, de resto, todas as demais que se seguiram⁴.

2 Este livro expande e consubstancia o que o autor desenvolveu em uma pesquisa pouco conhecida publicada três anos antes da publicação do livro em tela: *As elites orgânicas: novas formas de intervenção política entre o Estado e o capital transnacional* (HIRSCH, 1983).

3 René antecipou boa parte que da pesquisa que fundamentou esse livro em uma brochura publicada nos Estados Unidos dois anos antes (Cf. HIRSCH, 1987).

4 Há, na bibliografia de autoria de René, uma espécie de “parênteses teórico”: trata-se do livro *Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber*, publicado em 1993. Tal como o autor de *Economia e sociedade*, os escritos de René cultivavam o estilo analítico, permeado, exaustivamente, por citações constantes que, direta ou indiretamente, lastreavam os seus textos, sem que isso significasse mero eruditismo. Mas não foi uma questão de identificação com a forma estilística que o motivou a escrever a obra. Seu principal impulso foi bem outro. René visou à internalização da obra de Weber a partir do marxismo gramsciano por ele cultivado, o que realizou com notável espírito de síntese.

Dando prosseguimento ao aprofundamento de suas reflexões e pesquisas, visando ao entendimento dos elos que amalgamavam a elite orgânica nas suas dimensões nacionais e transnacionais, René publicou, em 1991, também em inglês, os resultados de seus achados em uma outra brochura, de cento a poucas páginas, do ponto de vista do que hoje a literatura pertinente denomina como “sul global” (HIRSCH, 1991)⁵.

Durante os anos 1990, René avançou nas suas investigações sobre as corporações estratégicas. Corporações estratégicas na compreensão de René são estruturas que se formaram ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno. Têm como principal objetivo manter as capacidades organizativas e reprodutivas gerando matrizes de conhecimentos versáteis capazes de atuar em áreas diversas. São fortes e sólidas não porque detêm a supremacia neste ou naquele produto, porquanto os produtos possuem um tempo de validade limitado. O que almejam é a capacidade – de certo modo ilimitadamente – de criar novos produtos. Para tanto buscam contar com um seleto estoque de estrategistas e pesquisadores em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) capazes de traduzir conhecimentos científicos em artefatos tecnológicos. Alimentam, em espiral ascendente crescente, a produção. São estruturas ágeis, diversificadas, capazes de se pensarem e se reformularem a partir dos processos que elas mesmas geraram (HIRSCH, 1998, p. 26). René identificou a força dessas estruturas no que ele denominou de complexo teleinfocomputrônico que foi se constituindo a partir dos anos 1970, quando o chip começou a penetrar na cadeia produtiva. Tal complexo, segundo os dados por ele levantados, levaram a uma concentração inédita em termos de capital, na forma de uma economia global cada vez mais oligopolizada. “Três, quatro, cinco corporações controlam 50% do mercado [...]”, quando se leva em consideração oito corporações, passa-se “[...] a 80%, às vezes 100%”, com enormes repercussões na economia e na sociedade, na política e na cultura (HIRSCH, 1998, p. 28). Mas essas corporações não competem com os Estados nacionais dos países que participam e reforçam o processo; ao contrário, dão sustentação política às redes corporativas que operam transnacionalmente. Com isso, reforçam a ação do Estado. Nesse sentido, René, no caso brasileiro, não era otimista: um país altamente internacionalizado, sem corporações estratégicas, e, por isso, espaço de manobra dos outros. Via, por exemplo, a China se abrindo, mas sabendo o Estado chinês dos critérios e limites que deveriam alimentar a abertura, tendo em vista os interesses nacionais a ser preservados.

5 O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) foi fundado por um grupo de cientistas sociais que retornavam do exílio a seus países de origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. A parte brasileira constituiu o Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina (Pries). A iniciativa durou apenas nove anos, mas legou um conjunto de trabalhos com notáveis contribuições, uma herança que precisa ser resgatada. René participou ativamente do instituto. O acervo intelectual do grupo é de ser considerado e reavaliado a partir do ponto de vista atual.

A certeza das dúvidas

Os seus dois últimos livros – *A época da perplexidade* (1996) e *Transformações: matrizes do século XX* (2004) – marcaram a plena maturidade de René, principalmente o primeiro. O segundo deve ser entendido como uma sequência do anterior, sabendo-se, no entanto, que ele o escreveu, como já assinalado, no contexto da grave doença que o acometeu, limitando atrozmente sua capacidade de trabalho. Por isso ele não pôde terminá-lo e revê-lo como gostaria. Deve ser entendido como uma formidável fonte de dados e documentos que fundamentaram ainda mais suas teses desenvolvidas no livro anterior⁶.

Na visão de René, a época da perplexidade em que se vive caracteriza-se pela marcha constante da reconfiguração civilizacional iniciada por redes entrelaçadas e reciprocamente referenciadas, abertas e multiorientadas⁷. Ocorrem impactantes irrupções e rupturas científicas, assim como se vivencia crescimento intensivo de inovações, superpostas e interligadas entre si, em constante processo de retroalimentação. Tais configurações/reconfigurações em processo resultam de constantes movimentos inovativos, tanto de caráter sistêmico como espacial, e com diferentes tempos e diversificada intensidade. Vai sendo constituída uma reestruturação produtiva transnacional, com reformulação do comando supranacional que tem como contrapartida, incessante reformulação institucional. *Pari passu*, há uma recomposição metanacional em termos de convivência existencial, colocando em xeque normas e valores há longo tempo estabelecidos, suscitando questões de ordem ética e política em um período de tempo extremamente curto. Ocorre um tríplice processo que, embora precise ser analiticamente diferenciado e conceituado, constitui-se, em termos dialéticos, em um só processo. O processo em que se vive na sociedade internacionalizada dos tempos atuais.

O primeiro processo a ser distinguido é o da globalização; o segundo, o da mun-

⁶ *Transformações: matrizes do século XXI* foi finalizado pelos editores do livro, Estrela Bohadana, sua terceira e última mulher, e Carlos Irineu da Costa, escritor, tradutor, poeta, especialista em informática. Os dois, além do trabalho de compilação e revisão, foram responsáveis pela introdução, enquanto a professora Bohadana, pela conclusão. Algumas partes do livro foram escritas em inglês e alemão e os editores tiveram que providenciar a tradução, já que o autor não chegou a rever seu trabalho.

⁷ A síntese do pensamento de René, aqui brevemente proposta, tem como base, além dos dois livros em questão, o seu trabalho *The Brazilian armed forces: current changes, new challenges*, enviado ao International Seminar do Research Committee on Armed Forces and Society da International Political Science Association (IPSA), realizado em Bucareste, Romênia, entre 28 de junho de 2002 e 07 de julho de 2002. O longo texto (81 páginas), que daria compacto livro, é pouco conhecido, mas resume bem sua compreensão do mundo como ele o entendia, as forças armadas brasileiras e o papel dos militares nas suas relações com CTI, tendo em vista o caso brasileiro, com realce para o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

dialização; o terceiro, o da planetarização.

A globalização é eminentemente de ordem econômica, ocorrendo constante transnacionalização tecno-produtiva e acirrada adaptação/reformulação do sistema financeiro. Ganham relevo novas dimensões de gerenciamento global em relação a emergentes procedimentos relativos ao emprego do capital, trabalho e produto, conformando uma gaianomia (ou geonomia) ancorada na heterotopia dos países.

A mundialização é de caráter social. Caracteriza-se pela constituição de uma sociedade mundial, com expressão real e virtual, penetrada pela generalização de padrões de atitudes e comportamentos, valores e normas. A diversidade das sociedades nacionais interage constantemente com os impulsos à homogeneidade da sociedade internacional que é, também, internacionalizante. A singularidade das culturas nacionais é induzida a dialogar com a universalização da cultura, enquanto as particularidades vão cedendo espaço às generalidades.

A planetarização é de fórum político. Há em marcha emergente surgimento de entidades que buscam forjar condições e mecanismos para a universalização de organizações sociais, colocando em evidência heterarquias nos diferentes campos da ação governamental, do comportamento normativo e de medidas orientadas para a regulação em escala planetária. De um ponto de vista nacional, esses processos desafiam as possibilidades estratégicas, institucionais e administrativas dos países e sua própria soberania.

Esses processos – ou melhor, esse processo, quando concebido de uma perspectiva totalizante – assentam-se em um *complexo capacitador teleinfocomputrônico* integrado pela microeletrônica e eletrônica digital; pela eletrônica de concepção, produção e consumo; pela informática; pela telemática; pela robótica. Expandem-se e integram outras áreas em expansão no campo da Engenharia Molecular e da Engenharia Biogenética; da Nanotecnologia; da Biotecnologia; da Telemedicina; da Medicina Inforrobótica; da Neuroinformática; da Mecatrônica; da Domótica; da Biotectrônica; da Infotelemática; da Burótica; da Tevefonia⁸. Essas capacitações, interagindo e se superpondo umas às outras, constituem-se em *tecnoberg*, verdadeiras “montanhas tecnológicas” que se integram à topografia socioeconômica e cultural dos países onde, cada vez mais, chegam e ganham espaço, em velocidade e tempo impensáveis nos primórdios da Revolução Industrial. Basta um singelo exemplo: foi preciso duzentos anos para que a impressora de Gutenberg propiciasse a edição do primeiro jornal, e custou cinquenta para que o telefone chegasse a um público de massa. Entretanto, o celular demorou apenas sete anos para ter audiên-

8 O eventual leitor deste texto encontrará a definição e a aplicabilidade desses campos (ou disciplinas) no livro *A época das perplexidades* (1996, p. 17-31).

cia popular e ganhar as redes sociais no plano mundial⁹.

Como sempre, mais importantes que as respostas são as perguntas que são formuladas. Perguntas incorretas levam a respostas inadequadas e, no limite, erradas ou inúteis. Em uma época de acelerada, aceleradíssima!, mudança histórica, que René avalia de dimensão civilizacional, as questões suscitadas pelos seus trabalhos podem se resumir a quatro. Primeira: afinal, qual o impacto dessas vertiginosas mudanças na vida social dos países, principalmente nos dos países mais fragilizados? Segunda: como os Estados podem conceber e pôr em práticas políticas que atendam às populações nacionais face ao poder das corporações estratégicas? Terceira: como podem as sociedades ser resilientes à pressão para estabelecerem condutas universalizantes, sem perda de sua identidade nacional historicamente adquirida? Quarta: como manter, no plano da economia, o controle dos interesses e objetivos nacionais face aos processos globais que aspiram ser dominantes? Uma última será ainda mais datada e situada: haverá uma elite orgânica nacional brasileira (composta por empresários, líderes partidários e sindicais, intelectuais e acadêmicos) capaz de pensar as perguntas corretas em tempos da “certeza das dúvidas?”

À guisa de conclusão

René Dreifuss não foi um autor bissexto ou de conjuntura. A extensão e o ritmo de sua obra mostram bem que foi um pesquisador incansável até os minutos finais de sua vida. Sua contribuição veio para ficar muito além de sua presença física. Esteve sempre além de seu tempo: é impressionante como, há quase 30 anos atrás, ele dominava múltiplos saberes, fora de suas áreas de competências imediatas como cientista social, para entender e conceituar, a partir de formidável arsenal empírico, o tempo em que vivia. Suas lentes teóricas permitiram-lhe divisar o horizonte das circunstâncias futuras que marcam os dias de hoje e, mais, os que ainda virão neste século. Há de se supor que, caso ele tivesse produzido sua obra nos chamados países centrais, teria obtido reconhecimento muito além das fronteiras nacionais. Se este breve ensaio tiver algum valor, talvez sirva para despertar nas gerações mais jovens o interesse e atenção pela sua contribuição, tão fecunda quanto necessária para que se possa melhor se situar em uma época de perplexidade.

Um trecho de um poema, escrito por René originalmente em inglês, pode servir não como testemunho de seus pensamentos, mas de seus sentimentos nos últimos

⁹ O autor pensou nessas questões em “Reflexões sobre o futuro: o próximo centenário” (FIGUEIREDO, 2022).

tempos de sua existência:

A world has been another is coming.

The whole of (almost) nothing, and nothing of the (impensable) whole.

In the emergent unities of infinite particles.

Infinitude of emergences,

Is... knowledge beyond the imagination¹⁰.

Referências

- FIGUEIREDO, Eurico de L. Reflexões sobre o futuro: o próximo centenário. In: CARMONA, Ronaldo (Org.). *Brasil 200 anos: estudos e ensaios sobre o bicentenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *Transformações: matrizes do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. The Brazilian Armed Forces: current changes, new challenges. In: INTERNATIONAL SEMINAR OF THE RESEARCH COMMITTEE ON ARMED FORCES AND SOCIETY – IPSA. *Proceedings of the International Seminar of the Research Committee on Armed Forces and Society*. Bucareste, Romênia, 2002. p. 117-131.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo. In: MINEIRO, Adhemar dos S.; ELIAS, Luiz A.; BENJAMIN, César. (Orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *A época das perplexidades, mundialização, globalização, planetarização: novos desafios*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *Global changes, global challenges: a view from the Southern hemisphere*. Santiago de Chile: PACS/PRIES, 1991.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *Conservative realignment in Brazil: political pivots, power axis and mobile fronts*. Durham, New Hampshire: New Hampshire Center for International Perspectives, 1987.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado internacional*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *As elites orgânicas: novas formas de intervenção política entre o Estado e o capital transnacional*. Belo Horizonte: PECLA/UFMG, 1983.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HIRSCH, R. Armand Dreifuss; SOUZA, H.; DREIFUSS, R. *Brazil: The Concept of Power of the Superior War College*. Canada, LARU, 1978.
- SORJ, Bernardo. *Vai embora da casa de teu pai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

10 “Um mundo se foi; outro se aproxima. O todo de (quase) nada: o nada do iminente todo. Em suas emergentes unidades de partículas infinitas. Infinitudes de emergências, É... conhecimento para além da imaginação”. O poema encerra o livro *Transformações: matrizes do século XXI*.

O Legado de René Armand Dreifuss

Fernando Antonio da Costa Vieira*

René Armand Dreifuss nasceu em 2 de janeiro de 1945, em Montevidéu. Filho de um casal judeu de origem alemã que saíra do país ante a escalada persecutória nazista. Logo a família se mudaria para o Rio de Janeiro. A criação de Israel, em 1948, alimentou entre a comunidade judaica, vitimada pelo holocausto, o desejo de construir um lar livre do antissemitismo. Foi em Israel que Dreifuss buscou concretizar sua graduação. Em Haifa, graduou-se em ciências políticas e História. Nos anos 1970, embarcou para o Reino Unido. Fez seu mestrado em Leeds e seu doutorado em Glasgow, ambos em ciência política.

No entanto, seu interesse em compreender o processo político que levava a instalação do governo militar no Brasil trouxe-o de volta ao país. Em 1980, passou a lecionar na ciência política da UFMG. Procurou estudar o contexto da derrubada do governo de João Goulart (1961-1964) e a estruturação das bases sociais e econômicas dos governos pós 1964.

Intelectual atuante participou de diversos núcleos de pesquisa na UFMG, na UNICAMP, na COPPE/UFRJ, entre outros. Uma intensa busca pelo diálogo entre os pesquisadores na ciência política, história, sociologia, entre outras. De 1986 até sua morte, em 2003, lecionou na Ciência Política da UFF.

Produziu uma obra diversificada, se destacando 1964: a conquista do Estado; a Internacional Capitalista; o Jogo da Direita na Nova República; Política, Poder, Estado e Força – Uma leitura de Weber; entre outros trabalhos.

Seu legado para as Ciências Humanas no Brasil se traduz nas conclusões apresentadas em suas pesquisas sobre o caráter do golpe de 1964, as articulações do capital nacional e internacional e sua desvinculação do ideário da democracia representativa.

Em 1964: A conquista do Estado, sua tese de doutorado publicada como livro em 1981, Dreifuss mudou o foco dos estudos sobre o golpe de 1964. Com minuciosa análise documental, ele apontou as articulações entre militares e empresariado visando a derrubada do governo João Goulart (1961-1964). Com isso, a tradicional leitura de 1964 enquanto mais uma quartelada militar é superada por uma leitura mais ampla que analisou a construção de um projeto amplo de governo incorporando transformações econômicas, sociais e políticas.

Para Dreifuss, o estudo sobre o que levou ao golpe de 1964 deveria incorporar

* Historiador e doutor em Sociologia e Antropologia pelo IFCS. Professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do IUPERJ (PPGSP IUPERJ/UCAM). Editor da revista Entropia.

as contradições estruturais do Estado capitalista em sua forma populista pela vanguarda civil e militar do bloco empresarial modernizanteconservador. Isso significava que as ideologias empresariais e a doutrinação política convergiam para o ponto no qual o entendimento das necessidades de mudança seria traduzido em ação política, enquanto que as forças políticas tradicionais tentavam ainda sobrepor-se aos conflitos básicos, mantendoos dentro de certos limites históricos que haviam se esgotado. (Dreifuss, 1981: 145).

Nesse sentido, Dreifuss assinalou a nova conjuntura que caracterizava o projeto do capitalismo internacional para algumas economias periféricas que implicou a absorção de capital e a constituição de indústrias complementares para os grandes centros, em especial, na indústria automobilística. Com isso, o golpe começou a ser pensado em espaços como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IPES buscou se articular com lideranças militares planejando os rumos da economia uma vez consumada a conquista do Estado. Liderado por grandes empresários, como por exemplo, Augusto Trajano de Azevedo Antunes do grupo Caemi Mineração e Antonio Galloti ligado à Light AS, buscavam construir uma base intelectual que desqualificasse o governo Jango e legitimasse o futuro golpe.

Para esses setores a crescente participação dos trabalhadores organizados na arena política e, sua contínua demanda por avanços sociais, se apresentava como obstáculo à expansão do capital no país, em especial, o capital internacional. A continuidade do fluxo de investimentos no Brasil demandava a restrição da atuação de sindicatos e de movimentos sociais como as Ligas Camponesas, criando um ambiente seguro e confiável para o investidor.

A elite empresarial brasileira se articulou também com o capital transnacional criando um suporte financeiro legitimador de suas pretensões antidemocráticas e golpistas. Para isso utilizou o IBAD. Se ao IPES cabia o papel articulador de ideias, Dreifuss nos mostrou o IBAD a ação direta, o jogo sujo da manipulação da sociedade, o financiamento da mídia para a reprodução ideias anticomunistas, de associação de ideias entre comunismo e governo Jango, a desconstrução do papel dos sindicatos e sua demonização.

Com maestria e muita pesquisa, Dreifuss desvendou esse labirinto e apresentou o organograma dessas organizações, suas lideranças, fonte de financiamento e capacidade operativa. O apoio financeiro norte-americano foi comprovado documentalmente por Dreifuss assinalando como o Departamento de Estado do governo estadunidense considerava a derrubada do governo brasileiro um ponto estratégico central.

Além disso, demonstrou que o IPES e o IBAD dialogavam com outro importante

ator para a construção do arranjo golpista: a Escola Superior de Guerra (ESG). A parceria entre esses três órgãos se dava num contexto de reafirmação da prevalência da articulação da segurança nacional, reativada enquanto doutrina guia do novo regime a ser imposto ao país. Para Dreifuss a ESG se apresentou como o

Instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas (...) os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração pública e objetivos empresariais na ESG(...) compartilhando a ideologia da segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial (Dreifuss, 1981: 80).

Completo sua análise com o papel do capital transnacional se articulando aos militares e ao empresariado nacional objetivando a reprodutibilidade do capital independente de fronteiras, mas prescindindo da própria democracia para atingir seus fins. Com esse conjunto de análises, a obra se tornou um marco nas ciências sociais brasileiras.

No entanto, Dreifuss aprofundou as análises de 1964, centrando agora num estudo sobre o capital transnacional. Em 1986, foi lançado *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. Numa análise de um processo que para o autor remontava ao fim da 1ª Guerra Mundial, em 1918, o autor buscou compreender o movimento desse ator econômico no mundo, a construção de seu ideário de mundo e como agia nos países periféricos. Nesse sentido, a América Latina se tornou o principal lócus de atuação do capital transnacional, em especial no pós Segunda Guerra, no contexto da bipolaridade da Guerra Fria.

A contenção do avanço soviético implicava garantir férreo controle sobre as áreas consideradas centrais para esse capital transnacional. O discurso anticomunista permitiu maior inserção nessas sociedades com baixa escolaridade e forte perspectiva religiosa. O apoio aos golpes na América do Sul nos anos 1960 e 1970 explicitou essa atuação. Brasil (1964), Argentina (1976) e, em especial, o Chile em 1973 são exemplos mais visíveis dessa atuação do capital transnacional que, em troca, investia na industrialização ou na reestruturação neoliberal dessas economias. Economias dependentes desse capital transnacional sem margem de manobra para economias soberanas e projetos que abarcassem as camadas populares, eis o sentido da modernização capitalista na América do Sul desvelada por Dreifuss.

O conjunto de sua obra nos deixa o legado de um sólido intelectual que transitava pelo marxismo com desenvoltura, ao mesmo tempo em que percebia o uso de outras categorias não marxistas para alavancar suas conclusões. Sua morte prematura

deixou um vazio na nossa produção científica e sua obra não pode deixar de ser lembrada e atualizada.

Referências

DREIFUSS, R. Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petropolis: Vozes, 1981.

A dimensão internacional do capitalismo no final do século XIX e no início do século XX e o seu efeito sobre o papel do Estado foi a principal contribuição dos teóricos do imperialismo. Porém, o “link” que esses teóricos fizeram entre o capital internacional e a rivalidade interimperial daquela época era problemático e permaneceria assim ao longo dos anos, principalmente de 1945 em diante. O problema central aqui era a tendência de associar diretamente a nova expansão do capital com o velho imperialismo (a expansão da governança mediante conquistas armadas de territórios), levando à conclusão errônea de que essa fusão define a última etapa do capitalismo maduro.

Ademais, a abordagem mais problemática foi a tentativa de explicar o capital internacional como o ponto de saturação dos mercados domésticos no centro desenvolvido. Essa posição teórica foi incapaz de reconhecer a ascensão e organização da classe trabalhadora para o dinamismo do capitalismo. No mundo pós-1945, os mercados domésticos estavam longe de um contexto de saturação; os lucros foram consumados pelo aumento exponencial no consumo da classe trabalhadora, porém a exportação de capital continuou orientada por outros fatores. A exportação do capital foi transformada, ao longo do século XX, no contexto da integração internacional da produção pelas grandes multinacionais (principalmente as dos EUA) e do desenvolvimento extensivo dos mercados financeiros internacionais.

As contribuições teóricas de Claudio Katz, de Panitch e Gindin, entre outros, nos ajudam a romper com as abordagens clássicas do imperialismo. O império informal dos EUA e a sua resiliência é a prova da insuficiência teórica dessas abordagens. A análise marxista contemporânea sobre o imperialismo é insuficiente para compreender os mecanismos de expansão e retração do sistema capitalista, do seu caráter contingencial, a sua inevitabilidade e de ser impossível de sustentar.

As teorias clássicas eram defeituosas na interpretação histórica do imperialismo, na dinâmica da acumulação de capital e na elevação inquestionável das rivalidades interimperialistas (dada pelos autores da época e os seus discípulos).

Uma outra falha das teorias do imperialismo clássico estava nas suas características reducionistas e instrumentais do Estado. A ênfase estava ligada aos fluxos finan-

* Doutorando do Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

ceiros e econômicos apenas (talvez pelo estágio incipiente do capitalismo). Porém, a insistência em olhar para o expansionismo capitalista nesses termos atrapalha o entendimento da sua evolução e resiliência ao longo do século passado e até o presente momento.

Nessa nova obra, *La crisis del sistema imperial*, recém-lançada pela Jacobin, Claudio Katz se esforça em atualizar a sua própria pesquisa, porém rejeita retomar a disputa teórica entre as perspectivas clássicas do imperialismo e as abordagens atuais. Na verdade, Katz procura avaliar até que ponto essa discussão tem alguma validade para o atual contexto geopolítico, marcado por um duplo movimento de reconfiguração e de redefinição do poder global que demonstra uma transição em curso na ordem mundial, salientando uma erosão do poder relativo das potências dominantes e as suas limitações estruturais para reverter esse cenário, seja na dimensão política como também na esfera econômica/financeira.

Katz salienta que, com a atual crise na Ucrânia, a dormente abordagem sobre o imperialismo foi reavivada. Esse novo esforço de Claudio Katz se coloca exatamente nesse contexto de debates intensos e polemiza com as esquerdas internacionais sobre o imperialismo.

A obra é fruto de uma coleção de diversos artigos publicados entre 2021-2023. O livro está dividido em seis seções, com 22 capítulos. Na primeira seção Katz contextualiza o sistema interestatal capitalista como um produto histórico do pós-guerra, com a sua característica imperialista. A abordagem histórica é de fundamental importância para o autor, pois insistir nas abordagens clássicas não permite analisar as transformações no núcleo do sistema capitalista (abordados acima) e, mais além, não permite uma melhor compreensão da ausência de confrontos interimperialistas nas últimas décadas – uma realidade que marcou profundamente as primeiras décadas do século passado.

Entretanto, Katz enfatiza que, apesar da ausência de confrontos diretos entre potências imperialistas, fatores recorrentes nas relações políticas internacionais não desapareceram, e o mais importante continua sendo o uso coercitivo da força. Ademais, os gastos militares aumentaram exponencialmente, inúmeros confrontos se multiplicaram dentro de um contexto global fragmentado e terrivelmente turbulento.

Na sessão seguinte, o autor aborda o tema da erosão relativa do poder dos EUA. Os fracassos de Trump e Biden são analisados com rigor. Porém, não podemos deixar de lado os problemas das administrações Bush e Obama. Katz também aborda as fraturas internas da potência do Norte que se intensificam no âmbito da luta de classes. O autor mantém a cautela em relação a previsões, considera esses fatos como um processo em andamento e que requer uma análise mais aprofundada e responsável.

Mais adiante e na mesma seção, o autor promove um debate interessante sobre as transições históricas na acumulação capitalista que promovem as sucessões das potências. O autor destaca os acertos e os erros envolvidos aqui.

Quanto à China, Katz dedica toda a terceira seção da obra a essa potência asiática. O autor enfatiza que a China é uma potência fora do círculo imperialista, que não faz parte do Sul Global e é o maior rival dos EUA (essa competição não é entre iguais). Katz esmiúça os contrastes internos do gigante asiático – o seu sistema econômico-social e político – as entranhas no contencioso político do país.

Mais adiante, Katz desafia a crença do olhar benigno sobre a China. Ele não percebe o país como uma potência que promove uma globalização inclusiva. Ele destaca as características peculiares da China – um credor de peso, com um capitalismo muito desenvolvido, uma inserção internacional muito competitiva e uma geopolítica cautelosa. Destaca como a China rechaçou o receituário neoliberal e a financeirização da sua economia, permitindo assim um desenvolvimento econômico sem precedentes.

A sessão seguinte (quatro capítulos) é dedicada à postura desafiadora da Rússia de Putin. Katz é cauteloso aqui. O autor define a Rússia como um império não hegemônico e que se encontra num processo de formação. Katz faz uma trajetória histórica muito útil, destacando o legado de Lenin e a fragmentação e dissolução da URSS, salientando de maneira direta a sua visão não benigna de Putin, críticas aos “defensores do Kremlin atual”. Katz caracteriza a Rússia como um ator semiperiférico, com claras deficiências econômicas (exportação de bens primários). Entretanto, a Rússia é uma exportadora relevante de armas, mas essa condição foi afetada negativamente pelo conflito com a Ucrânia.

A atual Rússia, segundo o autor, se distancia claramente do passado imperialista czarista e do período expansionista soviético (para Katz, a URSS não era imperialista). O desafio lançado por Putin contra o sistema interestatal capitalista – um sistema imperialista liderado pelos EUA e pela OTAN – não é de uma arquitetura progressista, longe disso. O Kremlin promove e defende uma oligarquia, não permite um debate político, neutraliza questões internas e tem a esquerda como um alvo constante.

Na quinta seção, Katz analisa o turbulento Oriente Médio. O autor enfatiza o conceito de “subimperialismo” ao descrever países como a Turquia, a Arábia Saudita e o Irã, caracterizando Israel como coimperialista. Ademais, Katz desconstrói a visão dos EUA sobre a região, que os motivos para as tensões regionais são de fundos religiosos e culturais. As ações recentes da potência do Norte na região têm como pano de fundo o petróleo e a recuperação da sua primazia geopolítica. Porém, os resultados foram catastróficos, a saber: a invasão e ocupação do Afeganistão e do Iraque e as incursões negativas na Líbia e na Síria.

Na sexta parte, Katz propõe o conceito de anti-imperialismo como orientador à esquerda para analisar as turbulências sistêmicas atuais. Os conflitos no Oriente Médio não podem ser analisados somente como vitórias das bases populares vis-à-vis as ações imperialistas, porém eles são importantes. Devemos evitar também a visão macro dos alinhamentos geopolíticos “puro e simples” e da neutralidade.

Nos capítulos 21 e 22, Katz se debruça sobre a crise na Ucrânia. O autor propõe uma análise ampla do contexto geopolítico, da luta de classes e do conceito da auto-determinação dos povos. Ainda, Katz vai além e propõe uma agenda para um olhar da esquerda sobre essa crise específica. Katz é um crítico da invasão russa, entretanto aponta para os EUA e a OTAN como os provocadores imperialistas do conflito.

No último capítulo, Katz articula um debate teórico refutando os seus críticos. Mais uma vez o autor critica aqueles que se enjaulam na perspectiva economicista do imperialismo clássico e que aplicam nos dias atuais conceitos que Lenin formulou no início do século passado.

Nessa instigante obra, Claudio Katz, renomado economista e professor argentino, dono de uma vasta obra que aborda uma miríade de temas, nos convida a refletir sobre a direção em que o atual sistema interestatal capitalista caminha. Não há dúvidas que nos encontramos em um contexto de reconfiguração e redefinição sistêmica, provocando turbulências previstas e imprevisas. Entretanto, devemos estar atentos às tensões e contradições dialéticas que se encontram nos níveis micro e sistêmicos, na luta de classes e na esquerda, destacando sempre o anti-imperialismo como uma bandeira a ser erguida.

Fundação
Maurício
Grabois



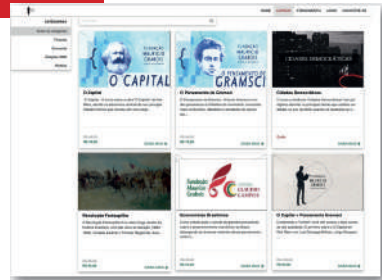
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre O Capital, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



DOSSIÊ IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA E GUERRA

Del G-7 a los BRICS - Gabriel Merino

**Os limites estruturais do Capital de Meszáros e os limites da guerra à China –
Samuel Spellman**

**El triángulo geoestratégico China, Rusia e Irán cuestiona el poder de la Tríada -
Martin Martinelli**

**Imperialismo soft: asistencia de Estados Unidos y Lawfare na América Latina –
Silvina Maria Romano, Tamara Lajtman e Anibal Garcia Fernandez**

Estados Unidos y el proceso de militarización de América Latina – Loreta Telleria

**Pontos de contato, fontes de conflito: a experiência imperialista em Cuba –
Maria do Carmo Leite**

TEMAS LIVRES

Recuperar la TMD em Chile – Sebastian Link Chaparro

Homenagens

Um Gigante Pluriversal: homenagem a Enrique Dussel – Abdiel Rodriguez Reyes

**A Paixão da Terra, a paixão do mundo: o pensamento político de Carlos Walter
Porto Gonçalves – Eguimar Felício Chaveiro**

A teoria do imperialismo de Leo Panitch – Caio Buggiato

René Armand Dreyfuss Hirsch: um tributo - Eurico Lima Figueiredo

René Armand Dreyfuss - Fernando Vieira

Resenhas

Claudio Katz e o sistema imperial - Ricardo Gomes